

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

Wagner Camilo Miranda

**SINDICALISMO E DEMOCRACIA:
os sindicatos na (re)construção da democracia no Brasil**

Belo Horizonte
2024

Wagner Camilo Miranda

**SINDICALISMO E DEMOCRACIA:
os sindicatos na (re)construção da democracia no Brasil**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Cleber Lúcio de Almeida

Área de concentração: Direito Privado

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M672s Miranda, Wagner Camilo
Sindicalismo e democracia: os sindicatos na (re)construção da democracia
no Brasil / Wagner Camilo Miranda. Belo Horizonte, 2024.
219 f.: il.

Orientador: Cleber Lúcio de Almeida

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Democracia. 2. Estado Democrático de Direito. 3. Movimento operário - Brasil. 4. Direitos dos trabalhadores. 5. Sindicatos - História - Brasil. 6. Materialismo histórico. 7. Brasil - Política e governo. 8. Neoliberalismo. 9. Flexibilização do trabalho. 10. Autoritarismo. I. Almeida, Cleber Lúcio de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 331.881

Wagner Camilo Miranda

**SINDICALISMO E DEMOCRACIA:
os sindicatos na (re)construção da democracia no Brasil**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Direito da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito Privado

Prof. Dr. Cleber Lúcio de Almeida - PUC Minas (Orientador)

Profa. Dra. Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira - PUC Minas (Examinadora)

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães - PUC Minas (Examinador)

Prof. Dr. Márcio Túlio Viana - UDF (Examinador)

Prof. Dra. Maria Cecília Máximo Teodoro - PUC Minas (Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024.

Aos meus pais, Geraldo e Maria Valdeh, que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, e, com a simplicidade que lhes é peculiar, transmitiram-me o valor primordial da educação, o respeito ao próximo e o verdadeiro significado da palavra honestidade.

A ideia de desenvolver uma tese sobre democracia e a importância do sindicalismo no combate às opressões e a golpes antidemocráticos é um trabalho desafiador, em tempos de metamorfoses política, social e jurídica no Brasil.

Entusiasmei-me ainda mais com o tema, a partir do Golpe político sofrido pela ex-Presidente Dilma Rousseff, e após a reforma trabalhista com a vigência da lei 13.467/17 que em seu bojo trazia a desconstrução dos Sindicatos.

Dediquei-me intensamente à produção desta tese, buscando transformar a inquietude em palavras direcionadas aos leitores, com o intuito de colaborar para a análise histórica, social, política e jurídica sobre a importância da atuação dos sindicatos para o fortalecimento da democracia no país.

AGRADECIMENTOS

De modo especial, ao Grande Arquiteto do Universo, que sempre esteve ao meu lado, protegendo-me nas idas e vindas para Belo Horizonte, e que me presenteou com saúde, perseverança e força de vontade para concluir este trabalho.

Aos meus ex-orientadores do PPGD, Dr. Márcio Túlio Viana e Dra. Ana Cláudia Nascimento Gomes, por terem feito parte da minha trajetória.

Ao meu orientador, Dr. Cleber Lúcio de Almeida, por ter aceitado o desafio de ajudar-me a concluir a caminhada desta tese.

Aos meus pais, Geraldo Camilo de Miranda, *in memoriam*, falecido em decorrência da COVID-19 em 05 de janeiro de 2021, e à Maria Valdeth, minha mãe, pela generosidade, incentivo e por sempre acreditarem em mim.

Aos meus amigos, Bruna Bacharel, Dra. Lidiane Reis, Dr. Max Sena; Dra. Adriana Duarte Carvalho e Dr. Eduardo Lameu, pelo apoio e incentivo incondicionais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço imensamente a Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, por possibilitar a realização do meu sonho de lecionar.

À CAPES pelo incentivo à pesquisa acadêmica e pela bolsa concedida.

A todos os pesquisadores que defendem e lutam pela democracia, e que reconhecem a importância do sindicalismo para as causas sociopolíticas.

Prefiro ser essa metamorfose ambulante
Prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
(Seixas,2023).

RESUMO

A consolidação dos governos democráticos no século XX sempre esteve atrelada ao fortalecimento dos movimentos operários. No Brasil, não é diferente, posto que a história da democracia brasileira caminha paralelamente à capacidade de os trabalhadores manifestarem as suas demandas, por meio dos sindicatos. Esta tese discute o papel que os sindicatos desempenharam na realização da democracia no Brasil. O que se pretende é verificar a atuação dos sindicatos em dois momentos da história brasileira, quais sejam, no restabelecimento da democracia no pós 1964 e nas eleições de 2022. Para atingir esses objetivos, a metodologia utilizada incluiu as pesquisas bibliográfica, documental e qualitativa. Na bibliográfica, utilizou-se como marco teórico o materialismo histórico-dialético marxista, principalmente para contrastar o papel do sindicalismo nos eventos dos anos pós 1964, em especial nos 1980, e nas eleições de 2022, que reconduziram a esquerda ao poder. Por sua vez, com a pesquisa documental analisam-se documentos oficiais e leis pertinentes ao tema deste estudo. A pesquisa qualitativa se prestou à análise detalhada dos acontecimentos dos anos 1980 e de 2022. A história política brasileira relata avanços e retrocessos da democracia, e isto afeta a legislação sindical no tocante aos direitos dos trabalhadores. Um dos referidos retrocessos é o fortalecimento do capitalismo neoliberal que adentrou a política brasileira com o intuito de flexibilizar direitos, principalmente os trabalhistas, individuais e coletivos e os da previdência social. O avanço desse pensamento conservador de direita veio crescendo nos últimos anos, o que resultou no golpe parlamentar contra a democracia em 2016, e teve como consequência a eleição de um político conservador em 2018. Se a direita buscou enfraquecer os movimentos sindicais, o sindicalismo se organizou competentemente para apoiar a recente reeleição do ex-Presidente esquerdista, como já fizera nos seus dois primeiros mandatos. Nesse cenário, esta tese objetivou mostrar como os sindicatos atua contundentemente para a consolidação da democracia, e romper com governos autoritários. A pesquisa mostrou que a atuação dos sindicatos durante a ditadura militar foi primordial para o processo de redemocratização do país. Comprovou, ainda, a hipótese de que o mesmo aconteceu em 2022. Os resultados indicaram que o sindicalismo ocupou um lugar central no movimento que elegeu o ex-Presidente de esquerda. Assim o sindicalismo é um ator-agente político a construir instâncias de resistência e estimular a luta popular, sempre visando a preservar e

manter o Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: sindicatos; democracia; autoritarismo.

ABSTRACT

The consolidation of democratic governments in the 20th century has always been linked to the strengthening of labor movements. In Brazil, it is not different, because the history of Brazilian democracy runs parallel to the ability of workers to express their demands to the public sphere, through unions. This thesis discusses the role that the unions played in achieving democracy in Brazil. The aim is to verify the role of unions in two moments in Brazilian history, namely, in the reestablishment of democracy after 1964 and in the 2022 elections. To achieve these objectives, the methodology used included bibliographical research, documentary and qualitative. In the bibliography, Marxist historical-dialectical materialism was used as a theoretical framework, mainly to contrast the role of trade unionism in the events of the 1980s, with those of the 2022 elections that brought the left back to power. In turn, with documentary research, official documents and laws relevant to the topic of this study are analyzed. Qualitative research lent itself to a detailed analysis of the events of the 1980s and 2022. Brazilian political history reports advances and setbacks in democracy, and this affects union legislation regarding workers' rights. One of the aforementioned setbacks is the strengthening of neoliberal capitalism that entered Brazilian politics with the aim of making rights more flexible, mainly individual and collective labor rights and social security rights. The advancement of this Right-wing conservative thinking has been growing in recent years, which resulted in the parliamentary coup against democracy in 2016, and resulted in the election of a conservative politician in 2018. If the Right sought to weaken trade union movements, trade unionism was competently organized to support the recent reelection of the former leftist president, as he had already done in his first two terms. In this scenario, this thesis aimed to show how the union movement acts forcefully to consolidate democracy, and break with authoritarian governments. The research showed that the role of trade unionism during the military dictatorship was essential for the country's redemocratization process. It also proved the hypothesis that the same thing happened in 2022. The results indicated that trade unionism occupied a central place in the movement that elected the former left-wing president. Thus, trade unionism is a political actor-agent that builds instances of resistance and stimulates popular struggle, always aiming to preserve and maintain the Democratic Rule of Law.

Keywords: unions; democracy; authoritarianism

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Desenho da pesquisa.....	19
Imagem 2 - Lula discursa no comício do Pacaembu	48
Imagem 3 - Lula fala aos delegados no Congresso em 1983.	49
Imagem 4 - Lula discursando aos metalúrgicos	52
Imagem 5 - Lula discursando no ABC	53
Imagem 6 - Lula participando de um evento em São Bernardo	72
Imagem 7 - Contradições do final do século XX no Brasil.....	56
Imagem 8 - ICT - DIEESE e dimensões.....	83
Imagem 9 - Encontro de Sindicalistas com Lula (a)	171
Imagem 10 - Encontro de Sindicalistas com Lula (b)	171
Imagem 11 - Encontro de Sindicalistas com Lula (c)	172
Imagem 12 - Desempenho por cidades: candidatos à Presidência saíram vitoriosos	174

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores e sua trajetória <i>path dependece</i>	54
Quadro 2 - Principais características do sindicalismo brasileiro no século XX.....	55
Quadro 3 - ICT- DIEESE	81
Quadro 4 - Dados do Mercado de Trabalho para o estado de SP, entre 2014 e 2022	82
Quadro 5 - Dados do Mercado de Trabalho para o estado de MG, entre 2014 a 2022	82
Quadro 6 - Motivos que contribuíram para que Bolsonaro perdesse as eleições ...	149
Quadro 7 - Redemocratização da década de 1980 e o papel dos sindicatos nas eleições de 2022	150
Quadro 8 - Problemas enfrentados pelos trabalhadores durante a ditadura militar e o governo Bolsonaro	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASETUC	Conselho Sindical dos Empregados dos Serviços do ASEAN
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAT	Central Autônoma de Trabalhadores
CEFOL	Centro de Formação e Lazer
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil Federal de 1988
CSP	Conlutas Central Sindical e Popular
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CTN	Sistema Tributário Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PDS	Partido Social Democrático
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressistas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SM ABC	Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TST	Tribunal Superior do Trabalho
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
2.1	Metodologia	22
2.2	Fenômeno sindical	23
2.2.1	<i>Conceito e origens.....</i>	<i>23</i>
2.2.2	<i>Breve perspectiva histórica do sindicalismo no Estado brasileiro.....</i>	<i>28</i>
2.2.3	<i>Análise sob a perspectiva marxista</i>	<i>32</i>
2.3	O sindicato como ator político para a (re)democratização do Brasil: levantamento da tese	36
3	SINDICALISMO E DEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL NA DÉCADA DE 80	41
3.1	Diretas-Já e a atuação do sindicato na década de 80	41
3.2	A luta para além dos direitos sociais e trabalhistas: a busca pela democracia.....	47
3.2.1	<i>A Interferência e a influência do sindicato dos metalúrgicos do ABC nos movimentos sindicais para a redemocratização</i>	<i>50</i>
4	MOVIMENTOS SINDICAIS E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988.....	58
4.1	O movimento sindical às portas da Constituinte de 1986-1987: inovações normativas	60
4.2	Direitos sindicais na Constituição de 1988: grupos de interesse e o papel do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)	62
4.3	Retrocessos políticos diante do Consenso de Washington.....	66
4.4	Movimento sindical no pós-constituinte: desconstruindo conquistas constitucionais pela prática política descompromissada do trabalhador	68
4.5	O movimento sindical nos dois primeiros mandatos de Lula: tentativas de conciliação classistas.....	71
5	O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOVERNO MICHEL TEMER (2011-2018): O AGRAVAMENTO DA CRISE SINDICAL E A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.....	78
5.1	Articulação antidemocrática das elites políticas conservadoras do país	79
5.2	Primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)	86
5.3	Segundo mandato de Dilma Rousseff	89
5.4	O golpe parlamentar e a crise econômica: apontamentos à luz do materialismo histórico e dialético.....	93
5.4.1	<i>Processo de impeachment de Dilma Rousseff: golpe parlamentar e o desmonte dos direitos sociais.....</i>	<i>96</i>
5.4.2	<i>O golpe a partir da perspectiva Marxista</i>	<i>103</i>
5.5	Mandato Temer, Neoliberalismo, Emenda Constitucional 95/16 e Reforma Trabalhista	106
5.5.1	<i>O Neoliberalismo no contexto brasileiro</i>	<i>106</i>
5.5.2	<i>A Emenda Constitucional 95/2016</i>	<i>109</i>
5.5.3	<i>Reforma trabalhista: a desconstrução da luta operária</i>	<i>111</i>
5.5.3.1	<i>A atuação da CUT e da FS no contexto da Reforma Trabalhista/2017</i>	<i>117</i>

5.5.3.2	<i>Enfraquecimento do movimento sindical em decorrência da reforma trabalhista.</i>	122
5.6	O Agravamento da crise sindical brasileira	126
6	SINDICALISMO, REELEIÇÃO DE LULA E DEMOCRACIA: A LUTA CONTRA O NECONSERVADORISMO	130
6.1	Governo Bolsonaro e os novos métodos para o desmonte e enfraquecimento sindical	133
6.2	Aspectos históricos do ano de 2022	143
6.3	O Sindicalismo no contexto das eleições de 2022	150
6.3.1	<i>O apoio da Central Única dos Trabalhadores a Luiz Inácio Lula da Silva...</i>	153
6.3.2	<i>O apoio da CONTAG a Lula, Reforma Agrária e Agricultura Familiar</i>	157
6.3.3	<i>O apoio da CTB à Lula</i>	161
6.3.4	<i>O apoio da Intersindical a Lula e o movimento “Fora Bolsonaro”</i>	163
6.3.5	<i>União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o apoio a Lula</i>	170
6.4	O Sindicato como agente catalisador da democracia	178
6.5	O sindicalismo e os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023..	185
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
	REFERÊNCIAS	198

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do sindicalismo está intimamente associado ao processo de industrialização e à consolidação do capitalismo europeu, no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, em um período marcado pelas precárias condições de vida e trabalho daqueles que dependiam da alienação da sua força de trabalho para sobreviver. Nesta época, as polarizadas relações sociais passam a envolver duas classes: a burguesia e o proletariado.

É neste contexto que os trabalhadores se unem e se organizam para reivindicar a melhoria da sua condição de vida e trabalho, o que levou ao surgimento dos sindicatos, o que tem reflexos políticos, visto que entre as reivindicações dos trabalhadores está o reconhecimento do direito à negociação coletiva e, com isto, de participar da construção do Direito do Trabalho, o que implica democratização da relação entre capital e trabalho.

A união e a organização dos trabalhadores buscam concretizar o ideal de democracia no Estado Brasileiro. Os principais aspectos do regime democrático são a igualdade entre os indivíduos e o direito de participação popular na tomada de decisões sociais.¹ Assim, a democracia pressupõe a garantia do reconhecimento de cidadão perante a lei em situação de igualdade. É dar voz dentro da sociedade, ainda que em um sistema econômico dividido em classes, a democracia se faz presente na possibilidade de participar e reivindicar melhores condições de vida².

De outro lado, a tese parte de uma concepção materialista da realidade, que considera as relações materiais de produção, e a forma como os seres humanos produzem seus meios de subsistência, como o motor para mudanças sociais. A partir

¹ “A democracia é um processo histórico e cultural, relacionado a vários fatores. Assim, a despeito de existirem atributos comuns, não há um único modelo e significado de democracia em todos os Estados. Inclusive, pode-se adjetivar o conceito de democracia. Logo, muitos que adotam a forma de governo democrática, infelizmente, nem sequer são democracias de fato. Portanto, também se deve prestar atenção à qualidade da democracia. Diante dessa teorização, cabe, inclusive, reflexão se os países que constitucionalmente adotam a democracia são substancialmente/metodologicamente democráticos. Nesse contexto, o conceito de democracia é dinâmico, pois altera-se conforme especificidades espaciais (sejam elas culturais, sociais, econômicas etc.) e temporais, o que ocasiona profusão e confusão em relação ao seu sentido. Convém informar que a Constituição de cada Estado será a responsável por definir a democracia em seu ordenamento jurídico. Assim, separada da Constituição, a democracia é, apenas, um conceito incompleto e inseguro. Ainda, por derivar da política, a democracia, em sua essência, é conflituosa. Em razão de ser variável, é possível a manipulação de sua utilização com o intuito de mascarar intenções hegemônicas como se fossem decorrentes do poder do povo”. (CORTE; CORTE, 2018; p. 180).

²Para Marshall: “a desigualdade do sistema de classes seria aceitável sempre que fosse reconhecida a igualdade da cidadania” (Marshall, 1967, p. 94).

dessa premissa, analisam-se contradições e conflitos inerentes ao modo de produção capitalista, e propõe uma visão do desenvolvimento histórico, em termos de luta de classes (Marx, 2001).

Os elementos centrais do materialismo histórico-dialético, segundo Marx e Engels (2008) são: materialismo³; dialética⁴; a história como luta de classes⁵; modos de produção e formações sociais⁶ e; superestrutura⁷:

O materialismo histórico-dialético busca, assim, entender a dinâmica da história e as transformações sociais, por meio da análise de contradições e conflitos inerentes ao modo de produção e às relações sociais. Ele fornece uma base teórica para a crítica ao sistema capitalista e a busca por uma sociedade mais justa (Marx, 2001), e, no contexto desse trabalho, possibilita compreender que o sindicalismo é uma instituição que nasce do próprio sistema capitalista e busca garantir formas mínimas de existência física do trabalhador.

Além disso, o materialismo histórico-dialético ajuda a analisar as transformações do movimento sindical, ao longo do tempo, considerando fatores como a reestruturação produtiva, as mudanças nas relações de trabalho e a globalização. Sob essa perspectiva, foi possível compreender a dinâmica do movimento sindical, em relação às contradições do modo de produção capitalista e às lutas por uma sociedade mais democrática.

Para desenvolver esta tese, a metodologia utilizada incluiu as pesquisas

³ A realidade é vista a partir das condições materiais, econômicas e produtivas. Tais condições têm um papel fundamental na determinação das relações sociais, políticas e culturais. As ideias e as formas de pensamento são vistas como reflexos das condições materiais e da base econômica de uma sociedade;

⁴ Concepção filosófica que busca compreender os processos de mudança sociais a partir das contradições entre tese e antítese. Dessa contradição nasce a síntese, como resultado da transformação social. No materialismo histórico, a dialética é aplicada ao estudo das relações sociais, mostrando como as contradições internas de uma sociedade e os conflitos de interesses entre as classes sociais impulsionam as mudanças históricas. Vale lembrar que as definições de dialética variam conforme os diferentes filósofos;

⁵ Para o materialismo histórico, a história é marcada pela luta de classes, que surge da contradição entre os interesses dos que detêm os meios de produção (a classe dominante) e os que não os detêm (a classe trabalhadora). Essa luta é impulsionada pelas contradições do modo de produção e das relações sociais, resultando em transformações sociais e na transição de um sistema para outro;

⁶ A tese identifica diferentes modos de produção na história, como o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Cada modo de produção está associado a determinadas relações sociais, formas de propriedade e estruturas políticas. As formações sociais são períodos históricos caracterizados pela predominância de um modo de produção específico;

⁷ Além da base material, o materialismo histórico também analisa a superestrutura, que engloba as instituições políticas, jurídicas, ideológicas e culturais de uma sociedade. Essa superestrutura é entendida como reflexo e sustentáculo das relações de produção dominantes em uma determinada formação social.

bibliográfica, qualitativa e a documental, e a de documentos em fontes jornalísticas, sendo seu foco entender os motivos e os comportamentos dos fenômenos sociais e políticos detectados que apontaram as metamorfoses porque passou o sindicalismo ao longo da história e seus reflexos no processo de (re)democratização.

A pesquisa documental, por sua vez, foi desenvolvida com a consulta criteriosa de diversos documentos oficiais, e os que marcaram a luta sindical, a saber:

- a) CLT de 1943 e outras legislações infraconstitucionais;
- b) Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- c) Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939 (Brasil, 1939);
- d) Documentos de movimentos sindicais da década de 80;
- e) Informativos e recomendações publicadas durante a campanha eleitoral de 2022, em apoio ao então ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, doravante (Lula), nos endereços eletrônicos de sindicatos.
- f) Documentos e discursos oficiais dos sindicatos que tratavam do posicionamento dessas instituições frente aos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

Para obter respostas ao problema da pesquisa, qual seja; relação entre sindicalismo e democracia e quais as medidas os sindicatos contribuíram para a (re)democratização do Brasil, utilizou-se fontes jornalísticas, em endereços eletrônicos de centrais sindicais, buscando dados que apontam o apoio ao ex-Presidente Lula.

Esta pesquisa aborda o recente evento das eleições de 2022 e se reveste de ineditismo justamente por utilizar essas fontes jornalísticas para analisar a história das eleições de Lula para seus dois mandatos anteriores, e sua trajetória para chegar ao terceiro. Dessa forma, as fontes jornalísticas constituem o que de mais atualizado há, para narrarmos esta história pela primeira vez, e a partir das e sob as lentes do sindicalismo.

Para fazer a análise estudou-se o movimento sindical na década de 1980, especialmente o do ABC paulista e o pós Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017), principalmente para avaliar se ela, efetivamente, enfraquecia o movimento sindical. Além disso, o intuito desses procedimentos é também avaliar o papel dos sindicatos nas eleições presidenciais de 2022.

Abordou-se o tema desta pesquisa sob uma perspectiva original e inédita sobre

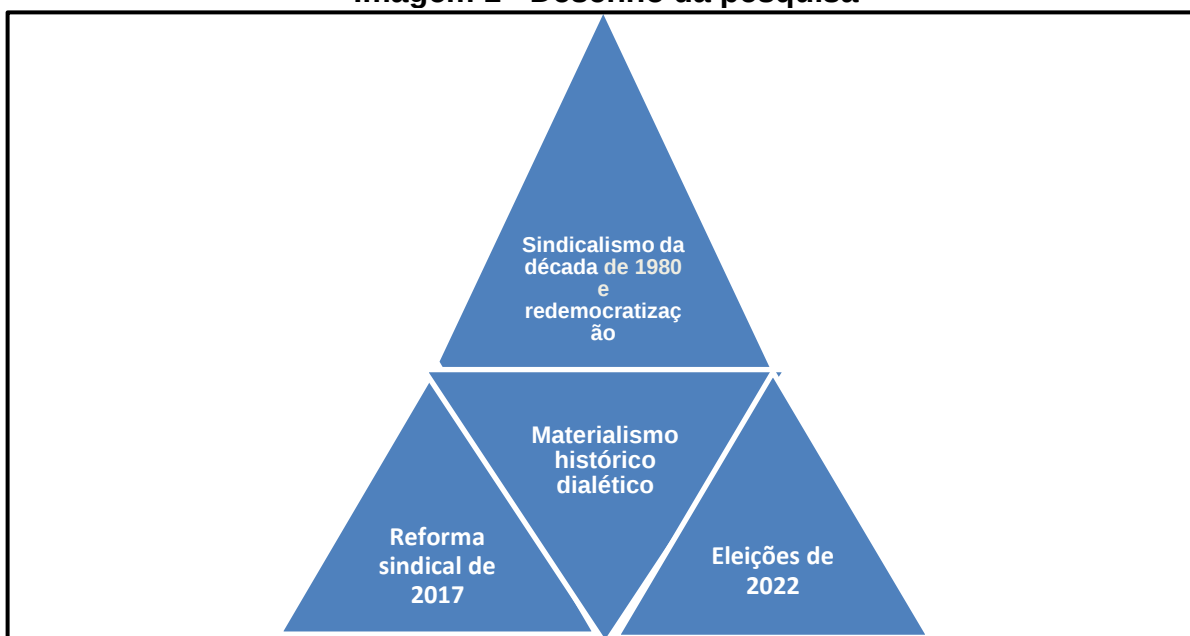
um problema já bastante estudado pela literatura, mas desta feita sob uma visão que mostra como a história do movimento trabalhista e sindical foi constante e frequentemente silenciada pelas elites políticas. Além disso, o estudo permitiu avaliar os movimentos de resistência dos sindicatos e sua atuação diante das ações dos governos conservadores no tocante à retomada da democracia, bem como para sua manutenção.

Por tudo isso, esta tese se organiza em torno da seguinte questão: “Em que medidas os sindicatos contribuíram para a (re)democratização do Brasil e qual a relação entre sindicatos e democracia?”

A base teórica dessa discussão, e da busca pela resposta da pergunta anterior, é o materialismo histórico-dialético, paradigma que possibilita avaliar o papel da luta de classes na constituição de instituições democráticas e compreender como o contexto histórico e o movimento sindical impactam a democracia. Este enfoque teórico traz, ainda, subsídios para compreendermos a relação entre instituições políticas, contexto histórico e políticas de proteção ao trabalhador.

Isso posto, esta pesquisa se organizou a partir da Imagem 1:

Imagem 1 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Esta tese se estrutura da seguinte forma: no capítulo 1, a introdução apresenta o objeto de estudo: o sindicalismo e suas metamorfoses e seu papel para manter, ou

recuperar a democracia no Brasil, especificamente nos eventos ocorridos na década de 1980 e nos de 2022, ano da última eleição presidencial.

No capítulo 2, apresentam-se os pressupostos teóricos do trabalho que é feito o levantamento da tese. Tal capítulo apresenta uma abordagem histórica e conceitual do sindicalismo.

O capítulo 3 trata do papel do sindicalismo na trajetória da democratização brasileira na década de 1980, apresentando os impactos no movimento do ABC e da atuação de Lula para derrotar a ditadura militar. Abordou-se também o movimento sindical das Diretas-Já e democracia, analisando a atuação sindical e seus desmembramentos.

No capítulo 4, discorre-se sobre o papel dos movimentos sindicais na Constituinte de 1986 e 1987, e mostra-se como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) atendeu às demandas desses movimentos e constitucionalizou diversos direitos trabalhistas. Analisa-se ainda o papel que o movimento sindical desempenhou nos governos dos Presidentes José Sarney, Itamar Franco, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e nos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010).

Por sua vez, o capítulo 5 teve como propósito avaliar o agravamento da crise da esquerda no Brasil, ao longo do governo Dilma Rousseff e do governo de Michel Temer, e seus impactos na luta sindical, evidenciando o processo de fortalecimento de um discurso ultraconservador no Brasil, deslegitimando todas as lutas de classe, e configurando-as como terrorismo da esquerda.

Já no capítulo 6, abordou-se sobre o governo de Bolsonaro, a reeleição de Lula e democracia: a luta contra o neoconservadorismo. Examinou-se o contexto histórico que levou à reeleição de Lula, em meio ao fundamental papel desempenhado pelo sindicalismo nesse cenário político, e os desafios diante do avanço da extrema direita.

Finalmente, nas considerações finais foram retomados aspectos fundamentais, como o papel dos sindicatos em eventos históricos memoráveis como os dos anos 1980 e os de 2022 nos quais o Sindicalismo atuou como mola mestra nas lutas pela democracia. Ponderou-se, no entanto, que, em que pese a relevância da pesquisa, reconhece-se, no que comporta ao ano de 2022, que o tema aborda fatos recentes, contemporâneos e ainda em evolução constante, por isso, muitos dos eventos e nuances subjacentes podem ainda não ter se revelado completamente. Por essas razões a análise não se exaure neste texto.

Finalmente, como o título desta tese aponta, procede-se a um estudo contrastivo, compreendido como a análise da atuação dos sindicatos na reconstrução da democracia no Brasil, entre dois períodos históricos da conjuntura político-social brasileira, os anos 1980 e de 2022, ano no qual se realizou a última eleição presidencial.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesse capítulo serão apresentados pressupostos e fundamentos teóricos do trabalho e será levantada a tese a ser discutida no texto.

O capítulo apresentará a metodologia utilizada nesse trabalho, o conceito de sindicato, bem como uma breve perspectiva histórica das origens do sindicalismo no mundo e no Brasil. Além disso, será relacionado o fenômeno sindical à base teórica marxista e se formulará a tese a respeito da importância do sindicato no fenômeno de (re)democratização do Brasil.

O quadro teórico é de fundamental importância na construção e definição da tese, abrangendo tanto a convergência quanto a divergência, que no presente trabalho compõe-se, dentro outros fatores, a partir do materialismo histórico-dialético.

2.1 Metodologia

Levando em consideração a tese levantada pelo trabalho acerca da relação entre sindicalismo e democracia e em quais medidas os sindicatos contribuíram para o processo de (re)democratização do Brasil, optou-se pela pesquisa qualitativa, com foco na descrição de fenômenos sociais.

Além disso, pautou-se por uma pesquisa bibliográfica acerca da teoria do materialismo histórico de Karl Marx, de forma a construir a fundamentação de caráter sociológico-filosófica. Outras fontes de consulta além das obras literárias foram: fontes legais, constitucionais e matérias jornalísticas.

A análise normativo-legal proposta nesse trabalho objetiva demonstrar uma perspectiva histórica da evolução dos sindicatos, perpassando pelo seu reconhecimento constitucional e legal em relação às competências e funções do sindicato no Estado brasileiro.

A busca por matérias jornalísticas está umbilicalmente ligada à necessidade de demonstração da relação sindicato e os movimentos sociais contra o regime ditatorial no Brasil na década de 80, bem como a eleição brasileira para o mandato presidencial de 2022.

Partindo dessa metodologia chegam-se às considerações sobre a hipotética

influência do sindicato como catalisador do ideal democrático ao longo da história e seus reflexos no processo de (re)democratização do Brasil.

A seguir, inicia-se por uma abordagem sobre o fenômeno sindical.

2.2 Fenômeno sindical

A análise do fenômeno sindical deve perpassar por sua esfera conceitual, legal e histórica, inicia-se esse tópico pela abordagem conceitual.

2.2.1 Conceito e origens

Etimologicamente, a palavra sindicato se origina do francês *syndicat*, de *syndic*, que por seu turno quer dizer “representante de uma corporação”. O vocábulo francês vem do grego *syndikos*, “advogado público”, formado pelo prefixo *syn-* (‘junto’) e pelo radical *diké* (‘uso’, ‘justiça’, ‘costume’, ‘julgamento’). Posteriormente, a palavra adquiriria o significado de agremiação (grupo de pessoas da mesma atividade) fundada para atender aos interesses de seus adeptos (Sindicalismo, 2008).

É uma associação estável e permanente de trabalhadores tanto urbano-industriais, como rurais e de serviços, que se unem a partir da constatação e resolução de problemas e necessidades comuns (Portal do sindicato, 2021). São resultado da união dos trabalhadores, não somente união física, como também emocional e racional. (Viana, 2010). Constituem “manifestação da insurgência dos(as) trabalhadores(as) contra as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos no contexto do capitalismo industrial” (Almeida, 2023, não publicado).

Os tipos mais comuns são os laborais, que representam categorias profissionais e classes econômicas (patronais ou empresariais) (Portal gramática, 2021).

Preliminarmente, partindo dos conceitos expostos acima, observa-se que os sindicatos atuam como representantes dos trabalhadores e empregadores, negociando condições de trabalho, salários, segurança no trabalho e outras questões relacionadas ao ambiente laboral.

Defende-se aqui a ideia de que uma instituição que protege o trabalhador só

faz sentido em um sistema econômico que depende do fruto de seu trabalho. Surge então a necessidade de uma instituição representativa dos direitos da categoria trabalhadora, buscando o mínimo existencial⁸ dentro do contexto de produção capitalista. Frisa-se: o sindicato não é uma instituição anticapitalista; só existe em razão do modelo econômico adotado pelo Estado. Nesse sentido:

A situação social dos(as) trabalhadores(as) que levou ao surgimento dos sindicatos nada tinha de natural, vez que as desigualdades sociais e econômicas entre capital e trabalho não são naturais, mas fruto de uma construção social, histórica e política, lembrando que existem múltiplas formas de organizar um regime de propriedade e um sistema de produção e distribuição de riqueza, sendo a opção de uma delas uma escolha política. (Almeida, 2023, p.3, não publicado).

O movimento sindical surge da contradição entre os interesses dos trabalhadores, que buscam melhores condições de vida e trabalho, e dos empregadores, detentores do poder econômico. Esta contradição está enraizada nas relações sociais de produção capitalistas, que geram desigualdades e conflitos entre as classes.

Com relação à sua origem, os sindicatos surgiram como resposta à exploração e às condições precárias de trabalho durante a Revolução Industrial no século XIX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Com o crescimento das indústrias e a concentração de trabalhadores em fábricas surgiram demandas por melhores condições de trabalho e salários mais justos (Dal Rosso, 2013).

Os primeiros sindicatos se formaram como associações de trabalhadores que se uniram para lutar coletivamente por seus direitos. Eles organizavam greves, protestos e negociações com os empregadores, visando melhorar as condições de trabalho e obter benefícios para a sua categoria (Dal Rosso, 2013).

Avançando no tempo, sobre a organização e atuação sindical:

Quando se tornou inevitável a generalização da produção fabril, o sindicalismo adotou nova fórmula. Utilizando da própria lógica contraditória do sistema, que reuniu trabalhadores em um mesmo espaço físico para racionalizar a produção e, com isso, permitiu a criação de fortes laços de solidariedade, como relata Viana (1999), o sindicalismo cartista consegue edificar um robusto sistema de resistência coletiva. Os cartistas, já integrados ao sistema de organização capitalista do trabalho, reivindicavam limites à exploração deste, ao mesmo tempo em que buscavam conquistar direitos de participação política dos trabalhadores. (Reis; Gomes; 2015, p. 121).

⁸ Quando se menciona o mínimo existencial faz-se referência ao conjunto de direitos do indivíduo que expressam o seu patrimônio mínimo para viver com dignidade na sociedade (Martins, 2022).

Após uma atuação revolucionária os Sindicatos caminharam para, no século XX, adotar uma postura menos conflituosa, muitas vezes se subordinando ao sistema para, em troca, receber alguns direitos que lhe são caros. (Reis; Gomes, 2015).

Assim, ao longo do tempo, o movimento sindical se desenvolveu e se diversificou, abrangendo diferentes setores da economia e diversas profissões. Os sindicatos tornaram-se importantes agentes de negociação coletiva e influência política, sempre na busca por proteger os direitos trabalhistas, promover a igualdade e garantir voz para os trabalhadores, nas decisões que afetam sua vida profissional (Dal Rosso, 2013).

Vale ressaltar que a formação e a atuação dos sindicatos podem variar em diferentes países, de acordo com a legislação trabalhista e as características específicas de cada sociedade. No entanto, seu objetivo central continua sendo o de defender os interesses sociais dos trabalhadores. Esses interesses vão além das condições meramente econômicas e contratuais, sendo voltado “à defesa de direitos e interesses, coletivos e individuais, de ordem política, econômica, religiosa, social, cultural, profissional, sindical ou de qualquer outra natureza, dos(as) trabalhadores(as)” (Almeida, 2023, não publicado) e promovem justiça consentânea nas relações de trabalho.

Complementando as informações desse tópico, segundo Dal Rosso (2013), o sindicalismo é fruto da era do capitalismo fordista keynesiano⁹, ou seja, um produto do século XX. Muito embora no século XIX já se tenham algumas manifestações sindicais, seu fortalecimento como instituição democrática ocorreu no século XX¹⁰.

⁹ O capitalismo keynesiano é aquele que nasce com a crise mundial de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, e propõe, em contraposição ao falido Estado liberal, o Estado de bem-estar social, ou Estado-providência ou *welfare state*, concepção que abrange as áreas social, política e econômica e que atribui à instituição Estado a obrigação de organizar a economia de um país e prover políticas sociais para o bem dos cidadãos, o acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança e serviços públicos. O Estado de bem-estar social abre mais espaços para direitos trabalhistas (Porfírio, 2022).

¹⁰ Ao se analisar as primeiras etapas do sindicalismo, talvez, se possa chegar a conclusão que o objetivo inicial não era a construção de direitos relacionados ao assalariamento. Parece que o anseio do movimento sindical nascente era preservar a autonomia produtiva, por meio da conquista da emancipação econômica e política. Mas esse sonho emancipatório se perdeu e o sindicalismo se tornou instrumento do próprio sistema capitalista de produção, sendo mecanismo de disciplinamento do trabalho, limitador da resistência e distribuidor de rendas para manter a espiral de consumo em ascensão. Ao reduzir o trabalho à mercadoria, o sindicalismo – principal fonte material de construção do Direito do Trabalho – acaba por encerrar suas lutas na busca por justiça redistributiva, abandonando, lentamente, seus sonhos emancipatórios. No entanto, a necessidade de reorganização, impulsionada pelos movimentos juvenis do século XXI, parece estar criando espaços para que esse tradicional segmento dos movimentos sociais readquira legitimidade social. Timidamente, o sindicalismo vai se

Do ponto de vista ideológico, Mota (2017) aponta que o surgimento do movimento sindical está ligado à Revolução Industrial na Europa (século XVIII), com a presença da burguesia e o proletariado como principais classes sociais. A crescente divergência de interesses entre essas duas classes (Gumbrell-Mccormick e Hyman, 2010 *apud* Mora, 2017) aumentou com a industrialização e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Isso levou a protestos por parte do proletariado e ao surgimento de uma consciência social operária que objetivava uma mudança no sistema então vigente.

Segundo Gumbrell-Mccormick e Hyman (2010 *apud* Mora, 2017), os sindicatos não se limitam a observar o mercado de trabalho, eram também agentes ativos, buscando melhores condições de trabalho e diálogo na sociedade. Hyman (2001 *apud* Mora, 2017) propôs uma classificação de sindicalismo com base em "mercado, classe e sociedade".

Na abordagem de "mercado", encontram-se os sindicatos atuando como agentes econômicos, conhecidos como sindicatos de negócios, que buscam benefícios econômicos para os trabalhadores. Mota (2017) afirma que se destacam teóricos como John R. Commons e Selig Perlman, assim como Samuel Gompers, que defende melhores condições econômicas através de negociações coletivas em detrimento da legislação. Igualmente, Commons (1987 *apud* Mora, 2017) desenvolve a teoria do movimento sindical americano com base na defesa da propriedade privada, livre mercado, sufrágio universal e sistema político democrático, representando os elementos essenciais do liberalismo.

Sobre o sindicalismo com base na classe: "situa-se no vértice do triângulo por oposição aos sindicatos enquanto atores econômicos" (Hyman *apud* Mota, 2017, p.4).

O "sindicalismo de negócios" busca uma abordagem econômica livre de partidarismos políticos, valorizando o emprego em detrimento da classe. (Costa, 2011 *apud* Mora, 2017) Os sindicatos atuam como instrumentos para melhorar as condições de trabalho e segurança no emprego dos trabalhadores, dentro do sistema capitalista. O foco da ação sindical está na empresa, com destaque para a negociação coletiva em busca de melhores condições de trabalho e econômicas. Sidney e

reinventado no século XXI, ampliando seus leques de apoio com outros segmentos dos movimentos sociais e absorvendo as pautas relacionadas às diferenças entre os sujeitos. (Reis; Gomes; 2015; p. 123).

Beatrice Webb (1897, *apud* Mora, 2017) desenvolveram uma teoria de sindicalismo social, priorizando a negociação coletiva e a relação econômica (Hyman, 2001, p. 6).

Webb (1897, *apud* Mora, 2017) argumenta que os sindicalistas são guiados pelo interesse dos trabalhadores, pela lei da oferta e demanda regulando o preço do trabalho através de negociações coletivas e pelo salário mínimo para garantir condições dignas de sobrevivência

Segundo Mota (2017) existe também a visão marxista do sindicalismo, conhecida como sindicalismo revolucionário, que considera o capitalismo como um sistema em que a classe burguesa controla a economia e o sistema político, oprimindo os assalariados. Por outro lado, existem visões "pessimistas" e "otimistas" sobre o papel dos sindicatos na consciência de classe dos trabalhadores. A "pessimista" defende que a consciência de classe não surge dos trabalhadores, mas de uma elite intelectual; enquanto a "otimista" acredita que os sindicatos promovem o desenvolvimento dessa consciência ao unir os trabalhadores em defesa de seus interesses. A concepção do sindicalismo de classe, segundo o modelo de Hyman (2001 *apud* Mota, 2017), fica no topo do triângulo em oposição aos sindicatos como agentes econômicos. O marxismo também defendeu que os sindicatos não deveriam se limitar a questões econômicas, mas sim buscar substituir o poder do capital.

Dessa forma, conforme Mota (2017), o sindicalismo é visto como uma resistência ao capitalismo, mas também como parte integrante dele. Enquanto pode interromper a produção, o sindicalismo também garante a continuidade dela por meio de negociações coletivas. Portanto, é possível dizer que o sindicalismo passou da tradição e costume da comunidade para o contrato escrito (formal).

Ferreira, Azevedo e Santos (2016) afirmam que uma das estratégias utilizadas para a conquista da hegemonia da classe trabalhadora pelos sindicatos é justamente as escolas sindicais, como o Instituto Cajamar¹¹. O plano de ensino voltado para os profissionais almeja um formato que tenha como principal objetivo a libertação e a análise crítica, sendo este o formato defendido pelos sindicatos; em contrapartida, existe o formato imposto pela elite dominante que enxerga a escola como um bem de consumo e deve ser controlada pelas leis do mercado. Nestas duas abordagens, os

¹¹ "Instituído em 1986 e com funcionamento regular até 1997, o Cajamar nada mais era do que um instituto destinado à formação sindical e política. Ali eram realizados cursos e eventos em geral." (Rede Brasil Atual, 2021, n.p.).

sindicatos desempenham um papel fundamental como arena de luta da classe trabalhadora dentro das estruturas ideológicas do Estado.

Dessa forma, os autores afirmam que seria viável para a classe trabalhadora competir e obter o domínio desses dispositivos persuasivos, o controle de entidades responsáveis pelas ideias predominantes em nossa sociedade, mesmo antes de alcançar o poder estatal, como Gramsci chamava de "Sociedade Política".

No conjunto de organizações da Sociedade Civil, destaca-se a escola como uma das mais relevantes. De acordo com as ideias marxistas, é crucial que a classe trabalhadora desenvolva sua própria proposta educacional como forma de disputar a hegemonia na sociedade e, por conseguinte, alcançar a emancipação das classes subalternas. Dessa forma, a prática pedagógica contra-hegemônica precisa estar integrada de forma orgânica aos movimentos de mudança social, como, por exemplo, os sindicatos.

2.2.2 Breve perspectiva histórica do sindicalismo no Estado brasileiro

Esse tópico objetiva trazer uma breve perspectiva histórica do sindicalismo no Estado brasileiro para fins do levantamento da tese e dos questionamentos desse trabalho. Ressalta-se que o tema do sindicalismo no Estado brasileiro será aprofundado em capítulos posteriores.

A abordagem do fenômeno sindical no Brasil não pode ser feita sem a relação com o constitucionalismo social, que pode ser visto como fenômeno de positivação de direitos sociais em Constituições dos Estados contemporâneos (Rodrigues, 2020). No caso brasileiro, se evidenciou na Constituição de 1934, por influência das Constituições Alemã de Weimar de 1919¹² e da Mexicana de 1917¹³. A supracitada Carta Magna brasileira de 1934 estabeleceu dois títulos especiais: um sobre a ordem econômica e social e outro sobre família, educação e cultura. Tais títulos comprovam a influência das constituições sociais mencionadas anteriormente no texto brasileiro.

¹² Promulgada em 11 de agosto de 1919, a Constituição de Weimar atribuiu direitos sociais, que incluíam normas de proteção ao trabalhador e o direito à educação (Rodas, 2019).

¹³ A Carta Política mexicana de 1917 foi a primeira a atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais, juntamente com as liberdades individuais e os direitos políticos (arts. 5º e 123). A importância desse precedente histórico deve ser salientada, pois na Europa a consciência de que os direitos humanos têm também uma dimensão social só veio a se firmar após a grande guerra de 1914-1918, que encerrou de fato o "longo século XIX" (Comparato, 2020).

Importante ressaltar que a ideia do constitucionalismo social brasileiro surge para frear os movimentos operários e sob a sombra do medo do comunismo. Esse era o contexto histórico do surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1943, durante o período do Estado Novo (1937-1945), que unificou a legislação trabalhista existente no Brasil.

Nesse contexto, observa-se que o surgimento do Direito do Trabalho no Brasil não foi resultado de uma ação democrática do Estado, concretizando uma nova esfera de direito no ordenamento jurídico brasileiro; mas foi fruto do sistema capitalista de produção e das consequentes reivindicações por melhores condições de trabalho pela classe operária.

Costa (1986) mostra que o sindicalismo brasileiro nasce como uma antítese da autonomia e do pluralismo sindical. A gênese do sindicalismo brasileiro é do sindicalismo de Estado, que garante o direito à organização sindical, desde que mediante regulação estatal.

Vargas publicou três decretos sobre o tema em seus primeiros anos de governo, a saber: Decreto-lei nº 19.770, de março de 1931 (Brasil, 1931); Decreto nº 24.694, de julho de 1934 (Brasil, 1934) e; Decreto-lei n.º 1.402, de julho de 1939 (Brasil, 1939).

Em comum, todos esses decretos garantem a interferência estatal na organização sindical. Por exemplo, o Decreto-lei nº 19.770/1931, em seus arts. 1º e 2º, reza:

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições [...]
Art. 2º Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional (Brasil, 1931).

Dessa forma, tal sindicalismo de Estado nasce com a participação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e deve prestar contas ao Poder Executivo. Fora dessa ordem legal, não havia organização sindical. Resta claro a subordinação dos

sindicatos ao Estado nesse período.

Nessa senda, Costa (1986) explica:

O Ministério do Trabalho obteve o poder absoluto sobre os organismos de representação profissional. Em outras palavras, passou a determinar como deveria ser criada a entidade, quem ela representaria, qual a sua base territorial, qual sua finalidade, de que forma deveria funcionar, como e quando poderia agir, e se poderia ou não continuar a existir (Costa, 1986, p. 81).

A questão é que esse sindicalismo de Estado, diante de tantas condições arbitrárias, nasce em um contexto de um paternalismo estatal, que “cala o trabalhador”, mas garante alguns direitos. Isso enfraquece a força dos sindicatos e retira deles o que é mais essencial em termos simbólicos: a luta do trabalhador - garantia de sua capacidade de resistência. Essa luta que, mediada pelo Estado, deslegitima-se e perde seu peso e poder simbólicos.

Nesse contexto, importante mencionar que os sindicatos também foram criados no âmbito rural, ainda que somente na década de 60. O objetivo aqui era inibir que os trabalhadores se organizassem de forma independente e sem regulamentação ou fiscalização (Coletti; 2019). Assim:

Os trabalhadores rurais foram praticamente excluídos do direito de constituir sindicatos oficiais durante as décadas de 1930, 40 e 50. Somente no início da década de 1960 foi-lhes dado esse direito, por meio de duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social e, pouco depois, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963). (Coletti; 2019; p. 132)

Entre 1964 e 1971, a ditadura militar ordenou a intervenção nas atividades de 573 sindicatos e federações sindicais. A polícia do regime e os funcionários civis começaram a interferir nos movimentos sindicais. As atividades dos sindicatos estavam totalmente sob o controle militar. Em 1967 o general Castelo Branco emitiu um novo certificado ideológico que se tornou a triste memória do Estado Novo. Com esses certificados, os instrumentos de repressão política controlavam os candidatos a cargos de liderança nas estruturas sindicais, retirando de forma expressiva a autonomia sindical. Nesse período, o movimento sindical praticamente desapareceu. Embora continuassem existindo, os sindicatos cumpriam um papel de prestação de serviços assistenciais, médicos e jurídicos aos seus filiados, funcionando como uma repartição vinculada e controlada pelo Estado, um balcão homologador de rescisões

de contratos ou um cartório de ofício burocrático. Não havia mais função política, reivindicatória ou ideológica. (Molina, 2021).

Até meados da década de 1970, a estrutura sindical herdada do Estado Novo permaneceu intacta, composta por empresário e pelegos (nome dado aos dirigentes sindicais que intervieram ou consentiram e participaram na estrutura da sindical pelo Estado).

A situação só mudou no final da década de 1970, após a mobilização independente dos trabalhadores através da oposição sindical, e do início da pressão contra a intervenção e pela liberdade de organização sindical. Nos anos de 1979 a 1981 o sindicalismo combativo foi derrotando os pelegos nas eleições de importantes sindicatos, tanto de categorias da indústria, quanto de serviços e comércio. As assembleias, passeatas e piquetes passaram a ter a presença constante de policiais e jagunços, com a função de controlar, ameaçar e agredir os que estavam na linha de frente das mobilizações, demonstrando a necessidade de democratização do país com o fortalecimento sindical (Molina, 2021).

Costa (1986) explica que, por cinco décadas, a legislação sindical permaneceu a mesma, mas a força do sindicalismo seria percebida no movimento de democratização da década de 1980¹⁴.

Com a promulgação da Constituição de 1988 retomou-se o ideal democrático, indicando um processo de ampliação e fortalecimento dos direitos trabalhistas, porquanto garantidos no art. 7º da CRFB/1988. Essa constitucionalização de direitos sociais, à semelhança do ocorrido na Europa¹⁵ no passado, esteve a serviço da concretização dos direitos fundamentais e da proteção da dignidade da pessoa humana. (Martins, 2022).

Avançando, após o ano de 2016, no que tange ao trabalhador e aos sindicatos, a legislação trabalhista e sindical revelou retrocessos¹⁶ devidos ao fortalecimento do capitalismo neoliberal, este fruto do neoliberalismo.

Cumpra aqui estabelecer um conceito do que seja o neoliberalismo: A grosso modo, o movimento neoliberal pode ser entendido como o conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, para o desenvolvimento do país. Esta tendência neoliberal tem adentrado as agendas

¹⁴ Assunto aprofundado posteriormente nesse trabalho.

¹⁵ Em especial na Constituição de Weimar, na Alemanha, em 1919.

¹⁶ Retrocessos abordados no capítulo 7 desse trabalho.

políticas brasileiras, com a intenção de precarizar e flexibilizar direitos, especificamente os dos trabalhadores, os dos movimentos sindicais e os referentes à previdência social.

Esse movimento:

(...) considera o(a) trabalhador(a) como um ser “egoísta, consumista e calculador imerso em um Estado encarregado de somente salvaguardar a liberdade, propriedade e convivência pacífica. Assim, os sujeitos são considerados a partir de práticas instrumentais, quais sejam, possuir, trocar, acumular e consumir, o que afeta a formação do coletivo e a ação coletiva, vez que os seres humanos produzem e reproduzem as suas vidas de forma social. (Almeida, 2023, não publicado).

Os retrocessos vividos após o ano de 2016 culminaram na necessidade de resgatar valores sociais, e nesse contexto, os sindicatos foram fundamentais para a mudança do cenário político do Brasil nas eleições de 2022 – um dos pontos centrais desse trabalho.

A seguir alguns apontamentos sobre a perspectiva marxista aplicável ao tema proposto.

2.2.3 Análise sob a perspectiva marxista

Considerando a base materialista desta tese, cumpre a esta altura, analisar o sindicalismo à luz do marxismo e apontar os limites que o marxismo apreende na ação dos sindicatos.

No sentido em questão, Karl Marx (2008), ensina

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor (Marx, 2008, p. 65).

Essa defesa da solidariedade entre os trabalhadores ganha maior clareza em *A miséria da filosofia* (Marx, 2004), e na obra do filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon¹⁷.

¹⁷ Político e economista francês, foi membro do Parlamento Francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do Século XIX (Proudhon, 2021). Apresenta ideias que refutam as acusações de que o aumento dos salários (conseguido por meio de greves) resultaria no

Dentro da análise de Marx (2004), a elevação ou diminuição dos lucros (ou dos salários) expressa a proporção da contribuição de capitalistas e trabalhadores na produção durante um período de trabalho. Essas mudanças não exercem uma influência decisiva nos preços das mercadorias, devido à inclinação competitiva que pressiona para a realização de um lucro médio. Qualquer possível tendência de aumento nos preços de produtos provenientes de uma empresa que depende principalmente de mão de obra intensiva é rapidamente controlada pelo preço mais baixo dos produtos de um competidor que possui uma estrutura de custos mais avançada. A organização do trabalho e a busca por uma maior parcela do excedente produzido servem apenas para acelerar o avanço tecnológico, com o objetivo de retornar às taxas de lucro anteriores ao aumento dos salários (Arbia, 2013).

De acordo com a teoria marxista, por mais paradoxal que pareça, a luta de classes é um fenômeno intrínseco ao sistema capitalista, dentro do qual a classe trabalhadora busca reivindicar melhores condições de trabalho, salários mais justos e igualdade social.

Nesse contexto, não se pode deixar de fazer referência à famosa sentença de Marx (2011, p. 6): “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Marx (2006) reconhece a capacidade dos seres humanos de influenciar e moldar o curso dos eventos históricos por meio de suas ações, escolhas e decisões. Isso sugere que os indivíduos têm a capacidade de tomar medidas que afetam o desenvolvimento da sociedade e da cultura.

Contudo, a citação reflete o fato de que as ações individuais são mediadas por uma série de fatores e limitações, incluindo as estruturas sociais existentes e as circunstâncias históricas. Assim, as ações das pessoas são realizadas dentro de um contexto histórico específico e sob condições formadas por eventos e ações passadas. As circunstâncias em que as pessoas operam são influenciadas por legados históricos, instituições sociais preexistentes e estruturas políticas que moldam suas opções e oportunidades.

É necessário considerar que, ao apresentar os direitos trabalhistas e as políticas sociais como concessões do Estado, o sistema capitalista busca escamotear

aumento dos preços, com o objetivo subliminar de compensar a redução dos lucros

as verdadeiras contradições entre a burguesia (classe dominante) e o proletariado (classe trabalhadora). Isso ocorre, quando se cria a ilusão de que o Estado é um árbitro neutro ou um mediador benevolente; quando na verdade atua em defesa dos interesses da classe dominante.

Além disso, tal concessão de direitos pelo Estado contribui para desencorajar a classe trabalhadora a buscar a transformação do sistema capitalista como um todo. Em vez de lutar por mudanças estruturais e questionar as bases deste sistema de exploração, os trabalhadores podem ser levados a crer que os benefícios obtidos são suficientes, e que não é necessário questionar a estrutura social e econômica, levando inevitavelmente a uma alienação.

Essa estratégia, conforme o marxismo, é uma forma de cooptação e controle social que visa a manter a ordem vigente e, ao mesmo tempo, desvalorizar a luta de classes como força transformadora. Assim, o Estado busca desarticulá-la e impedir que a classe trabalhadora se organize em prol de uma sociedade mais justa e equitativa¹⁸.

O materialismo histórico-dialético enfatiza a importância das relações sociais de produção, ou seja, as que se estabelecem entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados e que podem perpetuar a desigualdade e a pobreza.

À luz do escopo desse trabalho, é fundamental considerar a estrutura social do Brasil - incluindo os sistemas de classes, as relações de poder e as formas de exploração - para compreender como elas contribuem para a pobreza no país.

Para compreender a pobreza do Brasil, no século XXI, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e a consequência da luta da classe operária é fundamental considerar tanto as condições materiais objetivas quanto as relações sociais e históricas. É imprescindível analisar fatores econômicos e estruturais que contribuem para agravar a referida pobreza no país, como a distribuição desigual de recursos, a má distribuição de terras e a falta de empregos, de educação, saúde e de moradia dignas e adequadas.

¹⁸ Em comentário à legislação dos salários dos trabalhadores e atuação dos sindicatos, aponta Engels (2008): [...] graças à ação sindical, a lei dos salários se impôs pela força aos patrões capitalistas. Com efeito, bem organizados, os operários de todos os ramos da indústria podem receber – ao menos aproximadamente – o justo valor da força de trabalho que alugam e, com ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho, para que não exceda sua duração máxima [...]. Isso é o máximo que os sindicatos – como estão organizados atualmente – podem esperar obter e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso gasto de força e de dinheiro (Engels, 2008, p. 72).

No contexto brasileiro do governo Vargas aos dias atuais pode-se detectar uma estratégia do Estado para controlar a classe trabalhadora por meio da implementação de políticas sociais e direitos trabalhistas. Essas políticas são muitas vezes apresentadas como concessões dos governos, criando uma narrativa da qual o Estado emerge como "benfeitor" que zela pelo bem-estar dos trabalhadores. Tal estratégia política, analisada sob uma perspectiva marxista, é considerada uma forma de evitar a luta de classes e preservar a estrutura de dominação, alienando o trabalhador da sua condição de classe, destituindo-o de sua consciência coletiva que, para pensadores como Louis Althusser¹⁹ e Georg Lukács²⁰ é um modo necessário do proletário se ver dentro de um sistema como o capitalismo, mas que para Marx²¹ é condição da existência do sujeito no capitalismo (Porfírio, 2023).

O materialismo histórico-dialético argumenta ainda que as contradições entre as classes sociais são o motor da mudança social. No caso da pobreza no Brasil, a luta entre os interesses das classes dominantes e os da classe trabalhadora pode afetar diretamente a distribuição de recursos e a redução da pobreza. A análise das desigualdades sociais e da exploração das classes pode revelar a forma como o sistema econômico-político vigente perpetua a pobreza, bem como a resistência e as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida.

Ao se aplicar o materialismo histórico-dialético para compreender a pobreza no Brasil no século XXI é possível obter uma visão mais abrangente que vai além das causas individuais da pobreza, explorando as estruturas sociais e históricas que moldam a desigualdade e a marginalização. Essa perspectiva ajuda a identificar as contradições e as transformações necessárias para se chegar a um contexto mais justo e igualitário para a sociedade.

Em suma, o materialismo dialético permite realizar reflexões que sustentam a importância dos sindicatos na (re)democratização brasileira.

¹⁹ Filósofo do Marxismo Estrutural de origem Francesa nascido na Argélia. Autor da marcante obra *Aparelhos ideológicos de Estado*. Fez inúmeras abordagens sobre a Ideologia do Estado (Althusser, 2023).

²⁰ Filósofo, crítico literário e historiador literário húngaro (Fernández; Tamaro, 2004).

²¹ Marx afirma, ainda, que é uma situação a que o ser humano está naturalmente sujeito. É a consciência de classe que permite a união, a coesão entre iguais e a luta por melhorias para a classe. O conceito de consciência de classe, que está no livro *A Sagrada Família*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, é algo que o trabalhador proletariado está destinado a tomar dentro do sistema capitalista, não sendo, portanto, uma meta, mas algo que deve acontecer necessária e naturalmente (Porfírio, 2023).

2.3 O sindicato como ator político para a (re)democratização do Brasil: levantamento da tese

Os sindicatos desempenham um papel fundamental na promoção da democracia. Como organizações representativas dos trabalhadores atuam para garantir que direitos e interesses dos trabalhadores sejam protegidos e respeitados. Através da negociação coletiva e da busca por melhores condições de trabalho, os sindicatos buscam estabelecer relações justas entre empregadores e empregados.

Em uma democracia é essencial que os cidadãos tenham voz e participem ativamente da tomada de decisões que afetam suas vidas. Para este fim, os sindicatos oferecem aos trabalhadores uma plataforma para expressar suas preocupações, necessidades e demandas, possibilitando que sejam ouvidos e levados em consideração nas negociações e nos processos de formulação de políticas.

Além disso, os sindicatos são uma força importante na defesa dos direitos humanos, sociais e trabalhistas. Eles desempenham um papel de fiscalização e monitoramento das condições de trabalho, garantindo que seus padrões mínimos sejam cumpridos e lutando contra a exploração e a discriminação. Ao defenderem a igualdade e a justiça no local de trabalho, os sindicatos contribuem para a consolidação de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Uma das mais relevantes funções dos sindicatos é serem agentes de mobilização política, porquanto promovem a conscientização e a participação dos trabalhadores nos processos políticos, incentivando seu engajamento cívico em prol da defesa de seus interesses coletivos. Os sindicatos têm o poder de influenciar a agenda política, pressionando por legislação favorável aos trabalhadores e buscando a equidade e a justiça social. Além disso, em uma sociedade democrática, os sindicatos desempenham um papel vital na promoção da participação, da igualdade e da justiça social.

No entanto, é importante destacar que em algumas situações, os sindicatos podem enfrentar desafios e restrições à sua atuação, o que pode comprometer a plena realização da democracia.

Valadão e Reis (2016) defendem que os sindicatos se enfraquecem diante da possibilidade de o capital se sujeitar ao Estado. Tanto a classe trabalhadora, quanto os sindicatos sofrem as consequências dessa submissão.

O sindicalismo, compreendido como a corrente que advoga a importância de

fortalecer os sindicatos para defender a classe trabalhadora, desempenhou um papel crucial na (re)democratização do Brasil na década de 1980. Durante o regime militar que governou o país por mais de duas décadas, os sindicatos tiveram suas ações e atividades limitadas. No entanto, mesmo sob essas condições adversas, os sindicatos mantiveram-se como importantes espaços de resistência e organização da classe trabalhadora.

Na medida em que a ditadura militar se enfraquecia no final da década de 1970 e início dos anos 1980, os sindicatos emergiram como uma força política significativa na luta pela democratização do país. Através de greves, manifestações e mobilizações, os trabalhadores organizados nos sindicatos começaram a reivindicar seus direitos e a exigir uma ampla abertura política.

Um dos momentos mais emblemáticos desse período foi a greve dos metalúrgicos do ABC, em 1979, liderada por Lula, que muitos anos mais tarde se tornaria Presidente do Brasil. Essa greve foi um marco na história do sindicalismo brasileiro, e revelou a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores. Ela não apenas pressionou por melhorias nas condições de trabalho, mas também reivindicou a liberdade de expressão, a anistia política e o fim do regime militar. Além disso, houve a união entre sindicatos e estudantes, intelectuais, artistas e outros grupos engajados na luta pela redemocratização, formando uma frente unida contra a ditadura²².

Com o avanço do processo de abertura política, os sindicatos também participaram ativamente da elaboração da CRFB/1988, a denominada Constituição Cidadã²³. Tais entidades contribuíram para a inclusão de direitos trabalhistas fundamentais como a liberdade sindical, a negociação coletiva e a proteção aos direitos dos trabalhadores.

Dessa forma, o sindicalismo foi essencial para a democratização do Brasil, pois se postou como mecanismo de resistência e mobilização contra a ditadura militar, contribuiu para a construção de um movimento pró-democracia e participou da elaboração de uma nova ordem constitucional inclusiva e mais justa.

Nesse contexto, a luta sindical desempenha um papel crucial no processo de redemocratização de uma sociedade, porque dá voz coletiva aos trabalhadores e promove a participação cidadã na tomada de decisões políticas e sociais.

²² Esses acontecimentos históricos serão objeto de maior aprofundamento nos capítulos posteriores.

²³ Termo cunhado por Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Relacionando o tema ao entendimento marxista, o Estado é considerado um "aparelho da burguesia" devido à sua função de manter a ordem social, regulamentar as relações econômicas e assegurar a continuidade do sistema capitalista. Marx e Engels (2008) argumentaram que o Estado não é neutro, mas moldado pelas influências econômicas e sociais da classe dominante. Isso implica que as políticas e decisões estatais tendem a favorecer a acumulação de capital e os interesses das elites econômicas em detrimento das necessidades e aspirações das massas trabalhadoras.

Uma das maneiras pelas quais o Estado atua em favor da burguesia é através da promoção de políticas que facilitam os interesses de mercado e a acumulação de capital. Isso pode envolver a implementação de regulamentações favoráveis às grandes corporações, a concessão de benefícios fiscais e subsídios para essas empresas e a proteção dos direitos de propriedade. Destarte, o Estado se transforma em um facilitador das dinâmicas capitalistas que, muitas vezes, resultam em desigualdades econômicas e sociais crescentes.

Nesse contexto, o controle dos sindicatos pelo Estado, determinado na legislação desde a Era Vargas, também é visto pelo marxismo como uma forma de dominação. Quando o Estado exerce controle sobre os sindicatos pode influenciar suas atividades e agendas, limitando assim a capacidade dos trabalhadores de negociar por seus direitos de forma eficaz. Isso pode resultar em uma relação desigual de poder na qual o Estado, agindo em nome da burguesia, mantém o controle sobre a classe trabalhadora e evita ações que possam desafiar ou desestabilizar o *status quo* capitalista.

É justamente porque concebem o Estado como aparelho da burguesia que os autores entendem que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Marx; Engels, 2008). Com essa afirmação asseguram que a libertação, a conquista de direitos, a eliminação da exploração e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora estão na capacidade de articulação da luta de classe e da própria ruptura com a alienação e com a manutenção da consciência de classe. O termo "emancipação" está relacionado ao processo de alcançar a independência e a igualdade, particularmente para aqueles que historicamente foram oprimidos ou explorados.

Fica claro no que foi discorrido até este ponto que o marxismo compreende o sindicato como uma instituição do capitalismo, e não há perspectiva alguma de que

ele seja transformador das relações econômicas. Para esta tese, importante reconhecer o sindicalismo como indicador e propulsor de ideias democráticas, atuando além da simples representação dos trabalhadores.

Vale ressaltar que a aplicação do materialismo histórico-dialético ao movimento sindical deve ser complementada com a análise concreta da realidade social, econômica e política específica de cada contexto. Isso implica considerar as particularidades do movimento sindical em diferentes países, setores de atividade e momentos históricos.

Ao aplicar esta abordagem ao movimento sindical é possível entender sua origem, sua dinâmica e seu papel no processo de transformação social.

Nesse contexto, a eleição de Lula em 2022, em comparação ao movimento sindical na década de 80 pelo fim da ditadura, pode ser compreendida como um movimento da classe trabalhadora, dentro de condições históricas dadas, de lutar contra a extrema-direita. É o que também se discute nesse trabalho.

Dessa forma, na perspectiva do materialismo histórico-dialético e contextualizando ao cenário contemporâneo brasileiro, essa tese aponta que o voto para Lula nas eleições de 2022 pode ser interpretado como um movimento da classe trabalhadora em direção à sua própria emancipação e afirmação da democracia²⁴.

Contextualizando: Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ex-Presidente do Brasil e líder do Partido dos Trabalhadores (PT), representou historicamente uma plataforma política que priorizava os interesses dos trabalhadores e das classes menos privilegiadas. Seu governo, entre 2003 e 2011, foi marcado por programas de inclusão social, expansão de programas sociais e políticas econômicas que buscavam reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida da população mais pobre.

Quando os eleitores optam por votar novamente em um candidato como Lula (que promove agendas de justiça social, distribuição de renda e garante direitos trabalhistas), tal fato representa, na visão desse trabalho, uma ação da classe trabalhadora em busca de sua própria emancipação. Boa parte dos eleitores são trabalhadores e pessoas de classes sociais menos favorecidas²⁵, que podem ver na candidatura de Lula a possibilidade de implementação de políticas que os beneficiem

²⁴ Esse tema foi mencionado aqui para fins do levantamento da tese. Tal assunto será retomado, em especial, no capítulo 7 desse trabalho.

²⁵ Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha durante as eleições de 2022 (Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/pesquisa-datafolha-lula-atrai-mais-votos-que-bolsonaro-entre-indecisos-de-baixa-renda.ghtml> acesso em 18 nov. 2023).

diretamente, incluindo melhores condições de trabalho, de vida e saúde, acesso a serviços públicos e ações governamentais voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade.

Dessa forma, percebe-se as eleições de 2003, 2007 e 2022 como resultado da luta de classes, ideia central do pensamento marxista, que se refere ao conflito inerente entre as classes sociais, especialmente entre a classe trabalhadora (proletariado) e a dominante (burguesia), devido às diferenças de interesses e de poder aquisitivo.

As eleições podem ser vistas como um campo de batalha político onde diferentes classes e grupos sociais competem pelo controle e pela orientação do Estado, a fim de promover e verem garantidos suas agendas e seus interesses políticos, sociais e, naturalmente, econômicos.

Desse modo levantam-se os seguintes problemas de pesquisa:

- Qual a relação entre sindicatos e democracia?
- Em que medidas os sindicatos contribuíram para a (re)democratização no Brasil e contribuem para o fortalecimento da democracia?

As soluções apontadas são no sentido de que os sindicatos, para além da representação dos trabalhadores, representam agentes catalisadores da democracia. Em outras palavras, a importância dessas instituições está além dos direitos trabalhistas, alcançando a (re)afirmação da democracia. São atores fundamentais para o processo político de um país.²⁶

Parte-se de um raciocínio que adota como principais marcos teóricos, os autores Cleber Lúcio de Almeida e Márcio Túlio Viana.

Isso posto, no capítulo a seguir será aprofundado o estudo sobre as lutas sindicais, a democratização do Brasil e sua importância para o direito do trabalho.

²⁶ “Aos sindicatos, sob estes prismas cabe lançar o seu olhar e direcionar a sua ação para além das condições econômicas dos(as) trabalhadores(as) e atuar no sentido de uma nova virada antropológica, que confira autonomia crítica aos(às) trabalhadores(as) e lhes restitua o comando sobre as suas condições de vida e trabalho.” (Almeida, 2023, não publicado).

3 SINDICALISMO E DEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL NA DÉCADA DE 80

Neste capítulo, apresenta-se o papel do sindicalismo na trajetória da democratização brasileira na década de 1980, abordando os impactos no movimento do ABC e da atuação dos sindicalistas para derrotar a ditadura militar.

3.1 Diretas-Já e a atuação do sindicato na década de 80

A ditadura militar teve início com um golpe de Estado, ocorrido em 1964, e instituiu um regime de exceção, marcado pela repressão, que perduraria por 21 anos.

Nessa época, estava no auge a polarização mundial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse cenário houveram conflitos político-ideológicos que utilizavam a repressão e a censura a quaisquer ideologias da sociedade civil diferentes das duas potências, tudo pela "doutrina da segurança nacional". Para isso, alegavam a necessidade de medidas drásticas a fim de restaurar a ordem no sistema político e social. Esses eventos influenciariam sobremaneira a política brasileira e apressariam a implantação do regime autoritário.

Ao contrário do que se divulgou e ainda se divulga, o regime de autoritarismo militar não teve início em 31 de março do ano 1964; mas em 1º de abril de 1964, mediante a deposição do então Presidente João Goulart (1961-1964), impondo a censura à imprensa, restringindo direitos políticos e promovendo a perseguição policial aos opositores do regime. (Andrade, 2023).

Diante do contexto autoritário que o Brasil enfrentava, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, diversos segmentos sociais se revoltaram, visando ao restabelecimento dos direitos suprimidos pela opressão militar, ou seja, se revoltaram contra a supressão do direito à cidadania.

Nesse processo de luta para a reorganização da sociedade civil, destaque-se a mobilização dos sindicatos - imprescindível para a defesa dos direitos dos cidadãos. Essas instituições sindicais incentivavam os trabalhadores a reivindicarem remunerações mais justas, sob forma de greves, ampliando direitos trabalhistas e buscando, principalmente, exercerem o direito à liberdade e à participação, ou seja,

de se expressarem e também de se organizarem. Essas greves expressavam a luta para que o poder de compra do trabalhador fosse recuperado com os reajustes de seus salários. (Natusch, 2023).

A Greve Geral, foi deflagrada pelos metalúrgicos do ABC Paulista, em 1979, fortaleceu o sindicalismo e enfraqueceu a ditadura militar. Surgiu em um cenário de crescente insatisfação com os desmandos e a opressão da ditadura que governava o Brasil (Natusch, 2023).

As greves que se sucederam na época serviram de motivação para que os cidadãos conquistassem os direitos violados por um sistema político autoritário e que não respeitava a vontade da maioria. Lutava a população também, gradualmente, pela conquista da liberdade de expressão (parte da natureza do ser humano, sendo direito de qualquer um manifestar-se livremente, sobre qualquer pensamento ou tema, sem medo da censura por parte de autoridades governamentais, ou de outros membros da sociedade, porém, apanágio retaliado pelo militarismo).

Destarte, observa-se que os líderes das manifestações almejavam garantir a efetivação das necessidades plenas dos trabalhadores, como também da sua liberdade que, nesse sentido, integra o direito de protestar, votar, de ter autonomia política e de lutar por mudanças sociais, políticas, econômicas, dentre outras.

Durante o período ditatorial, a população vivia em um cenário conturbado e de enfrentamento, haja vista que as mobilizações da sociedade eram alvo de repressão por parte dos militares e de intervenção por parte de governadores em diversos sindicatos.

Sobre a intervenção do governo militar na organização sindical, observa:

É um consenso entre os autores (e, inclusive, para Sussekind) que as intervenções tiveram, para além do caráter quantitativo, um componente qualitativo. As intervenções ocorreram, seletivamente, nos maiores e mais mobilizados sindicatos, federações e confederações. O ministro alegou que, na verdade, a escolha dessas entidades não foi feita pelo governo, mas pelos próprios grupos de esquerda que as selecionaram em virtude do seu maior poder de alcance, devido ao grande número de associados. Num irônico jogo de palavras, Sussekind transporta a 'culpa' da intervenção para a 'esquerda', confirmando o discurso golpista segundo o qual a ditadura foi uma reação às reformas que João Goulart queria implementar e que teriam como objetivo final aproximar o país do modelo econômico comunista. As intervenções têm, em sua maioria, sua data inicial no período em que Sussekind era ministro, porém a sua lenta tramitação somente se encerrou, em alguns casos, no final do governo Castelo Branco. A morosidade burocrática e interesses políticos atrasaram eleições, prorrogando mandatos de juntas governativas para além do limite permitido pela legislação e, por vezes, quando o assunto em discussão no processo finalmente era decidido pelo ministério, no sindicato o

tema já havia sido superado. Sussekind utilizou toda a força da CLT, que ajudou a criar, para eliminar as vozes dissonantes e, em especial, os sindicalistas vinculados ao Comando Geral dos Trabalhadores - CGT - e outras organizações trabalhistas que não eram regidas pela legislação em vigor. De acordo com Sussekind, os sindicatos poderiam sofrer intervenção diante de três situações: no caso da fuga dos dirigentes sindicais, na eventualidade da prisão dos seus dirigentes, ou quando os sindicatos fossem objetos de intervenção militar resultante de denúncias sobre subversão.⁸ Após investigação, os interventores deveriam especificar nos seus relatórios a existência de atividade subversiva e os problemas financeiros causados pelas diretorias. A presença de outros problemas poderia justificar a intervenção, mas, comumente, um processo que não apontasse pelo menos um desses motivos era devolvido para maiores análises (Nagasava; 2018, p.544).

Não obstante estar se vivendo em um momento extremo, a sociedade civil se mostrava decidida a lutar pela democratização do país: queria poder escolher seu Presidente da República, em eleições diretas.

Com isso, foi inaugurada uma bandeira que objetivava conquistas importantes para aqueles que viviam sob forte repressão militar. A bandeira visava as mudanças significativas e inovadoras. Seu lema era construir uma sociedade justa, democrática, que pudesse ter direito à greve e à participação ativa dos cidadãos.

Em 27 de novembro de 1983, todos os sindicatos filiados até esta data aderiram às lutas das Diretas Já. O movimento das Diretas-já foi uma manifestação popular que teve lugar no período da transição da ditadura militar para a democratização nos anos 1980 e é lembrado como um importante marco na história política do Brasil²⁷. Caracterizado pela demanda por eleições diretas para Presidente da República, possibilitou que a população brasileira escolhesse democraticamente o líder do país. (Santos, 2014).

Durante o regime militar (1964-1985), o país foi governado por Presidentes militares indicados²⁸; e não eleitos por voto popular. As “eleições” durante o governo militar foram em grande parte indiretas e marcadas pelo bipartidarismo.²⁹ Colégios

²⁷ “As “Diretas Já”, movimento que marcou o Brasil em meados dos anos 1980 foram clamores populares que exigiam o fim do regime militar no Brasil, e também a volta do povo às urnas, o direito democrático dos brasileiros escolherem seus representantes. As pessoas em unidade participavam das passeatas que clamavam por eleições diretas para Presidente da república”. (Santos, 2014, n.p.)

²⁸ Dentre eles, citam-se Humberto Castello Branco, Marechal Costa e Silva, General Emílio Médici, General Ernesto Geisel e General João Baptista Figueiredo.

²⁹ Durante a ditadura militar no Brasil, a legislação partidária permitiu a existência de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base de sustentação do regime militar, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição tolerável ao regime. O sistema bipartidário foi estabelecido pelo AI-3, decretado no final de 1965. A instituição do bipartidarismo proporcionou uma imagem de relativa legalidade à ditadura brasileira reforçada pela alternância de Presidentes e pela manutenção do Congresso Nacional (Silva, 2015).

Eleitorais “elegiam” os Presidentes, após serem escolhidos dentro das Forças Armadas. A candidatura era apresentada e o Colégio se reunia apenas para referendar a escolha dos militares (Silva, 2019).

No entanto, a partir da década de 1980, a insatisfação popular cresceu e a população se organizava para buscar por representatividade e eleições democráticas. O movimento das Diretas Já ganhou força em 1983, quando ocorreram grandes manifestações em diversas cidades brasileiras em que se reuniam milhares de pessoas, incluindo políticos, artistas, intelectuais e cidadãos comuns, todos clamando por eleições diretas e pelo fim do regime militar. A principal demanda do movimento era a aprovação de uma emenda constitucional que permitisse a realização de eleições presidenciais diretas. No entanto, a emenda conhecida como "Emenda Dante de Oliveira" não obteve os votos necessários para sua aprovação no Congresso Nacional, e as eleições diretas acabaram por não se realizar em 1984. (Santos, 2014)

Apesar da derrota no âmbito legislativo, o movimento das Diretas Já teve um impacto significativo no processo de democratização do país. O movimento motivou a mobilização política e a participação cívica da população brasileira, fortalecendo seu desejo pela democracia. Assim, mesmo que a emenda às eleições diretas não tenha sido aprovada imediatamente, o movimento das Diretas Já foi um marco crucial por conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da participação política e a mobilizá-la para a busca por um sistema democrático. Foi ainda um momento de grande efervescência política e engajamento popular na luta pela redemocratização do Brasil.

Um dos episódios mais marcantes do movimento foi o comício realizado no dia 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo. Centenas de milhares de pessoas se reuniram para demonstrar seu apoio às eleições diretas. Esse comício se tornou um símbolo da luta pela democracia e ficou conhecido como o "Comício das Diretas". (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 2023).

A mobilização das Diretas Já também foi impulsionada por figuras políticas importantes, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Fernando Henrique Cardoso, que se tornaram líderes e porta-vozes do movimento. Esses políticos defendiam a importância da participação popular na escolha do Presidente da República e enfatizavam a necessidade de uma transição pacífica e democrática.

Indubitavelmente, diante de tantos acontecimentos entre 1982 e 1985, o episódio mais importante foi a luta pela sucessão presidencial. Houve a tentativa do

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1984, de mudar as regras das eleições presidenciais, com a proposta de uma emenda constitucional que restabelecesse o voto direto que, conforme já mencionado, a despeito de todos os esforços dos partidos de oposição e do apoio popular foi reprovada pelo Congresso. Esse desfecho evidenciou a determinação dos militares e do Congresso em manter o controle sobre a sucessão presidencial, e revelou a fraqueza numérica da oposição no Congresso para desafiar o poder do Regime dentro das regras estabelecidas (Kinzo, 2001).

Diante disso, restaram à oposição duas opções: buscar simpatizantes dissidentes dentro do próprio governo ou romper com as regras do jogo por meio da mobilização da sociedade civil. O PMDB optou pela primeira alternativa, tentando influenciar o processo sucessório dentro das regras estabelecidas. A ala moderada do partido trabalhou pela campanha das Diretas Já, mas já articulava uma estratégia alternativa, em caso de desaprovação da emenda, que era lançar a candidatura de Tancredo de Almeida Neves pela oposição, no Colégio Eleitoral (Kinzo, 2001).

A viabilização da candidatura de Tancredo Neves não foi tarefa simples. Foi necessário obter o apoio de parlamentares do partido governista, que se recusaram a apoiar o candidato escolhido pelo governo. Essa negociação levou à formação da Aliança Democrática, uma união entre o PMDB e dissidentes do partido governista, que possibilitou a derrota do candidato do governo. Como resultado, Tancredo Neves foi eleito Presidente pelo Colégio Eleitoral, encerrando, assim, o ciclo do governo dos militares no Brasil (Kinzo, 2001).

Essa estratégia da oposição moderada, na visão desse trabalho, foi bem-sucedida pois impediu que o governo militar impusesse seu candidato; no entanto, teve duas consequências relevantes: permitiu que os dissidentes do regime autoritário desempenhassem um papel relevante no novo regime, tornando-se parceiros dos governos que se seguiram; e abriu espaço para críticas por parte dos setores mais radicais da oposição, como o PT³⁰, que se recusavam a participar do processo de eleições indiretas para Presidente (Kinzo, 2001).

O PT e seus parlamentares se posicionaram contra a escolha do sucessor do

³⁰ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado por um grupo heterogêneo, formado por militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos associados à Teologia da Libertação, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo (Partido dos Trabalhadores, 2023).

então Presidente João Batista de Figueiredo no Colégio Eleitoral, alegando que esse não era um órgão legítimo e representativo. Ao se opor à transição negociada, o partido reforçou sua identidade de esquerda e diferenciou-se da oposição moderada. Embora o número de votos do PT no Colégio Eleitoral não fosse decisivo, essa estratégia permitiu que o partido questionasse a legitimidade do novo regime estabelecido em 1985, desde seu início (Kinzo, 2001).

Com a eleição de Tancredo Neves e a transição para um governo civil, o Brasil entrou em uma nova fase de sua história, deixando para trás os anos de ditadura militar. Para isto contribuiu sobremaneira a luta pelas Diretas Já, momento emblemático para a construção da democracia brasileira, que atestou a capacidade de mobilização e de participação política do povo brasileiro, fundamentais para a consolidação do sistema democrático no país (Kinzo, 2001).

Assim é que as eleições presidenciais indiretas se realizaram em 15 de janeiro 1985, oportunidade em que Tancredo Neves foi eleito Presidente pelo Colégio Eleitoral, mas nunca assumiu o cargo, porque faleceu em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse. Tomou posse então, em 14 de março de 1985, José Sarney, vice de Tancredo, do Partido Social Democrático (PSD), partido que apoiava a ditadura. Essas eleições marcaram o fim do regime militar e o início de um período de transição para a democracia (Memorial da Democracia, 1985).

Além disso, as Diretas Já serviram como uma importante lição para a população brasileira, sempre tão pacata e ausente, sobre a importância da participação política e do exercício dos direitos democráticos. O movimento despertou um senso de cidadania, isto é, o conjunto de direitos e deveres de um indivíduo e empoderou os cidadãos, incentivando-os a se envolverem de forma ativa na vida política do país. Acrescenta-se que as Diretas já tiveram um impacto duradouro na consolidação da democracia brasileira, reviveram o espírito democrático na sociedade e fortaleceram a pressão por mudanças políticas. O movimento contribuiu também para a abertura política do país, criando um ambiente propício para a realização das eleições presidenciais indiretas de 1985 e para a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988)³¹.

³¹ Kinzo (2001) afirma que apesar dos obstáculos enfrentados, o processo de liberalização política no Brasil teve continuidade, iniciando uma nova fase com as eleições de 1982, que, anteriores ao pleito indireto para a presidência em 1985, configuraram certa abertura dos governantes daquele período, na medida em que novos partidos políticos surgiram e participaram das eleições, e políticos que haviam perdido seus direitos durante os anos 1960 retornaram à vida pública. Pela primeira vez desde 1965,

Essa tese argumenta no sentido de que o movimento das Diretas Já pode, dentro do marxismo, ser compreendido como um processo de luta de classes e de movimentação da sociedade contra o Estado. O que esse movimento deixou evidente foi o conflito de interesses entre as massas populares e as elites dominantes preocupadas em manter seu poder e seu *status quo*.

Embora as "Diretas Já" tivessem envolvido uma variedade de grupos sociais, a participação da classe trabalhadora foi notável. Trabalhadores e sindicatos desempenharam um papel significativo nos protestos e nas manifestações em todo o país. Houveram diversas manifestações como shows, comícios, cerimônias em igrejas, cafés filosóficos, entre outros tipos de encontros e em todos esses eventos registrou-se a participação dos sindicatos como agentes para a conscientização da população. (Memorial da Democracia, 1985).

Esse envolvimento pode ser interpretado como um exemplo de mobilização da classe trabalhadora em busca de maior representação e influência, o que se encaixa na dinâmica da luta de classes marxista. Destaca-se que essa teoria enfatiza a manutenção da consciência de classe entre os trabalhadores, que envolve a compreensão das desigualdades e da exploração e conclama a busca por mudanças em prol da justiça social. Finalmente, o movimento das "Diretas Já" trouxe à tona questões de participação e igualdade política, indiciando uma crescente conscientização da importância do engajamento político da classe trabalhadora.

3.2 A luta para além dos direitos sociais e trabalhistas: a busca pela democracia

O movimento pela democratização, na década de 80, ampliou-se em extensão e força pelo Brasil. Estudantes, entidades de classe, além de representantes religiosos uniram-se a partidos de oposição ao regime militar.

O sindicato se tornou um espaço de resistência, no qual os trabalhadores

governadores estaduais foram eleitos pelo voto popular, o que representou um avanço, uma conquista significativa. Nessas eleições, o governo militar obteve importantes ganhos, assegurando sua maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o próximo Presidente. No entanto, a oposição também conseguiu avanços significativos, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que elegeu governadores e senadores de nove Estados e conquistou 200 cadeiras na Câmara dos Deputados. Assim, apesar de os militares continuarem como atores-chave, outros grupos começaram a influenciar o jogo político a partir de 1982, dificultando os planos do governo de manter o controle total sobre o processo político (Kinzo, 2001).

podiam expressar suas demandas e lutar por seus direitos. As reivindicações não se limitavam apenas às questões trabalhistas, mas também incluíam uma agenda política mais ampla, buscando a democratização do país e o fim da ditadura.

A seguir, Imagem 2, do então sindicalista ativista de esquerda, Lula.

Imagem 2 - Lula discursa no comício do Pacaembu



Fonte: (Memorial da Democracia, 1983).

Nessa luta histórica destaca-se a participação relevante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a colaboração do sindicalista Lula, além de Lionel Brizola e Ulisses Guimarães (Imagem 3), dentre outros aliados.

Imagem 3 - Lula fala aos delegados no Congresso em 1983



Fonte: (Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, Moreira César e Roseira, 1983)

Havia uma relação entre crise política e movimento social. Conforme alude Bertonecelo (2009), essa campanha que promovera uma revolução no Brasil mergulhou num cenário caótico; vivia-se uma intensa crise política. A ação dessas coletividades no período de crise militar é considerada um fenômeno do comportamento coletivo, que tende a surgir em um período em que denota fragmentação dos mecanismos de controle social e também das imposições morais. Isso tudo culminaria em formas irracionais e desviantes de comportamento humano – como revoltas e greves. Os citados períodos de crise de fragilidade política são, portanto, considerados como estados patológicos que aparecem em comportamentos irracionais.

Segundo Bertonecelo (2009), há uma diferença entre conjunturas críticas e conjunturas rotineiras que se orientam conforme o grau das ações dos atores sociais, ou seja, essas ações se norteiam para as lógicas específicas dos setores que controlam o sistema social. Consoante explicita, nessa situação de desestabilidade há um processo de dessetorialização conjuntural do sistema social, e percebe-se que as lógicas setoriais não produzem os efeitos esperados, perdem capacidade de produtividade, competência para nortear as ações e, com isso, ficam pouco confiáveis para cálculos dos atores. Percebemos uma nítida diminuição da autonomia

de setores diversos, como também uma redução para determinar espaços de conflitos, além de apontar valor reativo dos recursos, de sorte que existem consequências como aumento de interação, surgindo, como isso, confrontos de lances multissetoriais que rebelam atores, e ações de setores e recursos diferentes.

Apesar de Lula ter se posicionado, na década de 1980, como líder do movimento trabalhista e da nova esquerda, apenas ganhou a primeira eleição presidencial em 2003.

3.2.1 A Interferência e a influência do sindicato dos metalúrgicos do ABC nos movimentos sindicais para a redemocratização

Durante o período da ditadura militar no Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC localizado na região do Grande ABC paulista, desempenhou um papel crucial na luta pela redemocratização do país. O sindicato, liderado por nomes proeminentes como Lula, foi uma força motriz na mobilização e organização dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e de uma abertura política mais ampla.

A partir da década de 1970, os metalúrgicos do ABC, em meio a um contexto de repressão e limitações às atividades sindicais, começaram a se articular e a promover greves, manifestações e protestos.

A greve de 1979 liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ganhou grande visibilidade e foi um marco no fortalecimento do movimento sindical. O sucesso dessa greve e a capacidade de mobilização dos metalúrgicos do ABC inspiraram outros sindicatos e trabalhadores a se unirem e reivindicarem seus direitos. Foi um momento de empoderamento dos trabalhadores, que encontraram no sindicato um espaço de representação e luta por uma sociedade mais justa e democrática. Nota-se que a greve “foi um acontecimento simbólico de grande significado: “Trabalhador unido jamais será vencido”, que foi entoado por 100 mil pessoas.” (SMABC, 2020, n.p.).

A influência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se estendeu para além da esfera trabalhista. Através de alianças com outros setores da sociedade civil, como estudantes, intelectuais e artistas, o sindicato contribuiu para a formação de uma frente unida contra a ditadura. Essa coalizão ampla e diversificada fortaleceu o movimento pró-democracia, pressionando cada vez mais por mudanças políticas e

pela redemocratização do país. (SMABC, 2020).

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não se limitou apenas à mobilização e ao enfrentamento direto com o regime militar. A interferência e influência nos movimentos sindicais impulsionaram a resistência contra a ditadura, promoveram a conscientização política dos trabalhadores e contribuíram para a construção de um país mais democrático e justo. O legado desse sindicato é reconhecido até os dias de hoje, por ter sido um importante pilar na consolidação dos direitos trabalhistas e para a defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Alves (2000) explica que o chamado novo sindicalismo nasceu em 1978, iniciando-se com grupos de metalúrgicos do ABC e com greves de servidores públicos. Com o tempo, contudo, ele se espalharia por diversos setores. É importante lembrar o arrocho salarial promovido pelos militares, o que levou os trabalhadores às ruas, exigindo seus direitos e melhores salários. O autor explica que esse foi o resultado do hipercapitalismo inaugurado em 1964 e da superexploração do trabalho que se desenrolava desde então e que deu início ao movimento sindical. E foi este movimento sindical que deu forças ao surgimento de Lula como representante de uma nova perspectiva para a população, e assim, ele se lançou como personagem populista importante na luta contra a ditadura e os empregadores do país.

Nos últimos anos da ditadura, com a abertura iniciada em 1974 no governo do então Presidente Ernesto Geisel, teve início uma mudança no movimento sindical, porque foi justamente o relaxamento do controle estatal sobre os sindicatos, que fez surgirem novas lideranças sindicais, que passaram a dirigir movimentos trabalhistas e, nesse contexto, fez surgirem alguns marcos históricos importantes paralelos ao chamado novo sindicalismo.

Alves (2000) escreve que:

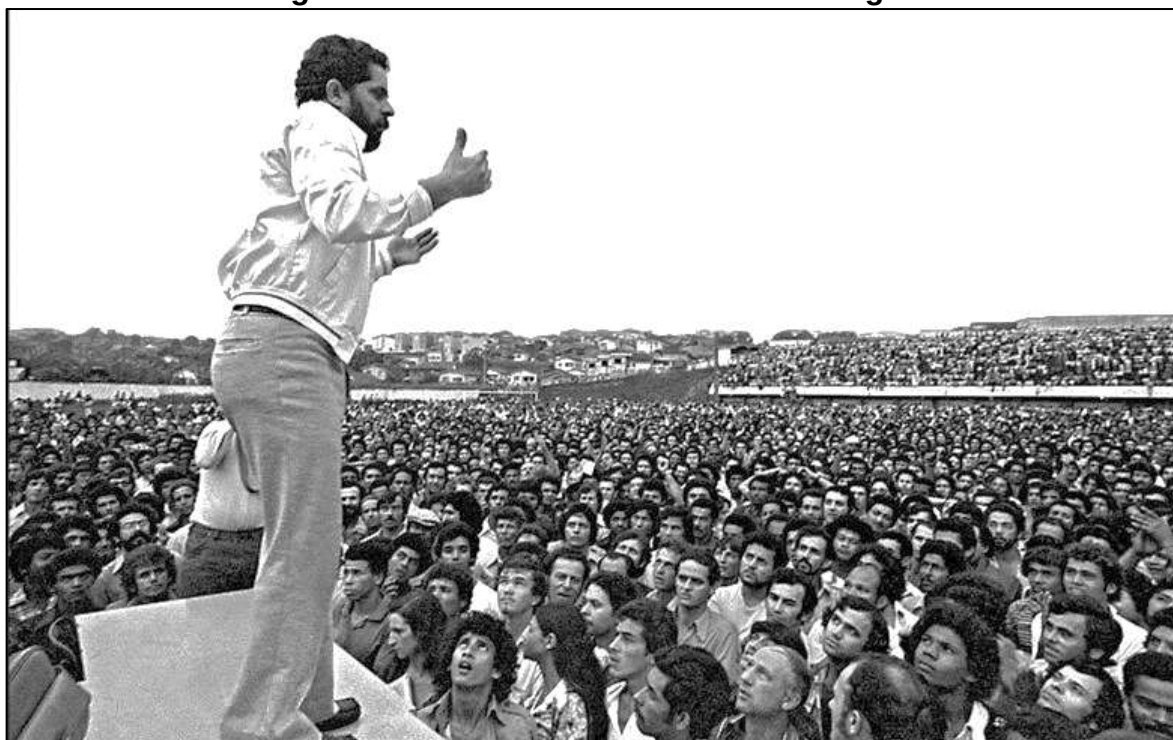
A partir de 1978, o cenário político e social é rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões. É uma luta salarial, de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. Surge uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda - o PT -, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, como o CONCLAT, que daria na CGTs (Alves, 2000, p. 112).

Neste ponto, é importante avaliar esse movimento dentro da lógica da ditadura

militar. Naquele momento, os direitos civis, por meio dos diversos atos institucionais, se encontravam ameaçados e a sociedade fora calada pelas prisões ordenadas pelos governos, e as torturas a que eles submetiam os encarcerados. Em 1978, a população se levanta em um movimento que buscava, além de melhores salários, lutar contra a opressão militar. A esquerda se organizava no Brasil em oposição à opressão e repressão da extrema direita militar.

Na sequência, Imagem 4, Lula discursando para os trabalhadores.

Imagem 4 - Lula discursando aos metalúrgicos



Fonte: (Lula [...], 2019).

Vale notar neste ponto, e a partir do aporte teórico desse trabalho, que o processo de organização e reestruturação da nova esquerda no Brasil nasceu da própria insatisfação da sociedade com a agenda pública³² elaborada pelos militares. Efetiva-se, portanto, em 1978, a luta de classes no Brasil. As demandas da classe/proletária incluíam o retorno da democracia no Brasil e uma crítica ao modelo desenvolvimentista militar, que mergulhara o país em dívida pública e promovera arrocho salarial. (Oliveira, 2016)

O símbolo desse movimento foi a luta dos metalúrgicos no ABC paulista,

³² Em todas as suas fases: construção de agenda; formulação da política; processo decisório; implementação; avaliação (Oliveira, 2016).

encabeçada por Lula. O movimento sindicalista, contudo, era muito mais amplo porque incluía diversas outras categorias assalariadas, tanto que, ao longo dos anos 1980, houve diversos movimentos grevistas que, saindo da esfera da metalurgia, se propagaram por diversas categorias. (SMABC, 2020)

A seguir, Imagem 5, Lula pregando suas ideias à multidão incalculável de trabalhadores do ABC Paulista.

Imagem 5 - Lula discursando no ABC



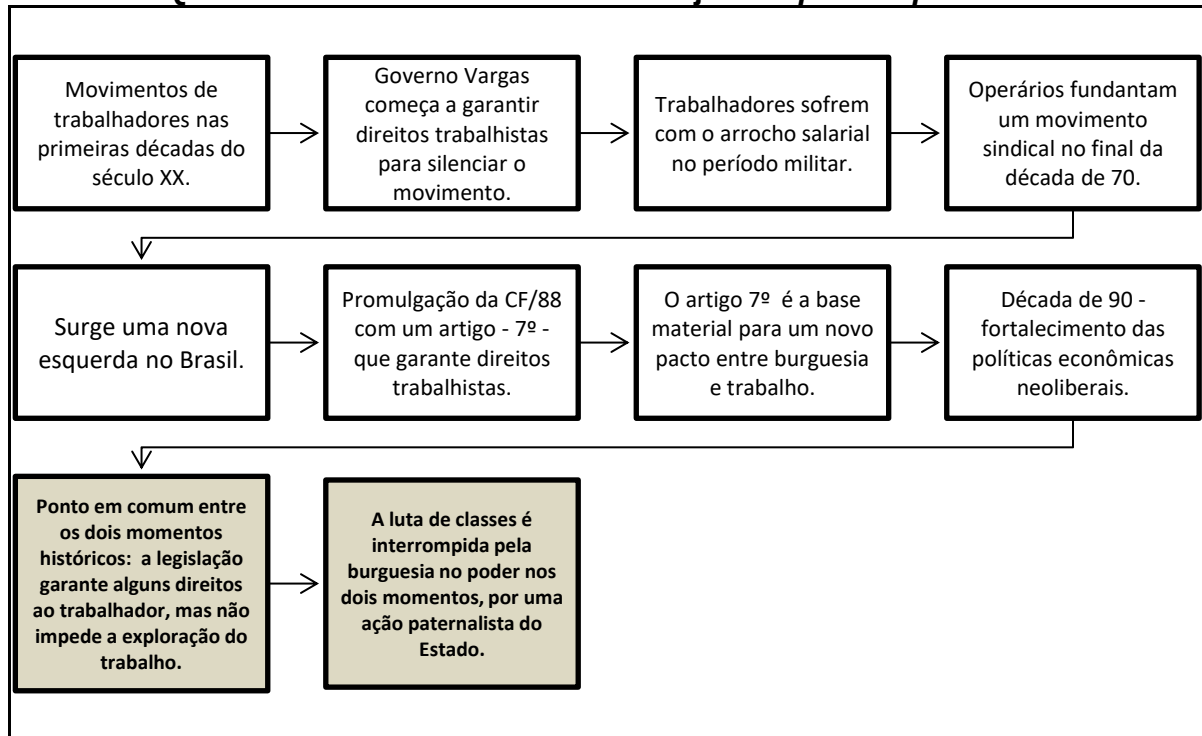
Fonte: (Edmundo, 2017).

Para Alves (2000), o sindicalismo dos anos 1980 e 1990 era ideologicamente fraco e com deficiências em sua gestão e organização, decorrentes de debilidades de ordem estrutural que redundavam no fortalecimento da burguesia e, obviamente, no enfraquecimento do proletariado e da sua luta de classes. Nesse sentido, o conceito de *path dependence* (dependência da trajetória) de Hall e Taylor (2003)³³ se aplica, porque procura explicar a relevância das sequências dos fatos no tempo do seu desenvolvimento, levando ainda em conta eventos e processos sociais. A *path dependence* se presta a auxiliar a traçar a trajetória do movimento trabalhista e

³³ O conceito de dependência da trajetória, ou *path dependence*, busca explicar a importância de sequências temporais do desenvolvimento e considera, além do tempo, eventos e processos sociais (Bernardi, 2012).

sindical (Quadro 1) brasileiro, que acaba conduzindo o país ao neoliberalismo em 1990.

Quadro 1 - Trabalhadores e sua trajetória *path dependence*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

É fundamental apontar que, nos anos 1990, o sindicalismo passou a viver uma nova fase, porque ocorreu a reestruturação produtiva e as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os direitos garantidos pela legislação trabalhista continuaram a ter efeitos imediatos, mas o que mudou foram as relações entre capital e trabalho, cada vez mais rançosas, promovendo metas e o controle de desempenho, e submetendo a subjetividade do trabalhador a uma lógica patológica de demandas.

Com a reestruturação produtiva, o trabalho fica cada vez mais heterogêneo e disperso, tornando a proteção ao trabalhador mais difícil para os sindicatos. Nesse contexto do final do século XX, Oliveira, Jardim e Silva (2021) explicam que a estratégia dos sindicatos ficava cada vez mais defensiva, porque era preciso garantir o emprego. No Quadro 2, a seguir, é feita uma síntese dos percursos históricos do sindicalismo brasileiro de 1968 ao final dos anos 1990.

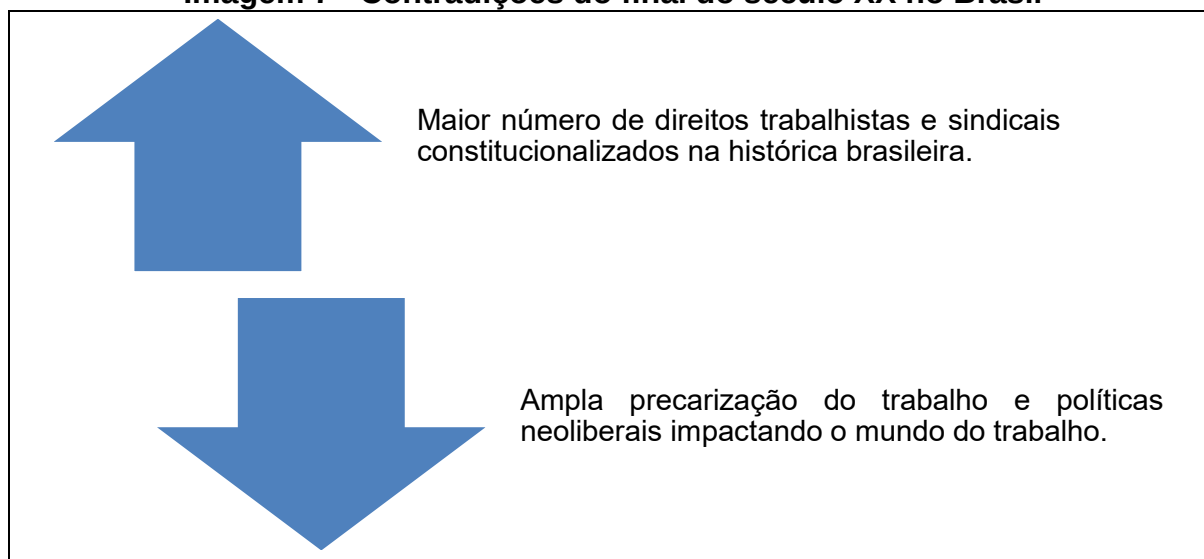
Quadro 2 - Principais características do sindicalismo brasileiro no século XX

	Anos 1968-1978	Anos 1980	Anos 1990
Relação com o Estado	Totalmente submetidos	Ganham certa autonomia	Mantém certa autonomia
Principais demandas	Liberdade diante dos militares	Esgotamento do milagre econômico. Melhores salários, proteção social, democracia	Garantia do emprego, crítica à precarização do trabalho
Principais atores	Pelegos, pois outras lideranças eram desconsideradas e punidas pelo Estado.	Luiz Inácio Lula da Silva Metalúrgicos do ABC. CUT PT Centrais sindicais	Os Partidos dos Trabalhadores, agora no poder. CUT Central Geral dos Trabalhadores (CGT)
Principais desafios	AI-5	Crise econômica Inflação alta Enorme endividamento estatal.	Fortalecimento do neoliberalismo Desemprego Precarização das relações de trabalho
Instituições Políticas	Autoritárias	Transição entre autoritarismo e democracia.	Democracia com políticas neoliberais

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista foi um importante movimento de enfrentamento político do projeto do capitalismo desenvolvimentista militar. Em seu bojo nasceram a CUT e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O objetivo do sindicalismo era colocar na agenda política as demandas por melhores condições de trabalho. (SMABC, 2020).

Imagem 7 - Contradições do final do século XX no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Por todo o exposto nesse capítulo percebe-se que, historicamente, os movimentos trabalhistas e sindicais surgem como resultado e desdobramento da acumulação e reprodução de capital, que gera condições indignas de trabalho. Esse é o contexto histórico do surgimento e fortalecimento do sindicalismo a partir do movimento dos metalúrgicos do ABC. Contudo, ele foi fortalecido pelo aparecimento de novas organizações com um projeto de nação para o Brasil, conforme apregoam Ladosky e Rodrigues (2018). Desse movimento se institucionalizou uma nova esquerda no Brasil, além da CUT e do Movimento dos Sem Terra. Por isso, o Brasil dos anos 1980 viu nascer mais do que sindicatos mais fortes: nascera todo um movimento contra o projeto econômico, político e cultural militar.

No próximo capítulo, descreve-se como a ordem constitucional de 1988 legitima o movimento trabalhista, ao constitucionalizar os direitos trabalhistas nos arts. 7º a 11, que estabelecem um sistema de proteção ao trabalhador e aos sindicatos.

Contudo, esses direitos sofrem deslegitimação com a nova divisão internacional do trabalho, com a reestruturação produtiva, o capitalismo flexível e a

precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, o Estado brasileiro se alinha às políticas neoliberais e, mais uma vez, mudando o comportamento político dos atores sindicalistas, que passam a atuar contra a adoção de políticas econômicas neoliberais.

Dessa forma, só se pode entender o movimento sindical brasileiro analisando e avaliando as instituições políticas que os regulamentam e estruturam suas demandas.

4 MOVIMENTOS SINDICAIS E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988

Neste capítulo, discorre-se sobre o papel dos movimentos sindicais na Constituinte de 1986/1987 e mostra-se como a CRFB/1988 atendeu às demandas desses movimentos e constitucionalizou diversos direitos trabalhistas. Além disso analisa-se o papel que o movimento sindical desempenhou nos governos dos Presidentes José Sarney, Itamar Franco, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e nos dois primeiros mandatos de Lula.

Na alvorada da democratização do Brasil nos anos 80, um marco histórico e transformador emergiu sob a forma da CRFB/1988. Promulgada após anos de regime militar, essa Carta Magna delineou os alicerces de um país comprometido com a liberdade, justiça social e a dignidade humana. Uma das facetas mais relevantes deste documento é a atenção especial conferida às garantias sindicais, que emergem como elementos cruciais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. (Martins, 2022)

Por essas razões, no presente capítulo, percorre-se a trajetória que levou à inclusão das garantias sindicais na CRFB/1988, bem como a sua relevância para a consolidação de um ambiente laboral mais igualitário e participativo. A compreensão de como essas garantias se encaixam no tecido constitucional é fundamental para delinear a estrutura que sustenta as relações trabalhistas e sindicais na atualidade. Nesse sentido, o movimento de democratização que culminou na CRFB/1988 foi impulsionado por uma multiplicidade de forças sociais, políticas e econômicas.

Após décadas de repressão e limitações aos direitos fundamentais, a sociedade brasileira clamava por mudanças radicais. Nesse contexto, o reconhecimento das garantias sindicais ganhou destaque, pois os sindicatos emergiram como protagonistas da luta por melhores condições de trabalho, salários justos e respeito à dignidade dos trabalhadores. O caminho para a efetivação das garantias sindicais na supracitada Constituição não ficou imune a controvérsias e negociações. Diversos grupos de interesse, representando tanto os trabalhadores quanto os empregadores, buscaram assegurar que os direitos e deveres associados às atividades sindicais fossem justos e equilibrados. A busca por uma legislação que incentivasse a livre organização sindical, a negociação coletiva e a representatividade efetiva desempenharam papel crucial nas discussões constituintes.

Hoje, à medida que se reflete sobre a CRFB/1988 e suas implicações para o cenário sindical contemporâneo é impossível ignorar sua influência na promoção da justiça social e na melhoria das condições de trabalho. As garantias sindicais determinadas na Carta/1988 formaram um terreno propício para a construção de relações laborais mais harmoniosas e colaborativas, fortalecendo as vozes dos trabalhadores no âmbito das decisões que afetam suas vidas.

Por outro lado, neste capítulo explora-se ainda o delicado equilíbrio entre as aspirações constitucionais por justiça social e participação popular com políticas econômicas que enfatizam a liberalização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado na economia. Essa tensão intrínseca coloca em foco a necessidade de harmonizar as aspirações sociais e políticas da Constituição com a dinâmica econômica global e a necessidade de atuação sindical.

A CRFB/1988, ao conferir uma ampla gama de direitos aos cidadãos, estabeleceu o alicerce para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. No entanto, a ascensão do neoliberalismo caracterizada pela busca da eficiência econômica, através da minimização da intervenção estatal e da promoção do livre mercado, trouxe consigo desafios inesperados. A liberalização econômica muitas vezes trouxe pressões para flexibilizar leis trabalhistas, diminuir o poder dos sindicatos e reduzir a proteção social, levantando dúvidas sobre a compatibilidade dessas mudanças com os princípios fundamentais da Constituição. Enquanto os movimentos sindicais e trabalhistas buscavam proteger os direitos dos trabalhadores e assegurar uma distribuição justa dos frutos do crescimento econômico, as forças econômicas globais frequentemente clamavam por flexibilidade e competitividade para atrair investimentos e promover o crescimento.

No decorrer deste capítulo, analisam-se casos concretos em que as tensões entre a CRFB/1988 e as políticas neoliberais se manifestaram. Examina-se como decisões judiciais, reformas legislativas e movimentos sociais têm moldado essa relação complexa, ao longo do tempo. Além disso, reflete-se aqui sobre os desafios a serem enfrentados para a concreta efetividade das garantias sindicais e dos direitos trabalhistas diante das pressões do neoliberalismo.

A tensão entre a Constituição Cidadã e o neoliberalismo é um tema central que permeia as discussões sobre a evolução do Brasil pós-1988. Compreender a natureza dessa interação é fundamental para abordar os dilemas contemporâneos e buscar soluções que promovam tanto a justiça social quanto a sustentabilidade econômica.

4.1 O movimento sindical às portas da Constituinte de 1986-1987: inovações normativas

A Constituinte de 1986-1987, que resultou na promulgação da CRFB/1988 no Brasil, foi um importante marco na história do país, pois estabeleceu as bases para a democracia e os direitos fundamentais. Durante esse processo, o movimento sindical exerceu uma influência significativa, contribuindo para moldar o conteúdo e as diretrizes da nova Constituição (Domingues, 2020).

O movimento sindical, representado por diversas entidades e organizações de trabalhadores, desempenhou um papel fundamental na luta pela redemocratização do país, conforme já demonstrado nesse trabalho. Durante a Constituinte, os sindicatos se mobilizaram para garantir a inclusão de direitos trabalhistas e sociais na nova Constituição, defendendo a valorização do trabalho, a proteção dos direitos dos trabalhadores e a garantia de condições dignas de trabalho. E ainda, diversas propostas foram apresentadas e debatidas pelos representantes sindicais (Domingues, 2020).

Um dos principais resultados da atuação do movimento sindical foi a manutenção e inclusão de diversos direitos trabalhistas na CRFB/1988. Entre eles destacam-se³⁴ a garantia da liberdade sindical, o reconhecimento da negociação

³⁴ Conforme se extrai do texto constitucional: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei; XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XXII - redução

coletiva, a proteção contra a demissão arbitrária, a jornada de trabalho de 8 horas diárias, o pagamento de horas extras, o direito à greve, entre outros (Domingues, 2020).

Sobre a organização sindical na Constituição de 1988, observa:

Os direitos de liberdade sindical dos trabalhadores formam um tripé correspondente à organização sindical, à negociação coletiva e à greve. O primeiro elemento refere-se ao direito de, livremente, criar entidades, filiar-se a elas e deliberar sobre os meios de organização e ação, bem como sobre os fins a serem alcançados. O segundo consiste em mecanismo pelo qual trabalhadores e empregadores participam da determinação das condições de trabalho, podendo celebrar instrumentos coletivos de trabalho. O último representa recurso para pressionar pelos resultados desse processo, de modo que se atenda, no todo ou em parte, às expectativas e aos interesses dos trabalhadores. (Pereira, 2013, p. 249).

Além disso, o movimento sindical também contribuiu para a inclusão de direitos sociais dos cidadãos na Constituição. A defesa da seguridade social, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), da Previdência Social e da Assistência Social, foi um ponto importante da agenda sindical. Também foram incluídos na Constituição direitos relacionados à educação, cultura, moradia, ao meio ambiente, entre outros.

Outro aspecto relevante foi a participação ativa de representantes sindicais nas discussões e debates da Constituinte (Costa, 2016). Muitos sindicalistas foram eleitos como deputados constituintes e tiveram a oportunidade de contribuir diretamente para a redação do texto constitucional. Sua presença no Congresso Nacional fortaleceu a defesa dos interesses dos trabalhadores e ampliou a representatividade do movimento sindical no processo político (Domingues, 2020).

É inegável que a Constituinte de 1986-1987 foi impactada de forma significativa pelo movimento sindical no Brasil. A atuação dos sindicatos contribuiu para consolidar uma agenda de valorização do trabalho, da proteção dos trabalhadores e da busca

dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV - aposentadoria; XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.” (Brasil, 1988)

por condições dignas de trabalho. O movimento sindical desempenhou um papel fundamental na construção da democracia brasileira e na consolidação dos direitos fundamentais no país. (COSTA, 2016).

Assim, a promulgação da CRFB/1988 trouxe a institucionalização da democracia e de um conjunto de direitos sociais e coletivos, que traziam grandes benefícios para o trabalhador e um sistema de proteção social, que demandava ações concretas do mercado (Domingues, 2020).

4.2 Direitos sindicais na Constituição de 1988: grupos de interesse e o papel do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

A CRFB/1988 assegura diversos direitos sindicais, garantindo a organização, a representação e a atuação dos sindicatos. Alguns dos principais direitos sindicais previstos na CRFB/1988³⁵ incluem:

1. liberdade sindical: organização e autonomia dos sindicatos, sem interferência do Estado. Os trabalhadores têm o direito de se associarem livremente e escolher seus representantes sindicais;
2. representação dos trabalhadores: o direito dos sindicatos de representar os interesses dos trabalhadores perante os empregadores e órgãos públicos. Os sindicatos têm legitimidade para atuar na defesa dos direitos e interesses coletivos dos trabalhadores;
3. negociação coletiva: entre os sindicatos de trabalhadores e empregadores,

³⁵ Conforme se extrai do texto constitucional: “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município; III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho; VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais; VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.” (Brasil, 1988)

reconhecendo-a como meio legítimo de regulamentação das relações de trabalho. Os sindicatos têm o direito de negociar condições de trabalho, salários, benefícios e outras questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores;

4. direito à greve: o direito dos trabalhadores de fazer greve como forma de manifestação e pressão por melhores condições de trabalho. Esse direito deve ser exercido de forma responsável, nos termos da lei, e preservando-se o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
5. contribuição sindical: a contribuição sindical, também conhecida como imposto sindical, que é descontado anualmente dos trabalhadores o correspondente ao salário de um dia de trabalho, para financiar as atividades sindicais

No entanto, vale ressaltar que a contribuição sindical passou por alterações com a Reforma Trabalhista de 2017, lei 13.467/17³⁶, e entre elas, foi a disposta nos arts. 578 e 579 da CLT, que retiraram a obrigatoriedade desta contribuição. Anteriormente, todos os empregados, sindicalizados ou não, eram obrigados a pagar essa taxa (Pimentel, 2021).

Costa (2016) explica que a constitucionalização dessa estrutura sindical é fruto de grupos de interesses que lutaram por isso, especialmente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), uma entidade brasileira de natureza sindical que atua como um centro de pesquisa, assessoria técnica e educação orientada para o acompanhamento e a análise das atividades legislativas, políticas e parlamentares no Brasil. Fundada em 30 de setembro de 1983³⁷, a entidade tem como objetivo principal fortalecer a atuação das entidades sindicais e demais organizações da sociedade civil, no âmbito do Poder Legislativo:

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- Decisões democráticas;
- Atuação "a", "pluri" e suprapartidária;
- Conhecimento técnico;
- Atuação como instrumento da classe trabalhadora, patrocinando apenas as matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário. (DIAP, s.d.,n.p.).

³⁶ Sancionada pelo então Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, ou seja, Michel Temer (Lopes; Soares, 2023). Esse tema será melhor aprofundado no capítulo 6.

³⁷ É constituído, hoje, por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores congregando centrais, confederações, federações, sindicatos e associações distribuídas em todos os estados do País, das quais 90 são de Brasília. (DIAP, s.d.,n.p.).

O DIAP se dedica a monitorar, estudar e avaliar as ações dos parlamentares, os projetos de lei em tramitação e as decisões políticas que impactam a classe trabalhadora e a sociedade em geral. Sua atuação abrange temas como direitos trabalhistas, previdência, relações sindicais, saúde, educação, meio ambiente e outras áreas de interesse público. Também oferece assessoria técnica às entidades sindicais, promovendo a formação política e cidadã dos trabalhadores e das lideranças sindicais. Através de publicações, cursos, palestras e eventos, busca capacitar os atores sociais a compreenderem os processos legislativos e políticos, para influenciar de maneira mais efetiva as políticas públicas e assegurar a proteção dos direitos dos trabalhadores. Sobre a atuação da referida Entidade na Assembleia Nacional Constituinte, Costa (2016) explana:

O projeto defendido pelo DIAP na ANC e apoiado pelas principais entidades sindicais e partidos políticos de esquerda foi resultado de um trabalho conjunto de todos estes atores mencionados. Contudo, consideramos que o DIAP, ao encabeçar as negociações e assumir uma ação propositora, assumiu um papel de protagonismo na construção do consenso: foi a organização que, por meio de seu corpo técnico-jurídico, elencou as propostas que considerava consensuais para os trabalhadores. Essas propostas foram levadas às mesas de negociação com as diferentes forças envolvidas, momento no qual deve-se ressaltar novamente a importância do prestígio de Ulisses Riedel, bem como sua capacidade articuladora, que legitimou o projeto do DIAP na condição de representante dos interesses consensuais da classe trabalhadora (Costa, 2016, p. 768).

Além dos direitos sindicais mencionados anteriormente, a CRFB/1988 também prevê outros direitos importantes relacionados aos trabalhadores, que foram resultado da pressão exercida pela supracitada entidade³⁸. Esse conjunto de avanços, sem dúvida, resultou da ação do DIAP na Assembleia Nacional Constituinte, que tinha o apoio de diversos partidos de esquerda, conforme mostra Costa (2016):

³⁸ Dentre os quais citam-se: a) representatividade: para defender aos interesses dos trabalhadores perante os empregadores, e participar de órgãos colegiados e de políticas públicas relacionadas ao trabalho e à previdência social; b) participação nos lucros: participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, por meio de negociação coletiva. Os sindicatos têm o papel de intermediar essas negociações em benefício dos trabalhadores; c) direito de ação: garantia aos sindicatos do direito de ajuizar ações judiciais em defesa dos direitos e interesses coletivos dos trabalhadores, inclusive em ações de natureza trabalhista; d) proteção contra demissão arbitrária: proibição de demissão arbitrária ou sem justa causa do trabalhador sindicalizado que tenha mais de um ano de serviço na empresa. Caso ocorra uma demissão nesses termos, o sindicato pode buscar a reintegração do trabalhador ou o pagamento de indenização; e) sustação de decisões normativas: direito de sustar, mediante decisão de assembleia geral, a aplicação de decisões normativas ou regulamentares de outros órgãos ou entidades, quando estas contrariarem interesses coletivos ou direitos dos trabalhadores. (Brasil, 1988).

O *lobby* dos trabalhadores, em especial o do DIAP, foi identificado pela imprensa e por constituintes como um dos mais poderosos e bem organizados. Antes mesmo do início dos trabalhos na Constituinte, o DIAP já era apontado como o "comando" do lobby dos sindicatos de trabalhadores. Além do apoio das entidades sindicais, o DIAP conseguiu a adesão do PCdoB, PCB, PT e PDT a um documento no qual estes se comprometiam a lutar por seu programa. Alguns partidos, inclusive, credenciaram formalmente representantes para participar das reuniões realizadas pelo DIAP no Congresso Nacional, na sala da Frente Parlamentar Nacionalista (Costa, 2016, p. 769).

Costa (2016) aponta que, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o DIAP desempenhou um papel ativo ao monitorar a atuação dos parlamentares em todas as fases do processo constitucional. Eles conduziram essa tarefa, analisando e compartilhando avaliações através de boletins informativos e do Jornal do DIAP, destacando se esses parlamentares apoiavam ou prejudicavam os interesses dos trabalhadores. Esses materiais foram amplamente distribuídos para sindicatos de trabalhadores, membros do Congresso Nacional (Deputados e Senadores), agências governamentais e jornalistas da mídia convencional.

O DIAP adotou uma abordagem estratégica adicional, ao produzir estudos detalhados que eram entregues aos constituintes e aos eleitores relacionados aos trabalhadores que os elegiam. Esse uso da informação e a elaboração desses estudos serviram como ferramentas cruciais para legitimar as ações do DIAP, e atuando como meio de pressão para garantir que seus interesses fossem considerados e, se possível, aprovados. (Costa, 2016).

Essas estratégias culminaram na atribuição de pontuações à *performance* dos parlamentares, resultando na criação do *Quem foi quem na Constituinte*, documento publicado ao término da Assembleia Nacional Constituinte que destacou como cada parlamentar contribuiu para a construção da nova Constituição.

O período entre 1983 e 1988, na trajetória do DIAP, traz à tona uma nova narrativa sobre como os direitos trabalhistas foram incorporados à Carta Magna do Brasil de 1988. Desde a sua criação, o DIAP concentrou seus esforços na coordenação dos interesses dos trabalhadores, conseguindo transcender as dissidências e divisões políticas entre as principais organizações sindicais daquela época. A organização conseguiu estabelecer um surpreendente acordo, unindo em só um projeto, os interesses convergentes das diferentes entidades sindicais de trabalhadores, inclusive de rivais históricos como a CUT e a CGT, demonstrando o importante papel dos sindicatos nesse contexto.

Costa (2016) aponta que, adicionalmente, o DIAP superou as expectativas que indicavam a possibilidade de uma Constituição mais conservadora ser formulada. O contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 oferece algumas explicações para compreender essa "mudança de cenário".

Nesse contexto, a luta para impedir que a Comissão de Sistematização elaborasse um anteprojeto preliminar antes das atividades das comissões temáticas ganhou relevância. Isso permitiu que as comissões e subcomissões temáticas desempenhassem o papel de protagonista através do qual os membros da Constituinte podiam, e de fato o fizeram, ser mais favoráveis às propostas do DIAP.

A atuação da organização ao propor, guiar e pressionar durante essas duas primeiras etapas foi crucial para assegurar que os avanços conquistados não se perdessem nas fases posteriores da Constituinte, quando a maioria dos constituintes passou a adotar uma postura conservadora, geralmente resistente às ideias propostas pelo DIAP.

4.3. Retrocessos políticos diante do Consenso de Washington

A institucionalização da democracia fortaleceu a possibilidade dos movimentos sociais se colocarem como atores políticos relevantes, capazes de propor a agenda pública. Por sua vez, desde o governo Collor de Mello, o Brasil se abriu para as políticas econômicas neoliberais e se submetia à lógica do Consenso de Washington³⁹, e sua financeirização da política. Segundo Portela Filho (1994):

³⁹ O "Consenso de Washington", segundo Portella Filho (1994), refere-se a um conjunto de políticas econômicas e reformas estruturais que foram amplamente promovidas por organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA, durante a década de 1980 e início da década de 1990. Essas políticas foram inicialmente articuladas em um relatório do economista John Williamson em 1989 e ganharam notoriedade por terem sido adotadas por muitos países em desenvolvimento e em transição econômica nesse período. Portella Filho (1994) afirma, ainda, que entre as principais características do Consenso de Washington, incluem-se as políticas de controle rigoroso das finanças públicas, como a redução dos déficits orçamentários e a contenção da dívida pública. Isso frequentemente implicava a diminuição dos gastos governamentais, incluindo, ou seja, cortes em subsídios e programas sociais, e, também, a liberalização do comércio internacional, através da redução de tarifas e barreiras alfandegárias. Isso visava a ampliar a integração dos países na economia global e fomentar o crescimento das exportações. Outra característica do Consenso de Washington foi a busca pela estabilidade monetária através de políticas que controlassem a inflação e mantivessem a estabilidade dos preços e a flexibilização das regulamentações financeiras, para incentivar a entrada de instituições financeiras estrangeiras e a liberalização dos mercados financeiros.

Após a chamada crise da dívida externa, muitos países da América Latina foram compelidos a implantar programas de ajustamento e reformas que promoveram mudanças nos modelos econômicos. Essa política de ajustamento foi realizada com base nas doutrinas do chamado "Consenso de Washington" (Portella Filho, 1994, p. 191).

O objetivo era garantir que os países da América Latina fizessem o ajuste fiscal para conseguirem amortizar a dívida pública. Foi uma imposição do capitalismo central sobre o capitalismo periférico dependente. Sobre as propostas de Williamson, Portella Filho (1994) afirma:

Em um estudo sobre o ajustamento da América Latina, John Williamson listou 10 tipos de políticas e reformas econômicas que foram objeto de consenso entre os doutrinadores de Washington durante os anos oitenta:

- (1) Disciplina fiscal;
- (2) Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos;
- (3) Reforma tributária;
- (4) Liberalização do setor financeiro (livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio);
- (5) Manutenção de taxas de câmbio competitivas;
- (6) Liberalização comercial;
- (7) Atração de investimentos diretos estrangeiros;
- (8) Privatização de empresas estatais;
- (9) Desregulamentação da economia;
- (10) Proteção a direitos autorais [...] (Portella Filho, 1994, p. 193).

A privatização de empresas estatais também era uma marca do Consenso de Washington que impactaria contundentemente o Brasil na década de 1990 e resultaria na venda de ativos e empresas estatais para o setor privado. Finalmente, a redução de regulamentações governamentais para estimular a competição e a atividade empresarial que, ao longo das décadas, implicou a flexibilização dos direitos trabalhistas. (Portella Filho, 1994).

Por isso e por outros motivos o Consenso de Washington recebeu críticas. Algumas delas argumentavam que as políticas promovidas priorizavam o mercado em detrimento das preocupações sociais e levavam a crescentes desigualdades. Além disso, em muitos casos a implementação dessas políticas não levou aos resultados almejados como o crescimento econômico sustentável e a redução da pobreza.

À medida que essas políticas iam sendo implementadas, tornaram-se evidentes, no Brasil, as contradições entre os princípios desse Consenso, no tocante ao conceito de ajuste fiscal e à aspiração por uma "Constituição Cidadã".

O ajuste fiscal, medida neoliberal contemplada no Consenso de Washington, enfatizava a disciplina orçamentária e visava a redução dos déficits. Enquanto essas medidas buscavam garantir a estabilidade econômica, muitas vezes resultaram em

cortes nos gastos públicos, que afetaram setores cruciais como saúde, educação e programas sociais. Isso criou tensões significativas com uma visão de "Constituição Cidadã", que pregava a justiça social, a igualdade e os direitos humanos. A discrepância entre a austeridade fiscal e o papel do Estado como provedor do bem-estar social causou impactos negativos nas condições de vida, já precárias, dos cidadãos mais vulneráveis.

A privatização de empresas e ativos estatais, outro tópico do Consenso de Washington, também entrou em conflito com os princípios da Constituição Cidadã, porquanto, se por um lado a privatização buscava eficiência e atração de investimentos, muitas vezes resultava em perda de controle público sobre setores estratégicos, como energia e recursos naturais, afetando a capacidade do Estado de direcionar políticas de desenvolvimento e sustentabilidade.

A ênfase na liberalização financeira, um dos pilares do Consenso de Washington, também mostrou suas contradições. A busca por maior abertura dos mercados financeiros pode ter levado a uma maior vulnerabilidade e, conseqüentemente, a crises econômico-financeiras globais, como as observadas em diversos países. Isso colide diretamente com a missão da Constituição Cidadã de promover a estabilidade econômica e garantir a proteção dos direitos sociais, em face das turbulências econômicas.

A globalização econômica, incentivada pelo Consenso de Washington, frequentemente resultou em competição global desenfreada e em condições de trabalho precárias. Essas condições contradizem os princípios da Constituição Cidadã que buscam garantir direitos trabalhistas, a dignidade no trabalho e condições justas para os trabalhadores.

4.4 Movimento sindical no pós-constituente: desconstruindo conquistas constitucionais pela prática política descompromissada do trabalhador

Durante o governo do Presidente José Sarney (1985-1989) e Itamar Franco (1992-1994), o movimento sindical no Brasil também passou por transformações significativas. No governo Sarney, após a transição democrática do país, o movimento sindical se fortaleceu e ganhou maior espaço de atuação. Durante esse período, foi promulgada a CRFB/1988.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Cidadã de 1988, em seu capítulo sobre os direitos sociais, estabeleceu importantes garantias aos sindicatos e aos trabalhadores. (Martins; Rodrigues, 1999).

Durante o governo Sarney, houve um aumento da mobilização sindical, com greves e manifestações em diversos setores, reivindicando melhores condições de trabalho, reajustes salariais e a defesa dos direitos trabalhistas. O movimento sindical se tornou uma importante força de pressão política e social, que viria a influenciar a elaboração da Carta Magna de 1988. Impende mencionar que, nesse período, houve repressão por parte do governo à organização sindical: “além do controle exercido pelo Estado através de repressões, o mesmo utilizou os sindicatos oficiais, com o intuito de desarticular as formas de organização da classe trabalhadora intermediadas pelos sindicatos dos trabalhadores.” (Tostes, 2010, p. 96).

Já o governo de Fernando Collor de Melo foi marcado por uma série de medidas econômicas e políticas neoliberais, incluindo a abertura comercial, a privatização de empresas estatais e a implementação de políticas de ajuste fiscal. Essas medidas tiveram impacto direto nas condições de trabalho e nos direitos dos trabalhadores (Martins; Rodrigues, 1999).

Nesse período, houve uma retração dos sindicatos, especialmente no início do governo, devido à forte repressão e criminalização das organizações sindicais. O governo adotou uma postura hostil em relação ao movimento sindical, buscando enfraquecê-lo como contraponto às novas políticas adotadas. (Martins; Rodrigues, 1999).

Nesse contexto:

A política econômica do governo Collor colocou o movimento sindical na defensiva. Esse movimento tinha sido muito importante para o movimento popular urbano ao longo da década de 1980. Seu enfraquecimento era estratégico para a consolidação do neoliberalismo. Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. (NCST, 2015, n.p.).

Após o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, assume a Presidência da República Itamar Franco. Durante seu governo o movimento sindical manteve seu papel ativo na defesa dos interesses dos trabalhadores. O período foi marcado por desafios econômicos e pela necessidade de se diminuir a inflação galopante (1.109%) e se implementarem medidas efetivas para se estabilizar a economia, caso do Plano Real idealizado por Fernando Henrique Cardoso, então

Ministro da Fazenda de Itamar Franco (Martins; Rodrigues, 1999). Terminado o governo Itamar Franco, a inflação caíra para 22,41%.

Com relação ao movimento sindical durante o governo de Itamar, observa-se que os sindicatos adotaram um posicionamento de participação de forma ativa nas discussões sobre as políticas econômicas e sociais adotadas. Foram realizadas mobilizações e greves em diversos setores, como forma de pressionar o governo pelas reivindicações porque sempre lutavam, ou seja, melhores condições de trabalho, reajustes salariais e a manutenção dos direitos antes conquistados. (NCST, 2015, n.p.).

Nesse contexto, os sindicatos se mostraram importantes atores na defesa dos interesses dos trabalhadores, buscando garantir seus direitos e condições dignas de trabalho. Ainda que tenha enfrentado desafios diante das medidas econômicas implementadas, o movimento sindical continuou a exercer seu papel de representação e luta pelos trabalhadores. (NCST, 2015, n.p.).

Basicamente, durante os governos de José Sarney e Itamar Franco, o movimento sindical no Brasil se fortaleceu e desempenhou um papel ativo na defesa dos interesses dos trabalhadores. As conquistas legislativas e a participação sindical com mobilizações e negociações coletivas foram marcos importantes nesse período, consolidando o papel dos sindicatos como defensores e protetores dos direitos dos trabalhadores brasileiros (Martins; Rodrigues, 1999).

Avançando, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o movimento sindical no Brasil passou por importantes transformações e enfrentou desafios significativos. O governo do Presidente sociólogo, inusitadamente, continuou aplicando políticas neoliberais, ampliando as privatizações e implementando reformas econômicas, como a abertura financeira e a flexibilização das leis trabalhistas.

Nesse período, surgiram diferentes estratégias e reações por parte do movimento sindical. Houveram mobilizações e greves em diversos setores, como forma de resistência às políticas de desregulamentação e precarização do trabalho. (Martins; Rodrigues, 2000). Também ocorreram debates internos nos sindicatos sobre as estratégias de enfrentamento ao governo e a defesa dos interesses dos trabalhadores. Nesse contexto:

Nos quatro primeiros anos do governo FHC ocorreram muitas manifestações trabalhistas, notadamente contra o processo de privatização das empresas estatais. Foram, no entanto, movimentos com pouco poder de

arregimentação dos próprios trabalhadores. Foi um período de lutas extremamente defensivas para os empregados. (Martins; Rodrigues, 2000, p.159).

Contudo, é importante mencionar que, apesar dos desafios enfrentados, o movimento sindical também conseguiu conquistas importantes durante esses 08 anos de mandatos governamentais, como os avanços na regulamentação de direitos trabalhistas, a extensão da licença-maternidade e a aprovação da lei que regulamentava a organização sindical. (Martins; Rodrigues, 2000).

Por outro lado, é importante destacar que a diversidade e a pluralidade de atores e organizações dentro do movimento sindical fazem com que surjam e se adotem diferentes experiências e estratégias durante esses períodos, variando conforme o setor e a região do país em que ocorreram.

Dessa forma, durante os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o movimento sindical enfrentou desafios devido às políticas neoliberais adotadas, mas, também resistiu e conquistou avanços em defesa dos direitos dos trabalhadores. Do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, essas contradições marcam o movimento histórico e permitem compreender a realidade concreta, material; e não o mero idealismo. Frisa-se que essa realidade não é imutável e absoluta, mas resultante de um movimento constante de transformação. Contudo, o que é fundamental avaliar-se nos supracitados governos Collor e Cardoso é que o capital, especialmente a financeirização do Estado brasileiro, foi marcante procedimento neoliberal nesse período.

4.5 O movimento sindical nos dois primeiros mandatos de Lula: tentativas de conciliação classistas

Avançando na história brasileira, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República do Brasil em 2002 mostrou a força da popularidade de Lula entre os trabalhadores brasileiros (Imagem 6), e marcou a chegada de uma nova esquerda no poder.

Imagem 6 - Lula participando de um evento em São Bernardo



Fonte: (Nuzzi, 2015).

O primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi marcado por uma relação próxima e influente com o movimento sindical brasileiro, uma vez que antes de se tornar Presidente, Lula fora sindicalista e Presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e um dos fundadores do PT que, por seu turno, tinha fortes laços com o movimento sindical (Costa; Lamarca, 2013).

Durante o governo Lula, o movimento sindical teve um papel significativo na formulação e implementação de políticas públicas. O Presidente estabeleceu uma relação de diálogo e cooperação com as principais centrais sindicais do país, como a CUT e a Força Sindical (FS).

Uma das principais conquistas do movimento sindical durante esse período foi a aprovação de medidas direcionadas à valorização do trabalho e dos trabalhadores. Além disso, o governo Lula implementou políticas como o aumento real do salário mínimo e promoveu a participação dos sindicatos nas negociações coletivas, estimulou a criação de comissões tripartites para discutir questões trabalhistas e fortaleceu os espaços de participação social, como os conselhos de representantes dos trabalhadores (Costa; Lamarca, 2013).

Não obstante os avanços do sindicalismo em diversos níveis e setores, ao longo dos governos Lula os primeiros ideais dos movimentos do ABC foram se

perdendo no jogo e nas manobras políticas. Esse desdobramento pode ser compreendido a partir do neoinstitucionalismo histórico, que mostra que o comportamento político e as decisões políticas são impactadas pelas instituições. Nesse caso, claramente percebem-se as políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso impactarem as políticas do governo Lula.

Rodrigues, Ramalho e Conceição (2008) definem que esse foi um período no qual havia grandes expectativas sobre a potencialidade de melhorias entre capital e trabalho. Lula metaforizava possibilidades para os trabalhadores e foi eleito como símbolo de um movimento maior de proteção ao trabalhador, de melhorias das suas condições de trabalho e salário. Todavia, Rodrigues, Ramalho e Conceição (2008) apontam que a realidade foi um pouco diferente e trazem dados que provam o argumento:

A expectativa criada com o governo Lula foi muito grande, principalmente no tocante às mudanças que poderiam ser implementadas no âmbito das relações capital/trabalho. No entanto, o primeiro ano da administração foi marcado pela austeridade na economia, seja na política monetária, seja na política fiscal. Esta estratégia resultou no aumento da taxa de desemprego (de 11,7% para 12,4%) e na redução da massa salarial (queda de 5,7%) e do rendimento médio dos ocupados (contração de 12%), no primeiro ano (Rodrigues; Ramalho; Conceição, 2008, p. 54).

Ainda segundo os autores, esse foi um período de insatisfação do movimento sindical em relação ao governo Lula. Para expressão dessa insatisfação, em setembro de 2003, a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a CUT e a FS elaboraram e assinaram um documento denominado *A pauta do crescimento*. Em seu bojo, esse documento continha 21 propostas para melhorias na economia do país, e foi entregue a todas as centrais sindicais.

Os movimentos dos trabalhadores, ainda nos primeiros anos do governo Lula, pediam mais envolvimento com o Conselho Monetário Nacional (CMN) e a diminuição da taxa de juros. Em nome do mercado, o Estado não diminuiu os juros, alegando que seria para evitar o aumento da inflação.

Em 2006, o descontentamento de parte da esquerda com os rumos da condução da política trabalhista do Presidente Lula trouxe o alinhamento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) em torno da chamada Frente Esquerda e Socialista para lançar um novo nome à Presidência da República que representasse, novamente os interesses da classe

trabalhadora. Os partidos tinham braços sindicais (chamados Conlutas e Intersindical), que defendiam a unificação das centrais sindicais de esquerda. Contudo, não foi possível obter um consenso sobre certos temas e a unificação nunca ocorreu (Campos, 2019).

A história partidária brasileira é demasiadamente fragmentada. O que se nota são partidos defendendo interesses de diferentes elites, mas não se posicionando em termos de classe. Isso advém da trajetória política brasileira marcada pela ação do Estado que marginalizava, ou ignorava, movimentos populares, criando obstáculos para a formação da consciência de classe - para a conscientização de pertencimento a uma classe (a trabalhadora). O Estado paternalista brasileiro é nefasto para a possibilidade de surgimento de um partido democrático que, efetivamente, tenha um projeto de nação que coloque a classe trabalhadora como protagonista. Foi essa perspectiva fragmentária que dificultou esse processo de unificação das centrais sindicais.

Segundo Campos (2019) havia entre alguns grupos de sindicalistas um discurso sobre a necessidade de romper relações com a CUT, que sempre ocupara o protagonismo no movimento sindical no Brasil. Contudo, o movimento dos trabalhadores no Brasil não era institucionalizado apenas nos sindicatos e havia uma discordância sobre o papel desses outros movimentos, conforme explica Campos (2019):

O setor que vai compor a CSP-Conlutas defendia o caráter de central sindical e popular nos moldes da Central Operária Boliviana e isso incluía a participação de movimentos sociais, como o MTST, estudantis e de luta contra opressões. Porém, os setores que compunham a Intersindical se opunham à participação desses movimentos e à proposta de paridade de voto e recursos dentro da central. Mas esse segundo setor perde a votação e a votação seguinte era sobre o nome, quando ocorre a ruptura formal (Campos, 2019, p. 208).

Nesse contexto, formou-se a Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), da qual faziam parte grupos do PSOL, MTST e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Por outro lado, tem-se a Intersindical, que se empenhava em retomar o trabalho da CUT, formada principalmente por setores do PSOL (Campos, 2019).

Marcelino (2017, p. 216) aponta que o movimento sindical brasileiro sempre esteve atrelado às lutas salariais, sem questionamentos políticos mais consistentes sobre a lógica do capitalismo (outro ponto de enfraquecimento dessa luta). Nesse

diapásão, o autor explica que “no decorrer dos governos de Lula e Dilma Rousseff, o sindicalismo deu mostras explícitas da aliança com a grande burguesia interna brasileira no interesse comum em beneficiar, com a política econômica do governo, o setor produtivo nacional.” Isso implicava, basicamente, gerar mais empregos.

Dessa forma, o movimento sindical brasileiro, naquele momento, se encontrava eivado de contradições. Embora fortalecido por um governo trabalhista e esquerdista eleito, esse não promoveu a luta de classe, mas fazia uma pseudo-gestão como mostra Marcelino (2017). O autor percebe esse movimento claramente no interior da CUT.

Há que se reconhecer que nem todas as demandas do movimento sindical foram atendidas durante o primeiro governo Lula. Algumas pautas, como a reforma sindical, não avançaram como esperado, gerando insatisfação em setores do movimento sindical. Além disso, houve críticas de que o governo não teria avançado o suficiente em relação à legislação trabalhista e à proteção dos direitos dos trabalhadores.

O movimento sindical teve uma influência significativa durante o primeiro governo Lula, com o Presidente buscando fortalecer os direitos dos trabalhadores e promover a participação dos sindicatos nas políticas públicas. No entanto, como em qualquer contexto político, houve limitações e desafios na concretização de todas as demandas sindicais, especialmente diante das exigências e manifestações da burguesia, conforme explica Marcelino (2017):

A eleição de Lula no ano de 2002 provocou mudanças importantes na política brasileira, e essas mudanças foram levadas adiante por Dilma Rousseff pelo menos até o final do seu primeiro mandato em 2014. A principal dessas mudanças foi a consolidação de uma frente política ampla e heterogênea que, a partir de 2003, foi a força de sustentação dos governos. Embora não prescindisse dos trabalhadores – antes, precisava deles –, a frente neodesenvolvimentista foi hegemonizada por uma determinada fração burguesa: a grande burguesia interna (Marcelino, 2017, p. 220).

No cenário do primeiro governo Lula, o movimento sindical enfrentou limitações e desafios em vários aspectos, a saber (Costa; Lamarca, 2013):

- a) limitações políticas: a trajetória de Lula como líder sindical e um dos fundadores do PT, não o livrou de ter que formar alianças políticas e buscar apoio no Congresso Nacional. Isso muitas vezes exigiu concessões e negociações que podem ter limitado a capacidade de atender à maioria das demandas do

movimento sindical;

- b) resistência empresarial: alguns setores empresariais podem ter oferecido alguma resistência às medidas pró-trabalhadores e à valorização do trabalho. Alguns deles e grupos econômicos podem ter se oposto a certas políticas trabalhistas, como o aumento real do salário mínimo ou a redução da jornada de trabalho, alegando impactos negativos na economia e na competitividade das empresas;
- c) complexidade das reformas: demandas do movimento sindical, como sua reforma, envolvem mudanças profundas na legislação trabalhista e nas estruturas sindicais. Essas reformas podem ser complexas e enfrentar resistência, tanto no campo político quanto no empresarial. Portanto, sua implementação pode ser mais desafiadora e requer consenso mais amplo;
- d) negociação política: Lula precisou negociar com diferentes atores políticos e sociais, e fazer alianças políticas para avançar em sua agenda. Nesse contexto, nem todas as demandas do movimento sindical puderam ser atendidas integralmente, devido às limitações orçamentárias, interesses divergentes de outros setores, e a necessidade de equilibrar as políticas trabalhistas com outros objetivos governamentais, como o crescimento econômico e a estabilidade fiscal.

É importante destacar que essas limitações não são exclusivas do governo Lula, mas a todos os anteriores, porquanto inerentes ao processo político e às complexidades da implementação de políticas públicas. Afinal, não se governa sem apoio político. Nessa direção, o movimento sindical enfrenta desafios ao buscar a concretização de suas demandas, porque isso pode ser atravancado por diversos fatores políticos, econômicos e sociais.

No segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), a relação entre o governo central e os sindicatos enfrentou alguns desafios quase imbatíveis em comparação ao primeiro mandato pois, embora Lula ainda mantivesse sua origem sindical e uma relação histórica com o movimento sindical, alguns pontos de tensão surgiram ao longo desse período de sua administração do país.

Esses pontos se referiam divergências e insatisfações entre o governo Lula e parte do movimento sindical, em relação a algumas políticas e a outras questões específicas. Alguns sindicatos e algumas lideranças sindicais expressaram

preocupação em relação aos seguintes tópicos (Costa; Lamarca, 2013):

- a) reforma da previdência: o governo propôs discussões na legislação previdenciária, que foram vistas pelo movimento sindical como ameaça aos direitos dos trabalhadores, cominação que gerou descontentamento e reações discordantes por parte de algumas centrais sindicais;
- b) política econômica: algumas medidas econômicas adotadas pelo governo, como a manutenção de uma política de controle da inflação e de ajuste fiscal, geraram críticas de alguns setores do movimento sindical que defendiam uma intervenção estatal mais contundente e um maior aumento de verbas em gastos sociais;
- c) relação com o empresariado: críticas de que o governo estaria estabelecendo uma relação próxima com o empresariado, foram interpretadas por algumas lideranças sindicais como um afastamento dos interesses e das demandas dos trabalhadores.

No entanto, é importante ressaltar que essa relação nem sempre foi marcada por tensões. Houve momentos de aproximação e diálogo entre o governo Lula e alguns setores do movimento sindical, especialmente em questões relacionadas a emprego, à valorização do salário mínimo e à expansão de políticas sociais (Costa; Lamarca, 2013).

Destarte, conclui-se que, em que pesem divergências e tensões pontuais, o segundo governo Lula ainda manteve canais e momentos de diálogo com as centrais sindicais e procurou atender algumas demandas, como a ampliação de programas de inclusão social e a continuidade de políticas trabalhistas destinadas à valorização dos trabalhadores.

5. O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOVERNO MICHEL TEMER (2011-2018): O AGRAVAMENTO DA CRISE SINDICAL E A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

O objetivo deste capítulo é analisar o período dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018) e investigar como este período provocou o agravamento da crise sindical e a fragilização da democracia no Brasil. Para isso, examinam-se eventos, políticas e medidas adotadas durante o mandato dos Presidentes, com o intuito de compreender como esses fatores contribuíram para a deterioração das relações sindicais e para a fragilização das instituições democráticas do país.

Estudam-se as políticas econômicas e sociais implementadas durante esses governos, buscando identificar as consequências dessas políticas para as organizações sindicais e para a participação cívica. A análise incluiu também eventos políticos e sociais que marcaram esse período, tais como protestos, movimentos sociais e a polarização política, e como esses fatores interagiram para provocar a crise sindical e abalar a democracia.

Exploram-se ainda as dinâmicas entre o governo, a classe trabalhadora e os sindicatos, examinando como os interesses dessas diferentes entidades se manifestaram e como a interação entre elas contribuiu para o agravamento da crise sindical. Além disso, discorre-se como a fragilização da democracia, a corrosão da confiança nas instituições públicas e a polarização ideológica-político-partidária foram afetadas pelas políticas públicas adotadas e pelos eventos ocorridos durante esse período.

Em síntese, procede-se a uma análise criteriosa e detalhada sobre o modo como o governo de Dilma Rousseff contribuiu para a intensificação das tensões nas relações sindicais, além de discutir como esse período impactou a estabilidade e a robustez das instituições democráticas no Brasil. Além disso são feitas considerações sobre as flexibilizações e alterações feitas na esfera trabalhista durante o governo de Michel Temer.

5.1 Articulação antidemocrática das elites políticas conservadoras do país

O estudo sobre o governo Dilma Rousseff deixa clara a antiga tradição de disputa entre capital e trabalho. Contudo as evidências de forte ruptura com a agenda petista original foi o pano de fundo para justificar o golpe parlamentar de 2016⁴⁰.

Marcelino e Galvão (2020) apontam que a base de apoio de Dilma Rousseff dentro da bancada sindical se esgarçou com a adoção de medidas neoliberais. Eles ponderam que:

O ajuste fiscal e as medidas provisórias que restringiram o acesso ao auxílio doença, ao recebimento de pensão pelo dependente em caso de morte do segurado (MP 664/2015), ao seguro-desemprego e ao abono salarial (MP 665/2015) geraram insatisfação entre os setores sindicais aliados do governo e lhe custaram a perda de uma parcela significativa de apoio popular (Marcelino; Galvão, 2020, p. 27).

Para os autores, as principais insatisfações estavam nos seguintes elementos (Marcelino, Galvão, 2020):

- a) insatisfação com o adotado neodesenvolvimentismo de caráter neoliberal;
- b) queda do crescimento econômico;
- c) dificuldade de enfrentar a crise;
- d) descontentamento com o aumento dos custos salariais que desagradava aos sindicatos patronais;
- e) baixas taxas de ocupação no mercado de trabalho;
- f) por parte do capital, havia a pressão pela redução dos custos do trabalho e benefícios previdenciários como condição para gerar mais empregos;
- g) Ampliação de defesas pelo capital financeiro da flexibilização da proteção ao trabalho;
- h) por parte dos trabalhadores, dificuldade de manutenção dos benefícios já previstos em lei;
- i) deslegitimação do PT frente às denúncias contra estatais;
- j) operação Lava Jato e corrupção envolvendo políticos do PT.

Durante o governo Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou uma crise econômica que

⁴⁰ Nesse trabalho será utilizada a nomenclatura “Golpe Parlamentar”, conforme será exposto nesse mesmo capítulo.

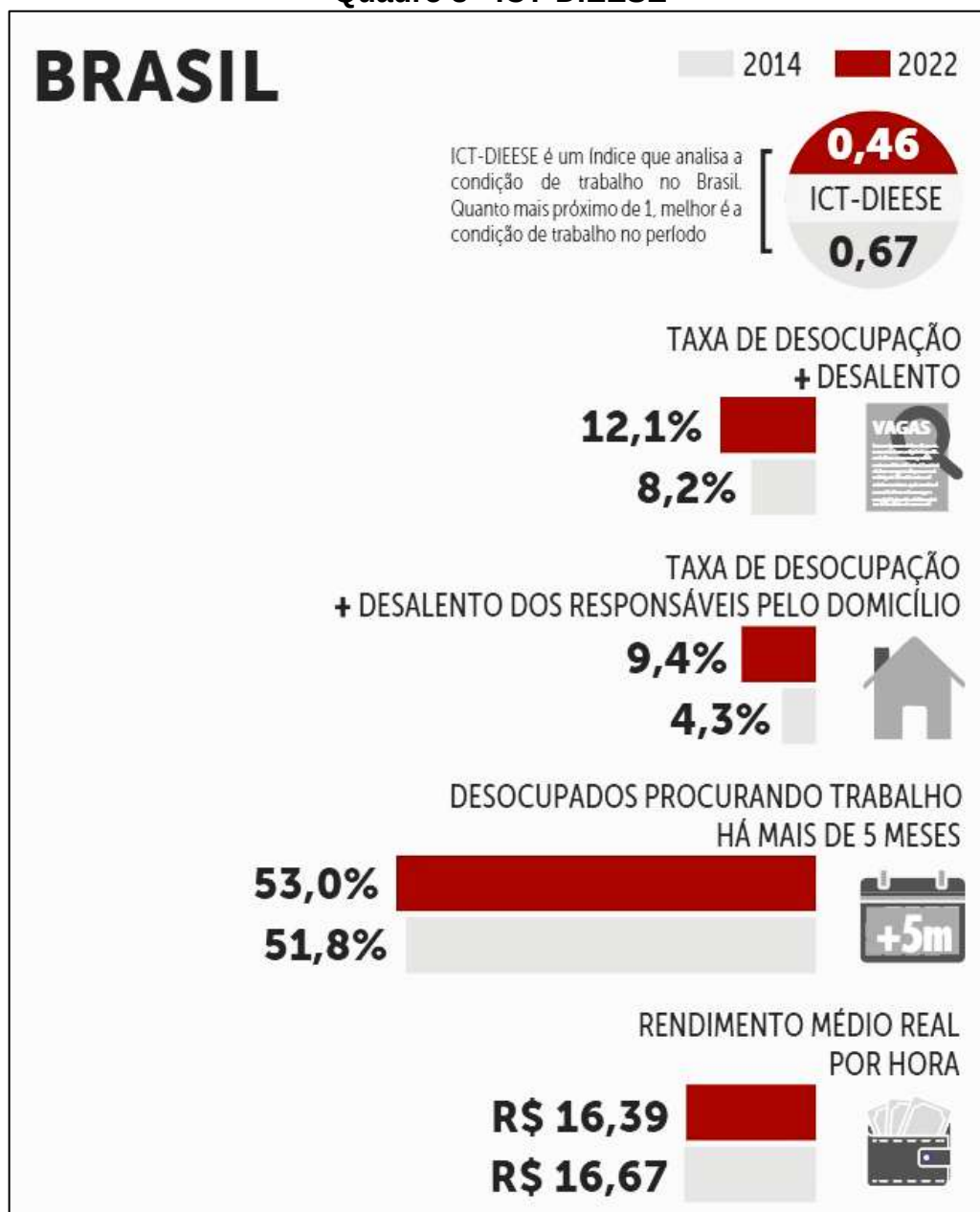
contribuiu para o aumento do nível de desemprego no país. Alguns fatores que contribuíram para essa crise foram:

- a) crise econômica internacional: desaceleração da economia global, em especial pela crise financeira de 2008; diminuição do crescimento econômico em países parceiros comerciais do Brasil que impactou negativamente as exportações e a atividade econômica interna, levando a uma redução de investimentos e à perda de empregos;
- b) políticas econômicas inadequadas: adoção de políticas econômicas ineficazes para enfrentar a crise; e a intervenção estatal na economia, os estímulos ao consumo e a falta de incentivos ao setor produtivo que contribuíram para um ambiente econômico pouco favorável aos negócios, que afetou a geração de empregos;
- c) queda nos investimentos: incerteza econômica, aliada a problemas na política fiscal e a intervenções governamentais no setor privado, que geraram uma queda significativa nos investimentos no país. Isso resultou em menor atividade econômica e, conseqüentemente, na diminuição das oportunidades de trabalho;
- d) crise política e instabilidade: denúncias de corrupção e um clima de instabilidade institucional se instalou, gerando incertezas para os investidores, afetando a confiança no país e prejudicando o crescimento econômico e inibindo a criação de empregos;
- e) setor industrial em declínio: queda na produção e no nível de emprego. Fatores como a concorrência internacional, a falta de competitividade, a infraestrutura inadequada e a carga tributária elevada contribuíram para esse cenário desfavorável.

Esses são alguns dos fatores que contribuíram para a crise de desemprego durante o governo Dilma Rousseff. É importante destacar que a situação econômica é multifatorial e resulta de uma combinação de fatores internos e externos.

O Quadro 3, a seguir, mostra alguns dados sobre o mercado de trabalho, a partir da crise econômica iniciada em 2014, no governo Dilma Rousseff.

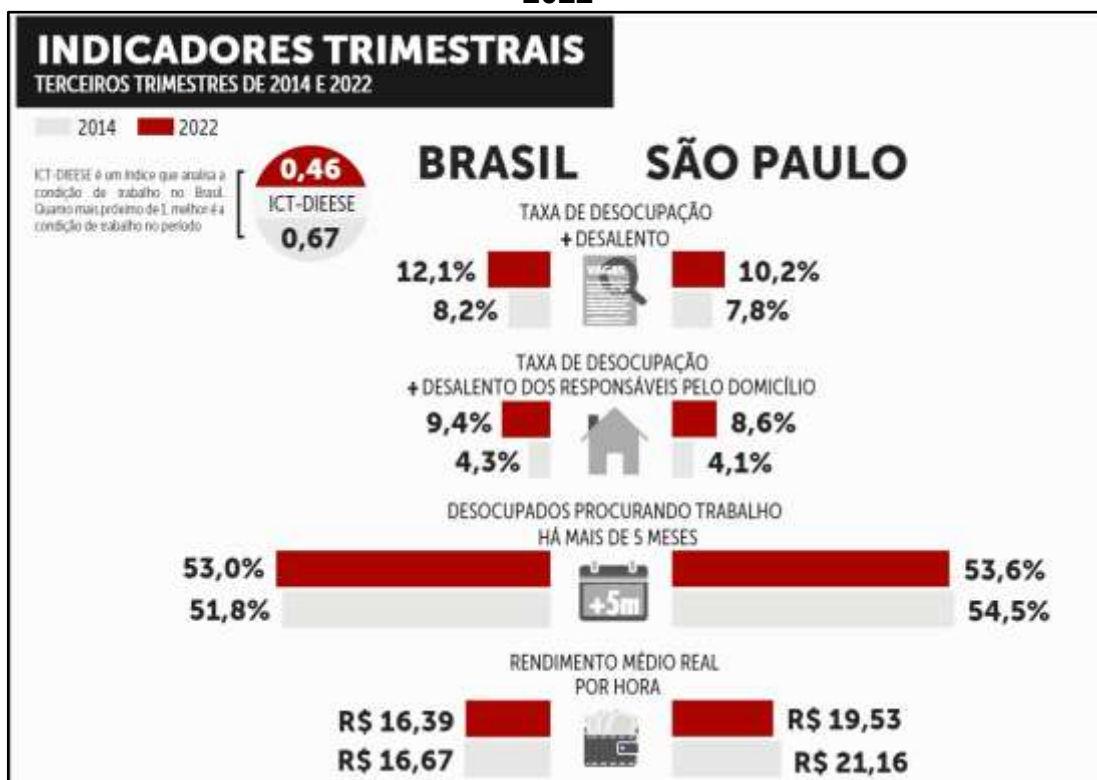
Quadro 3 - ICT-DIEESE



Fonte: (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022).

Na sequência, em âmbito estadual, o Quadro 4, mostra sobre o mercado de trabalho em São Paulo, estado mais rico da federação.

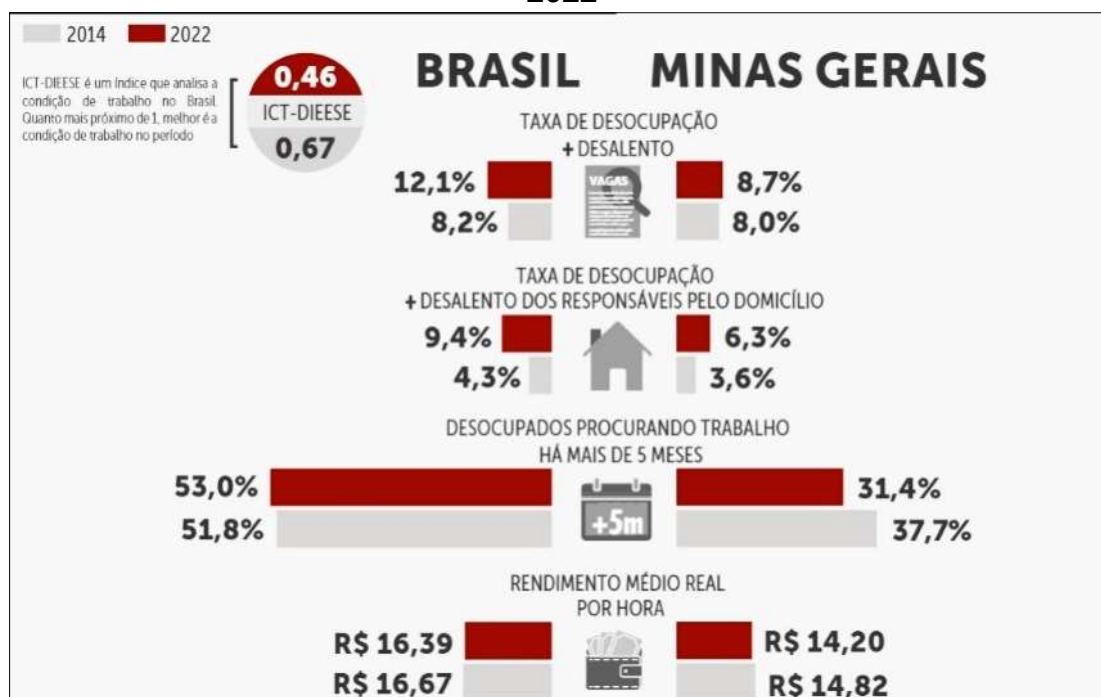
Quadro 4 - Dados do Mercado de Trabalho para o estado de SP, entre 2014 e 2022



Fonte: (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022).

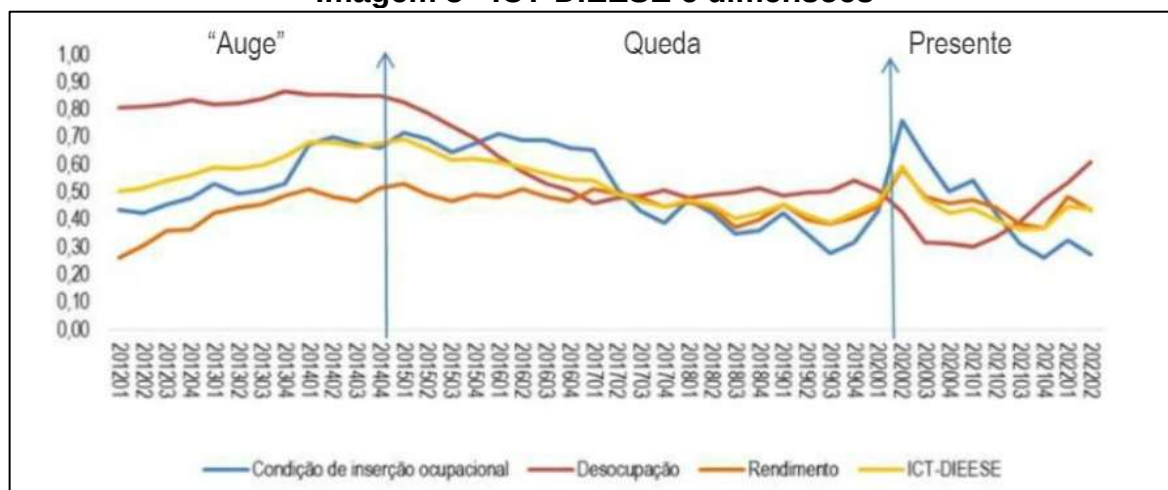
A seguir, no Quadro 5, os resultados para Minas Gerais:

Quadro 5 - Dados do Mercado de Trabalho para o estado de MG, entre 2014 a 2022



Fonte: (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022).

Imagem 8 - ICT-DIEESE e dimensões



Fonte: (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022).

A crise do desemprego é um problema complexo que demanda políticas econômicas adequadas, investimentos, incentivos ao setor produtivo e estabilidade institucional para ser enfrentada condizentemente.

Ainda sobre as dificuldades econômicas do governo brasileiro nesse período:

As políticas nos anos de (2011-2014) apresenta alguns problemas, em primeiro lugar, o governo decidiu diminuir o seu papel no investimento público nos setores que têm externalidades logísticas e cruciais. Esses setores, como energia e infraestrutura, em menor medida, também ajudam a sustentar a demanda agregada. Em segundo lugar, o grande alívio tributário para as empresas não expandiu a demanda agregada porque o investimento privado, de maneira não surpreendente, não respondeu a essas medidas. E em terceiro porque as isenções fiscais, em conjunto com a desaceleração econômica, reduziram consideravelmente a evolução das receitas tributárias, o superávit primário caiu em 2013 e tornou-se negativo em 2014. Essa combinação de menor crescimento dos gastos do governo e transferências e o fato de que a maior parte das isenções fiscais foi dada a empresas que não aumentaram suas despesas de investimento significou que a política fiscal de (2011-2014) foi menos expansionista do que em (2004-2010). Isto ocorreu apesar do fato de que o superávit primário médio no período mais recente foi de 1,7%, muito menor do que os 3,2% da média de superávit primário do período anterior, mesmo quando incluída a queda acentuada do superávit primário e das receitas durante o ano da crise de 2009. A mudança na orientação da política macroeconômica desde 2011 foi a principal causa da reversão progressiva dos dois primeiros dos três fatores acima mencionados, que geraram o rápido crescimento puxado pela demanda da economia brasileira até 2010. E o consequente menor crescimento do mercado interno naturalmente fez o processo acelerador trabalhar no sentido inverso, com uma queda acentuada da taxa de crescimento do investimento privado induzido, numa tentativa de ajustar a criação de nova capacidade produtiva para se adaptar à nova tendência muito menor de crescimento do mercado após 2011. (Paula, 2019, p. 11-12).

Durante o governo Dilma Rousseff, o PT conviveu com várias contradições, tanto internamente quanto externamente, que geraram desafios e

descontentamentos. Algumas dessas contradições foram de ordem:

- a) econômica: o partido, historicamente, defendia a inclusão social e a valorização dos trabalhadores, mas, o governo implementou a austeridade e o ajuste fiscal, como a redução de gastos públicos e a reforma da previdência, inquestionavelmente medidas do receituário econômico do neoliberalismo, que desagradaram aos setores da esquerda e aos sindicatos, o que gerou a referida contradição entre as políticas adotadas e o discurso histórico do PT;
- b) corrupção x ética: escândalos de corrupção, como o Mensalão e o início das investigações da Operação Lava Jato abalaram a imagem do partido, que historicamente defendia a ética na política e a luta contra a corrupção. A incompatibilidade entre a posição ética do partido e os casos de corrupção envolvendo membros do governo e do PT geraram o desgaste e a desconfiança da população (BAPTISTA, 2017);
- c) coalizão política: a formação de alianças e negociar com diversos partidos políticos, inclusive aqueles que historicamente têm sido opositores ao PT. Embora estas medidas fossem necessárias para garantir a governabilidade, geraram incompatibilidade entre o discurso de combate à velha política e a celebração de pactos com partidos tradicionais, muitos dos quais também envolvidos em escândalos de corrupção;
- d) descontentamento popular: a situação econômica do país, marcada por altos índices de desemprego, inflação e estagnação econômica trouxe o descontentamento popular expresso sob forma de protestos e manifestações populares, com parte da população culpando o governo e o PT pela crise econômica. Esta divergência entre a narrativa do PT em relação à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e a realidade econômica em que vivia o país gerou um distanciamento entre o governo Dilma Rousseff e setores da sociedade. (BAPTISTA, 2017);

Não há dúvidas de que é característica dos governos de esquerda aumentarem os gastos públicos, porque tal medida é parte das plataformas de esquerda, comprometida com as questões do trabalho e com os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Isso somado a uma constituição garantista como a do Brasil, instaura o cenário de um Estado caro. A má gestão da máquina pública, a corrupção estrutural e o dinheiro público mal-empregado consolidaram uma descrença na

capacidade do Estado em garantir aquilo que fora promessa de campanha, e que fazia parte do imaginário social sobre o PT no país.

Dessa forma, a esperança que o PT incutia nos seus eleitores se perdeu diante do caráter estrutural da socialdemocracia, ou seja, esta não consolida a justiça social efetivamente, porque ela não se coloca contra o sistema, apenas efetivava políticas que facilitam a manutenção deste sistema. A expectativa social de que o PT teria um caráter revolucionário (que poderia melhorar as relações entre capital e trabalho via sindicatos) não se sustenta porque a socialdemocracia jamais conseguiu isso. A socialdemocracia é sistêmica.

Höfling (2001) aponta que a socialdemocracia no poder tenta estabelecer um pacto que se funda na liberdade de mercado e nas condições básicas de cidadania, evitando conflitos entre capital e trabalho. Em razão disso, pode-se afirmar que as políticas sociais são técnicas de fragmentação sindical, uma vez que “calam as massas”. E, de fato, essa desarticulação foi clara durante o final do governo do PT, porque o desemprego chegou a um nível tão alto, que se tornou necessário que os sindicatos lutassem pela manutenção das vagas dos trabalhadores.

A relação entre Estado, mercado e sociedade foi construída de forma a perpetuar a financeirização das políticas públicas. Por esta razão, a aproximação dos governos do PT com o mercado surpreendeu a massa. Essas contradições são típicas dos governos socialdemocratas em todo o mundo. Sempre existe uma expectativa de que os trabalhadores teriam mais voz nos governos, mas, as políticas acabam tendo um caráter conservador.

Em teoria, os partidos de base sindical teriam maior poder de agenda quando dentro do Legislativo, especialmente se o governo é de esquerda. Mas, nesse ponto a bancada sindicalista muda sua percepção sobre o governo do PT, especialmente considerando que 67% desses parlamentares eram de sindicatos do setor privado e Dilma Rousseff tentava fazer uma ampla mudança previdenciária que defendia interesses de servidores públicos de carreira. (Silva, 2018).

Como forma de melhor organizar as ideias do trabalho, apresenta-se a seguir uma exposição do tema nos dois mandatos de Dilma Rousseff.

5.2. Primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)

O contexto histórico do governo Dilma Rousseff e o Golpe Parlamentar instalado em 2016, indicia que seu governo apresentou um projeto com a propositura de superar as contradições referentes aos modelos de crescimento econômico propostos por ela, como também à coalização política, iniciados no governo Lula, mas, seu resultado desastroso é claramente comprovado no Quadro 3.

No ponto de vista desse trabalho, constata-se que a proposta da gestão Dilma Rousseff falhou em seu projeto econômico, na medida em que não realizou nem reformas institucionais, nem reestabeleceu políticas necessárias para que seu projeto obtivesse êxito em um cenário de desaceleração cíclica e aguçamento da concorrência internacional, seguidos do surgimento de múltiplos conflitos sociais no país naquele momento, e dado que essa política econômica já fora avaliada de 2011 a 2015, e que passara a ser chamada de Nova Matriz Econômica, além de seu desmonte gradual em 2013.

O primeiro mandato da Presidente eleita Dilma Rousseff foi exercido entre os anos de 2011 a 2014. A "nova matriz econômica", expressão utilizada para nomear a economia no primeiro governo de Dilma Rousseff, defendia iniciativas que seriam executadas naquele primeiro mandato, como a redução das taxas de juros e de tarifas de energia elétrica, desonerações tributárias e crédito subsidiado e também medidas de desvalorização cambial, protecionismo seletivo e concessão de serviços públicos para a iniciativa privada. (Souza, Nascimento, s.d.).

Durante o primeiro mandato a relação entre seu governo e os sindicatos teve altos e baixos. A Presidente, inicialmente, manteve uma relação próxima com as entidades sindicais, buscando fortalecer os laços com os trabalhadores e manter o diálogo com os representantes dos sindicatos. (Miani, Oliveira, 2022).

Para esse fim, logo no início de seu mandato, buscou implementar medidas que visavam a garantir os direitos trabalhistas e a valorização dos trabalhadores. Um exemplo disso foi à criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tinha como objetivo ampliar o acesso à educação profissionalizante e, consequentemente, melhorar as condições de trabalho dos brasileiros. Essa iniciativa foi bem recebida pelos sindicatos, que viam nela uma forma de qualificar a mão de obra e promover melhores oportunidades para os trabalhadores.

Em meio a protestos e greves promovidos pelos sindicatos em diferentes setores da economia, Dilma Rousseff enfrentou dificuldades em manter o seu apoio. A falta de consenso sobre as medidas econômicas e a insatisfação com o cenário político resultaram em um distanciamento entre o governo e os sindicatos. Inclusive registra-se que “toda a realidade e o debate em torno do que representaram os programas e as diversas políticas sociais impulsionadas pelo governo Dilma Rousseff foram retratados com crítica e humor por meio das charges na imprensa sindical” (Miani, Oliveira, 2022, p.6).

Esse era o cenário vigente, entre sindicatos e Dilma Rousseff no período em que ela governou: de fragilidade e controvérsias, diante da dificuldade da própria esquerda para se organizar em torno de objetivos comuns. Contudo, é importante pontuar, como fez Marcelino (2017), que quatro centrais sindicais apoiaram a candidatura da ex-Presidente: CUT, FS, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e CGTB.

É no mínimo inusitado pensar que um governo de esquerda defenda a austeridade estatal em nome do desenvolvimento econômico. E o resultado desse processo foi justamente um processo de desaceleração da economia, que foi da estagnação de 2011 a 2013, à recessão em 2014 (cenário que geralmente leva à acumulação de capital, que, por sua vez, desemboca em níveis de desemprego assustadores).

Em 2012, assistiu-se a um aumento considerável do número de greves no Brasil, mas foi em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho, que se evidenciou a notória deslegitimação pela qual passava o governo Dilma Rousseff. A população clamava nas ruas por melhores serviços públicos e aumento de salários, enquanto os empresários solicitavam do Estado menor tributação e demitiam em massa. (Toquetti, 2023).

Marcelino (2017) aponta que, durante os governos Lula e Dilma Rousseff, os movimentos sindicais tinham maior legitimidade do que nos governos anteriores, contudo, eram cooptados pelo mercado, porque sua luta era para evitar a diminuição de mais postos de trabalho. Portanto, apesar de legítima frente a esses governos, a luta se debilitava e se desconstruía. Foi por isso que os movimentos de 2013, que tomaram as ruas no mês de junho, nasceram com o descontentamento do povo como preço do transporte público, e até um movimento legítimo contra a chamada “cura

gay”⁴¹. A fragmentação dos movimentos de uma sociedade de interesses segmentados e que tinha pouco possibilidade de interlocução com o governo federal são reflexo das políticas neoliberais, que os governos petistas não conseguiram abandonar, apesar dos discursos inflamados com narrativas imbuídas de defesa do trabalhador.

Com a adoção dessas medidas, a Presidente se tornou alvo de reprovação de grupos políticos rivais que a colocaram diante do risco de um possível impedimento político. O que aconteceu posteriormente em seu segundo mandato.

É de se considerar, ainda, que a divisão do mercado de trabalho brasileiro mudou suas tendências, após confirmadas as medidas de ajustes neoliberais, uma vez que o mercado de trabalho, que se encontrava sob o modo de produção capitalista, se viu submisso ao nível e ao ritmo da atividade econômica do sistema capitalista.

Constata-se a desaprovação popular diante das várias medidas adotadas no governo Dilma Rousseff. Por isto, houve revoltas em diversas camadas sociais, que se sentiam afrontadas pelas medidas políticas e econômicas com as quais constantemente se deparavam. Exemplo disso foi o grupo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que não se manteve inerte à situação e se rebelara contra o aumento dos impostos. Esse grupo lutara em favor do corte seletivo do gasto público em 2013, além de favorecer o financiamento do *impeachment* que, brevemente iria acontecer, também auxiliou as manifestações diversas e parcelas de militares em prol da destituição do governo federal, que não os apoiava, nem favorecia, consoante Bastos (2017).

Ao longo do seu primeiro mandato, a relação entre o governo Dilma Rousseff e os sindicatos começou a enfrentar desafios. A partir de 2014, o Brasil passou por uma crise econômica, com aumento do índice de desemprego e da inflação, o que levou o governo a tomar medidas neoliberais como o ajuste fiscal e a redução de gastos por parte do governo. Essas medidas, como também a Reforma da Previdência e a implementação de políticas de austeridade, geraram descontentamento entre os sindicatos, que viam nelas uma ameaça aos direitos trabalhistas e ao diálogo com as

⁴¹ Também conhecida como Terapia da Reorientação Sexual, Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa, e apesar da Organização Mundial de Saúde (OMS) ter retirado a homossexualidade do rol de doenças há 32 anos a cura gay, inusitada e estapafúrdia, ainda é oferecida por um terço dos incautos profissionais de saúde, segundo estudos abalizados (Capra; Ferracini; Irigaray, 2021).

demandas da classe trabalhadora.

É interessante observar, como Silva (2018) pontua, que o número de parlamentares da bancada sindical no Congresso Nacional, durante o primeiro governo Dilma Rousseff, aumentou em relação à do governo Lula.

Desde a eleição do Presidente Lula, a bancada sindicalista no Congresso Nacional tem apresentado importantes oscilações. Em 2002, foram eleitos 74 parlamentares sindicalistas (69 deputados e cinco senadores). Em 2006, a bancada sindical caiu para 61 legisladores (54 deputados e sete senadores). Em 2011, no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, a bancada sindical voltou a crescer: 91 parlamentares (83 deputados e oito senadores) (Silva, 2018, p. 237).

Também, deve-se lembrar que as alterações constantes na política econômica do primeiro mandato governamental reforçaram sua desaceleração, como também, o descontentamento do empresariado

5.3. Segundo mandato de Dilma Rousseff

Durante seu segundo pleito (2015-2016) mudanças significativas foram feitas em seu plano de governo. Primeiramente, Dilma Rousseff aderiu abruptamente a uma política de ajuste fiscal e monetário que atendesse às expectativas de alguns grupos empresariais, o que causou estranhamento e descontentamento de muitos militantes da sua base eleitoral, pois acreditavam inicialmente que suas estratégias de atuação seriam convergentes às da oposição, o que não ocorreu, porquanto, no segundo mandato, a política de governo era direcionada a outros fins, entre eles, o de atender às demandas daqueles grupos empresariais.

Estudos apontam que a burguesia se uniu em torno da bandeira do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e, conforme o pensamento de Bastos (2017), isso tem causa na crise financeira global que provocou mudanças no panorama da política econômica internacional, o que dificultou atender a todas as demandas da burguesia, visto que os interesses entre os burgueses não coincidiam.

Ainda no governo Dilma Rousseff, o objetivo principal se pautava em eliminar o rentismo com a dívida pública do país, isso facultava ao governo a acumulação de capital da burguesia, medidas estimuladas nas décadas anteriores, e serviram para reforçar a ampliação do investimento produtivo e assim, também, em infraestrutura.

Mas, sabe-se que essas formas de políticas implantadas tinham um teor rígido, e não foram posteriormente acompanhadas por uma ampla campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e também por conhecer a questão perante a opinião pública. Isso desencadeou a reafirmação do poder estrutural do capital financeiro, que o fez se camuflar como meramente técnico e não como político. Nesse tocante, os meios de comunicação de massa foram utilizados para tachar o governo como tecnicamente irresponsável e politicamente populista, consoante aponta Bastos (2017) em sua pesquisa.

Nesse segundo mandato de Dilma Rousseff, o governo já não conseguia conter as revoltas sociais que só aumentavam, já não sendo mais possível um consenso que pudesse remediar os interesses entre as classes existentes, pois o cenário era complexo naquele momento.

De fato, nesse cenário de muitas alterações, foram notadas, muitas conquistas significativas na relação capital-trabalho, como por exemplo ganhos salariais devido à redução do nível de desemprego – para 4,8% (PT, 2017). E também, o ativismo sindical com sua luta constante contribuiu para o aumento dos números de greves vitoriosas. Isso motivou descontentamento crescente do empresariado, e quando se trata da relação entre Estado e Movimentos Populares, nota-se uma crescente demanda pela aquisição de bens públicos e de direitos sociais, notadamente, nas jornadas de junho de 2013, nas quais se reivindicavam gastos públicos que, para serem efetivados, possivelmente aumentariam a dívida pública.

Anota Bastos (2017) que a população pressionava o governo para que reduzisse as taxas de juros, buscando, também, por meio da reforma tributária, que cessassem os privilégios estendidos ao empresariado. Restava por óbvio que os interesses da classe empresarial eram cada vez mais crescentes, devido a diversos fatores, como os muitos avanços de demandas salariais e sociais, as guerras dos juros com o apoio dos meios de comunicação para o controle estatal, o vácuo deixado pelo governo na disputa pela opinião pública.

Analisando esse cenário, muitos economistas, deparando-se com um contexto adverso, apontaram a necessidade de um ajuste fiscal no mercado de trabalho. Sugeriram contratação fiscal para reestabelecer a capacidade de crescimento dos lucros e investimentos, aumentar a capacidade de crescimento das empresas e limitar o aumento da dívida pública (Bastos, 2017).

O que se observa é que havia uma agenda de reação que se opunha às

reivindicações trabalhistas e sociais que se mostravam cada vez mais crescentes e propagadas na campanha de 2014, cujo contexto apresenta uma resistência pública que ajudou a deslegitimar as candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves acusados de facilitarem os interesses dos banqueiros, e por quererem trazer de volta a recessão e o desemprego.

Durante esse período, os sindicatos, historicamente aliados ao PT, expressaram insatisfação com algumas políticas adotadas e com a situação econômica do país.

A crise econômica e o aumento do desemprego afetaram diretamente os trabalhadores e os sindicatos, que viram seus membros perderem empregos e direitos trabalhistas. Como já mencionado, as medidas neoliberais de austeridade e o ajuste fiscal implementados pelo governo Dilma Rousseff, como a reforma da previdência e a redução de gastos públicos, geraram críticas por parte dos sindicatos, que consideravam essas políticas prejudiciais aos trabalhadores.

Além disso, os escândalos de corrupção que envolveram membros do PT e do governo Dilma Rousseff, como o Mensalão e as investigações da Operação Lava Jato, também afetaram a relação entre os sindicatos e o partido. A imagem do PT foi abalada, e muitos sindicatos se distanciaram do partido devido à perda de confiança.

Esse descontentamento dos sindicatos com o PT ficou evidente em manifestações e protestos realizados ao longo do governo Dilma Rousseff, nos quais sindicalistas se posicionaram contra as medidas econômicas e políticas adotadas.

Assim, ao final do governo da ex-Presidente, a relação entre os sindicatos e o PT estava enfraquecida, com os sindicatos expressando críticas e descontentamento em relação às políticas econômicas, aos escândalos de corrupção e à falta de avanços nas políticas públicas em defesa dos direitos trabalhistas. A esquerda se encontrava em crise.

Domingues (2017) narra que o final do governo Dilma representou uma crise republicana, desencadeada pela dificuldade de articulação política da ex-Presidente diante das chamadas “pautas bombas”. Explica o autor:

Inábil politicamente, em especial se comparada a seu mentor, Luiz Inácio Lula da Silva, Rousseff cometeu inúmeros erros durante seus governos. Acabou alienando a maior parte da sociedade, em particular as classes médias (médicos, cientistas, grande parte do judiciário) e inclusive das classes populares ascendentes, além de ela e o PT terminarem confrontando-se com seus principais aliados, inicialmente o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e

enfim o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Muitos argumentam ainda que, do ponto de vista societário, o problema central teria sido basear o projeto do PT no consumo, com o que não teria havido politização dos setores populares ascendentes. Outros, ao contrário, reclamam das massivas manifestações de 2013, em que milhares de jovens de todo o país afluíram às ruas, muito fluidas em seus descontentamentos e demandas. Entendem-nas como se tivessem sido de oposição a Rousseff e ao PT, perspectiva que na verdade remete ao certo autismo político deste partido (Domingues, 2017, p. 1748).

Domingues (2017) mostra que Dilma Rousseff e o PT não foram capazes de oferecer soluções concretas para uma situação complexa e desafiadora. Comparada a Lula, que tem um histórico de ser um excelente articulador, Dilma teve mais dificuldade em criar estratégias de governabilidade e negociar com o Congresso Nacional.

Segundo Souza (2023), o ponto crucial foi a "crise das pautas bomba" no decorrer de 2015, quando o superávit primário do governo diminuiu consideravelmente devido ao aumento da inflação e às pressões políticas. Houve a insistência em aprovar projetos de lei que elevariam os gastos públicos e afetariam diretamente o controle econômico e a estabilidade política diante das forças em conflito. No entanto, os fatores determinantes já se faziam presentes em eventos anteriores, deixando claro as consequências da crise política em andamento.

Desde o início, ainda em 2010, as negociações que resultaram na formação da coalizão do governo Dilma apresentaram dificuldades e tensões devido à postura reservada da Presidente em relação à criação de uma base governamental heterogênea (um erro que o ex-presidente Lula não cometeu) e com poder suficiente para garantir o apoio das lideranças partidárias nos projetos de Lei do Executivo, conforme afirma Souza (2023). Dilma incentivou a centralização do poder no núcleo de seu partido e restringiu a participação de aliados tradicionais, como o PMDB, em cargos de destaque em estatais e ministérios, gerando uma situação de constante disputa que prejudicou diretamente sua capacidade de governar.

Como resultado, segundo Domingues (2017), perdeu-se o apoio daqueles que ocupam uma posição central no cenário político, permitindo que esses se aproximassem da direita. Além disso, a economia brasileira estava em declínio devido à crise global e aos equívocos cometidos pela própria ex-Presidente durante seu primeiro mandato. Após uma campanha eleitoral que polarizou o debate político, com um posicionamento mais à esquerda do que anteriormente, Rousseff acabou adotando as políticas de ajuste propostas por Aécio Neves, seu adversário do PSDB.

Isso resultou em uma perda de grande parte do apoio social que a elegeu. A crise foi agravada pela operação Lava Jato, que expôs um grande esquema de corrupção na Petrobras durante os governos do PT, envolvendo também o PMDB e o Partido Progressistas (PP).

É nesse contexto que o golpe parlamentar foi realizado, encerrando o primeiro ciclo petista. Embora considerado legal por muitos, Domingues (2017) afirma que o *impeachment* é amplamente visto como ilegítimo por uma parcela significativa da população. Não houve uma ruptura institucional e o processo seguiu os mesmos moldes do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, nos anos 1990. É importante ressaltar que o *impeachment* não pode ser equiparado ao golpe militar de 1964, tampouco havia um regime de exceção. Trata-se de um reflexo da polarização política e do enfraquecimento da esquerda. Este não é um problema atávico do Brasil, mas sim uma consequência do atual modelo de acumulação do capitalismo, que restringe a democracia e aumenta as desigualdades em todo o mundo.

A seguir, um aprofundamento do golpe parlamentar e uma análise à luz do materialismo histórico já apresentado nesse trabalho.

5.4 O golpe parlamentar e a crise econômica: apontamentos à luz do materialismo histórico e dialético.

Neste trabalho, o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, foi visto sob a perspectiva de um golpe parlamentar. Neste contexto, destaca-se a análise da questão sindical dentro desse cenário, considerando o papel de sindicatos e trabalhadores, durante todo o processo e as repercussões do *impeachment* sobre o movimento sindical brasileiro.

O *impeachment* de Dilma Rousseff foi amplamente debatido e gerou uma pluralidade de controvérsias. Enquanto alguns argumentavam que o processo fora um instrumento legítimo de defesa da Constituição e da democracia, outros consideravam que se tratava de um golpe parlamentar, no qual as regras democráticas foram distorcidas para fins políticos e econômicos.

Nesse diapasão, e baseando-se em análises políticas, jurídicas e sociológicas, que destacam os elementos de ruptura democrática e a fragilização dos princípios constitucionais no processo, decide-se nesta pesquisa analisar o *impeachment* de

Dilma Rousseff como golpe parlamentar.

É importante ressaltar que o processo de *impeachment* foi objeto de debates e controvérsias, com opiniões divergentes sobre a legalidade e legitimidade do processo. O sintagma golpe parlamentar é utilizado por muitos críticos do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, para descrever a maneira como foi conduzido o afastamento da Presidente. Esses críticos argumentam que o processo não foi legítimo e que foi utilizado como um instrumento para destituí-la do cargo sem uma base legal sólida. Analisando esse cenário, Silva, Benevides e Passos (2017) afirmam que:

Manipulando os discursos anti-corrupção e o ressentimento de amplos setores da classe média em relação às políticas de inclusão dos governos do PT, por ter sido obrigada a interagir com os “de baixo” em espaços outrora exclusivos para os seus, das universidades aos aeroportos, segmentos das elites econômicas e políticas configuraram os principais artífices do golpe que depôs Dilma Rousseff. Sua ação nefasta teve início ainda no episódio do “mensalão” e se alastrou até as chamadas “jornadas de junho”, em 2013, que forneceram, de suas fileiras, o elemento que faltava para encerrar o projeto político do PT: o povo. (Silva; Benevides; Passos; 2017; p.19).

Apresentam-se aqui os principais argumentos favoráveis à visão do *impeachment* como golpe:

- a) ausência de crime de responsabilidade fiscal: um processo de *impeachment* de um Presidente requer a comprovação de crime de responsabilidade, conforme previsto na Constituição Brasileira. Segundo críticos, as acusações contra Dilma Rousseff, relacionadas aos “crimes” supracitados que lhe imputavam, não constituíam um crime que justificasse o afastamento da Presidente (Silva; Benevides; Passos; 2017);
- b) motivação política: o *impeachment* foi motivado principalmente por questões políticas, visando a destituir Dilma Rousseff do poder, devido a divergências ideológicas e ao descontentamento com as políticas adotadas pelo governo. Muitos apontam que o processo foi conduzido por uma coalizão de partidos de oposição que não conseguiram vencer nas urnas e buscaram uma alternativa para chegar ao poder; (Silva; Benevides; Passos; 2017; p.19).
- c) vícios processuais: o processo teria sido marcado por vícios e irregularidades, como a condução parcial do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que enfrentava acusações de corrupção. Também o rito do *impeachment* foi modificado em alguns momentos, gerando questionamentos

sobre a sua legalidade;

- d) legitimidade do voto popular: o *impeachment* foi um desrespeito ao voto popular, uma vez que Dilma Rousseff havia sido reeleita democraticamente em 2014, com mais de 54 milhões de votos. O argumento é que o afastamento de uma Presidente eleita seria uma afronta à vontade popular expressa nas urnas;
- e) comparação com outros casos: outros políticos brasileiros envolvidos em escândalos de corrupção não foram alvo de processos de *impeachment*, o que reforça a visão de que o afastamento de Dilma Rousseff foi seletivo e politicamente motivado.

Boito Júnior (2017) justifica o uso do conceito de golpe parlamentar, afirmando que no Brasil, país onde o partido governante dependia de uma base parlamentar heterogênea, fisiológica e conservadora, foi possível implementar a estratégia conhecida como neogolpismo, que consiste, segundo o autor, em mobilizar a opinião pública por meio de denúncias de corrupção seletivas (muitas vezes falsas), enfraquecer a base parlamentar do governo e; por fim, construir um processo de *impeachment* que seja aplicado de forma seletiva.

Vale ressaltar que é amplamente reconhecido que as chamadas "pedaladas fiscais" são práticas comuns no Brasil, mas apenas serviram de base para o *impeachment* de Dilma Rousseff. Ainda consoante o autor, a violação do princípio de universalidade da Lei indica que o *impeachment* foi um golpe, uma demonstração de poder, especialmente porque a resistência a ele foi frágil, inclusive da parte dos sindicatos (Boito Júnior, 2017).

Nesse trabalho foram observados posicionamentos, mobilizações, manifestações, tanto favoráveis quanto contrários ao afastamento da Presidente.

Conforme será exposto na próxima seção, as decisões políticas e econômicas tomadas durante o governo de Michel Temer, que assumiu a presidência após o *impeachment*, afetaram diretamente os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros. Portanto, é fundamental analisar como a questão sindical foi influenciada pelo contexto do *impeachment* e que desafios os sindicatos tiveram de enfrentar diante das mudanças políticas e econômicas. Exploram-se os impactos nas relações de trabalho, nas negociações coletivas e nas políticas públicas orientadas para o mundo do trabalho.

Além disso, são discutidos os posicionamentos das centrais sindicais e dos sindicatos durante o processo de *impeachment*, considerando as diferentes perspectivas e estratégias adotadas em relação ao governo de Dilma Rousseff ao processo de destituição e aos subsequentes rumos políticos.

Ao analisar a questão sindical dentro desse cenário, busca-se compreender como as ações e os posicionamentos de sindicatos e trabalhadores influenciaram e foram influenciados pelo processo do referido *impeachment*, e ainda, examinar os desafios e vislumbrar as oportunidades para o movimento sindical no pós-*impeachment*.

Dessa forma, reitera-se, este trabalho explora o *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe parlamentar e discute a relevância da questão sindical nesse contexto. Através dessa análise, busca-se compreender as implicações políticas, sociais e econômicas do processo de *impeachment* para o movimento sindical brasileiro, destacando os desafios e as possíveis perspectivas para o futuro das relações de trabalho no país.

5.4.1 Processo de impeachment de Dilma Rousseff: golpe parlamentar e o desmonte dos direitos sociais

A história política do Brasil é certamente marcada por momentos de turbulências, controvérsias e paradoxos. Um desses momentos ocorreu em 2016, quando a Presidente Dilma Rousseff foi destituída de seu cargo de Presidente em um processo de *impeachment* conduzido pelo Congresso Nacional e reconhecido pela esquerda brasileira como golpe parlamentar que gerou intensos debates e divisões profundas na sociedade brasileira. Nesta subseção, faz-se uma análise desse episódio, examinando os principais argumentos e aspectos utilizados para a destituição da então Presidente. E para melhor compreender este processo, urge relembrar o cenário político no país à época.

O Brasil enfrentava uma grave crise econômica, com altos índices de desemprego, inflação crescente e queda na popularidade do governo. Além disso, diversas denúncias de corrupção envolvendo políticos e empresários vieram à tona, abalando a confiança da população nas instituições. Havia um amplo descontentamento com o PT enquanto maior partido de esquerda do país (Almeida,

2021).

A base do processo que culminou no golpe parlamentar foi a acusação de que Dilma Rousseff teria cometido crime de responsabilidade fiscal, ao utilizar recursos do orçamento sem a devida autorização do Congresso. No entanto, muitos críticos alegaram que essa acusação era frágil e servira tão somente como pretexto para depor a Presidente. Alegou-se também que o processo fora politizado e que interesses políticos e econômicos estavam em jogo. (Silva; Benevides; Passos; 2017);

Um dos pontos mais controversos do processo do golpe parlamentar foi a condução do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que era alvo de diversas investigações por corrupção e, posteriormente, seria condenado e preso. Sua controversa atuação no processo de *impeachment* suscitou questionamentos e dúvidas sobre sua legitimidade e imparcialidade. Muitos argumentaram que ele utilizara o processo para obter benefícios pessoais e políticos (Almeida, 2021).

Além disso, houve críticas em relação ao papel da mídia durante o processo do golpe parlamentar. Parte dos veículos de comunicação assumiu uma postura claramente favorável à destituição de Dilma Rousseff, promovendo uma narrativa de crise política e econômica que contribuiu para a deslegitimação de seu governo. Essa influência midiática na opinião pública levanta questões sobre a imparcialidade e o papel do jornalismo em regimes democráticos (Almeida, 2021). Outro ponto relevante foi a plausível ausência de crime grave que justificasse o *impeachment*, argumento que a esquerda utiliza para contestar o processo e afirmar ter sido golpe. (Silva; Benevides; Passos; 2017);

Questionava-se a legitimidade do processo de *impeachment* porque muitos consideravam ter sido uma manobra política para destituir do poder a Presidente eleita democraticamente, deslegitimando a esquerda para conduzir a extrema-direita ao poder, o que, de fato, parece ter ocorrido. (Silva; Benevides; Passos; 2017);

Comentando esses enunciados, explica Almeida (2021):

Dessa forma, compreende-se que o processo de impedimento instaurado contra a Presidente Dilma Rousseff em 2016 procurou obedecer aos trâmites legais, mas com acusações que em qualquer outro momento não seriam consideradas crimes passíveis de *impeachment*. Isso, notadamente aliado às controvérsias que burlavam as regras éticas, tinha a finalidade de passar a impressão de que o governo daquela época realmente era culpado e merecedor do afastamento (Almeida, 2021, p. 41-42).

As consequências do *impeachment* de Dilma Rousseff foram significativas para o Brasil, conforme será demonstrado no próximo tópico. Michel Temer, interinamente, assumiu a presidência e, posteriormente, foi efetivado no cargo. Medidas impopulares e uma série de retrocessos em políticas sociais e trabalhistas marcaram seu governo, sendo a aprovação da emenda Constitucional 95/2016 e a reforma trabalhista de 2017 exemplos disso. Em que pese o PMDB, partido do ex-Presidente Temer ter se coligado ao PT e formado uma chapa para a presidência com Dilma Rousseff, Michel Temer parece ter inaugurado o retorno da direita ao poder (Bezerra, 2020).

A polarização política se intensificou desde então, provocando um racha na sociedade, uma bipolarização jamais vista anteriormente na história do país, e enfraquecendo as instituições democráticas. (El País, 2017).

O processo de *impeachment* que destituiu a Presidente Dilma Rousseff foi um episódio marcante e controverso na história política brasileira. As acusações de golpe parlamentar levantadas por seus defensores geraram um debate acalorado e duradouro. Independentemente das posições políticas individuais, é fundamental refletir sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira e buscar caminhos para fortalecer as instituições e garantir a participação efetiva da população nos processos políticos (Almeida, 2021).

Durante o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, as centrais sindicais brasileiras adotaram diferentes posicionamentos em relação ao acontecimento. É importante ressaltar que essas organizações são compostas por diferentes sindicatos e representam uma diversidade de interesses e perspectivas políticas. Portanto, as posições assumidas pelas centrais sindicais não eram uniformes e refletem as diferentes visões dentro do movimento sindical.

Alguns sindicatos e centrais sindicais manifestaram apoio ao *impeachment*. Parte dessas organizações considerava que a Presidente não tinha mais legitimidade para governar diante da crise econômica e política em que o país mergulhara na época. Essas entidades alegavam que o governo de Dilma Rousseff havia fracassado em lidar com os problemas e que era necessária uma mudança de liderança para buscar soluções mais efetivas. (Agência Brasil, 2016).

Por outro lado, houve centrais sindicais e sindicatos que se posicionaram contra seu *impeachment*. Essas organizações consideravam o processo como um golpe parlamentar e uma ameaça à democracia. Essas entidades defendiam a importância de se respeitarem os processos democráticos e o resultado das eleições. (Veja, 2016).

A CUT, uma das principais centrais sindicais do Brasil, por exemplo, se posicionou firmemente contra o *impeachment*. Alegava que o processo era um ataque aos direitos trabalhistas e uma tentativa de retrocesso social. A central sindical participou de manifestações e mobilizações contrárias ao *impeachment*, defendendo a continuidade do mandato de Dilma Rousseff. Outras centrais sindicais, como a FS e a UGT, adotaram posições mais ambíguas e divididas. Alguns sindicatos filiados a essas centrais se manifestaram a favor do *impeachment*, enquanto outros foram contrários. Isso reflete a heterogeneidade do movimento sindical brasileiro e as diferentes perspectivas políticas e ideológicas presentes dentro dele. (Carta Capital, 2015).

É importante ressaltar que o posicionamento das centrais sindicais em relação ao *impeachment* não foi o único fator determinante para o desfecho do processo. Outros atores como partidos políticos, setores empresariais e a sociedade civil em geral, também tiveram influência significativa no processo e nas decisões tomadas pelo Congresso Nacional.

Segundo Boito Júnior (2017), a crise do *impeachment* resultou de uma ação restauradora promovida pelo neoliberalismo ortodoxo, em um momento de intensificação das contradições dentro da frente política neodesenvolvimentista que sustentava os governos do PT. Essa frente não se uniu para defender o governo.

Em toda a América Latina, o capital internacional e os EUA estavam retomando o controle político. Uma parcela da burguesia brasileira, chamada de "grande burguesia interna", cujos interesses haviam conseguido destaque na política econômica dos governos do PT, em detrimento dos interesses do capital internacional, afastou-se do governo de Dilma Rousseff. A crise econômica e a propaganda oposicionista por novas reformas neoliberais - trabalhistas, previdenciárias e outras - atraíram uma grande parte da burguesia interna, que se alinhou com o campo neoliberal ortodoxo, representado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Ainda, segundo Boito Júnior (2017), essa parcela da burguesia, que anteriormente havia apoiado (com ressalvas) o programa neoliberal nos governos Collor, Itamar e no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, afastou-se dele e aproximou-se do programa neodesenvolvimentista propagandeado pelo PT, desde o final dos anos 1990. A partir de 2003, a burguesia interna acompanhou os governos de Lula. Durante a "Crise do Mensalão" em 2005, ela defendeu o governo de Lula.

No entanto, em 2015, seu comportamento foi diferente. É importante lembrar que uma parte significativa dessa fração burguesa foi afetada desde o início da crise política, devido às investigações da Operação Lava Jato contra as grandes construtoras nacionais. No entanto, outros segmentos dessa mesma fração começaram a se reconciliar com o neoliberalismo. Em outras palavras, a burguesia interna realizou um movimento oscilante na recente história política do país e, atualmente, o movimento pende para a direita.

O principal conflito no processo político brasileiro nos últimos anos ocorreu entre a burguesia interna (que depende do capital internacional, mas também tem conflitos moderados com ele) e esse capital internacional e os setores da burguesia brasileira que estão integrados a ele.

De qualquer forma, ainda segundo Boito Júnior (2017), é verdade que as classes dominadas se dividiram entre os dois campos liderados pelas forças burguesas mencionadas anteriormente: o campo neodesenvolvimentista (liderado pela grande burguesia interna) e o campo neoliberal ortodoxo (liderado pelo capital internacional). Ainda conforme o autor, o movimento popular estava fragmentado e focado em reivindicações específicas. Não possuía um programa político nacionalmente organizado.

Boito Júnior (2017) afirma que, do lado conservador, a classe média - principalmente a sua fração mais alta (que não faz parte da classe dominante) - desempenhou um papel decisivo no golpe parlamentar. Seus movimentos recém-criados, com o apoio ativo da mídia, conseguiram organizar grandes manifestações em apoio à Operação Lava Jato, influenciando a votação do *impeachment* no Congresso Nacional. No entanto, essa classe média abastada foi a base de apoio do golpe, não sua força motriz. Do lado progressista, os movimentos sindicais e populares desempenharam um papel importante no desencadeamento da crise, mas, não conseguiram defender adequadamente o mandato de Dilma Rousseff, conforme se fazia necessário.

Boito Júnior (2017) ainda escreve que quando o governo Dilma Rousseff foi posto em questão, o sindicalismo não saiu em sua defesa, por causa das reivindicações do movimento sindical que o governo ignorara. As relações políticas entre essas duas forças não eram pacíficas naquela época.

O ajuste fiscal de Joaquim Levy agravou esse quadro. O governo recebeu pouco apoio das cúpulas sindicais e os grandes sindicatos ausentaram-se das

mobilizações. Isso talvez se deva ao fato de que no Brasil o sindicalismo é politicamente fraco, segundo afirma Boito Júnior (2017) e as centrais não exercem seu papel. Quem de fato, segundo o autor, mobilizou-se em defesa do governo Dilma Rousseff foram as organizações do movimento popular: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outras. Mas essas organizações, que se apoiam nos trabalhadores da massa marginal, organizaram apenas uma parte diminuta desse grande contingente. Por essas razões, a resistência ao golpe parlamentar foi frágil e tênue, avalia o citado autor.

Galvão e Marcelino (2017) afirmam que, em 2015, os grupos políticos de direita ganharam destaque sobre outros grupos sociopolíticos que disputavam as ruas. Aproveitando-se das denúncias de corrupção envolvendo empresas estatais e políticos do PT, esses grupos convocaram várias manifestações, que tinham um perfil predominantemente da classe média, em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Ainda segundo esses autores, embora setores populares também tivessem participado dessas manifestações, eles não constituíam a maioria. Dados coletados pelos autores por meio de diferentes pesquisas com manifestantes e as imagens das manifestações a favor e contra o *impeachment* indicavam uma clara disparidade social e étnica entre os participantes.

Galvão e Marcelino (2017) apontam que os sindicatos não tiveram um papel de destaque nas manifestações pelo *impeachment*. No entanto a FS, apesar da oposição de alguns de seus dirigentes, aderiu ao movimento de destituição de Dilma Rousseff, culpando-a pela crise econômica e alegando a perda de condições de governabilidade. Vale ressaltar que o Presidente dessa central sindical, o deputado federal Paulinho da Força, desempenhou um papel importante na frente parlamentar que viabilizou esse processo. Porém, o apoio da FS ao afastamento de Dilma Rousseff não se traduziu em mobilização de seus sindicatos nas ruas.

Apesar das críticas sindicais ao governo Dilma Rousseff, os autores apontam que a iminência do golpe levou a um realinhamento das posições sustentadas pelas centrais sindicais, representando uma novidade no cenário político pós-eleitoral. Com o agravamento da crise política em 2015, uma parte da oposição de esquerda se aproximou novamente dos movimentos próximos ao PT alegando a defesa da democracia.

Em setembro e outubro de 2015, foram criadas duas frentes: a Frente Brasil

Popular (composta pela CUT, CTB, MST, entre outros) e a Frente Povo Sem Medo (composta pela CUT, CTB, Intersindical e MTST). Ambas as frentes adotaram uma posição semelhante, buscando unir a resistência contra a retirada de direitos à luta pelas liberdades democráticas e por reformas estruturais, como a democratização do sistema político, do Poder Judiciário e das comunicações, além de reformas tributárias, urbanas e agrárias. Em comentário às assertivas anteriores, Galvão e Marcelino (2017) explicam:

Se CUT, CTB e Intersindical tiveram um papel importante na articulação da resistência contra o golpe, o movimento sindical pouco mobilizou suas bases em torno das palavras de ordem “Não vai ter golpe” e “Fora Temer”, presentes em duas grandes manifestações em 2015 e outras duas em 2016. É certo que havia balões, stands de exposição e panfletos das centrais nas manifestações, e que seus dirigentes tomavam a palavra nos carros de som, mas os sindicatos filiados a essas centrais, mesmo aqueles que tradicionalmente estão representados em manifestações de rua (tais como: Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Bancários, Apeoesp etc.), não marcaram presença como entidades específicas. O grosso dos manifestantes provinha de outros movimentos sociais, como o MST, o MTST e movimentos de mulheres, de quem Dilma se aproximou nos meses em que procurou defender seu mandato. Havia, também, muitos manifestantes avulsos, não organizados em partidos ou movimentos (Galvão; Marcelino, 2017, p. 91).

O processo de *impeachment* deixou o movimento sindical em uma posição defensiva, tanto no âmbito das políticas nacionais quanto nos processos de negociação com as empresas, devido à sobreposição da crise política e econômica. As greves desse período ampliaram as reivindicações de natureza defensiva, como pagamento de salários atrasados, manutenção das condições vigentes nos contratos de trabalho ou descumprimento de direitos adquiridos. Esse processo de mudança teve início em 2013, quando as reivindicações defensivas estiveram presentes em 75% das greves deflagradas. Embora não seja incomum as greves apresentarem reivindicações defensivas, entende-se que elas podem, em determinadas conjunturas, assumir um papel central e enfraquecer os movimentos (Galvão; Marcelino, 2017).

5.4.2 O golpe a partir da perspectiva Marxista

Em 2016 a Presidente Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment* que, a partir de agora, é analisado sob a visão do materialismo histórico-dialético, abordagem teórica desenvolvida por Marx e Engels para compreender na sua totalidade, a evolução das sociedades. Esta análise enfoca a compreensão das contradições internas das estruturas sociais, econômicas e políticas, bem como as mudanças de poder e as lutas de classes que ocorrem ao longo do tempo.

O materialismo histórico-dialético salienta as contradições inerentes ao sistema capitalista que envolvem a exploração econômica e as desigualdades sociais. O Brasil, como um país capitalista, possui suas próprias contradições, incluindo desigualdades econômicas, sociais e políticas, que se ampliaram com a crise econômica iniciada em 2014.

O conceito central do materialismo histórico-dialético é a luta de classes, que envolve o confronto entre diferentes grupos sociais com interesses opostos. No caso do golpe contra Dilma Rousseff, analisa-se a luta de classes entre as elites econômicas e políticas que buscavam manter ou ampliar seus privilégios e os setores sociais que buscavam maior igualdade e justiça social, especialmente, a elite neoconservadora liderada pelos empresários do agronegócio.

Ainda, a superestrutura política, que inclui as instituições governamentais e legislativas, é influenciada pelas relações de poder subjacentes. Por isso, o golpe contra Dilma Rousseff foi um evento político que se desenrolou principalmente no cenário das instituições políticas, com o *impeachment* sendo conduzido pelo Congresso Nacional. A manipulação das regras políticas e dos processos parlamentares para remover a Presidente pode ser analisada como um reflexo das contradições políticas presentes na sociedade.

Sabe-se que o materialismo histórico-dialético destaca a importância da ideologia na manutenção do *status quo*. No caso do suposto golpe, a disseminação de discursos que alegavam irregularidades administrativas cometidas por Dilma Rousseff serviu como uma justificativa ideológica para sua destituição do cargo para o qual fora eleita. Essa dominação ideológica é uma maneira de influenciar a opinião pública e criar consenso em torno das ações das elites dominantes.

O *impeachment* da ex-Presidente foi o resultado de um conjunto de fatores

políticos e econômicos que culminaram em uma crise institucional.

Diante desse cenário político conturbado, a oposição conseguiu angariar apoio suficiente no Congresso Nacional para abrir o processo de *impeachment*. Em agosto de 2016, Dilma Rousseff foi afastada temporariamente da presidência e, posteriormente, definitivamente pelo Senado Federal, sendo substituída pelo então vice-Presidente Michel Temer.

O golpe contra Dilma Rousseff resultou em uma mudança significativa nas relações de poder no Brasil, levou à ascensão de Michel Temer como Presidente, e a uma mudança de direcionamento nas políticas públicas do governo, que pode ser interpretada como uma reconfiguração das forças políticas e econômicas do país, com impactos diretos na vida das pessoas.

Aqui, cabe ainda uma reflexão de cunho marxista, a partir da famosa metáfora de “18 do Brumário de Luiz Bonaparte”. No primeiro parágrafo Marx escreve:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière como Danton, Luís Blanc como Robespierre, a Montanha de 1848-51 como a Montanha de 1793-952, o sobrinho como o tio. E essa mesma caricatura se repete nas circunstâncias que envolvem a reedição do 18 de brumário (Marx, 2011, p.25).

Em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, Karl Marx analisa minuciosamente a trajetória política que levou à ascensão de Luís Napoleão Bonaparte ao poder na França, em 1851, através do golpe de Estado realizado em 2 de dezembro de 1851. O nome da obra se refere ao 18 de Brumário no calendário revolucionário francês. Nesta obra, Marx (2011) utiliza conceitos como farsa e tragédia para descrever os eventos políticos e sociais que marcaram esse período conturbado da história francesa. Trata-se de um simbolismo que ajuda a entender o movimento histórico.

Ao descrever os acontecimentos como uma “farsa”, Marx (2011) aponta para a aparente irracionalidade e comédia dos eventos políticos que culminaram na ascensão de Bonaparte. Argumenta o autor que a Revolução Francesa de 1848, que derrubou a monarquia de Luís Felipe I e estabeleceu a Segunda República Francesa, foi seguida por uma série de lutas de poder, intrigas políticas e alianças instáveis, que resultaram na ascensão de Luís Bonaparte ao poder. Nesse sentido, Marx (2011) vê

esses acontecimentos como uma farsa, pois eles carecem de uma verdadeira luta de classes ou avanço revolucionário.

Por outro lado, Marx (2011) também descreve a ascensão de Luís Bonaparte como uma "tragédia". Ele argumenta que, embora Bonaparte tenha chegado ao poder de maneira oportunista e mantido uma aparência de poder autocrático, ele representava os interesses da classe dominante burguesa. A "tragédia" reside no fato de que a classe trabalhadora, que havia lutado por liberdade e igualdade na Revolução de 1848, acabou sendo traída e reprimida pelo regime autoritário de Bonaparte. Assim, Marx (2011) vê a ascensão de Bonaparte ao poder como uma tragédia para as aspirações revolucionárias do proletariado.

Fazendo uma comparação com o caso brasileiro, o golpe militar de 1964 pode ser visto como uma farsa na medida em que foi caracterizado por uma série de intrigas políticas, alianças instáveis e manobras de poder por parte das elites políticas e econômicas brasileiras. Havia um discurso sobre uma suposta ameaça comunista, mas o golpe foi na verdade uma tentativa de preservar os interesses das elites conservadoras e das classes dominantes, especialmente diante do crescimento do movimento trabalhista e das reformas sociais propostas pelo governo de João Goulart. Assim, o golpe militar de 1964 pode ser interpretado como uma farsa na medida em que não representou uma verdadeira revolução popular ou uma solução para os problemas sociais do Brasil; mas sim uma usurpação do poder por parte das elites conservadoras. O povo, nesse contexto, foi alvo de políticas de arrocho salarial e ficou ainda mais vulnerável.

Por sua vez, o golpe parlamentar de Dilma Rousseff em 2016 pode ser entendido como uma tragédia, pois representou uma ruptura democrática e constitucional no país. Embora tenha sido justificado como uma medida legal de responsabilização por supostas irregularidades fiscais, já argumentamos aqui que o impeachment foi na verdade um golpe parlamentar, promovido por uma coalizão de interesses políticos e econômicos contrários ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser interpretado como uma tragédia para a democracia brasileira, pois minou as instituições democráticas e enfraqueceu a legitimidade do processo político, além de ter resultado em sérias consequências sociais e econômicas para o país.

Foi a partir do golpe parlamentar que se colocou no poder uma elite conservadora, que promulgou a Emenda Constitucional 95/2016, tema aprofundado a seguir.

5.5 Mandato Temer, Neoliberalismo, Emenda Constitucional 95/16 e Reforma Trabalhista

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, Michel Temer vice-Presidente, assumiu a presidência do Brasil. Ele buscou implementar uma agenda de reformas estruturais para reequilibrar as contas públicas e impulsionar a economia. Nesse contexto, a reforma trabalhista ganhou destaque como uma das medidas-chave para modernizar as relações de trabalho e promover a flexibilização das leis trabalhistas, gerando, ao mesmo tempo, o enfraquecimento das ações sindicais sobre os trabalhadores.

Nesse apanhado histórico, cumpre aqui fazer algumas considerações sobre o neoliberalismo.

5.5.1 O Neoliberalismo no contexto brasileiro

Conforme já mencionado, o neoliberalismo é uma corrente ideológica que preconiza a diminuição da intervenção estatal na economia, promovendo a redução de gastos públicos e a liberalização dos mercados.

Almeida e Almeida (2020) enfatizam que analisar o neoliberalismo, enquanto processo de produção de subjetividades é desafiador, pois são inúmeras as maneiras de se estabelecer no sentir, no compreender e no agir que são definidas pela sociedade que dali surge. Desta forma, trazer algumas reflexões que remetem a novas perspectivas de visualizar a exploração econômica no contexto social e avaliar seus desdobramentos ontológicos e antropológicos é essencial.

Os autores apontam que o neoliberalismo se estabelece como uma racionalidade econômica, ideológica, política e cultural que acaba desumanizando e alienando o próprio ser, através da exploração econômica. Nesse contexto, o domínio

político simbólico dos seres humanos resulta na submissão do trabalho ao capital, reforçando a ideia da subjetividade humana⁴² apenas como um espaço do mercado, quando, na verdade, ela se constitui como espaço interno do indivíduo, e o modo como ele acomoda sua opinião ao que é dito, sendo ela seu mundo interno, e através da qual ele se relaciona com o mundo social, o mundo externo (Maheirie, 2002).

Observa Saad Filho (2023):

O liberalismo clássico prevaleceu de 1830 a 1930, foi substituído, nos Estados desenvolvidos, pelas políticas de bem-estar resultantes do pacto social-democrático então estabelecido, as quais, no entanto, vem sendo desmanteladas a partir dos anos 1970, por força das práticas políticas, econômicas e sociais neoliberais e da 2 que as sustentam. De outro lado, segundo David Harvey, a etiqueta “neoliberal” surge da junção da ideia central do liberalismo clássico, que é a liberdade individual, com os princípios de mercado livre, que são sustentados pelos economistas neoclássicos, e a concepção segundo a qual a mão invisível do mercado é o melhor mecanismo mobilizador dos instintos humanos mais profundos, dentre os quais o desejo de riqueza e poder. Tudo isto coloca o neoliberalismo contra a intervenção do Estado na economia, visando à sua planificação, os sindicatos e toda forma de solidariedade social que se coloque contra a flexibilidade competitiva e resulta na reversão dos compromissos do Estado social, privatização de empresas públicas, redução de impostos, incentivos à iniciativa empresarial, criação de clima favorável para os negócios para induzir investimentos estrangeiros e desmantelamento da proteção social (Saad Filho, 2023, p.28)

O processo de globalização, e a criação de novas formas de organização do sistema capitalista, permite a análise da exploração da subjetividade sob vários ângulos. A subjetivação mercantilizada e empresarial deteriora as condições de vida e de trabalho. Ontologicamente, o ser acaba se definindo pelo trabalho, pelo sucesso e, conseqüentemente, pelo consumo. Esse ser cujas identidades se estabelecem através do consumo, precisam comprar, cada vez mais, para darem sentido à sua vida cotidiana. E para isso trabalham, cada vez mais, e por mais tempo (Baumann, 2021).

Importante ressaltar que o sujeito contemporâneo é aquele que se autodenomina empreendedor de si mesmo, não se dando conta de que, na verdade, ele se autoexplora sendo, ao mesmo tempo, um fiscalizador de si mesmo. A ideologia do empreendedorismo é aquela do *self mademan*, que, por ser esforçado, cria oportunidades para si próprio e, portanto, é bem-sucedido e se torna, definitivamente, parte integrante da sociedade do consumo.

⁴² Compreendida como uma dimensão do sujeito, assim como a objetividade que, relacionadas dialeticamente no contexto social, produzem o sujeito. Entendida, também, como espaço interno do indivíduo e o modo como ele hospeda e acomoda sua opinião ao que é dito, esta, seu mundo interno, e através da qual ele se relaciona com seu mundo social, o mundo externo (Maheirie, 2002).

No contexto social neoliberal do rendimento, o indivíduo acaba se motivando em face de seus inúmeros desejos de gerar capital; com isto, acaba se tornando “escravo de si mesmo”, apresentando sintomas de solidão e angústia motivadas pela própria condição social do trabalho imposto pela sociedade e por acabar explorando a si mesmo ao extremo e/ou deixando que os outros o explorem, fortalecendo a ideia subjetiva de pseudopertencimento a partir do espaço de trabalho.

Nessa seara, o capitalismo neoliberal nasce da percepção de que o Outro é o inimigo no trabalho, de que é adversário, concorrente e disputa a promoção. Na verdade, trata-se de uma estratégia ideológica, uma falácia do próprio Capital para desestruturar os trabalhadores e, por tabela, o poder dos sindicatos, impedindo assim que a classe trabalhadora construa uma identidade a partir dos espaços sindicais (Valadão; Reis, 2016). Se é assim, cabe aos sindicatos, na visão desse trabalho, além, de conclamar o trabalhador para suas várias lutas, instruí-los, informá-los sobre mazelas, disfarces e subterfúgios do Capital e de seus detentores. Conscientizá-los é preciso, e para, além disso, promover a educação para a sindicalização.

De um ponto de vista antropológico, esse sujeito se reconhece como parte de uma cultura de consumo que define pertencimentos a partir das marcas, das grifes consumidas e portanto, é necessário trabalhar muito para se consumir. Mais do que uma simples compra de utilidades e supérfluos, o consumo incorpora e assume um simbolismo de pertencimento a determinada classe social. É dessa forma que a consciência de classe transmuta em identidade de marca (Baumann, 2021).

Sobre o tema:

A descentralização produtiva, representada, principalmente, pela distribuição da produção em várias partes do globo terrestre, adoção de jornadas de trabalho flexíveis, teletrabalho, trabalho intermitente, terceirização e subcontratação de serviços, repercute diretamente na capacidade de os(as) trabalhadores(as) se organizarem e atuarem coletivamente, na medida em que a formação do coletivo exige estabelecer vínculos de cooperação e reconhecimento mútuos, o que, por sua vez, pressupõe o encontro com o semelhante. (Almeida, 2023, p.8, não publicado).

Essa perda da consciência de classe é fator fundamental para desconstruir as possibilidades do movimento sindical, porque, efetivamente, não há mais classe; há consumidores se digladiando por empregos.

O sistema capitalista demonstrou, ao longo deste século, que possui uma capacidade inesgotável e incessante de se manter hegemônico, em alguns momentos

fazendo concessões, o Estado do bem-estar social; em outros, realizando profundas mudanças no modo de produção, e, em alguns outros ainda, usando, como alternativa, a guerra ou a ameaça, para, com isso, eliminar oposições ou formas diferentes de pensar. Esta capacidade advém não apenas da sua maleabilidade ou flexibilidade diante de situações adversas, mas, e principalmente, do próprio domínio que exerce sobre a grande massa de trabalhadores. Sua capacidade de alijar o exército de reserva do capitalismo é inexorável.

O individualismo instrumental do neoliberalismo impede hoje, o que Viana (2014) percebeu no início do século XX, ou seja, que a fábrica se constituía como espaço de reunião da classe trabalhadora. O que se percebe hodiernamente é o que a classe trabalhadora chama, ideologicamente, de “colaboradores”, lutando entre si pelo sucesso e pela “promoção. O trabalhador perde sua consciência de classe, ou seja, não se vê no grupo, perde-se, não pertence ao coletivo e esta é uma lamentável perda porque, conforme postulam Valadão e Reis (2016, p. 63) “o reconhecimento entre os trabalhadores é importante para o fortalecimento do sindicato, enquanto ente de representação coletiva e agente propulsor da progressividade dos direitos trabalhistas”. Ademais, o reconhecimento conduz ao pertencimento.

Almeida e Almeida (2020) apontam que a subjetividade do trabalhador foi deslocada, paulatinamente, para o empregador, que a utiliza, absorvendo não só o trabalho bruto, mas também, sua subjetividade. Os avanços tecnológicos, em vez de apenas libertarem o homem de seu trabalho maçante e repetitivo, acabam por penalizá-lo ainda mais, com o risco do desemprego. Aliás, nada mais se poderia esperar de um sistema essencialmente excludente.

5.5.2 A Emenda Constitucional 95/2016

Uma das maiores vitórias do capitalismo neoliberal no Brasil foi a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), também conhecida como “Teto dos Gastos”, marco significativo na história econômica e social do Brasil.

Sancionada em dezembro de 2016, durante o governo de Michel Temer, essa emenda trouxe consigo profundas transformações nas políticas públicas do país. Ademais, sua natureza e impacto geraram debates acalorados quanto aos seus efeitos sobre a sociedade e a economia, especialmente no que diz respeito ao

neoliberalismo como política econômica e aos direitos sociais.

A Emenda Constitucional 95/2016 pode ser vista como uma vitória do neoliberalismo⁴³, pois estabeleceu um teto para os gastos públicos, limitando o aumento das despesas do governo à variação da inflação por um período de 20 anos. (Mariano, 2017). Essa medida reflete, diretamente, a crença neoliberal de que o Estado deve se retrair para permitir que o setor privado assuma um papel mais proeminente na economia, quase um protagonismo. Nesse sentido:

A atual EC 95/2016 é, por conseguinte, uma medida de ajuste fiscal que atende à lógica imposta pelo consenso neoliberal para as nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, que pode ser sintetizada no tripé "superávit primário, meta inflacionária e câmbio flutuante", cujo resultado já se sabe: aprofundamento da desigualdade social e da recessão econômica e geração de lucros exclusivos e exorbitantes para muito poucos. (Mariano, 2017, p.267).

No entanto, a implementação do teto dos gastos também gerou controvérsias significativas, principalmente, em relação aos direitos sociais. A restrição imposta aos gastos públicos afetou áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social. A alocação limitada de recursos nesses setores fundamentais teve o potencial de minar os avanços conquistados ao longo de décadas, no que se refere à garantia de direitos básicos para a população mais vulnerável. A redução dos investimentos nessas áreas pode comprometer a qualidade e o acesso a serviços públicos essenciais, ampliando as desigualdades sociais e perpetuando ciclos de pobreza. (Mariano, 2017).

Além disso, a referida emenda também provocou um debate sobre a priorização dos interesses econômicos em detrimento do bem-estar social. Ao limitar o crescimento dos gastos públicos, a emenda pode ter impactado a capacidade do Estado de responder de maneira eficaz a crises econômicas, sociais ou da saúde,

⁴³ O neoliberalismo é uma totalidade que abrange a economia, os modos de trabalho, a alocação de recursos e as formas de integração internacional; o sistema político, as relações e forças de classe e os modos de representação de interesses; a estrutura social, as relações de propriedade e as formas de exploração e dominação social; e as regras, instituições, ideologias, subjetividades e modos de comportamento dominantes. Nesse sentido, o neoliberalismo é um sistema de acumulação. Através das várias características e aspectos do neoliberalismo, o poder estatal foi mobilizado para impor uma recomposição, orientada pelo setor financeiro, do domínio do capital sob o pretexto ideológico da "não intervenção" e da "promoção dos mercados". (Saad Filho, 2023, p.78). Para uma análise geral sobre, ver Boffo, Saad Filho e Fine (BOFFO, Marcos; SAAD FILHO, Alfredo; FINE, Bem. "neoliberalismo Capitalism: the Authoritarian Turn". In: PANITCH, Leo; ALBO, Gregory (coord). *Socialist Register 2019: a Word Turned upside down?* Londres: Merlin Books, 2019) e Dardot e Laval (DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *The New Way of the world: on neoliberal society*. Londres: Verso, 2013

como a pandemia do COVID-19. A flexibilidade financeira reduzida dificulta a implementação de medidas de estímulo econômico e a garantia de recursos adequados para a proteção da saúde pública.

Segundo a direita neoliberal, no entanto, a citada emenda evitaria a corrupção e o desvio de dinheiro público, se o governo pudesse dispor do erário como bem lhe conviesse, como já ocorreu em outras eras. (Mariano, 2017). Parece que o que falta é apenas idoneidade dos governantes e o equilíbrio nos gastos, de modo a não prejudicar as políticas públicas na esfera social.

À guisa de conclusão observa Cynara Monteiro Mariano:

O teto de gastos públicos do governo federal brasileiro, implementado pela EC 95/2016, é, portanto, uma ofensiva conservadora de retirada de direitos sociais, tendo como alvo prioritário o projeto constituinte de 1988, que exige a intervenção do Estado para a redução das severas desigualdades sociais e econômicas, necessária para uma economia verdadeiramente soberana. O ataque também é à concepção neo-desenvolvimentista desse mesmo projeto constituinte, que reserva ao investimento público papel essencial ao estímulo do investimento privado e do crescimento do setor produtivo nacional, com o intuito de reduzir a dependência do país às potências estrangeiras hegemônicas. (Mariano, 2017, p. 279).

A Emenda Constitucional 95/2016 é frequentemente interpretada como uma vitória do neoliberalismo como política econômica, por estabelecer um teto para os gastos públicos. Contudo, também é vista como um retrocesso em relação aos direitos sociais, pois a restrição desses gastos pode comprometer o acesso da população a serviços essenciais e agravar desigualdades.

5.5.3 Reforma trabalhista: a desconstrução da luta operária

Ainda no contexto de desmonte de direitos sociais, a flexibilização dos direitos trabalhistas é uma necessidade para o novo capitalismo fundamentado no pensamento neoliberal, porque as leis trabalhistas representavam um obstáculo à hegemonia do capitalismo, que, em sua essência, tinham como fim a proteção do trabalhador, não apenas de alguns setores de trabalhadores, mas, da classe trabalhadora como um todo, da garantia de seus direitos contemplados na Carta Magna (Campana, 2000).

A usurpação da subjetividade na busca incansável pela produtividade desmedida e a autorresponsabilidade (compreendida como capacidade do indivíduo de assumir o controle sobre aquilo que acontece durante a própria jornada) acaba por

mudar a própria identidade, o que provoca as mais primárias reações da psique humana.

O neoliberalismo valoriza a não intervenção do Estado nas relações individuais, para que cada empregado negocie com o empregador a sua força de trabalho, e, embora a captura da subjetividade do trabalhador tenha tido seu início com o neoliberalismo econômico, é através da tecnologia que esse apossamento se acelera e prolifera, como um vírus altamente contagioso.

A flexibilização dos direitos trabalhistas imposta pelas políticas neoliberais atingiu em cheio a concepção do direito do trabalho, e as políticas implementadas com fundamento no pensamento neoliberal repercutiram contundentemente no universo do trabalho, alterando profundamente as relações entre os donos do capital e os trabalhadores. Isso deu novo fôlego ao sistema capitalista para que pudesse se reestruturar e se fortalecer, diante da crise de acumulação do capital em que se encontrava.

Por assim dizer, cada indivíduo carrega consigo seu próprio campo de trabalhos forçados, e o que é peculiar nele é que o sujeito é, ao mesmo tempo, prisioneiro e vigia. Nesse aspecto, ele difere do sujeito obediente da sociedade disciplinar, que Foucault descreve em seu livro *Vigiar e punir*. Porém, Foucault (2015) não se dera conta do surgimento da sociedade neoliberal do rendimento. Foi Han (2017) que acrescentou à sociedade disciplinar a perspectiva da autoexploração, entendendo que o neoliberalismo impõe um novo tipo de disciplina, que é a do esforço, a do slogan “vestir a camisa da empresa”, de ser aprovado na avaliação de desempenho, por ter conseguido atingir as metas.

O que caracteriza o sujeito desta sociedade, que quando forçado a render explora a si mesmo, é o sentimento de pseudoliberalidade. Ele crê que explorar a si mesmo é mais eficaz do que ser explorado por outros, porque envolve a falsa sensação de liberdade. Contudo, isso é apenas uma faceta do sistema simbólico alienante do capitalismo porque, como afirma Han (2017), o trabalhador é sempre escravo, ainda que de si mesmo e de seus anseios de consumo.

O indivíduo deve investir em si mesmo como um capital para poder auferir uma renda no jogo concorrencial artificialmente criado pelo Estado. Destarte, o trabalhador deve pensar-se como “um empresário e um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (Foucault, 2008, p. 311). Ou seja, se apodera novamente de sua subjetividade e identidade.

As mutações políticas produzem subjetividades por meio de desejos e incutem o medo como forma de se apossar da mente e da alma da pessoa, como forma de dominação e exploração máxima do indivíduo, devido à influência direta de todas as mutações políticas e antropológicas.

Trabalho e subjetividade são as palavras-chave neste ponto do texto e é em torno delas que se desenvolve a presente reflexão.

O termo flexível está em alta nas últimas décadas, característica predominante do novo empreendimento capitalista. Flexibilidade e flexibilização são termos bastante consentâneos com as ideias que grassam no presente século. (Krein *et al*, 2017).

Pode-se afirmar que o trabalho faz despontar o ser social, enquanto condição de sobrevivência digna, de formação, desenvolvimento e sociabilidade humana. Por sua vez, o trabalho também destrói a subjetividade humana, quando a torna refém do consumo.

A identidade de ser trabalhador contribui para a identificação do indivíduo como sujeito de direitos, enfatizando que a identidade é influenciada por aspectos pessoais, sociais e cognitivos e pela própria atividade remuneratória. O processo de organização social enfrenta a atomização das subjetividades produzidas pela força econômica, técnica e tecnológica, ideológica e política do sociometabolismo do capital⁴⁴ em sua fase mais aguda e mais danosa para a formação da humanidade. Considerando que toda subjetividade é dialética e objetivamente construída pelo contexto ou processo sócio-histórico, a partir da intersubjetivação, segue-se que a concretude da materialidade contemporânea tem, cada vez mais, se incorporado à virtualidade como um dado fundamental.

Dessa forma, a subjetividade contemporânea é um produto das relações estabelecidas no âmbito das contradições da sociedade capitalista que vem transformando, radicalmente, o mundo do trabalho, das instituições e os modos de ser, inclusive, das lutas e movimentos sociais.

Nesta perspectiva, o ser humano é moldado a todo instante para a sua adequação social/setorial, para consumir bens, serviços e subjetividades no contexto da ideia de sucesso diretamente associada ao ganho e consumo, para a sua inserção

⁴⁴ Um complexo social abrangente e incontrolável caracterizado pela subsunção da divisão hierárquica do trabalho aos ditames do capital. O núcleo constitutivo desse sistema é formado por três dimensões fundamentais materialmente constituídas, a saber, o Estado, o trabalho e o próprio capital (Mészáros *apud* Souza, 2018).

e pertencimento social. Essa é a lógica iniciada com o capitalismo de acumulação flexível e do encontro do Estado com o neoliberalismo.

A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) foi um importante marco na legislação brasileira, promovendo uma série de mudanças significativas nas relações de trabalho. Essa Reforma foi motivada por diversos fatores, incluindo o contexto econômico e político dos governos anteriores⁴⁵, tanto o da ex-Presidente Dilma Rousseff, como o do ex-Presidente Michel Temer. Essa Reforma impactou direta e consideravelmente os sindicatos, enfraquecendo-os, e dirimindo sua capacidade de representação dos trabalhadores.

Entre outras mudanças, a Reforma ampliou a discricionariedade do empregador em contratos individuais, incluindo bancos de horas, jornada 12-36, trabalho intermitente, terceirização irrestrita e demissões coletivas sem acordos sindicais, o que dificultava a organização dos sindicatos diante de relações de trabalho diversas. Como resultado, os sindicatos enfrentaram dificuldades para organizar sua base, pois ela pode ser composta por trabalhadores sujeitos a condições de trabalho muito diversas (parciais, intermitentes, terceirizados, entre outras) (Carvalho, 2017).

Outra mudança relevante da Reforma em tela foi a prevalência do negociado sobre o legislado. Antes da reforma, a legislação trabalhista era aplicada de forma mais rígida, com pouca margem para negociação entre empregadores e empregados. Com a prevalência do negociado sobre o legislado, acordos e convenções coletivas

⁴⁵ A partir de 2015, o Brasil enfrentou uma prolongada instabilidade política e econômica que expôs as fragilidades estruturais do movimento sindical do país. Nesse contexto, palavras como revitalização, reorganização e renovação dos sindicatos se tornaram frequentes no discurso de importantes líderes sindicais. Esse discurso, embora muitas vezes tivesse resultado em ações concretas, nem sempre foi capaz de sustentar mudanças organizacionais significativas (Carvalho; Bicev, 2021). Essas tentativas de reação buscavam não apenas lidar com a reforma trabalhista em processo de elaboração, mas, também, enfrentar os desafios decorrentes dos processos de globalização e do enfraquecimento da capacidade regulatória exercida pelo sindicalismo em âmbito nacional. Os sindicatos perceberam a necessidade de se adaptarem a um ambiente em constante mudança, a fim de manterem sua relevância e representatividade, diante das novas demandas e realidades do mundo do trabalho. No entanto, é importante destacar que a revitalização e reorganização dos sindicatos não são tarefas fáceis; exige-se uma abordagem ampla que vá além de discursos retóricos e envolve transformações efetivas na estrutura e nas práticas sindicais (Carvalho; Bicev, 2021). É importante lembrar que, durante o governo Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou uma série de desafios econômicos, incluindo uma grave desaceleração da economia nacional. Também, a crise econômica global de 2008 teve impactos significativos na economia brasileira, resultando em uma queda na atividade industrial e no nível de emprego. Diante desse cenário, o governo implementou uma série de medidas para tentar estimular a economia e proteger os trabalhadores, como a ampliação dos direitos trabalhistas e a implementação de programas sociais. No entanto, a crise econômica persistente e a falta de medidas efetivas para impulsionar o crescimento econômico geraram um cenário de desemprego elevado e dificuldades financeiras.

passaram a ter maior peso na definição das condições de trabalho. Essa medida tinha como objetivo estimular a negociação direta entre as partes, adequando as relações de trabalho às necessidades específicas de cada setor.

No entanto, é importante ressaltar que essa abordagem não buscou fortalecer a união coletiva dos trabalhadores; pelo contrário, a Reforma enfraquecia os trabalhadores durante as negociações, uma vez que a Lei nº 13.467/2017 buscava descentralizar ao máximo essas negociações, dificultando o aumento do poder de barganha dos trabalhadores e restringindo a intervenção da Justiça do Trabalho (Carvalho, 2017).

Outra alteração relevante da Reforma foi a regulamentação do trabalho intermitente, modalidade de contratação que permite que os trabalhadores sejam contratados para prestar serviços de forma não contínua, recebendo pagamento apenas pelas horas efetivamente trabalhadas. Embora essa modalidade tenha sido apresentada como uma oportunidade para a criação de novos postos de trabalho, ela também gerou preocupações sobre a precarização das condições de trabalho. O trabalho intermitente oferece menos estabilidade e segurança para os trabalhadores, além de dificultar a organização sindical, uma vez que os trabalhadores estão dispersos em diferentes empregadores e não possuem uma relação direta com um sindicato específico.

Antes da supracitada Reforma, a demissão em massa, em sua maioria, exigia a negociação entre a empresa e o sindicato dos trabalhadores, visando a reduzir os impactos das rescisões, uma vez que afetava um grande número de profissionais e causava um forte impacto social. No entanto, com as novas regras da Reforma, a demissão coletiva pode ser feita da mesma forma que a individual, ou seja, sem a necessidade de negociação com o sindicato e sem a implementação de medidas que atenuem as consequências sociais da dita demissão coletiva (Lacerda; Anjos, 2020).

A Reforma Trabalhista também trouxe uma mudança significativa, ao eliminar a assistência gratuita na rescisão do contrato de trabalho. Com isso, os empregados perderam o direito de contar com o auxílio profissional gratuito, para verificar se as verbas pagas pelo empregador estavam corretas. Essa mudança ocorreu, devido à dispensa da obrigatoriedade de homologação da rescisão do contrato de trabalho no sindicato ou no Ministério do Trabalho. Como resultado, o empregado perdeu a garantia de ter um apoio especializado para garantir que os valores recebidos na rescisão estivessem em conformidade com a legislação trabalhista. Ainda, frisa-se

que o momento da homologação da rescisão era, para muitos trabalhadores, o primeiro contato com a entidade sindical (Lacerda; Anjos, 2020).

Além disso, referida Reforma também alterou a contribuição sindical, cuja taxa passou a ser opcional, facultativa. Sobre contribuição sindical, Viana (2004) afirma:

[...]a contribuição sindical obrigatória, que lhe permite existir mesmo quando não tem a menor representatividade – o que acaba desgastando a sua imagem; as restrições ao direito de greve, não só as advindas por meio da lei ordinária, mas em descompasso com a constituição, como as decorrentes do poder normativo, por ela previsto; a falta de repressão efetiva aos atos anti-sindicais; [...]quase absoluta falta de proteção ao emprego dos nossos trabalhadores, que os faz temer a ação sindical e – aumentando o *turn over* – não só os desaloja constantemente de seu núcleo profissional, como também os induz à concorrência, destruindo pouco a pouco o sentimento de solidariedade (Viana, 2004, p. 71).

Antes da Reforma, a contribuição ou o imposto sindical era compulsório e todos os trabalhadores deveriam pagá-los aos sindicatos correspondentes às suas categorias profissionais. Com a nova regra, o trabalhador só contribuía se quisesse, o que reduziu drasticamente a arrecadação dos sindicatos, limitando seus recursos para desenvolver atividades de representação e negociação coletiva.

Sobre a Reforma em análise, Colombi (2019) complementa:

[...] é possível afirmar que a reforma trabalhista foi aprovada com rapidez, embora ela não tenha sido feita às pressas. Ela fora meticulosamente orquestrada nos espaços de poder em tempos em que ainda estavam vigentes as condições de diálogo. No cenário pós-impeachment e diante de forças neoliberais no poder, essas condições se esgotaram e a aprovação da nova legislação - já elaborada - ganhou celeridade (Colombi, 2019, p. 231).

Em síntese, a Reforma Trabalhista de 2017 enfraqueceu os sindicatos de diferentes maneiras. A prevalência do negociado sobre o legislado diminuiu o poder de negociação dos sindicatos, a regulamentação do trabalho intermitente dificultou a organização dos trabalhadores e a contribuição sindical facultativa reduziu os recursos financeiros dos sindicatos. Essas mudanças impactaram negativamente a capacidade dos sindicatos de representarem os trabalhadores e garantirem a proteção de seus direitos e interesses coletivos.

Ao abordar sobre o tema reformas trabalhistas e reformas sindicais, Viana (2004) menciona a existência de dois cenários para uma Reforma Trabalhista: um com inclinações neoliberais ou conservadoras, e o outro com abordagem de resistência, ou progressista. Isso se refere à interação entre as forças representativas

do capital e do trabalho. Essa dinâmica é provavelmente influenciada pela nova administração, alinhada com um dos lados, porém, também sujeita às consideráveis pressões dos partidos conservadores essenciais para a governabilidade, além das influências dos órgãos internacionais, em especial do Fundo Monetário Internacional (FMI). O autor destaca a mudança de direção que tem sido observada recentemente no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em função da introdução de novos ministros.

Ainda segundo Viana (2004), os empregadores investem na ideia de que a comunidade de trabalhadores se torne mais fragmentada. Isso é ainda mais relevante, considerando a já existente fragilidade da coletividade de trabalhadores, devido a subcontratações, diferentes tipos de contratos, o medo crescente do desemprego e, especialmente, a evolução cada vez crescente do trabalho protegido para o não protegido. Por outro lado, os empregados têm uma perspectiva contrária. Eles desejam aproveitar a diversidade para que os sindicatos possam se tornar mais ágeis, adaptando-se conforme a estratégia mais adequada para cada momento.

Além disso, almejam que essas organizações possam ser inclusivas, acolhendo desempregados, trabalhadores em condições precárias e todos os que foram excluídos de quaisquer formas. Além desses pontos, eles esperam que seus sindicatos tenham a capacidade de agir oficialmente, estabelecendo acordos coletivos em nível nacional, coordenados em níveis menores, seguindo o modelo italiano. Essa dinâmica poderia também ser implementada em um sistema de unicidade, embora com algumas modificações sutis.

Em seguida, discorre-se sobre as diversas percepções das centrais sindicais sobre o tema (mais especificamente a CUT e a FS).

5.5.3.1 A atuação da CUT e da FS no contexto da Reforma Trabalhista/2017

Fundada em 1983, referida Central surgiu com o objetivo de unificar e fortalecer o movimento sindical no país, representando os interesses dos trabalhadores em diversas áreas. Possui uma ampla base de filiados e está presente em todos os estados brasileiros, abrangendo diferentes setores da economia, incluindo indústria, comércio, serviços, agricultura e funcionalismo público. A central sindical tem como princípio fundamental a defesa dos direitos dos trabalhadores e a busca por melhores condições de trabalho e de vida (Central Única dos Trabalhadores, 2021).

Ao longo de sua história, a Central tem se destacado por sua capacidade de mobilização e de diálogo com diferentes atores sociais, promovendo ações e campanhas em defesa dos direitos trabalhistas, como o combate ao trabalho precário, a luta por salários justos, a garantia de condições de segurança e saúde no trabalho, entre outros temas relevantes para os trabalhadores (Central Única dos Trabalhadores, 2021). Uma das características marcantes da CUT é sua postura combativa e sua participação ativa em movimentos sociais e políticos, posicionando-se de forma contundente contra as medidas que considerava prejudiciais aos trabalhadores, como reformas trabalhistas e previdenciárias tendenciosas que pudessem reduzir direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora.

Referida Central criticou a Reforma Trabalhista de 2017, argumentando que ela enfraqueceria os direitos dos trabalhadores, reduziria a proteção social e aumentaria a precarização do trabalho. Também afirmou que a Reforma beneficiaria os empregadores em detrimento dos trabalhadores, aprofundando desigualdades e fragilizando as relações de trabalho (Central Única dos Trabalhadores, 2017). Nesse cenário, organizou diversas mobilizações e vários protestos contra a Reforma trabalhista, buscando sensibilizar a sociedade e pressionar o governo e o Congresso Nacional a reverem ou revogarem a legislação. Além das manifestações de rua, a CUT buscou questionar a constitucionalidade da reforma trabalhista por meio de ações judiciais e contribuiu com propostas de alteração do texto da lei, durante sua tramitação no Congresso.

Após o golpe parlamentar de 2016, com a implementação da Reforma Trabalhista de orientação neoliberal, as políticas de austeridade e a diminuição dos espaços de participação social, a CUT passou a intensificar suas ações de protesto nas ruas e adotou um discurso crítico e oposto às diretrizes do governo federal. Essa estratégia visava a contrapor-se aos impactos negativos dessas políticas sobre os trabalhadores e fortalecer a posição do sindicato diante das mudanças adversas no cenário político e econômico (Carvalho; Bicev, 2021).

Colombi (2019) aponta que, apesar da reforma trabalhista não ter a intenção de modificar a estrutura sindical brasileira, diversos aspectos aprovados nela afetam o sindicalismo, diminuem suas prerrogativas e enfraquecem sua capacidade de ação coletiva e de classe. Tratou-se de uma clara estratégia do capital contra a possibilidade de luta de classe.

Como já indiciado, a Reforma surgiu após um momento de virada política e

econômica no Brasil. A partir de 2014, o país começou a enfrentar taxas de crescimento econômico mais baixas, e passou pelo processo de destituição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Esse contexto intensificou as disputas em torno da legislação trabalhista e foi marcado por uma divisão na coalizão política que apoiava os governos petistas. As forças que defendiam a flexibilização das relações de trabalho ganharam impulso e, em um cenário de aumento do desemprego, apresentaram propostas de redução da proteção trabalhista contidas no documento *Uma ponte para o futuro* (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 2015), como condição para a recuperação da economia e do emprego, revelando a natureza neoliberal das novas forças que comporiam o governo pós golpe parlamentar.

Diante dessas ameaças ao movimento sindical e aos direitos dos trabalhadores, as duas principais centrais sindicais brasileiras adotaram estratégias diferentes. A FS, demonstrando mais uma vez sua capacidade de adaptação aos diferentes momentos políticos, insistiu em explorar todas as possibilidades de negociação com o governo, na tentativa de corrigir as regras da reforma que prejudicavam os trabalhadores, enquanto a CUT se retirou das negociações, buscando a revogação da reforma.

A FS argumentava que, com alguns ajustes, a reforma se tornaria equilibrada e avançaria em direção à modernização das relações de trabalho e da estrutura sindical (Colombi; Lemos; Krein, 2023). Essa modernização se relacionava à prevalência do negociado sobre o legislado e à redução do poder da Justiça do Trabalho. Seria a rendição da Força Sindical à lógica do neoliberalismo.

Colombi (2019) afirma que Paulinho, Presidente da Força Sindical, buscou negociar a Medida Provisória 808/2017, que poderia alterar dezessete artigos da Reforma Trabalhista, como por exemplo, a indenização por danos morais e a permissão de trabalho das gestantes em locais insalubres. Ele também tentou negociar a criação da chamada contribuição negocial (com base no projeto de lei 5.795/2016). A divergência entre as centrais e a falta de empenho do governo em colocar a medida provisória em votação acabaram impossibilitando a aprovação das propostas. Como resultado, a reforma entrou em vigor em sua íntegra.

Com essa interpretação e abertura para negociação, a Reforma não é vista como uma derrota, e a crítica ao movimento sindical é direcionada principalmente à sua relutância em negociar uma agenda que, segundo Paulinho da Força, era inevitável.

Por outro lado, a CUT se recusou a participar das negociações com o governo Temer e entendeu que a Reforma Trabalhista atacava o sindicalismo, esvaziando suas prerrogativas (Colombi, 2019). Nesse contexto, também não apoiou o projeto de lei que propõe a contribuição negocial articulada pela Força Sindical. Ela defendeu a necessidade de aumentar a filiação nas bases sindicais, mas entrou com um pedido de reintrodução do imposto sindical junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que a nova lei interrompia abruptamente o sistema de financiamento.

Essas posturas distintas não apenas refletem uma fragmentação na coalizão política do campo sindical, que anteriormente apoiava os governos petistas, mas também revelam estratégias sindicais que seguem direções opostas. No entanto, havia um ponto de convergência na persistência em torno da busca eleitoral e na defesa do financiamento sindical. Conforme mostra Colombi (2019), apesar das divergências entre CUT e FS em relação aos impactos da reforma, ambas concordaram que, hoje, as entidades sindicais estão enfrentando sérios problemas de ordem financeira e também nos limites impostos à organização sindical⁴⁶. Elas colocaram a disputa eleitoral como condição para alterar a correlação de forças.

Dados os limites da luta institucional no contexto pós golpe parlamentar, a aposta em uma plataforma política se tornou uma alternativa para as centrais, visando a restaurar as condições para a estratégia de parceria social. Mais uma vez, são as mudanças no contexto de interação com as trajetórias históricas de cada central, que moldam a tomada de decisão estratégica de cada uma delas.

É possível argumentar que a alteração das práticas sindicais, durante o período do governo petista, não se limitava apenas às consequências da ação institucional dos próprios sindicatos. Essa mudança reflete uma nova postura sindical, diversa da anterior, acostumada a conciliar os interesses dos trabalhadores de maneira moderada e neoliberal e sem considerar as transformações na realidade do trabalho no Brasil.

No novo contexto político, o esgotamento das condições de diálogo confronta

⁴⁶ Desde a crise político-econômica de 2015, o sindicalismo da CUT tem enfrentado dificuldades para expandir sua base de filiados, preservar os direitos trabalhistas e influenciar as políticas econômicas e setoriais, por meio da participação nos conselhos de desenvolvimento, que foram gradativamente enfraquecidos e, em grande medida, extintos por um decreto sancionado em 2019, durante a gestão de Jair Bolsonaro. No entanto, conseguiu superar parte dessas dificuldades por meio do sindicalismo cidadão e do apoio à luta por direitos sociais mais amplos, o que manteve seu prestígio social e influenciou a implementação de políticas públicas efetivas (Carvalho; Bicev, 2021).

e desafia uma abordagem sindical desse tipo, exigindo uma reaproximação com as bases. No entanto, a dificuldade em fazer isso e em resistir às atualizações das leis que propunham flexibilizar os direitos depararam-se com a disseminação das práticas flexibilizadoras legitimadas pela aprovação da Reforma, que facilitavam as condições de reprodução do capital, enfraquecendo a própria luta de classes (Colombi, 2019).

A tomada estratégica do ator sindical é resultado da interação entre as pressões e limitações impostas pelo contexto institucional e a formulação de metas específicas a serem alcançadas. Essa compreensão de estratégia político-sindical remete a um conjunto de práticas que, com base em características históricas herdadas e diante das dinâmicas políticas e sociais presentes, busca responder aos contextos, moldando gradualmente uma orientação global e um objetivo estratégico (Colombi, 2019).

Diante da ampliação da engenharia institucional e do fortalecimento do papel do ator sindical nos espaços de diálogo social durante os governos do PT, a direção estratégica das duas principais centrais sindicais brasileiras voltou-se para a construção de parcerias no âmbito corporativo e institucional, buscando conciliar suas agendas sindicais com as prioridades governamentais. A estratégia de parceria social baseou-se na conciliação de interesses e na adoção de uma postura política moderada, visando a manter a coalizão de forças que sustentava os governos. Essa abordagem resultou em conquistas econômicas significativas para a classe trabalhadora, mas comprometeu o horizonte de disputas no campo trabalhista e a capacidade de diálogo com os trabalhadores, que, mesmo diante de condições salariais mais favoráveis, ainda enfrentavam os desafios da flexibilidade (Colombi, 2019).

A dificuldade em compreender a continuidade do processo de flexibilização das relações de trabalho e a postura passiva dos sindicatos tornaram-se evidentes, quando o governo de Michel Temer impôs uma agenda de contra reforma trabalhista. Em um cenário de derrota, a Força Sindical persistiu na estratégia de negociar os parâmetros da nova legislação, enquanto a CUT se retirou das negociações. Porém, ambas demonstraram uma capacidade limitada de mobilizar os trabalhadores. Diante dos desafios da luta institucional no novo contexto político e da ameaça à legitimidade do ator sindical presente na agenda neoliberal, a resistência das centrais concentrou-se principalmente na busca por uma plataforma política alternativa capaz de restabelecer as condições de diálogo no âmbito estatal (Colombi, 2019).

No atual contexto social brasileiro, renovar as práticas sindicais com uma abordagem mais conectada à realidade do trabalho emerge como um grande desafio, uma vez que os trabalhadores brasileiros estão excessivamente imersos em suas rotinas de trabalho terceirizado e em suas atividades como microempreendedores, restando pouco tempo e energia política para combaterem uma legislação que ampliava e legitimava práticas já existentes. O desafio reside em convencer os trabalhadores, diante do questionamento da legitimidade do movimento sindical, sobre os aspectos prejudiciais dessas novas experiências de flexibilidade e empreendedorismo, bem como sobre a importância da luta coletiva (Colombi, 2019). O desafio é, reitera-se, a educação dos trabalhadores para a sindicalização.

Contudo, Silva (2022) aponta que as possibilidades de reconstrução de qualquer tipo de consciência de classe são solapadas pelo próprio capitalismo apocalíptico que marcou o início do século XXI⁴⁷.

5.5.3.2 Enfraquecimento do movimento sindical em decorrência da reforma trabalhista.

No Brasil, a situação dos sindicatos entrou em um estado crítico a partir da promulgação da Lei 13.467/17, que resultou na diminuição significativa das fontes de financiamento dessas entidades. Inclusive houve diminuição de 90% dos orçamentos dessas entidades (Brasil de fato, 2022).

A Reforma Trabalhista realizada principalmente pela Lei 13.467/17, carrega uma conotação política bastante clara: a supressão de direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos sindicatos⁴⁸. E, embora a lei tivesse como justificativa o propósito de estimular a criação de empregos, seu verdadeiro propósito parecia beneficiar a elite socioeconômica do país. Apesar das alegações de modernização e flexibilização da legislação, seu real intuito era o retrocesso das conquistas sociais e

⁴⁷ O conceito do capitalismo apocalíptico será melhor abordado no capítulo seguinte.

⁴⁸ “Um estudo conduzido pelo professor Francisco Gérson Marques de Lima, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), apontou uma contradição relevante na Reforma Trabalhista de 2017. Ao mesmo tempo em que propôs o fortalecimento da negociação coletiva, a Lei 13.467 enfraqueceu os atores sociais responsáveis por essa negociação – os sindicatos – ao retirar a obrigatoriedade da contribuição sindical. (...) O estudo aponta a queda nas negociações coletivas como um indicativo desse enfraquecimento. Em 2021, o Brasil chegou ao menor número de negociações coletivas desde 2010, com 34.871 convenções e acordos coletivos segundo o Sistema Mediador, do Ministério da Economia. De 2011 a 2017, o total oscilou de 46 mil a 49 mil.” (SINBRAE, 2022, n.p.)

trabalhistas, o enfraquecimento do movimento sindical e a redução da importância da justiça do trabalho e do processo trabalhista (Silva, 2022).

Após duas décadas de tentativas frustradas, o Congresso Brasileiro, finalmente, conseguiu implementar alterações na CLT, aproveitando um contexto marcado por um golpe que abalou a democracia no país. Essas mudanças introduziram o art. 611-A, que permitia que acordos negociados tivessem primazia sobre a legislação vigente, com o objetivo de subverter a hierarquia das normas que protegem os direitos do trabalhador⁴⁹.

Fala-se em um cenário de sindicatos fragilizados financeiramente e de uma classe trabalhadora desgastada pela falta de coesão e unidade, com uma parcela considerável dos trabalhadores inclinada a adotar uma mentalidade de "neosujeito" direcionada ao empreendedorismo pessoal e à identificação com a empresa. Nesse cenário, essa modificação legislativa aponta para consequências particularmente negativas. Isso ocorre, porque a ideologia neoliberal promove um ambiente de competição exacerbada, em que o indivíduo-trabalhador se vê e é visto como um competidor global (Silva, 2022). Falácia neoliberalista.

O capitalismo não se limita a ser apenas um sistema de trocas comerciais, mas também constitui uma forma de racionalidade enraizada culturalmente, exercendo influência como uma força política que busca a hegemonia por meio de instrumentalização. O neoliberalismo fortalece essa lógica, propagando a racionalidade e cultura inerentes ao sistema, de forma generalizada. No contexto do Brasil, um país caracterizado por um capitalismo dependente, que se desenvolveu tardiamente, a influência das elites na esfera política tem sido uma dinâmica constante ao longo da história (Silva, 2022).

⁴⁹ "Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II - banco de horas anual; III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015; V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI - regulamento empresarial; VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X - modalidade de registro de jornada de trabalho; XI - troca do dia de feriado; XII - enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV - participação nos lucros ou resultados da empresa." (Brasil, 2017).

A presença proeminente e ampla das entidades nacionais e internacionais no cenário do Congresso e do Poder Executivo no Brasil não requer confirmações explícitas. De fato, a intervenção nos assuntos políticos e econômicos, tanto por parte das nações europeias quanto dos EUA, em relação aos países da América Latina, possui uma história de longa data. Um exemplo notável são as intervenções dos EUA durante as ditaduras militares que marcaram a história recente dos países do centro e do sul do continente americano (Silva, 2022).

Segundo Druck, Dutra e Silva (2019) o capitalismo globalizado, dominado pelo capital financeiro, tem transformado a economia, impondo uma lógica de curto prazo e volatilidade a todas as atividades econômicas e formas de gestão do trabalho. A acumulação flexível (que rompe com o modelo fordista) traz consigo novas formas de trabalho e de vida baseadas na flexibilização e precarização do trabalho. Esse fenômeno impulsiona e é impulsionado por uma nova configuração do Estado.

Druck, Dutra e Silva (2019) afirmam que, nesse contexto, ocorre uma maior submissão e conformação dos trabalhadores às novas demandas, com o apoio fundamental de uma racionalidade neoliberal, por meio de um processo de subjetivação baseado no individualismo e na ampliação da competição, afetando diferentes estratos sociais. O projeto econômico, político, social e ideológico conhecido como neoliberalismo, se concretizam pela exploração do trabalho humano com limites cada vez mais frágeis e com o apoio de um modelo regulatório favorável à acumulação financeira, e, portanto, intencionalmente contrário aos paradigmas de proteção social.

Assim, a Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil faz parte de um paradigma global de reformas neoliberais que, desde a década de 1970, tem resultado em flexibilização e crise no direito trabalhista, tal como foi concebido ao longo do século XX. As experiências internacionais que apontam nessa direção se multiplicaram após a crise mundial de 2008. Na última década foram observados processos de flexibilização da legislação trabalhista em países europeus (como a Espanha, que serviu de inspiração para o projeto brasileiro, e a reforma mais recente na França), e também na América Latina, em países como Chile, Argentina e México, cada um em seus contextos peculiares e na sua conjuntura política.

Apesar das diferenças nacionais que distinguem esses países, principalmente em relação à diversidade de seus sistemas jurídicos, observa-se que as "reformas trabalhistas" empreendidas se basearam na desconstrução do sistema de proteção

social, como era conhecido anteriormente, e na redução da regulação protetiva das relações de trabalho, em favor de modelos baseados na primazia da negociação direta entre empregadores e trabalhadores (Silva, 2022).

Em comentário às assertivas anteriores, Druck, Dutra e Silva (2019) elucidam.

[...] quando a Lei nº 13.467/2017 passa a permitir ao empregado “escolher” a forma de contratação, negociar individualmente com o empregador sobre o banco de horas ou outros ajustes de compensação de jornada, negociar sobre a forma de extinção do seu contrato de trabalho, ou mesmo realizar acordos extrajudiciais a respeito dos haveres trabalhistas, submetidos à mera homologação judicial, bem como quando dispensa a presença do sindicato no momento da assinatura do termo de rescisão do contrato de trabalho, está a deixar de considerar, precisamente, esse conjunto de contingenciamentos e desigualdades que marcaram a razão de existir do Direito do Trabalho em outros momentos históricos (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 301).

Druck, Dutra e Silva (2019) apontam que a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil, em 2017, ocorreu em um contexto político de ascensão de um projeto da direita, com recuo do movimento sindical e dos partidos de Esquerda, além do alto índice de desemprego que vinha assolando o país há já quase cinco anos, sendo respaldada pelo discurso midiático de “modernização”.

É importante também considerar o papel silencioso de confrontação da jurisprudência da Justiça do Trabalho pela atual composição do STF, através de uma série de decisões que revisaram pontos já estabilizados pela justiça trabalhista, favorecendo abordagens flexibilizadoras e influenciadas pela racionalidade neoliberal, como por exemplo, a validação de normas coletivas que suprimiam horas de deslocamento (ARE 1121633), a permissão de quitação dos contratos de trabalho por meio de adesão à Planos de Demissão Voluntária (RE 590415) e, mais recentemente, a validação da terceirização irrestrita (ADPF 324).

Nessa conjuntura, a reforma ia além do viés de liberalização observado na década de 1990, tanto em termos da amplitude das modificações propostas, quanto do grau de ruptura com os pilares do sistema normativo anterior. No entanto, esse processo estava longe de ser encerrado, vez que ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência em 2019, vinha acompanhada de propostas de reformas ainda mais rigorosas, que envolviam a continuidade da desconstrução da legislação trabalhista⁵⁰.

⁵⁰ Conforme será exposto no próximo capítulo.

5.6 O Agravamento da crise sindical brasileira

Com a consolidação do neoliberalismo, a agenda política do movimento sindical se fragiliza e enfraquece diante do desemprego, da financeirização das políticas públicas e dos limites da acumulação flexível do capital. As lideranças se desconstroem e os movimentos perdem a legitimidade.

Por isto, eles vêm tentando transpor, obstáculos como o controle e a flexibilização do trabalho. Por outro lado, as empresas têm adotado práticas que visam ao enfraquecimento da organização coletiva dos trabalhadores, utilizando estratégias como a contratação de mão de obra temporária e utilizando a terceirização, práticas que sabidamente precarizam as relações de trabalho, e dificultam a ação sindical e a negociação de direitos trabalhistas.

A terceirização, por exemplo, faculta às empresas transferirem suas responsabilidades trabalhistas para empresas intermediárias, assim diminuindo a ação dos sindicatos e dificultando a negociação coletiva. Muitas vezes, trabalhadores terceirizados trabalham sob condições precárias, recebendo salários mais baixos e sem estabilidade alguma. Ademais, esses trabalhadores se encontram dispersos em diferentes empresas e setores, com contratos e direitos distintos. Esses aspectos segmentários das relações de trabalho dificultam a organização sindical.

Acrescenta-se a isso que as empresas têm utilizado novas tecnologias como a automação e a robotização, por exemplo, que têm transformado os processos produtivos, fator que também afeta a atuação sindical, e podem resultar na substituição de trabalhadores por máquinas, consequentemente levando à redução da oferta do número de empregos e à necessidade da utilização de processos como *oreskilling* e o *upskilling*⁵¹, para os trabalhadores se adaptarem às novas demandas do mercado de trabalho. Essas inovações tecnológicas impactam diretamente a representação sindical, porque a estrutura tradicional dos sindicatos pode não ser adequada para atender às necessidades e demandas dos trabalhadores em setores mais tecnológicos. (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022).

A pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios para os sindicatos. A crise

⁵¹ *Upskilling*- processo que objetiva a ensinar aos empregados novas habilidades para otimizar seu desempenho profissional. *Reskilling* - também conhecida como reciclagem profissional, tem como objetivo treinar os funcionários para se adaptarem a um cargo diferente dentro da empresa. É o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de habilidades e o trabalho colaborativo.

sanitária causou um profundo impacto econômico, com o fechamento de empresas, redução de postos de trabalho e consequente aumento no nível de desemprego. O isolamento social e as medidas de restrição afetaram diversos setores da economia, como o comércio, a indústria e os serviços, gerando grande fragilidade e insegurança no mercado de trabalho.

No atual cenário, a atuação sindical deve ser repensada em termos de buscar novas estratégias para enfrentar os obstáculos que a pandemia colocou. Os sindicatos precisam se adaptar à nova realidade do panorama do trabalho, e utilizar as novas tecnologias para se comunicarem com os trabalhadores e agilizarem as ações, a luta *online*. (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022). Estratégias como a presença nas redes sociais e o uso de plataformas digitais ampliam o alcance das ações sindicais e facilitam a conexão com os trabalhadores, além de fortalecer a fundamental conexão entre os sindicatos e trabalhadores, atendendo suas demandas e necessidades. É preciso ouvir os trabalhadores; dar-lhes voz. Por isto, o diálogo é essencial para se buscarem soluções coletivas para os problemas do mercado de trabalho. A negociação coletiva continua sendo um caminho importante para garantir direitos e condições de trabalho justas.

Nesse contexto, solidariedade e cooperação também são cruciais. Por isto, as alianças entre os sindicatos e outros movimentos sociais, como organizações de direitos humanos, feministas e antirracistas devem ser fortalecidas, porquanto a união desses grupos incentiva a luta por direitos trabalhistas e por um mercado de trabalho mais justo e inclusivo.

Brasileiro e Brasileiro (2021) explicam que, no sistema capitalista, os sindicatos dependem de receita financeira para exercer suas atividades e arcar com suas despesas normais. Até a promulgação da CRFB/1988, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) controlava o patrimônio e a gestão dos recursos das entidades sindicais. No entanto, com a garantia do direito de administração, esse controle passou a ser feito pelas próprias entidades, de acordo com as definições estabelecidas em assembleia, conforme previsto no estatuto. É importante ressaltar que, desde que mantida a finalidade de defesa dos interesses econômicos ou profissionais, as formas de aquisição de recursos pelos sindicatos não se limitam às previstas pela CLT. A diversidade de fontes de financiamento pode ser explorada, desde que em consonância com o propósito e os objetivos das entidades sindicais.

Ainda, segundo Brasileiro e Brasileiro (2021), dentro do movimento sindical,

podem-se constatar diversas realidades e orientações políticas. No entanto, quando se trata da Reforma Trabalhista, o consenso é unânime. Isso ocorre porque, apesar das divergências internas, todos concordam com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, o que não foi acompanhado pelo legislador. Institucionalmente, os sindicatos foram prejudicados tanto no custeio de suas atividades quanto na dinâmica de negociação. A reforma da legislação trabalhista tem se baseado em mitos que atravessam a reputação do Direito do Trabalho. Os autores afirmam que se cria o "mito da outorga", que apaga a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos sociais, facilitando a supressão dessas garantias; o "mito dos custos", que mancha a imagem dos direitos dos trabalhadores, associando a melhoria nas condições de trabalho à redução dos postos; e o "mito da litigiosidade", que reduz o acesso à justiça, sugerindo uma suposta cultura de "demandas aventureiras" no âmbito trabalhista, que seria a causa da obstrução do judiciário.

Brasileiro e Brasileiro (2021) apontam ainda que, para além desses mitos, há o oportunismo hermenêutico ao utilizar uma pauta própria do movimento sindical que, historicamente, é contrária ao sindicalismo de Estado para enfraquecê-lo. A extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical não veio acompanhada do fim da investidura e da unicidade sindicais, tampouco de um período de transição, como defendido tanto pela militância trabalhista quanto pela teoria. Em vez disso, trouxe consigo a possibilidade de negociação abaixo do patamar mínimo civilizatório estabelecido pela lei e o fim da ultratividade das negociações coletivas. A questão do "imposto sindical" sempre foi polêmica no debate brasileiro e internacional sobre o direito coletivo do trabalho. A tese, inclusive defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de que sua existência manteria o sindicato refém do Estado, permeia os discursos dos informantes. No entanto, todos eles afirmaram que as escolhas legislativas reformistas acabam por reduzir drasticamente a liberdade dos sindicatos, uma vez que as entidades ficam "de pires na mão", empobrecendo a luta dos trabalhadores.

Brasileiro e Brasileiro (2021) apontam que também é inquestionável o fato de que há um vício formal na extinção da contribuição sindical por meio de lei ordinária, uma vez que, de acordo com os arts. 8º, IV, 146, III e 149 da CRFB/1988, que tratam de sua exigibilidade, ela está incluída no Sistema Tributário Nacional (CTN). Portanto, somente uma lei complementar ou emenda constitucional poderiam modificar sua forma de cobrança.

Dessa forma, ao argumentar que a reforma trabalhista visa a ampliar a liberdade sindical, principalmente a dos trabalhadores em relação aos sindicatos, o legislador atingiu coletivamente a organização da classe trabalhadora. Cinicamente, fez com que o trabalhador tivesse que escolher entre contribuir ou não para o sustento de uma entidade que, obrigatoriamente, representará seus interesses, mas que sequer conta com a proteção da lei.

6 SINDICALISMO, REELEIÇÃO DE LULA E DEMOCRACIA: A LUTA CONTRA O NECONSERVADORISMO

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil em 2022 foi um marco relevante na história política do país. Após anos de intensos debates, polarização ideológica e desafios econômicos, a vitória de Lula representou não apenas a ascensão de um líder carismático e popular, mas também a vitória de um movimento de resistência, diante das incursões anteriores e bem-sucedidas da direita.

Por essas razões, neste capítulo examina-se o contexto histórico que levou à reeleição de Lula, em meio ao fundamental papel desempenhado pelo sindicalismo nesse cenário político, e os desafios diante do avanço da extrema direita.

Sobre as terminologias utilizadas a respeito da direita:

A partir dessa fundamentação mais genérica foi possível identificar a existência de uma clara relação entre os discursos da direita no Brasil e os do resto do mundo, especialmente a partir de uma nova configuração de poder caracterizada pela unificação das ações políticas dos grupos conservadores e neoliberais. Contudo, algumas das terminologias utilizadas pela literatura internacional nos estudos sobre a direita não se encaixam muito bem na realidade brasileira, pois se utilizam de conceitos muito fechados à descrição das realidades europeia e norte-americana. O conceito de “direita radical” (KLANDERMANS; MAYER, 2006; RYDGREN, 2018) é um exemplo disso, apesar de nos oferecer excelentes informações sobre o contexto internacional. Isso se dá, entre outras coisas, pela sua forte ênfase na dimensão do “etnonacionalismo”. Segundo Rydgren (2018), “é o nacionalismo étnico, não a ideologia populista, que primeiramente define a direita radical contemporânea [...] e é também o nacionalismo étnico que amplamente influencia a mensagem populista da direita radical” (grifo meu). Esse não parece ser o tema mais central no caso nacional, o que é comprovado pela ausência de estudos que abordem a questão do nacionalismo étnico como um elemento definidor da direita brasileira, mesmo que não se possa negar que o nacionalismo, ainda que de forma dúbia e incoerente, está presente nos discursos populistas dos grupos de direita mais consagrados – como é possível perceber, em uma rasa observação, na tradicional apropriação dos símbolos nacionais como ícones desse campo político – e no crescimento dos núcleos neofascistas no país (Resende, 2022, p.33)⁵².

Ao longo dos anos, o Brasil enfrentou uma série de mudanças nos sistemas de governo e transformações políticas e sociais significativas. Durante os dois mandatos

⁵² “Outra confusão que deve ser evitada, seguindo as orientações analíticas de Bobbio (1995), é aquela trazida pela aplicação do termo “direita conservadora” que, embora muito útil para aplicação em casos específicos (incluindo o desta tese), exclui a direita antidemocrática. Se a ordem atual é democrática, a direita antidemocrática não é conservadora, mas reacionária. Por fim, também evitarei o uso do termo “direita reacionária”, pelo fato de essa concepção excluir, agora, a direita que aceita o regime democrático” (Resende, 2022, p.33).

de Lula como Presidente, entre 2003 e 2010, o país viveu uma fase de desenvolvimento econômico e inclusão social sem precedentes. Programas sociais como o Bolsa Família e a expansão do crédito impulsionaram a redução da pobreza e o aumento do poder aquisitivo da classe média, formando uma ampla base de apoio popular.

Entretanto, após o término do segundo mandato de Lula, o país testemunharia uma onda de movimentos conservadores e o surgimento de uma polarização política acirrada. A extrema direita, representada por líderes e grupos políticos radicais, ganhou força, espalhando discursos de ódio, desinformação e preconceito. A ascensão preocupante da direita, com ideologia oposta à da esquerda, desafiou os valores democráticos e a estabilidade institucional do Brasil.

Em termos gerais, no caso do Brasil parece se consolidar a confluência entre grupos ideológicos de direita que se caracterizam, estrategicamente, como uma união pragmática e motivada pela percepção de um objetivo comum: enfraquecer as políticas defendidas pela esquerda progressista, personificada, em diversos casos, pelo Partido dos Trabalhadores (Almeida, 2018; Miguel, 2018), com objetivo de promover a despublicização.

No contexto pós-*impeachment* (em especial durante o governo de Michel Temer), o enfraquecimento do movimento sindical teve implicações significativas na dinâmica política do Brasil. O cenário de fragilidade sindical e de reivindicações predominantemente defensivas abriu espaço para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro, cuja retórica populista e discurso *anti-establishment* encontraram ressonância em parcelas da população que buscavam soluções simplistas para os problemas do país. No entanto, é importante ressaltar que o enfraquecimento do movimento sindical não foi suficiente para impedir que Lula, líder histórico dos trabalhadores e do PT, fosse reeleito em eleições subsequentes. Mesmo com o desafio de enfrentar a polarização política⁵³ e ataques aos direitos trabalhistas, Lula conseguiu consolidar apoio em setores sindicais e populares, que viam nele um líder capaz de defender as suas demandas e reverter os retrocessos sociais.

⁵³ A identificação do Partido dos Trabalhadores – o maior caso representativo da esquerda – como sendo um inimigo da direita tem duas razões elementares: a primeira é a que leva em conta a sua assunção ao Governo, colocando-se como imagem do establishment, do Estado corrompido pela lógica do poder. A segunda é a que o coloca como principal culpado pela implementação de políticas que afetam os princípios tradicionais defendidos pela confluência ideológica entre neoliberais e conservadores. (Resende, 2022, p.31).

Essa dualidade nos resultados eleitorais refletiu a complexidade do cenário político brasileiro. O enfraquecimento do movimento sindical deixou uma lacuna no campo progressista, abrindo espaço para forças conservadoras e populistas. No entanto, a persistência de setores sindicais engajados e o apoio a políticos como Lula mostraram que a representação dos trabalhadores ainda era uma força a ser considerada na disputa política. Não obstante, enfraquecimento do movimento sindical teve implicações políticas importantes, como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, no entanto, não foi suficiente para impedir que Lula conquistasse apoio e fosse reeleito em 2022, contando com o respaldo de sindicatos e trabalhadores engajados. Essa dinâmica complexa evidencia a importância contínua do movimento sindical como ator político e defensor dos interesses da classe trabalhadora no Brasil.

Nesse cenário, a reeleição de Lula em 2022 foi um momento histórico de resistência e esperança para muitos brasileiros. Sua candidatura representou uma alternativa progressista e a defesa dos avanços sociais conquistados durante seu mandato anterior. Lula trouxe consigo o apoio das camadas populares, das organizações sociais e de diversos setores da sociedade civil. Neste contexto político complexo, o sindicalismo assumiu um papel de destaque. As raízes de Lula estão profundamente atreladas ao movimento sindical. Surgiu como líder que conquistaria o apoio e a confiança dos trabalhadores brasileiros. O sindicalismo, como uma força organizada e mobilizadora, desempenhou papel fundamental na articulação do apoio político a Lula nas eleições presidenciais de 2022.

No decorrer deste capítulo, exploram-se também os desafios enfrentados pelo governo de Lula, diante da oposição extrema direita, examinando os debates políticos e sociais que moldaram esse contexto. Também se analisa o papel do sindicalismo na reeleição de Lula e como essa força organizada contribuiu para a resistência democrática e para a busca por um país mais justo e igualitário.

Ao entender na íntegra o contexto histórico da reeleição de Lula em 2022, sob os aspectos supracitados, pode-se ter uma visão abrangente dos eventos que moldaram esse período político marcante na história recente do Brasil. Ao final, aponta-se o papel do sindicalismo para a manutenção da democracia, e, com isto, responde-se à pergunta de pesquisa.

6.1 Governo Bolsonaro e os novos métodos para o desmonte e enfraquecimento sindical

Após Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro (PSL) assume a presidência do Brasil para um mandato de 2019 a 2022.

Segundo Rennó (2022), cada eleição tem as características e a marca que as impulsionaram:

- a) em 1994, o Plano Real definiu o processo eleitoral;
- b) em 2002, o fracasso do PSDB e o triunfo da agenda de combate à desigualdade e ao desemprego foram decisivos;
- c) em 2006, o escândalo do Mensalão, a corrupção e a recuperação do apoio petista, especialmente pelo Bolsa Família;
- d) em 2010, as políticas econômicas bem-sucedidas e o êxito de Lula em eleger sua sucessora;
- e) em 2014, o declínio e o início da queda do PT e a desconstrução da imagem de Marina Silva.
- f) Em 2018, o surgimento do bolsonarismo: fruto do descontentamento generalizado com os governos, de esquerda de Dilma Rousseff e o de Michel Temer de centro-esquerda⁵⁴

Com a eleição do Presidente também houve o surgimento de um movimento social popularmente chamado de bolsonarismo. Rennó (2022) explica que o bolsonarismo é uma corrente ideológica alinhada à direita no contexto político brasileiro, e baseada nas posições defendidas por seu líder, Jair Messias Bolsonaro. Essa corrente encontra sua base sólida em uma parcela da população brasileira. A retórica de Bolsonaro, que tecia críticas à esquerda e se fundamentava em um projeto conservador orientado para a defesa de valores tradicionais, como família, pátria e propriedade, atraiu o apoio de eleitores descontentes com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o PT (Rennó, 2022).

⁵⁴ O ex-Presidente Michel Temer defendia ser necessário “eliminar preconceitos” contra a esquerda e a direita. Essas ponderações do ex-chefe do executivo brasileiro podem nos levar a deduzir que ele pregava o não escolher nem à direita, nem à esquerda, mas, “ficar em cima do muro”. Falácia de cidadão pseudo indeciso (Mões, 2022).

É importante ressaltar que Bolsonaro não é apenas um produto de *marketing* político. Ele se tornou um catalisador e legitimador de posições políticas sobre temas relevantes.

O bolsonarismo é um fenômeno multidimensional que engloba diversas vertentes da direita brasileira em um projeto com base ideológica (Rennó, 2022), caracterizado também por reações contrárias a avanços sociais progressistas e às questões relacionadas a gênero e aos direitos dos LGBTQIA+⁵⁵. Além disso, defendia políticas rígidas de combate ao crime e à corrupção, criticando políticas sociais que buscavam reverter desigualdades por meio de ações afirmativas. Bolsonaro também estava alinhado com as propostas da direita no Brasil e na América Latina, que advogavam a redução da presença estatal na economia, expressa na defesa da privatização, e a crença de que os indivíduos são responsáveis pelo seu próprio sucesso.

Ainda segundo Rennó (2022), ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro manteve posições consistentes e coerentes. Ele se tornou porta-voz e líder de um movimento que busca resgatar posições conservadoras de direita, abraçadas e defendidas por diversos intelectuais como Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Diego Mainardi e Reinaldo Azevedo. Esse movimento contou com o apoio de uma parcela significativa da população e configurava um projeto político para o Brasil.

Embora possa parecer falta de governança; ao contrário, as ações políticas de Bolsonaro tinham objetivos definidos, pois, visavam desfazer o que governos anteriores haviam conquistado, com o propósito de causar a ruptura institucional em áreas específicas. Assim, no entender desse trabalho não há que se falar em falta de governança durante o governo Bolsonaro.

O Presidente eleito marcou o início de seu governo extinguindo o Ministério do Trabalho, pela primeira vez em 78 anos desde sua criação, e anunciou uma "reforma dentro da reforma", prevendo a criação de uma "carteira de trabalho verde e amarela", a redução dos custos de contratação, através da facultatividade da contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a possibilidade de não pagamento da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os

⁵⁵Além dessas letras mais comuns, atualmente, há algumas correntes que indicam para uma sigla completa composta por: LGBTQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink) (Fundo Brasil, 2023).

trabalhadores aposentados (Druck; Dutra; Silva, 2019).

Além disso, o governo de Jair Bolsonaro ficaria marcado por seu descompromisso com questões trabalhistas, pelo enfraquecimento do movimento sindical e por sua postura contrária à luta de classes. (SINDIPROESP, 2019). Desde sua posse em janeiro de 2019, várias medidas e declarações do governo causaram preocupações sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores e a garantia de condições justas de trabalho.

Conforme já exposto, a Reforma Trabalhista implementada em 2017 pelo governo anterior já havia flexibilizado muitos direitos trabalhistas, mas o governo Bolsonaro deu continuidade a essa agenda ao propor a extinção do Ministério do Trabalho, fundindo-o com outras pastas. Essa medida foi interpretada como um sinal de enfraquecimento da proteção aos direitos dos trabalhadores e da fiscalização das condições de trabalho. (Reiner; Baracat, 2020).

Além disso, o governo Bolsonaro propôs uma Reforma da Previdência que gerou debates acalorados. A proposta do governo penalizou os trabalhadores de baixa renda e favoreceu os interesses do mercado financeiro e propunha o aumento da idade mínima de aposentadoria, afetando particularmente os trabalhadores em condições mais precárias e aqueles em profissões de maior desgaste físico. Segundo Galvão *et al.* (2019):

A deterioração do mercado de trabalho afetou a capacidade de mobilização e de resistência sindical frente à reforma trabalhista, mas há outros fatores a interferir nesse processo. As principais centrais não conseguiram construir um consenso sobre o significado da reforma, o que contribuiu para explicar certo esvaziamento das ações coletivas durante sua tramitação (Galvão *et al.*, 2019, p. 253).

No que tange ao movimento sindical, o governo Bolsonaro adotou uma postura hostil em relação aos sindicatos e às suas atividades e se recusava a dialogar com as lideranças sindicais e buscar consenso em questões trabalhistas. As tentativas de reformulação das normas de segurança no trabalho, por exemplo, foram conduzidas sem a participação adequada dos sindicatos e dos trabalhadores, gerando preocupações sobre a possibilidade de retrocessos na proteção à saúde e segurança dos trabalhadores.

Desde o início de seu mandato, implementou uma série de medidas que enfraqueciam a atuação dos sindicatos, como a Medida Provisória (MP) nº 873 (Brasil,

2019), que dificultava a arrecadação de contribuições sindicais em caráter compulsório, medida criticada por muitos sindicalizados, sob a argumentação de que sua intenção era minar financeiramente as entidades sindicais e prejudicar sua capacidade de representar os trabalhadores. (Pereira; Guimarães; Paula, 2020).

Gaspardo, Santos e Marchioni (2023) explicam que a MP nº 873/2019 foi emitida pelo Executivo federal em 1º de março de 2019 e teve como objetivo alterar a CLT, para modificar a forma de autorização e pagamento da contribuição sindical, além de fazer alterações na Lei nº 8.112/1990, suprimindo dispositivos que autorizavam o desconto em folha da contribuição sindical dos servidores públicos. Dentre as medidas propostas, as contribuições passariam a ser recolhidas por meio de boleto bancário ou equivalente eletrônico enviado à residência do empregado ou, na impossibilidade, na sede da empregadora, em oposição ao desconto realizado pelo empregador na folha de pagamento dos empregados. (Brasil, 2019).

Outra alteração promovida pela MP nº 873/2019 diz respeito à necessidade de autorização prévia dos participantes de categorias econômicas ou profissionais liberais para realizar a cobrança das contribuições sindicais, determinando que a autorização devia ser individual, expressa e por escrito. Outra mudança relevante foi a revogação da alínea "c" do art. 240 da Lei nº 8.112/1990, que previa o desconto em folha da contribuição sindical do servidor público civil (Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023).

A exposição de motivos da MP nº 873/2019 foi assinada pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, e discorria sobre o entendimento do governo Bolsonaro sobre a questão. A justificativa começa com a constatação de que os sindicatos e as entidades representativas são considerados pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (1978) e o art. 8º da CRFB/1988, portanto, devendo depender de recursos privados e não da interferência ou participação da Administração Pública. Havia, também, a compreensão de que apenas a autorização individual e expressa do contribuinte sindical seria adequada, em detrimento dos mecanismos de negociação e deliberação coletivas. (Brasil, 2019).

Quanto à urgência e relevância da proposta, argumentou-se a necessidade de não se interferir nas organizações sindicais e representativas, reafirmando o conteúdo da própria MP como motivo para a urgência (Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023).

Tanto o texto da MP nº 873/2019 quanto a exposição de motivos demonstraram

o descaso do Executivo federal em relação à atuação sindical no Brasil, alterando substancialmente, por meio de uma medida com eficácia imediata e deliberação acelerada no Congresso Nacional, a forma de financiamento das entidades sindicais. Isso dava continuidade ao projeto de desmobilização e enfraquecimento da atuação dos sindicatos iniciada em 2017 e, indiretamente, diminuindo a efetivação dos direitos trabalhistas.

Em 20 de março de 2019, foi designada a Comissão Mista para análise da matéria, e seus membros e calendário foram publicados. A Comissão se reuniu apenas uma vez, sem deliberações. Nos dias 28 de março de 2019, 10 de abril de 2019 e 16 de abril de 2019, foram recebidas manifestações externas, majoritariamente de entidades de direitos trabalhistas, sobre a matéria em tramitação. Em 18 de abril de 2019, devido ao curto prazo para discussão, prorrogou-se a vigência da MP por mais 60 dias. No entanto, em 28 de junho de 2019, o prazo total de vigência da MP expirou sem deliberação do Congresso Nacional, resultando na perda de eficácia da MP nº 873/2019 (Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023).

Como é possível avaliar, em relação à luta de classes, muitas vezes o governo Bolsonaro adotou uma retórica que parecia dividir a sociedade em grupos antagônicos. Suas declarações polêmicas e polarizadoras geraram tensões e aprofundaram as divisões sociais, prejudicando o diálogo e a busca por soluções conjuntas. Em vez de promover a união e a justiça social, o governo parecia adotar uma postura que favorecia os interesses das elites econômicas, alimentando o sentimento de exclusão e marginalização de certos setores da sociedade. Essas políticas e posturas do governo Bolsonaro geraram reações e protestos por parte do movimento sindical e de grupos de trabalhadores. Houve 1.067 greves, manifestações e mobilizações em 2022, em todo o país, em defesa dos direitos trabalhistas, da proteção social e da valorização do trabalho (DIEESE, 2023)⁵⁶. O governo, por sua vez, respondeu a essas manifestações com medidas repressivas e uma retórica que muitas vezes deslegitimava as reivindicações dos trabalhadores (Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023). Em outras palavras, diante da barbárie nasce a revolução.

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil enfrentou um nível de desemprego

⁵⁶ “Em 2022, o SAG-DIEESE registrou 1.067 greves, que contabilizaram 54 mil horas paradas. Os trabalhadores do funcionalismo público promoveram mais da metade (54%) dessas mobilizações – o que correspondeu a 70% das horas paradas.” (DIEESE, 2023, p.2).

crescente, exacerbado pela pandemia de COVID-19⁵⁷. Com a chegada da pandemia de COVID-19, o Brasil, assim como o restante do mundo, enfrentou uma crise econômica profunda, com fechamento de empresas, redução de postos de trabalho e aumento do desemprego. O isolamento social afetou diversos setores da economia, como o comércio, a indústria e os serviços, gerando uma grande fragilidade no mercado de trabalho. Porém, não havia outra saída⁵⁸, porque, dada a gravidade do vírus, os governos tinham que obedecer às exigências da OMS, sob pena de a desobediência levar a óbito grande parte da população mundial.

Tal situação enfraqueceu, significativamente, os sindicatos no Brasil e levou à diminuição da adesão sindical, enquanto a crise econômica e as medidas de restrição prejudicaram a capacidade de mobilização e a representatividade dessas entidades. Para enfrentar esse contexto desafiador, os sindicatos precisaram-se reinventar e buscar novas formas de atuação, adaptando-se às transformações das formas de trabalho, como o *home office*, o uso de tecnologias, as mudanças do mercado de trabalho, em relação às demandas dos trabalhadores. Muitos têm investido em ações virtuais, utilizando plataformas digitais para se comunicarem com os trabalhadores e promoverem ações de mobilização *online*. No entanto, os desafios persistem, uma vez que a falta de recursos financeiros e a redução da adesão sindical limitam a capacidade de atuação dessas entidades.

Essa conjuntura adversa teve um impacto significativo no enfraquecimento dos sindicatos no país. Os altos índices de desemprego levaram a uma diminuição da adesão sindical, afetando a representatividade e a capacidade de mobilização dessas entidades. Antes mesmo da pandemia, o Brasil já enfrentava desafios no mercado de trabalho, com altas taxas de desemprego e informalidade. O governo Bolsonaro, ao adotar uma agenda econômica neoliberal, com enfoque na flexibilização das leis trabalhistas e no estímulo ao empreendedorismo individual, contribuiu para um enfraquecimento das negociações coletivas e das estruturas sindicais. A Reforma Trabalhista implementada em 2017 já havia enfraquecido os sindicatos, reitera-se, ao

⁵⁷ “A taxa de desemprego no trimestre móvel terminado em fevereiro último foi de 11,2%, somando 12 milhões de desempregados. Em fevereiro, a taxa de desemprego foi menor que a do mesmo período do ano passado, de 14,6% e, também, inferior à de fevereiro de 2020, de 11,8%. É importante notar que esses números estão bem distantes da média da taxa de desemprego de 9,8% registrada entre 1995 e 2019.” (IBRE, 2022, n.p.).

⁵⁸ Menciona-se aqui o posicionamento do Presidente Bolsonaro sobre o assunto, base nas inúmeras entrevistas, de que a medida do “fique em casa” decretaria o caos na economia. (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

tornar opcional o pagamento do imposto sindical e dificultar a arrecadação de recursos.

Outro fator que enfraqueceu os sindicatos durante o governo Bolsonaro foi a retórica antissindical adotada pelo próprio Presidente e por alguns de seus aliados. Por diversas vezes, o governo expressou uma postura crítica em relação aos sindicatos, associando-os a interesses políticos e ideológicos, minando sua legitimidade e desencorajando a participação dos trabalhadores em suas atividades⁵⁹.

Diante desse cenário adverso, os sindicatos têm buscado se reinventar e adaptar suas estratégias.

Nesse diapasão, Ramalho (2022) explica:

Atingidos pela sofisticação dos mecanismos de flexibilização e controle do trabalho e pela insegurança econômica resultante da pandemia da Covid-19, os sindicatos enfrentam talvez o maior desafio de sua história ao ver seu poder coletivo colocado mais uma vez em xeque. Tornaram-se recorrentes campanhas e ações de restrição a suas práticas e de desconstrução de legislações nacionais de proteção laboral. Além disso, a instituição sindical tem sofrido com uma redução de sua capacidade estrutural de representação em razão das contínuas mudanças nos processos produtivos, da adoção de novas tecnologias pelas empresas, e da conformação de um mercado de trabalho cada vez mais fragmentado (em termos de gênero, raça e idade, entre outros aspectos) (Ramalho, 2022, p. 371).

A sofisticação dos mecanismos de flexibilização e o controle do trabalho tem permitido que as empresas adotem práticas que enfraquecem a organização coletiva dos trabalhadores. Como exemplo disso citam-se a terceirização e os contratos temporários e informais firmados, que têm se tornado cada vez mais corriqueiros, dificultando a organização sindical e a negociação de direitos trabalhistas. Além disso, a insegurança econômica gerada pela pandemia da Covid-19 agravou a situação porque muitos trabalhadores perderam seus empregos ou tiveram seus contratos suspensos, o que resultou na diminuição, ou no cancelamento da adesão sindical⁶⁰.

As campanhas e ações objetivando a restringir as práticas sindicais têm buscado minar a representatividade e a legitimidade dos sindicatos, muitas vezes retratando-os como obstáculos ao desenvolvimento econômico e como promotores

⁵⁹ “Segundo Bolsonaro, os sindicatos atrapalham e são os “parasitas da nação”. “O Brasil tem mais sindicato que o mundo todo, não produzem nada, apenas atrapalham”, declarou o ex-chefe do Executivo. A fala de Bolsonaro se deu durante cerimônia da Assembleia Legislativa do Paraná, em que ele recebeu o título de cidadão honorário do Estado.” (PODER 360, 2023, n.p.).

⁶⁰ “Nos últimos três anos, embora o mercado de trabalho tenha recuperado as vagas fechadas durante a pandemia, 1,325 milhão de trabalhadores deixaram de ser sindicalizados em todo o país.” (CNN BRASIL, 2023, n.p.).

de interesses corporativistas escusos. Essa narrativa desconsidera o papel fundamental dos sindicatos na luta pela garantia de condições dignas de trabalho e na promoção da justiça social. É essencial reconhecer que os sindicatos são fundamentais para a proteção dos direitos dos trabalhadores e para a promoção de um ambiente de trabalho justo e equitativo. Eles desempenham papel crucial na negociação coletiva, na defesa de salários justos, na garantia de condições seguras de trabalho e na luta contra a discriminação e a desigualdade.

Silva (2022) analisa esse contexto utilizando o conceito de capitalismo apocalíptico, do fim de mundo. A autora sustenta a visão de que o capitalismo adquiriu este caráter apocalíptico, devido à sua posição como único sistema socioeconômico dominante, um poder onipresente que o governo Bolsonaro radicalizou.

No ponto de vista desse trabalho, acredita-se que sua superação seja agora um imperativo, embora pouco provável, diante da iminência de um colapso tanto sócio-político quanto ambiental.

Além de tendências e ações que enfraquecem os sindicatos e dos efeitos opressivos do capitalismo selvagem e apocalíptico sobre a classe trabalhadora, fatores adicionais se agregam a esse cenário, nos quais se incluem o descaso com as questões ambientais, a crise climática e o surgimento de pandemias. Esses elementos alarmam para uma destruição iminente, chegando-se a pensar no perigo do poder do capital resultar na extinção da raça humana. Este é o capitalismo apocalíptico que, devido à sua insistente predominância ao longo do tempo, encara a possibilidade de ser superado como algo aparentemente ultrapassado. Seu crescimento incessante e desenfreado é evidente e vem levando a sociedade à beira do abismo, do colapso total, tanto em termos sociais quanto ambientais (Silva, 2022).

A recente situação pandêmica evidenciou a inabilidade do sistema capitalista neoliberal para atender às necessidades humanas fundamentais. Mesmo com tecnologias avançadas e a geração de riqueza, os adeptos desse capitalismo foram negligentes e irresponsáveis, ao não utilizarem esses recursos materiais para a preservação da vida. Silva (2022) pondera que:

[...] não é o sindicato que precisa ser substituído por organismos conciliatórios e assistencialistas, não é o trabalho que chegou à beira do abismo, não são as leis trabalhistas que precisam de reforma, mas o capitalismo apocalíptico que deve sair de campo e ir direto para o vestiário, não devendo permanecer sequer no banco de reservas. Contudo, dentro da racionalidade capitalista, a lógica fica invertida. Nela, o eixo fundante é o mercado. Essa é uma grande

ilusão produzida pelo sistema! É como se o mercado definisse o *ser social* e não o trabalho. Essa inversão ilusória leva à sedimentação da crença em uma suposta intransponibilidade do sistema (Silva, 2022, p. 248).

O capitalismo apocalíptico mostrou pouco empenho real no combate ao Corona vírus, por exemplo. Obviamente que a pandemia é mais um desdobramento desse sistema de forças convergentes. Esse tipo de capitalismo esticou até o limite a questão das condições socioambientais, e sua superação não é mais uma simples opção, mas um caminho para evitar um colapso total. Caso isto seja viável, a superação do capitalismo abrirá caminho para uma nova forma de sociedade, uma alternativa de novo *status quo*. Mas, qual seria ele?

Como propagado por seus adeptos, esse sistema erroneamente se auto define como algo próximo a um "Reino encantado", quando, na verdade, se aproxima mais de um "Paraíso apocalíptico" (Silva, 2022). Embora correndo o risco de ser acusados de catastróficos, é importante destacar que, considerando os eventos a partir de 2020, é necessário enfrentar a ideia de antecipar a visão escatológica do futuro que, normalmente, é considerado bem distante. Isso implica perceber o presente como um período apocalíptico, mesmo que seja para agir de forma preventiva, comum apocalipse, por assim dizer, preventivo.

Entretanto, resta por óbvio que a metáfora do apocalipse não dá conta de explicar toda a complexidade que é a totalidade do modo de produção capitalista (Moraes, 2020).

Diante de tantos desafios, o Brasil viveu um intenso debate nas eleições presidenciais de 2022, que foi marcado pelo apoio evangélico ao governo conservador e pelo enfraquecimento das ideologias sindicais.

Esse processo nasce, bem antes de 2022, pela narrativa polarizada, conforme explica Almeida:

Como o campo de forças no Brasil está fraturado e polarizado pelo menos desde as eleições de 2014, os indexadores esquerda e direita reacenderam suas cores e outras séries de oposição emergiram a partir da conjuntura pós-junho de 2013: petistas x tucanos, mortadelas x coxinhas, estatistas x privatistas, verde-amarelo x vermelho, petistas x bolsonaristas, morais x imorais, direitos humanos x homens direitos, corruptos x não corruptos, político x gestor, católicos tradicionais x católicos progressistas, evangélicos fundamentalistas x evangélicos progressistas, entre outras. E, como a oposição transversal a todas elas: petismo x antipetismo. (Almeida, 2020, p.426)

Conforme o autor, essa narrativa da esquerda que se organiza como descompromissa com os valores tradicionais brasileiros leva os cristãos evangélicos a um apoio bolsonarista e contra toda forma de luta de classes.

Nesse sentido, Almeida (2020) explica que os evangélicos buscavam através do ativismo político a valorização da laicidade de maneira equivalente ao catolicismo (com feriados, espaços públicos, isenções fiscais, simbologia nacional, entre outros) e, conseqüentemente, uma competição entre as religiões. Conforme o autor, a competição entre crenças e a valorização da liberdade de expressão como um direito individual têm gerado divergências em relação às práticas consideradas aceitáveis ou não em um Estado laico.

O pluralismo religioso no Brasil apresenta aspectos contraditórios: ao mesmo tempo em que amplia a pluralidade política, também estimula uma competição que, por vezes, resulta em intolerância contra determinadas religiões e contra a diversidade de valores e comportamentos. Nas últimas décadas, a demonização das religiões de matriz afro-brasileira por setores do neopentecostalismo tem sido uma das principais demonstrações de intolerância em nome da liberdade religiosa.

Almeida (2020) afirma que a forma como o secular e o religioso estão relacionados na sociedade brasileira contemporânea passou de uma laicidade orientada pelo cristianismo católico para uma laicidade baseada na diversidade religiosa concorrencial, com uma crescente predominância do segmento evangélico. Grande parte da defesa do conservadorismo dos costumes se baseia nas ideias do senso comum de que "o Estado é laico, mas a sociedade é religiosa" ou "o Estado é laico, mas não é ateu". E, considerando que a maioria da sociedade brasileira tem raízes na tradição cristã⁶¹, essa é vista como a referência para estabelecer as normas de comportamento jurídico. Argumentos relacionados à maioria cristã têm sido frequentemente utilizados por figuras políticas para justificar a imposição de limites às pautas progressistas.

Desde a campanha eleitoral de 2018 até os dias atuais, o presidente Jair Bolsonaro tem afirmado várias vezes que as minorias (como gays, feministas, defensores do aborto, entre outros) devem se adaptar à maioria, ou então ir embora

⁶¹ Conforme dados extraídos de pesquisa do Instituto Datafolha: "50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião". Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> Acesso em: 23 maio 2024.

do país. Ao que tudo indica, Bolsonaro não adota uma postura pós-secular, que reconheceria e lidaria com a diversidade religiosa no espaço público. Pelo contrário, sua postura está alinhada com as partes majoritárias do crescente pluralismo cristão conservador do país. O apelo dos evangélicos conservadores à suposta maioria cristã no país visa incluir também os católicos nesse cenário. Embora existam semelhanças entre evangélicos e católicos em diversas questões, o conservadorismo é uma característica profundamente enraizada na sociedade brasileira, presente em diferentes religiões, especialmente as cristãs.

No entanto, as pressões por mudanças legais e culturais em áreas como família, sexualidade e gênero não vêm apenas de um tradicionalismo contrário às mudanças no mundo, como poderia ser esperado de alguns setores da Igreja Católica. Esse conservadorismo reativo foi reforçado por uma postura ativa e propositiva de transformação cultural por parte dos evangélicos. Com isso, a intenção não é apenas a defesa da moralidade cristã pela proteção do Estado, mas a sua incorporação efetiva no ordenamento jurídico do país e deslegitimando qualquer movimento.

6.2 Aspectos históricos do ano de 2022

Conforme já exposto nesse trabalho, na década de 1980, o sindicalismo brasileiro encontrou em Luiz Inácio Lula da Silva um líder que representava seus interesses e aspirações. Lula emergiu como uma figura central no movimento sindical, ao liderar greves e manifestações que buscavam melhorias nas condições de trabalho, salários dignos e direitos laborais justos. O sindicalismo, durante essa época, viu em Lula uma voz que promovia sua agenda e lutava contra as desigualdades sociais e econômicas que afetavam a classe trabalhadora.

No entanto, com o passar dos anos, mudanças políticas e econômicas ocorreram no Brasil, inclusive no âmbito do sindicalismo. À medida que Lula avançava para a presidência e o país experimentava períodos de crescimento econômico, o relacionamento entre o sindicalismo e o governo começou a evoluir. Alguns sindicatos passaram a adotar uma postura mais colaborativa, visando a influenciar políticas públicas em favor dos trabalhadores e aproveitando a presença de lideranças sindicais em posições governamentais.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, contudo, personagens de

extrema-direita, de caráter antidemocrático ganharam voz, garantida pela deslegitimação da esquerda.

O governo Bolsonaro, desde o início de sua gestão, gerou preocupações significativas em relação à saúde da democracia no Brasil, pois, desde sua ascensão à presidência em janeiro de 2019, o então Presidente demonstrou atitudes e ações que levantaram questionamentos sobre seu compromisso com os princípios democráticos e a institucionalidade do país.

O STF, como guardião da Constituição, desempenha um papel crítico na manutenção do equilíbrio de poder em uma democracia. No entanto, os ataques frequentes ao tribunal por parte do governo Bolsonaro (Correio brasiliense, 2022). geraram preocupações sobre a independência e a integridade do sistema judicial. A retórica inflamada e as insinuações de que decisões do STF eram politicamente motivadas corroeram a confiança nas instituições judiciais, podendo comprometer o sistema de *checks and balances*. Os ataques de Jair Bolsonaro à democracia incluem desde declarações desrespeitosas a instituições e princípios democráticos até ações que minam a transparência, a independência das instituições e a proteção dos direitos humanos. Essas atitudes suscitam preocupações sobre o fortalecimento da democracia no Brasil e destacam a importância da vigilância cívica e do respeito aos valores democráticos para a garantia de uma sociedade justa e equitativa.

No entanto, foram os retrocessos trabalhistas e democráticos promovidos durante o governo de Jair Bolsonaro, que tiveram ressonância significativa no movimento sindical. Medidas como a reforma da previdência, a flexibilização de direitos trabalhistas e a fragilização das proteções sociais desencadearam uma onda de preocupação entre os trabalhadores e o sindicalismo. Essas políticas eram vistas como um enfraquecimento das conquistas trabalhistas e uma ameaça ao bem-estar da classe trabalhadora.

Embora o contexto das eleições de 2022 seja diferente dos anos 1980, não se pode deixar de considerar as ameaças à democracia que pairavam no governo Bolsonaro. Embora os três poderes continuassem existindo, bem como as liberdades civis e políticas, houve movimentos antidemocráticos e um ambiente que se tornava propício a se tecerem elogios à ditadura militar e a ressignificar as violações de direitos humanos.

Nesse contexto, Luiz Inácio Lula da Silva ressurgiu como um líder de oposição que poderia retomar a bandeira dos direitos trabalhistas e a defesa dos interesses do

povo e da classe trabalhadora. A trajetória política dele é marcada por sua participação ativa na construção e defesa dos princípios democráticos no Brasil. Desempenhou um papel importante na consolidação da democracia no país, e participou de diversas campanhas eleitorais, desde a sua primeira candidatura à presidência em 1989. Suas campanhas foram marcadas por um forte apelo à participação popular, com comícios, mobilizações e debates em todo o país. Isso demonstra o compromisso de Lula com a democracia participativa e a importância de envolver os cidadãos no processo político.

Durante a época de sua prisão em 2018, demonstrou respeito pelas instituições políticas e pelo Estado de Direito, ao se entregar voluntariamente para cumprir a pena determinada pelo sistema judicial brasileiro (Conjur, 2018). Esse gesto reflete seu compromisso com a ordem legal e a democracia, mesmo diante de circunstâncias difíceis. Após esgotar todos os recursos legais disponíveis, Lula acatou as decisões judiciais e respeitou o processo legal, demonstrando confiança no sistema judiciário brasileiro. Ele reconheceu a importância de seguir a lei e se submeter ao sistema de justiça do país. A decisão de se entregar voluntariamente contribuiu para evitar confrontos ou situações de tensão que poderiam ter surgido, caso Lula tivesse adotado uma postura de resistência ou desobediência à lei. Bolsonaro, por sua vez, até mesmo se recusou a entregar a faixa a Lula, mais uma vez desrespeitando instituições históricas do Brasil. (Portal 360, 2022).

Com esse cenário, o sindicalismo voltou a ver em Lula alguém que possuía uma história de luta e compromisso com suas demandas. Com sua trajetória e experiência, Lula se tornou um símbolo da resistência contra as políticas que prejudicavam os trabalhadores. A possibilidade de Lula consolidar uma democracia que novamente priorizasse os interesses da classe trabalhadora foi vista como uma resposta à erosão dos direitos e proteções conquistados ao longo das décadas. Sua promessa de retomar políticas sociais e trabalhistas mais justas e inclusivas ressoou entre os sindicalistas e trabalhadores, que buscavam uma alternativa para reverter os retrocessos impostos pelo governo anterior.

Dessa forma, é plausível argumentar que o sindicalismo brasileiro, ao testemunhar os retrocessos trabalhistas do governo Bolsonaro, voltou a ver em Luiz Inácio Lula da Silva um líder de oposição capaz de restaurar uma democracia que novamente colocasse em destaque interesses e necessidades da classe trabalhadora e do povo. A história e o comprometimento de Lula com os direitos dos trabalhadores

servem como uma base sólida para essa percepção por parte do sindicalismo.

Nesse contexto, Rennó (2022) aponta as diversas peculiaridades das eleições de 2022. Foi a primeira vez que um Presidente (Bolsonaro) concorreu à reeleição enfrentando um ex-Presidente (Lula). A eleição de 2022 serviu para comparar-se os legados deixados por ambos os candidatos, em uma clara disputa sobre preferências, em relação às políticas públicas que eles haviam adotado em seus governos anteriores. Os eleitores puderam comparar os diferentes desempenhos e as justificativas dos candidatos. Portanto, é natural que a eleição em tela fosse dominada por uma dimensão retrospectiva, na qual se julga o que foi feito e as conquistas de cada governo, prevalecendo nas discussões perspectivas sobre o futuro do país.

Nesta direção, as eleições de 2022 foram marcadas pelo risco de mais desgastes das instituições democráticas, com questionamentos contínuos sobre a integridade do processo eletrônico brasileiro de contagem de votos. A suspeita de possível fraude nas urnas trouxe violência e turbulência, seguidos de amplo questionamento e de rejeição aos resultados por parte dos eleitores de Bolsonaro, além de ameaças significativas de movimentos de grupos de pessoas que contestavam a integridade do processo eleitoral.

Não se pode negar que a polarização direita e esquerda e o crescente avanço da esquerda-comunista na América Latina trariam discussões acaloradas para o pleito de 2022, porquanto boa parte da população acreditava, e acredita, a exemplo do que ocorreu no início do século XX, quando o constitucionalismo social brasileiro surgiu para frear os movimentos operários, sob a sombra do medo do comunismo, que eram graves os perigos de um regime ditatorial de esquerda.

A polarização então tem impacto nas adesões ideológicas dos eleitores. Amplia a diferenciação e o distanciamento entre os campos políticos, além de aumentar a homogeneização interna de cada um deles. Nesse sentido, as preferências sobre temas políticos e questões ideológicas se tornam ainda mais relevantes, diferenciando as preferências para além das avaliações exclusivamente econômicas. Será extremamente interessante analisar, no estudo das eleições de 2022, os impactos das avaliações retrospectivas e das posições sobre temas políticos em conjunto, gerando processos interativos que ampliam a ambivalência do eleitorado ou reforçam as posições já estabelecidas

Além disso, as eleições de 2022 ocorreram em um contexto pós-pandemia, uma tragédia mundial profundamente sentida no Brasil. Portanto, as decisões

tomadas pelo governo durante a pandemia se tornaram tema central da campanha, especialmente porque Bolsonaro politizou intensamente o assunto. Ele utilizaria a pandemia para justificar resultados negativos na economia, mas teria que se defender de acusações de ter minimizado a gravidade da doença, e de não ter respondido, de maneira adequada, à necessidade urgente de vacinação. Como já mencionado, a pandemia teve um impacto fortemente negativo nas avaliações do governo. (Calil, 2021).

Por fim e mais preocupante, as eleições de 2022 aconteceram em um ambiente de crescente questionamento sobre a ordem, pois o autoritarismo se tornou uma marca do bolsonarismo. Durante meses, Bolsonaro questionou veementemente o sistema de votação das urnas eletrônicas, tentou implementar mudanças no sistema por meio de alterações nas regras, exigindo a impressão do voto, sem sucesso. Ele, repetidamente, questionou a integridade da contagem dos votos, alegando que o sistema era vulnerável à manipulação, além de afirmar que era impossível auditar o processo e recontar os votos, o que estimulou alegações de fraude. (CNN Brasil, 2023). Certamente, essas críticas tinham o objetivo de semear dúvidas e deslegitimar o sistema, caso o resultado não lhe fosse favorável. Vale lembrar, a esta altura, que o PSDB, no qual se filiava o deputado Aécio Neves inaugurou, esse discurso, pedindo a recontagem e a auditoria dos votos em 2014. No entanto, o próprio PSDB, atualmente, é forte defensor das urnas eletrônicas, em posição contrária às suas ações passadas, após comprovar a integridade do processo.

Bello (2023) explica que em 2022 o Brasil se encontrava profundamente dividido. As eleições presidenciais recentes revelaram os conflitos políticos em relação às ideologias de esquerda e direita, a gênero e à renda, reforçando a disparidade regional de votos e o papel dos líderes evangélicos.

A pauta, durante esse ciclo eleitoral, ganhou maior destaque e enfatizou a divergência de opiniões entre os candidatos à presidência. Esse confronto de visões e opiniões tem sido observado na Europa, América Latina e nos EUA, conforme políticos de direita e extrema-direita chegam ao poder, após décadas de governos de esquerda. Temas como casamento homossexual, posse de armas, legalização do aborto e preservação ambiental têm sido amplamente discutidos no cenário político e na sociedade.

No entanto, essa narrativa de "nós contra eles" não é recente, porque no Brasil sempre esteve em pauta a questão da direita e da esquerda, dada a situação das

populações de países vizinhos estarem vivendo em condições precárias para um ser humano, devido aos regimes totalitários que os administram, assim como a pauta de sempre esteve presente nas discussões políticas, embora com menos clareza e ênfase.

Antes mesmo das eleições presidenciais de 2018, os adversários do PT já o acusavam de fomentar a divisão entre ricos e pobres, estimular o debate sobre a homossexualidade nas escolas, dificultar o avanço do agronegócio em detrimento das comunidades quilombolas e indígenas, além de defender os direitos humanos e apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto.

Nesse contexto, segundo Bello (2023), é importante investigar a evolução da polarização política no Brasil ao longo do período democrático recente do país, bem como a influência desse fenômeno na decisão de voto. Os resultados da sua pesquisa mostraram a evolução do voto e da opinião pública em relação a questões econômicas e morais ao longo do tempo. Mais especificamente, os resultados indicam que, de forma geral, a polarização política demográfica no Brasil é fraca; no entanto, existe certo grau de polarização entre os grupos de renda, idade e região. Além disso, tanto a dimensão econômica quanto a dimensão moral são relevantes para a decisão de voto. Ou seja, há uma relação objetiva entre o voto no PT e temas políticos relacionados a questões morais e econômicas.

Em uma sociedade conservadora, as pautas de costume são centrais. A esse respeito, Bello (2023) pondera que:

O momento político atual sugere que existe um alinhamento entre Bolsonaro e parte da população para as questões morais, o que coloca em destaque uma possível guerra cultural na qual uma parcela da população mais conservadora está reagindo às mudanças realizadas recentemente. Para muitos, essa é a origem da polarização política no Brasil, porém, essa hipótese não se confirmou. Uma das razões provavelmente é que esse alinhamento político entre os candidatos e os assuntos relativos à agenda de costume não se reproduziu para anos anteriores. Os líderes políticos nunca foram claros sobre as suas posições políticas para os temas mais polêmicos, geralmente os quais compõem a dimensão moral. Quando não existe clareza e os temas políticos não se tornam salientes para o público, essa pauta dificilmente produz polarização e influencia a decisão do voto (Bello, 2023, p. 26).

No Quadro 6, a seguir, listam-se algumas hipóteses que teriam cooperado para que Jair Bolsonaro perdesse as eleições em 2022:

Quadro 6 - Motivos que contribuíram para que Bolsonaro perdesse as eleições

Coluna A (Ano do governo Bolsonaro)	Coluna B (Motivos para perder as eleições de 2022)
2019	Crise econômica resultante de políticas econômicas inadequadas, resultando em baixo crescimento, desemprego e aumento da desigualdade.
2020	Mau gerenciamento da crise da pandemia de Covid-19, resultando em altos índices de mortes e colapso do sistema de saúde.
2021	Escândalos de corrupção envolvendo membros do governo, minando a confiança pública na administração.
2022 (primeiro semestre)	Fracasso na entrega de vacinas em massa e atrasos no programa de imunização, prolongando a crise sanitária e aumentando a insatisfação popular.
2022 (segundo semestre)	Deterioração das relações diplomáticas com países parceiros importantes, prejudicando acordos comerciais e o prestígio internacional do Brasil.
2022 (campanha eleitoral)	Divisões internas no partido governista, falta de unidade e ausência de propostas concretas para solucionar os problemas do país.
2022 (debates e exposição pública)	Dificuldade em articular argumentos claros e coerentes, falhas de comunicação e exposição de posturas controversas e polarizadoras.
2022 (percepção pública)	Perda de apoio popular devido à frustração com promessas não cumpridas e falta de resultados visíveis em áreas-chave, como segurança, emprego e educação.
2022 (oposição)	Consolidação de uma coalizão de partidos de oposição com candidatos fortes, capazes de atrair um amplo espectro de eleitores insatisfeitos.
2022 (voto de rejeição)	Acumulação de altos índices de rejeição devido à polarização política, retórica agressiva e confrontos constantes com instituições e setores da sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A eleição presidencial de 2022, na qual Lula venceu por uma diferença mínima no segundo turno⁶², mostrou que o bolsonarismo é um movimento estrutural e ideológico, com uma agenda política conservadora.

Ainda, Rennó (2022) aponta que o questionamento dos resultados eleitorais por parte de Bolsonaro, era semelhante ao que ocorreu com o ex-Presidente Donald Trump dos EUA. As próprias manifestações que ocorrem na comemoração do 7 de setembro em Brasília, no ano das eleições, indicam a consolidação do bolsonarismo, com diferentes facções, que incluem uma armada, uma religiosa e outra formada por setores rurais associados ao agronegócio, esta última desfilando ao lado de tanques pela primeira vez, com seus tratores e crucifixos. Esses grupos, alinhados com Bolsonaro e fortemente identificados com a retórica bolsonarista, tiveram grande

⁶² Lula teve 50,90% dos votos válidos enquanto Bolsonaro teve 49,10% dos votos válidos. (TSE, 2022).

potencial para se mobilizarem questionando os resultados das eleições (CNN Brasil, 2022).

Nesse contexto, as forças democráticas do país, que têm se organizado repetidamente para conter os discursos e ações antidemocráticas do bolsonarismo, terão que se preparar novamente para enfrentar esses questionamentos. Bolsonaro e seus seguidores, provavelmente, recuarão, como já fizeram em episódios anteriores de confronto. No entanto, é necessário estar atento, uma vez que possíveis episódios desse tipo, altamente perniciosos e prováveis, criam narrativas que prejudicam o regime democrático no Brasil.

Ainda que Bolsonaro tenha se tornado inelegível em julho de 2023⁶³, ele ainda tem seguidores, que o idolatram como o mito que ele mesmo criou. Verdade seja dita, ele fez renascer o sentimento de patriotismo na população com seus inflamados discursos de proteção do Brasil, e contra o comunismo, que segundo o “mito”, estaria sempre à espreita.

6.3 O Sindicalismo no contexto das eleições de 2022

Durante o período eleitoral de 2022, o Brasil enfrentou um desafio sem precedentes para a sua democracia. O Presidente Jair Bolsonaro representava uma ameaça real aos princípios democráticos que sustentam a sociedade brasileira. Seu estilo autoritário, seu discurso inflamado e suas ações contrárias aos direitos humanos levantaram preocupações legítimas sobre a preservação da ordem democrática no país. Nesse contexto, os sindicatos desempenharam um papel relevante para contribuir com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Como representantes dos trabalhadores, essas organizações foram fundamentais na defesa dos direitos trabalhistas, na luta contra as políticas regressivas do governo Bolsonaro e na busca por uma sociedade equânime e solidária.

⁶³“Por maioria de votos (5 a 2), o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou a inelegibilidade do ex-presidente da República Jair Bolsonaro por oito anos, contados a partir das Eleições 2022. Ficou reconhecida a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho do ano passado. Walter Braga Netto, que compôs a chapa de Bolsonaro à reeleição, foi excluído da sanção, uma vez que não ficou demonstrada sua responsabilidade na conduta. Nesse ponto, a decisão foi unânime.” (Tribunal Superior Eleitoral, 2023, n.p.).

Frisa-se que esse trabalho defende o posicionamento de que o Brasil em 2022 caminhava para um regime antidemocrático, razão pela qual optou-se por denominar o período eleitoral de 2022 como a (re)democratização do país, em comparação com o período de democratização, na década de 80.

Os sindicatos mobilizaram seus associados e a sociedade civil, promoveram campanhas, manifestações e diálogos com a população. Eles trabalharam para a conscientização política e a mobilização dos trabalhadores. Foram incansáveis na denúncia das ameaças à democracia e na busca por uma alternativa política que garantisse a continuidade do Estado democrático de direito. Por meio de debates, assembleias e outras formas de participação, eles estimularam o engajamento cívico e a compreensão dos desafios que o país enfrentava.

Essa atuação dos sindicatos contribuiu para fortalecer a ordem democrática, pois representou a voz dos trabalhadores e dos setores mais vulneráveis da sociedade. Ao defenderem os direitos e as demandas desses grupos, eles reafirmaram a importância da inclusão social, da justiça econômica e da proteção dos direitos constitucionais.

Dessa forma, os sindicatos se tornaram mecanismos para contrapor as ameaças à democracia representadas pelo governo Bolsonaro.

A reeleição de Lula, com a participação ativa e constante dos sindicatos, representou uma vitória não apenas para os trabalhadores, mas para toda a sociedade brasileira. Ela reafirma nosso compromisso com a democracia, com a justiça social e com a construção de um país mais inclusivo e igualitário. E é nesse sentido que cabe a comparação entre a luta pela democratização do Brasil na década de 1980 e os embates dos sindicatos nas eleições de 2022.

Os sindicatos, atuando como um maestro condutor da luta pela preservação da ordem democrática naquela década de 1980: se uniram aos movimentos sociais, estudantis, intelectuais; lutaram incansavelmente por direitos trabalhistas, pela ampliação da democracia e pelo fim das restrições impostas pelo regime militar e; constituíram uma muralha de resistência ao regime autoritário. Voltaram a se destacar em 2022, como defensores dos princípios democráticos durante as últimas eleições.

Assim como na década de 1980, os sindicatos em 2022 atuaram de forma ativa, estimulando a participação cívica e a mobilização social. Promoveram debates, manifestações e diálogos, levando as questões fundamentais para o centro das discussões e conscientizando a população sobre a importância de se protegerem os

direitos conquistados e fortalecerem a democracia.

A analogia entre a democratização de 1980 e as eleições de 2022 mostra como os sindicatos têm sido sustentáculos consistentes na defesa dos valores democráticos ao longo do tempo. São sempre uma voz ativa na luta pela inclusão social, pela justiça econômica e pelo respeito aos direitos humanos.

No entanto, assim como na década de 1980, a defesa da democracia não recaiu apenas sobre os ombros dos sindicatos. Foi um desafio compartilhado por todos os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A democratização em 1980 e as eleições de 2022 são marcos-símbolos de que a participação ativa da sociedade civil é fundamental para a preservação e o fortalecimento das instituições democráticas.

Assim, reitera-se como os sindicatos foram protagonistas na democratização do Brasil nos anos 1980. Novamente assumiram o papel central nas eleições de 2022, como guardiões da ordem democrática. Sua atuação reforçou a importância da união e da mobilização da sociedade civil na defesa dos valores democráticos e na construção de um futuro mais promissor para todos.

A seguir, no Quadro 7, sintetiza-se a analogia entre a democratização da década de 1980 e o papel dos sindicatos nas eleições de 2022.

Quadro 7 - Redemocratização da década de 1980 e o papel dos sindicatos nas eleições de 2022

Democratização (década de 1980)	Eleições de 2022 (Papel dos sindicatos)
Luta contra o regime autoritário	Defesa da democracia contra ameaças autoritárias
Mobilização pela liberdade e justiça social	Mobilização em defesa dos direitos trabalhistas e interesses dos trabalhadores
Busca por participação popular no processo político	Estimulação da participação cívica e conscientização política
Resistência às restrições impostas pelo regime militar	Luta contra as ameaças à ordem democrática do governo em exercício
Amplificação das vozes dos marginalizados	Defesa dos interesses dos setores mais vulneráveis da sociedade
Catalisador de mudança e mobilização social	Estímulo à conscientização sobre a importância da proteção dos direitos conquistados
Luta pela inclusão social e justiça econômica	Defesa da inclusão social e justiça econômica
Defesa dos valores democráticos	Guardiões da ordem democrática
Importância da participação ativa da sociedade civil	Necessidade de união e mobilização da sociedade civil na defesa dos valores democráticos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O Quadro 7 comprova a relevância do papel dos sindicatos nas eleições de 2022 e na luta pela democratização na década de 1980. Ambos os contextos apontam a atuação dos sindicatos na defesa da democracia, mobilizando a sociedade civil, amplificando vozes marginalizadas e lutando por justiça social.

6.3.1 O apoio da Central Única dos Trabalhadores a Luiz Inácio Lula da Silva

Conforme já mencionado neste texto, a CUT (uma das mais poderosas entidades sindicais do Brasil) reafirmou seu apoio ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e às suas propostas para o futuro do país. Em um cenário político desafiador, a CUT considerou Lula uma figura emblemática e uma liderança capaz de promover mudanças que poderiam beneficiar os trabalhadores e a sociedade.

Ao longo de sua trajetória política, Lula consolidou a conexão profunda que tinha com a classe trabalhadora brasileira. Sua história de origem humilde, a luta

sindical e a experiência como Presidente do Brasil entre 2003 e 2010, conferem ao ex-Presidente uma visão privilegiada dos desafios e das necessidades enfrentados pelos trabalhadores no país. A CUT reconhecia esse vínculo e acreditava que Lula poderia representar um caminho para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Entre as propostas defendidas por Lula e apoiadas pela CUT, destacaram-se a geração de empregos, a valorização do trabalho, a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento das políticas sociais (Tribunal Superior Eleitoral, 2022). O atual Presidente se posicionava contra reformas trabalhistas e previdenciárias que possam precarizar os direitos dos trabalhadores, e defendia a ampliação do acesso à educação e à saúde, visando a garantir o desenvolvimento pleno da população brasileira (Tribunal Superior Eleitoral, 2022).

A CUT também ressaltava a importância de um diálogo aberto e democrático na condução das políticas públicas. O fortalecimento das instituições democráticas e o respeito às divergências de opinião são valores fundamentais para a entidade. Nesse contexto, Lula era visto como um defensor da democracia e um líder que busca a unidade e o entendimento em prol do bem comum.

A relação entre Lula e a CUT transcende a esfera política e sindical. Para muitos trabalhadores, ele representa a esperança de dias melhores, a possibilidade de superação dos desafios enfrentados por milhões de brasileiros.

O apoio da CUT a Lula era um posicionamento político que encontrava respaldo na história do Presidente e em suas propostas para o país. A entidade sindical buscava uma sociedade mais igualitária e defendia os direitos dos trabalhadores, entendendo em Lula uma figura que poderia contribuir para a construção desse futuro.

Nesse contexto, a análise do endereço eletrônico da CUT, ao longo das eleições de 2022, mostra seu claro apoio ao então ex-Presidente. No trecho a seguir, por exemplo, está presente a saudação da Central Única dos Trabalhadores (2022) a Lula, diante da sua vitória eleitoral:

A Central Única dos Trabalhadores ergue e agita as suas bandeiras para saudar e comemorar a vitória do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Foi uma vitória histórica, conquistada com mais de 60 milhões de votos de todos os brasileiros no Brasil e no exterior, de um metalúrgico que entendeu a importância da participação política dos trabalhadores e trabalhadoras para mudar um país e nunca se dobrou diante de todas as perseguições engendradas contra ele.

[...]

Desde já, convidamos a todos nossos e nossas dirigentes, militantes de todas as nossas instâncias e das entidades filiadas a se engajarem nessa jornada

que será tão importante quanto foi essa que culminou com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vamos precisar de todos e todas e de muitos outros (as) mais que devemos e queremos incorporar, para que possamos recuperar o país para a classe trabalhadora que é a maioria do povo brasileiro.

Seja Bem Vindo, Presidente Lula!

A Classe Trabalhadora Unida Jamais Será Vencida! (Central Única dos Trabalhadores, 2022).

Conforme os excertos comprovam, a Central Única dos Trabalhadores (2022) destaca que a vitória de Lula representava um reencontro do Brasil com aqueles que defendem a democracia, o Estado de direito e os direitos dos trabalhadores, bem como o combate à miséria e à fome, o desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda equitativa e justiça social, e o respeito aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade racial.

A vitória de Lula era como a esperança que venceu o medo, as coações e o assédio eleitoral empresarial, assim como a apologia da violência na política (Central Única dos Trabalhadores, 2022). A organização sindical então, parabenizava seus dirigentes estaduais, sindicatos e filiados que atuaram na campanha, construindo Comitês pró Luta e contribuindo decisivamente para esse resultado.

Com o novo período que se iniciava, a Central Única dos Trabalhadores reconhecia os desafios pela frente e reafirmava sua independência frente aos governos e sua autonomia em relação aos partidos. A entidade continuaria à frente dos desafios para recuperar os direitos retirados nos últimos anos, defendendo a inclusão e a justiça social, combatendo todas as formas de discriminação e garantindo a livre organização dos movimentos sindicais e sociais. (Central Única dos Trabalhadores, 2022)

O marxismo, enquanto perspectiva sociopolítica que explora profundamente a dinâmica da sociedade e a forma como ela se desenvolve ao longo da história, possibilita entender a ação da CUT diante das eleições de Lula. Um dos conceitos fundamentais do marxismo é a luta de classes, que desempenha papel central na compreensão de conflitos e mudanças sociais (Marx; Engels, 2008).

A luta de classes, de acordo com o marxismo, é o embate entre duas classes sociais principais: a dominante que detém os meios de produção (burguesia capitalista), e a classe trabalhadora (proletariado), que possui apenas a sua força de trabalho para vender em troca de remuneração. Essas classes têm interesses e objetivos conflitantes, o que leva a uma luta constante pelo poder, pelos recursos e

pela influência. (Marx; Engels, 2008).

Marx e Engels (2008) argumentavam que a história humana é moldada por essa luta de classes. Cada período histórico é caracterizado por diferentes modos de produção, como o feudalismo e o capitalismo, eles determinam a estrutura das classes sociais e suas interações. A mudança de um modo de produção para outro, de acordo com o marxismo, ocorre por meio de revoluções sociais, impulsionadas pelo conflito entre as referidas classes. (Marx; Engels, 2008).

Nesse sentido, o sindicalismo surge como uma forma institucionalizada da luta de classes. Os sindicatos são organizações de trabalhadores que visam a representar e defender seus interesses coletivos junto aos empregadores e à classe dominante. Eles têm como objetivo principal, reitera-se, lutar por melhores condições de trabalho, salários justos, jornadas de trabalho adequadas e proteção social para os trabalhadores.

O sindicalismo é uma resposta direta à exploração e opressão que os trabalhadores enfrentam sob o sistema capitalista. Ao se unirem em sindicatos, os trabalhadores adquirem uma voz coletiva e têm mais poder de barganha para negociar com os empregadores. Essa luta coletiva busca equilibrar o poder entre as classes e defender os interesses da classe trabalhadora (Marx; Engels, 2008).

Contudo, neste ponto, cabe discutir os próprios limites da atuação dos sindicatos nesse contexto. A relação tensa entre o governo Bolsonaro, o sindicalismo, a democracia e os trabalhadores foram um ponto central de debate na política brasileira, desde que o representante da extrema-direita assumira o poder. Dessa forma, a contestação da CUT é no sentido de que apoiaria um governo que, historicamente, tivesse um compromisso sério com a luta de classes (Marx; Engels, 2008).

Conforme já demonstrado, desde sua ascensão ao poder, Bolsonaro mostrava uma postura hostil em relação aos sindicatos e às organizações trabalhistas, buscando enfraquecê-los e restringir sua atuação. Políticas como a reforma trabalhista e a tentativa de enfraquecer a representação sindical eram vistas como ataques aos direitos dos trabalhadores e à proteção social. Essas ações levantavam questionamentos sobre a sustentação democrática do governo, uma vez que a participação e a representatividade dos trabalhadores eram, e são, fundamentais para o funcionamento saudável de uma democracia.

A tensão entre o governo Bolsonaro e o sindicalismo evidencia as divergências

políticas e ideológicas em torno do papel do Estado na proteção dos direitos dos trabalhadores e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. As controvérsias em torno dessas questões influenciaram o cenário político e social no Brasil, gerando debates sobre o futuro da democracia e dos direitos trabalhistas no país, e levando o sindicalismo a apoiar Lula.

6.3.2 O apoio da CONTAG a Lula, Reforma Agrária e Agricultura Familiar

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) é uma importante organização representativa de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil. Fundada em 22 de dezembro de 1963, a CONTAG tem como objetivo defender os interesses e direitos dos agricultores e agricultoras familiares, buscando melhorias nas condições de trabalho, acesso à terra, assistência técnica, políticas públicas e desenvolvimento sustentável do campo (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia brasileira, sendo juntamente com os agricultores familiares responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos internamente e pela produção de diversos produtos agrícolas, como grãos, frutas, hortaliças, além da criação de animais. Também desempenham um papel crucial e preponderante na defesa e na conservação do meio ambiente e da biodiversidade (Carvalho; Bicev, 2021).

A CONTAG é composta por federações estaduais e sindicatos rurais, o que a torna uma entidade abrangente e representativa dos interesses dos trabalhadores rurais em todo o país. Através de mobilizações, negociações e diálogos com o governo e outros atores da sociedade civil, ela luta pela garantia de direitos trabalhistas, previdenciários, acesso a políticas de crédito rural, programas de incentivo à produção, entre outras demandas dos agricultores (Carvalho; Bicev, 2021).

Além disso, também promove a formação e capacitação dos agricultores e agricultoras familiares, buscando aprimorar suas habilidades e seus conhecimentos técnicos para melhorar a produção e a renda no campo. A entidade também é atuante na defesa da reforma agrária e da regularização fundiária, objetivando proporcionar o acesso à terra para os trabalhadores rurais sem-terra ou em situação de vulnerabilidade (Carvalho; Bicev, 2021).

A CONTAG é uma importante voz dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contribuindo para a promoção da justiça social, a melhoria das condições de vida no campo e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022). Sua atuação é fundamental para garantir que as demandas e necessidades dos agricultores e agricultoras familiares sejam ouvidas e atendidas. Nesse sentido, buscam sempre a valorização do trabalho no meio rural e a construção de uma sociedade justa e igualitária (Carvalho; Bicev, 2021).

A CONTAG tem um histórico de apoio à agricultura familiar, aos trabalhadores rurais e ao desenvolvimento rural sustentável, pautas comuns ao Presidente Lula. Ambos defendem políticas que visem à distribuição mais justa da terra e o acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra ou em situação de vulnerabilidade, buscando assim, a diminuição das desigualdades fundiárias. Ainda, tanto a CONTAG quanto Lula apoiam políticas e programas que busquem incentivar a produção agrícola familiar, fornecendo assistência técnica, crédito rural, seguro agrícola e acesso a mercados.

No contexto trabalhista, defendem a implementação de políticas sociais voltadas para os trabalhadores rurais, como programas de segurança alimentar, educação no campo e acesso a serviços de saúde adequados. Ambos têm sido defensores dos direitos trabalhistas dos agricultores e agricultoras familiares, buscando melhores condições de trabalho e remuneração justa. Finalmente, tanto CONTAG quanto Lula têm se posicionado em favor de práticas agrícolas sustentáveis e do uso responsável dos recursos naturais, buscando uma agricultura que respeite o meio ambiente e preserve a biodiversidade.

Diante das pautas em comum, no dia 25 de abril de 2022, o Conselho Deliberativo da CONTAG aprovou apoio político à pré-candidatura de Lula e Geraldo Alckmin. A reunião, que contou com a participação de 150 representantes das 27 Federações filiadas, aconteceu de forma virtual em duas Assembleias (extraordinária e ordinária). Durante o encontro, também foram abordados temas como a Comissão Nacional de Ética, prestação de contas, o sistema confederativo e questões relacionadas ao movimento sindical (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

A Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONTAG procedeu a uma detalhada análise sobre as eleições de 2022. Após ouvir todas as

Federações, ficou evidente que, diante do cenário de perda de direitos e políticas públicas, era crucial para a classe trabalhadora ampliar sua representação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, apoiando candidaturas comprometidas com princípios fundamentais, como democracia, direitos, justiça social, paz, desenvolvimento sustentável, inclusão, soberania nacional e valorização da agricultura familiar (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

No que concerne ao Executivo, o Conselho Deliberativo da CONTAG reafirmou o apoio político ao projeto da pré-candidatura de Lula e Alckmin à Presidência da República. Respeitando a legislação em vigor, o apoio foi manifestado, por entender que essa candidatura se alinhava com a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), bem como com a defesa e valorização da agricultura familiar, da vida, dos direitos, das políticas públicas, da soberania nacional, da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro. (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

Além das discussões sobre as eleições e o cenário político, a Assembleia aprovou o Relatório de Atividades e a prestação de contas do exercício de 2021, e abordou diversas agendas de lutas e organização do Sistema Confederativo CONTAG (STTRs, FETAGs; CONTAG). Também foram tratados assuntos como os preparativos para o 6º Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), realizado em Brasília/DF, entre os dias 23 e 27 de maio de 2022, além das negociações do Plano Safra 2022/2023, a Campanha Nacional de Sindicalização - Sindicato de Portas Abertas e a luta pela reestruturação do INSS. A Assembleia também elegeu a Comissão Nacional de Ética para um mandato de dois anos, composta por representantes titulares e suplentes das cinco regionais e da diretoria da CONTAG, garantindo a paridade ou, no mínimo, 50% de mulheres na composição (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

O Presidente da CONTAG, Aristides Santos, avaliou a Assembleia como um momento importante para o Movimento Sindical, reforçando o compromisso histórico em defesa da vida, democracia, paz, dos direitos, das políticas públicas e do desenvolvimento sustentável. Ele enfatizou que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis para combater a fome, contribuindo também com a geração de empregos no campo, e fortalecendo a

economia dos municípios brasileiros (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

A Resolução nº 016/2022 aponta que a instituição reconhece o governo democrático proposto por Bolsonaro como uma ameaça à democracia, afirmando:

1.O País está vivendo um momento turbulento com ataques sistemáticos à democracia, à imprensa, aos poderes da República e à Constituição Federal nos seus princípios fundamentais;

12.A pré-candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva é a que mais representa o compromisso com a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), o fortalecimento do Estado e dos espaços de participação social, a luta contra o desemprego, a fome, a miséria, a violência e união dos setores sociais em defesa da democracia, da cidadania, dos direitos, da paz e da liberdade (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, 2022).

Essa resolução foi aprovada durante a Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONTAG, reafirmando o compromisso histórico da organização com a defesa de todos os direitos citados anteriormente, acrescidos do desenvolvimento solidário e sustentável, ao longo de seus quase 60 anos de atuação.

Marx (2011) abordou a questão dos agricultores em suas análises sobre a estrutura socioeconômica da sociedade. Embora seja importante notar que o foco central de suas reflexões estava na dinâmica das relações de produção no sistema capitalista e nas lutas de classes entre a burguesia e o proletariado industrial, ele também estudou a questão dos trabalhadores rurais.

Em relação aos agricultores, Marx (2011) identificou diferentes categorias, como os camponeses, arrendatários e pequenos proprietários rurais. Ele reconheceu que esses grupos tinham uma posição específica na estrutura social, mas suas análises se concentravam mais no desenvolvimento do capitalismo industrial e na exploração da classe trabalhadora nas cidades.

Os camponeses e agricultores eram vistos como parte da classe camponesa, e sua situação variava dependendo da região e das condições históricas. Em algumas análises, Marx (2011) mostrou preocupação com o desaparecimento dos camponeses e pequenos produtores rurais, principalmente como resultado do avanço do capitalismo e da concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos latifundiários. Este, talvez, também seja um receio do governo Lula.

Marx (2011) acreditava que o avanço do capitalismo levaria a uma crescente proletarianização da classe camponesa, na qual muitos camponeses seriam forçados a

abandonar a agricultura e se tornarem trabalhadores assalariados nas indústrias urbanas. Isso estava relacionado ao processo de cercamento de terras e à introdução de tecnologias capitalistas mais eficientes na produção agrícola.

No entanto, é importante ressaltar que as reflexões de Marx sobre os agricultores não eram tão desenvolvidas quanto suas análises sobre o proletariado industrial e a burguesia. Ele estava mais preocupado em entender as contradições fundamentais do sistema capitalista e as lutas de classes que emergiam nesse contexto. Portanto, embora os agricultores fossem mencionados em suas obras, suas reflexões mais detalhadas estavam orientadas para a dinâmica entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção nas cidades industriais.

De qualquer forma, não se pode deixar de considerar que, hoje, o agronegócio implica que o trabalho rural também se organiza como trabalho com metas de produção e desempenho, como na indústria, e que a CONTAG ingressa na luta de classes também ao lutar pelas eleições do Presidente Lula.

O governo Bolsonaro criou políticas que enfraqueceram os movimentos dos trabalhadores rurais como, por exemplo, enfraquecer e diminuir o financiamento de políticas de reforma agrária, o que poderia dificultar o acesso à terra e o desenvolvimento de projetos agrícolas para pequenos agricultores e assentados e, por isto, foi criticado pela CONTAG.

Outra questão que afeta a classe trabalhadora rural é a política ambiental do governo, que tem sido criticada por flexibilizar as regras de proteção ambiental e promover o desmatamento e a degradação do meio ambiente. Isso pode impactar negativamente as atividades agrícolas, bem como o acesso a recursos naturais e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. O governo Bolsonaro também promoveu cortes em programas sociais voltados para a população rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que apoiam os agricultores familiares e promovem a segurança alimentar.

6.3.3 O apoio da CTB à Lula

A CTB é uma das centrais sindicais brasileiras que representam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do país. Ela foi fundada em 14 de setembro

de 2007 e é reconhecida como uma entidade sindical de âmbito nacional. (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022)

As centrais sindicais são organizações que têm como objetivo principal defender os direitos e interesses dos trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho, salários justos, segurança no emprego e outras questões relacionadas ao mundo do trabalho. A CTB tem atuação em diversas áreas, como educação, saúde, transporte, e participa ativamente na defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, além de ser um importante ator nas negociações com o governo e empregadores em questões que afetam os trabalhadores brasileiros. (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022)

No dia 07 de outubro de 2022, portanto, há poucos dias da realização do 2º turno das eleições, em sua página oficial na Internet, a (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022) anunciou em uma nota oficial:

É hora de derrotar o governo da fome, da miséria, da retirada de direitos e da violência.

É hora de avançar na luta por emprego, direitos, liberdade e defesa dos serviços públicos.

Por isso, nesse segundo turno (30 de outubro), nos unimos para derrotar o atual governo e avançar por um Brasil com desenvolvimento econômico sustentável com justiça social e democracia.

O Brasil precisa se libertar de um governante que mente, que propaga a violência, que é desumano, que brinca com a dor e com a morte.

O atual mandatário é diretamente responsável por mais de 780 mil mortes por Covid-19, pelo descaso da saúde, falta de vacina, retirada de direitos, aumento da fome, crescimento do desemprego e da miséria do País.

Nossa unidade é para mudar. Nosso voto muda o Brasil. Nosso voto é 13!

Orientamos que os dirigentes, militantes e ativistas se dediquem com prioridade absoluta ao trabalho de base junto aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Conclamamos a população trabalhadora a exercer o direito à cidadania e ao voto democrático, comprometido com a mudança de rumo do país, e denunciando o assédio eleitoral praticado por determinadas empresas (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2022).

Este inflamado manifesto da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (2022) destaca a necessidade de se derrotar o então governo Bolsonaro, acusando-o de promover políticas que levam à fome, miséria, retirada de direitos e à violência. A central enfatizou a importância de se avançar na luta por emprego, direitos, liberdade e a defesa dos serviços públicos.

O objetivo era buscar um Brasil com desenvolvimento econômico sustentável

aliado à justiça social e democracia. Eles argumentam que o governo atual é responsável por problemas significativos já mencionados neste texto. Também responsabilizam o governo pelo número elevado de mortes durante a pandemia de Covid-19, o que incluía a falta de investimentos na saúde, falta de acesso a vacinas.

Como apontado anteriormente neste texto, durante os anos 1980, os sindicatos desempenharam papel fundamental na luta pela democracia no Brasil, durante o período da ditadura militar. Como atores sociais na resistência ao regime autoritário, mobilizaram trabalhadores, entre outras diversas categorias profissionais a participarem de manifestações, protestos e greves, em prol da volta do estado democrático de direito e o fim da repressão. A interferência do movimento sindical foi decisiva para a democratização do país, ao conscientizar a população sobre os direitos civis e políticos, e assim, lutarem por eleições diretas e a consolidação de um sistema político democrático.

A busca de informações sobre a atuação dos sindicatos durante o governo Bolsonaro dá pistas para escrever-se a história da reeleição de Lula a partir da ótica dos sindicatos e da luta de classes.

No que tange a esta tese, o objetivo é apontar o sindicato como instrumento de mobilização social contra um governo claramente favorável ao desmonte da legislação trabalhista e com condutas autoritárias, que deslegitimavam a classe trabalhadora.

6.3.4 O apoio da Intersindical a Lula e o movimento “Fora Bolsonaro”

A Intersindical é uma central sindical brasileira, ou seja, uma organização que representa e coordena diversos sindicatos em âmbito nacional. Fundada em 1995, ela tem como base a luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores, a valorização da democracia e a busca por uma sociedade justa e digna.

A Intersindical tem origem nas lutas dos movimentos sociais e populares brasileiros. Seu objetivo principal é promover a união e articulação entre diferentes categorias de trabalhadores, como urbanitários, metalúrgicos, professores, servidores públicos, entre outros. Destaca-se por sua orientação política de esquerda e sua adesão aos princípios do sindicalismo classista, ou seja, aquele comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação social. Sua atuação se baseia em uma visão crítica do sistema capitalista e busca superar as desigualdades

sociais e as injustiças, através da organização e mobilização dos trabalhadores.

Ao longo dos anos, a Intersindical tem participado ativamente de lutas e manifestações em defesa dos direitos trabalhistas, da aposentadoria digna, da educação pública, entre outras causas. Também é uma das centrais sindicais que se posicionam contra as medidas de austeridade e políticas neoliberais que possam prejudicar os trabalhadores e os serviços públicos. Assim como outras centrais sindicais no Brasil, a Intersindical representa uma importante força no cenário político e social, sendo um espaço de articulação e organização dos trabalhadores para enfrentarem os desafios e buscar a construção de uma sociedade melhor e democrática. (Intersindical Central da Classe Trabalhadora, 2022).

No dia 22 de junho de 2022, a Intersindical formalmente aderiu ao *slogan* “fora Bolsonaro”. De fato, trabalhadores da indústria química e farmacêutica das regiões de Campinas e Osasco se reuniram em um encontro no domingo, dia 26 de junho de 2022, no Centro de Formação e Lazer (CEFOL) Campinas, para discutir questões relacionadas às eleições deste ano e as ações que a classe trabalhadora pode adotar nesse momento. Durante o evento, a insatisfação com o governo Bolsonaro e o bolsonarismo foi evidente, com destaque para o alto custo de vida, a fome, o desemprego e a retirada de direitos da população.

As preocupações com o meio ambiente e o tratamento dado aos povos originários também foram abordadas, com críticas ao agronegócio e ao desmatamento. Os presentes no encontro enfatizaram que o governo do então Presidente Bolsonaro não representava os interesses da classe trabalhadora, e manifestaram o desejo de eleger Lula para Presidente e outros representantes comprometidos com a defesa dos direitos e da democracia.

O sindicato Químicos Unificados se comprometeu a continuar lutando pelos direitos dos trabalhadores e a apoiar comitês e iniciativas em prol de uma sociedade mais justa, com acesso a serviços essenciais e fortalecimento dos direitos civis e sociais. A secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Nilza Pereira, reforçou o compromisso da organização em defender os interesses da classe trabalhadora e lutar por uma cidadania plena para todos (Intersindical Central da Classe Trabalhadora, 2022).

O governo Bolsonaro nunca conseguiu destruir as instituições democráticas mínimas, como a separação dos poderes e o voto popular. Contudo, seus constantes ataques ao STF e às urnas eletrônicas demonstravam sua postura autoritária e seu

descompromisso com a democracia. Dessa forma, o que argumenta-se nesse trabalho é que o ex-Presidente coloca em questão a democracia e, por isso, o “fora Bolsonaro” pode ser lido como um protesto de proteção à democracia.

Não se trata apenas de verificar se as eleições ocorrem de forma regular, mas de analisar aspectos mais amplos, como o grau de participação cidadã, a proteção dos direitos fundamentais, a transparência das instituições, a responsabilidade dos governantes, a justiça social e a capacidade de resposta às necessidades da população.

A desigualdade social tem um impacto negativo significativo na qualidade da democracia. Quando há altos níveis de desigualdade econômica e social, a representação política pode ser distorcida, favorecendo grupos privilegiados em detrimento das camadas mais vulneráveis da sociedade. Isso foi exatamente o que era prioridade no governo Bolsonaro, ou seja, privilegiar a elite econômica.

Um dos principais problemas causados pela desigualdade social é a concentração de poder econômico e político nas mãos de uma elite reduzida. Isso pode levar a um cenário em que os interesses dessa elite prevalecem sobre as necessidades e demandas da maioria da população. Como resultado, políticas públicas podem ser moldadas para atender aos interesses dos mais ricos, enquanto as camadas mais pobres ficam marginalizadas e com pouca ou nenhuma influência nas decisões políticas.

A desigualdade social também pode limitar o acesso efetivo à participação política. Pessoas em situação de pobreza podem ter menos recursos para se engajarem em atividades políticas, como participar de protestos, fazer doações para campanhas, ou mesmo votar, e muito menos se candidatarem a quaisquer cargos políticos. Além disso, a falta de representação política adequada para grupos marginalizados pode agravar ainda mais a desigualdade, pois suas vozes e demandas não são ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas.

Outro aspecto importante é o acesso à informação. A desigualdade social muitas vezes está associada a uma disparidade no acesso à educação e à mídia, o que pode levar a uma distribuição desigual de informações e conhecimento. Quando parte da população não possui acesso a informações precisas e imparciais, sua capacidade de tomar decisões informadas e de participar efetivamente ataques da vida política fica comprometida. Ainda, é importante lembrar dos constantes ataques do Presidente Bolsonaro à imprensa, instituição central da democracia, duramente

atacada verbalmente pelo ex-Presidente.

Devido aos diversos ataques à imprensa, ao longo do mandato de Jair Bolsonaro como Presidente do Brasil, geraram-se preocupações sobre a liberdade de expressão da imprensa e seu papel de crítico a quaisquer ocorrências em regime de democracia.

A seguir, elencam-se alguns dos principais ataques e estratégias adotadas por Bolsonaro:

- a) rótulos de *fake news*: Bolsonaro frequentemente usava o termo *fake news* para desacreditar ou desqualificar informações e reportagens que criticavam ou contradiziam sua narrativa política. Ele chegou a classificar diversas vezes veículos de imprensa tradicionais como *fake news*, sem apresentar evidências concretas para sustentar suas afirmações;
- b) deslegitimação da imprensa: Bolsonaro adotou uma postura de deslegitimar a imprensa, retratando-a como inimiga ou parte de uma suposta conspiração para prejudicar seu governo. Ele frequentemente se referiu a jornalistas de forma pejorativa e deselegante, atacando os veículos de comunicação, minando a credibilidade dos profissionais e as instituições jornalísticas;
- c) restrições de acesso à informação: o governo de Bolsonaro restringiu o acesso a informações públicas e adotou uma postura mais reservada em relação à transparência governamental. Além disso, jornalistas que faziam perguntas incômodas em entrevistas ou coletivas de imprensa eram ignorados ou alvo de represálias;
- d) redução do espaço para entrevistas e coletivas: a quantidade de entrevistas e coletivas de imprensa concedidas pelo Presidente Bolsonaro diminuiu, drasticamente, ao longo de seu mandato. Ele optou por meios de comunicação mais favoráveis ou por utilizar suas redes sociais para se comunicar diretamente com seus apoiadores, evitando questionamentos mais críticos.

Esses ataques à imprensa eram preocupantes, pois colocam em risco a liberdade de imprensa e o papel fundamental da mídia como um dos pilares da democracia. A imprensa livre desempenha um papel vital na fiscalização dos governantes, no fornecimento de informações aos cidadãos e na promoção do debate público, elementos essenciais para uma sociedade democrática saudável. A

crescente hostilidade e deslegitimação da imprensa por parte do ex-governo criaram um ambiente de censura implícita, autocracia e desinformação, minando os princípios democráticos fundamentais.

O movimento "Fora Bolsonaro" foi uma mobilização política e social que surgiu no Brasil com o objetivo de pedir o *impeachment* ou a renúncia do Presidente Jair Bolsonaro, e que chegou aos sindicatos, especialmente para o apoio à reeleição de Lula. Iniciado por diversos grupos e organizações da sociedade civil, o movimento ganhou força e visibilidade, com manifestações, protestos e campanhas nas redes sociais, inclusive de sindicatos.

O "Fora Bolsonaro" foi uma resposta às políticas e posturas adotadas pelo Presidente, que geraram polêmicas e críticas de diversos setores da sociedade. Entre as principais razões para o movimento estavam:

- a) gestão da pandemia: a condução do governo Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19 foi objeto de muitas críticas. O Presidente minimizou a gravidade da doença, divulgou medicamentos sem eficácia científica comprovada e se posicionou contra as medidas de isolamento social, o que resultou em milhares de mortes no país;
- b) questões ambientais: a política ambiental também foi objeto de críticas. O Presidente defendeu a expansão da exploração de recursos naturais na Amazônia e desconsiderou as preocupações com o desmatamento e as queimadas na região;
- c) posições controversas: o ex-Presidente se envolveu em diversas polêmicas e declarações controversas sobre questões de gênero, raça, orientação sexual e direitos humanos, gerando debates acalorados e divisões na sociedade;
- d) crise política e institucional: enfrentou uma série de crises políticas, incluindo tensões com o Congresso Nacional e o STF, que levaram a um clima de instabilidade política no país.

O movimento "Fora Bolsonaro" atraiu apoio de diversos setores da sociedade, como partidos políticos de oposição, movimentos sociais, sindicatos, artistas, intelectuais e estudantes. As manifestações em favor do *impeachment* ou renúncia do Presidente e a eleição de Lula ocorreram em diferentes cidades brasileiras e também em outros países, com o objetivo de expressar a insatisfação com aquele governo e

suas políticas.

Os sindicatos brasileiros, conforme mostrado, apoiaram o movimento "Fora Bolsonaro" por diversas razões. Algumas das principais razões pelas quais os sindicatos apoiaram esse movimento foram:

- a) políticas trabalhistas e sociais: o governo Bolsonaro promoveu mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias que foram amplamente criticadas pelos sindicatos. A reforma trabalhista, por exemplo, flexibilizou direitos dos trabalhadores e enfraqueceu a representação sindical, o que gerou preocupações por temor à precarização do trabalho e a fragilização dos sindicatos como atores de negociação coletiva;
- b) ataques à organização sindical: adotou uma postura hostil em relação aos sindicatos, buscando diminuir sua influência e limitar sua atuação. Além disso, o ex-Presidente chegou a fazer declarações, desqualificando a importância dos sindicatos e de suas lutas;
- c) políticas econômicas e sociais: as políticas econômicas e sociais foram alvo de críticas dos sindicatos, especialmente no que diz respeito à falta de investimentos em áreas como educação, saúde e assistência social, que afetam diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores;
- d) questões ambientais: apolítica ambiental, marcada por flexibilizações em áreas protegidas e desconsideração de preocupações com o desmatamento na Amazônia, também foi objeto de preocupações por parte dos sindicatos, que reconhecem a importância de um ambiente saudável para as comunidades e para o trabalho;
- e) conflitos políticos e institucionais: enfrentou crises políticas e institucionais que geraram instabilidade e incertezas no país. Essa situação impactou negativamente a economia e as condições de trabalho dos trabalhadores.

Por essas e outras razões, os sindicatos brasileiros se posicionaram contra o governo Bolsonaro e se engajaram no movimento "Fora Bolsonaro", buscando expressar sua insatisfação com as políticas adotadas e defender os interesses da classe trabalhadora e da sociedade. O apoio dos sindicatos acabou implicando um alinhamento automático com forças políticas e partidárias favoráveis a Lula, como representante da defesa de princípios e direitos que são considerados fundamentais

para a classe trabalhadora.

Uma das mais importantes associações de trabalhadores que aderiu ao “fora Bolsonaro” foi a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que sempre teve o apoio de Lula, desde o início da sua militância. No dia 13 de outubro de 2021, Miguel Torres, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, formalizou no endereço eletrônico da confederação o seguinte:

O ‘Fora Bolsonaro’ tem dono?*

Não tem e nem tampouco pode ter. O ‘Fora Bolsonaro’ hoje é mais amplo que as fronteiras da esquerda e centro-esquerda, porque Bolsonaro representa governo desastroso e trágico, sob quaisquer ângulos que se vislumbre.

Por essa razão, não deve haver vetos a quem quer que seja, que tenha se descolado antes ou agora do bolsonarismo e esteja hoje engrossando as fileiras da oposição ao governo. Todos nessa perspectiva devem ser bem-vindos.

Uma vez superada essa fase da vida política brasileira, cada qual segue o rumo das convicções político-ideológicas que lhe move.

De quem é o ‘Fora Bolsonaro’

Bolsonaro lidera um governo de caráter protofascista. Ele não está no campo democrático, do Estado Democrático de Direito, nos marcos da Constituição de 1988.

O *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff deu vazão para eleição de Bolsonaro, que representa a negação e ruptura da “Aliança Democrática”, que permitiu superar a Ditadura de 1964, construir a transição à democracia e a ‘Constituição Cidadã’, que fundamentou as bases políticas e sociais do Estado Democrático de Direito.

Assim, o ‘Fora Bolsonaro’ deve ser de todos aqueles que professam e defendem a democracia, como o melhor e mais avançado regime político, e o progressismo, como vetor de uma sociedade que precisa se modernizar para acolher todos aqueles que se encontram às margens da civilização (Torres, 2021).

No contexto brasileiro, o governo Bolsonaro era visto como representante de setores conservadores e da elite econômica, que buscavam preservar seus interesses e privilégios em detrimento dos trabalhadores e das camadas mais vulneráveis da população. Nesse sentido, o movimento “Fora Bolsonaro” pode ser interpretado como uma manifestação da classe trabalhadora e de outros setores populares que estão insatisfeitos com as políticas do governo e lutam por seus direitos e por uma sociedade proba e digna.

Além disso, o movimento também pode ser compreendido como uma reação à crescente precarização do trabalho, ao desmantelamento de políticas sociais, ao enfraquecimento dos sindicatos e à violação de direitos fundamentais, aspectos que têm sido criticados pelo marxismo como resultado das contradições do sistema capitalista. Os ideais marxistas de solidariedade e luta coletiva também estão presentes no movimento “Fora Bolsonaro”, que busca unir diferentes setores da sociedade em torno de uma pauta comum: a mudança de governo. Para o marxismo,

a luta pela emancipação dos trabalhadores e a transformação social só podem ser alcançadas por meio da ação coletiva e organizada, o que encontra eco nas mobilizações do movimento.

6.3.5 União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o apoio a Lula

A UGT é uma central sindical brasileira que representa os interesses dos trabalhadores em diversas áreas laborais. Foi fundada em 2007, como resultado de uma cisão da CUT; é outra importante central sindical do Brasil.

A UGT busca defender os direitos dos trabalhadores por meio de negociações coletivas, manifestações, mobilizações e outras ações voltadas para a melhoria das condições de trabalho e a garantia de direitos trabalhistas. Seu enfoque é amplo, abrangendo diversas categorias profissionais e setores da economia.

A central sindical também atua em questões como a luta por melhores salários, condições de segurança e saúde no trabalho, previdência social, emprego e políticas de inclusão social. A UGT busca representar os trabalhadores em negociações com empregadores, bem como influenciar as políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho. Também está envolvida em questões políticas, buscando influenciar a legislação trabalhista e outras políticas relacionadas ao trabalho no Brasil. Como é comum em muitas organizações sindicais, a UGT pode ter posições variadas sobre diferentes questões políticas e econômicas, refletindo perspectivas e interesses das diversas categorias de trabalhadores que representa.

No que se refere às eleições de 2022, a UGT também manifestou claro apoio a Lula, embora muitas vezes suas pautas estivessem mais alinhadas ao centro. Inclusive, no dia 14/04/2022, organizou o Encontro de Sindicalistas com Lula.

A seguir, Imagens 9, 10 e 11 deste evento:

Imagem 9 - Encontro de Sindicalistas com Lula (a)



Fonte: (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Salto de Pirapora, 2022).

Imagem 10 - Encontro de Sindicalistas com Lula (b)



Fonte: (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Salto de Pirapora, 2022).

Por ocasião deste encontro, e, diante de uma audiência composta por sindicalistas, o então ex-Presidente e aspirante à Presidência pelo PT sustentou que as modificações na legislação referente às relações laborais não seriam

implementadas de maneira coercitiva, mas sim estabelecidas mediante entendimento com os empresários, mostrando novamente o tom conciliador que era marca da sua campanha. No decorrer do evento, representantes de diversas centrais sindicais criticaram múltiplos aspectos da reforma trabalhista em vigor desde 2021, a qual introduziu uma forma de emprego desprovida de direitos como férias remuneradas, 13º salário e FGTS.

Imagem 11 - Encontro de Sindicalistas com Lula (c)



Fonte: (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Salto de Pirapora, 2022).

Na Imagem 11, acima, destaca-se o significado do sinal com a mão feito pelos militantes. O “faz o L” teve um efeito simbólico muito importante durante as eleições e representou uma forma pela qual os eleitores de Lula apontavam que nele iriam votar. Ainda, “faz o L” representa um lema de mobilização informal que se relaciona com o gesto manual característico da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2022. Esse gesto tornou-se motivo de discussão entre os seguidores do PT, liderado por Lula, e os apoiadores do ex-Presidente Jair Bolsonaro nas plataformas de mídia social. Por um lado, os adeptos de Bolsonaro utilizaram essa expressão de maneira irônica para criticar as decisões tomadas pelo novo governo. Por outro lado, os simpatizantes de Lula utilizavam esse gesto e essa frase para elogiarem a eficácia

de sua liderança e realçar a diferença entre seu mandato e a administração anterior.

Durante o evento, os líderes sindicais entregaram a Pauta da Classe Trabalhadora ao ex-Presidente Lula. O documento compreende 63 propostas que incluíam medidas imediatas e de caráter estrutural, priorizando a preservação dos empregos, a restituição dos direitos laborais e previdenciários, o reforço da representação sindical, além da promoção da democracia e qualidade de vida. Prevendo uma discussão prévia, essas demandas foram alinhadas previamente com a equipe de Lula, sendo coerentes com as diretrizes propostas pelo líder do PT.

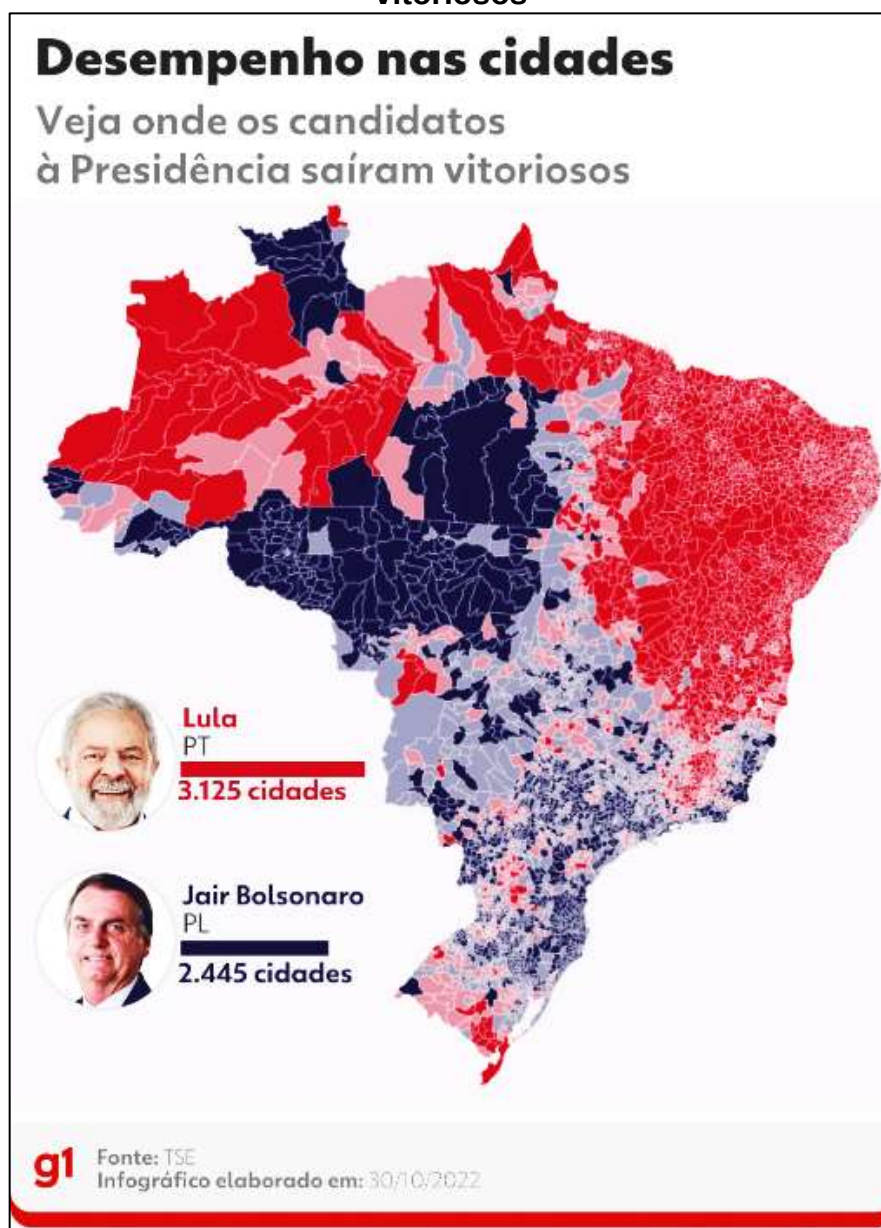
Cabe ainda destacar que essa pauta foi ratificada pelas centrais sindicais durante a Conferência da Classe Trabalhadora 2022 (CONCLAT) realizada em 7 de abril, de 2022. Juntamente com uma grande quantidade de representantes sindicais vindos de diversas regiões, também compareceram a esse encontro o pré-candidato a vice-Presidente, Geraldo Alckmin, o Presidente do partido Solidariedade, Paulinho da Força Sindical, e a Presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

Porém, observa-se que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato em 2023 não pode ser atribuída exclusivamente ao apoio dos sindicatos. Essa conquista eleitoral é resultado de uma série de fatores multifacetados, que incluem desde questões políticas e econômicas, até aspectos sociais e históricos. No entanto, o apoio dos sindicatos desempenhou um papel significativo, não apenas como um fator determinante, mas também como um componente crucial na legitimação da sua proposta de governo, especialmente junto à classe trabalhadora.

A identificação de Lula com as pautas trabalhistas e a memória do sindicalismo fortaleceram sua conexão com a classe trabalhadora ao longo do tempo. A relação entre Lula e os sindicatos não se restringe apenas ao passado, mas também se estende ao presente. O apoio dos sindicatos na eleição de 2022 não apenas valida a sua proposta de governo, mas, também reforça a confiança dos trabalhadores em sua capacidade de representá-los e de buscar políticas que melhorem suas condições de vida e trabalho.

Quando observa-se no mapa eleitoral, pode-se verificar que Lula ganhou o segundo turno nos estados mais pobres da Federação. É o que evidencia, a Imagem 12, seguir:

Imagem 12 - Desempenho por cidades: candidatos à Presidência saíram vitoriosos



Fonte: (Lula [...], 2022).

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições para o terceiro mandato em 2023, especialmente nos estados mais pobres da federação pode ser explicada, em parte, pela maneira como essas regiões foram mais intensamente afetadas pelas políticas adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro. Esses estados, que já enfrentavam desafios socioeconômicos significativos, foram ainda mais impactados por medidas governamentais que agravaram suas condições já precárias.

Vários aspectos das políticas de Bolsonaro afetaram desproporcionalmente os

estados mais pobres do Brasil. Por exemplo, as medidas de austeridade fiscal e reformas econômicas adotadas muitas vezes restringiram investimentos públicos em áreas como saúde, educação e assistência social. Isso afetou negativamente as populações mais vulneráveis que dependem desses serviços para sua subsistência e bem-estar. Ainda, o governo Bolsonaro promoveu cortes em programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses programas eram essenciais para muitas famílias de baixa renda nas regiões mais pobres do país, e os cortes tiveram um impacto negativo direto sobre essas populações.

As políticas que não promoviam a geração de empregos formais e a estabilidade no mercado de trabalho também prejudicaram os estados mais pobres. O aumento do desemprego e o crescimento da informalidade impactaram negativamente as oportunidades de trabalho e a renda dessas populações.

As regiões mais pobres frequentemente dependem de investimentos públicos em infraestrutura e desenvolvimento regional para impulsionar seu crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida. A redução desses investimentos pelo governo Bolsonaro prejudicou substancialmente o desenvolvimento nessas áreas.

Também a redução de investimentos em educação e pesquisa prejudicou as oportunidades de formação e capacitação da população dessas regiões, limitando suas perspectivas de mobilidade social e econômica. Nesse contexto, a vitória de Lula em estados mais pobres pode ser interpretada como uma resposta à percepção de que sua liderança poderia representar uma mudança positiva nas políticas adotadas pelo governo anterior. Lula, com seu histórico de programas sociais, ênfase no desenvolvimento regional e apelo às classes menos favorecidas, ganhou destaque como alguém capaz de reverter as consequências negativas das políticas que atingiram de maneira desproporcional essas regiões mais vulneráveis.

Ressalta-se também o apoio promovido pelo movimento sindical à população em vulnerabilidade que foi severamente afetada pelas políticas adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro. Diante das medidas que agravaram as desigualdades e dificultaram a vida dos mais pobres, como as diversas alterações na seara trabalhista, os sindicatos atuaram como um importante agente de mobilização e proteção dessas comunidades. Diante das políticas que enfraqueceram esses direitos, como a reforma da previdência e a flexibilização das leis trabalhistas, os sindicatos se destacaram na defesa desses direitos, buscando manter conquistas e impedir retrocessos que prejudicassem os trabalhadores.

Ainda, os sindicatos foram importantes na organização de mobilizações e protestos contra as medidas que afetavam negativamente a população em vulnerabilidade. Esses movimentos de resistência foram fundamentais para chamar a atenção da sociedade e do governo para as consequências das políticas adotadas. Durante o governo Bolsonaro, muitos sindicalistas compareceram como representantes dos trabalhadores em várias esferas, incluindo negociações coletivas e participação em debates políticos. Eles usaram essa posição para dar voz às demandas das populações mais vulneráveis, pressionando por políticas que beneficiassem esses grupos.

Nesse contexto, o movimento sindical desempenhou um papel fundamental ao apoiar e defender a população em vulnerabilidade afetada pelas políticas de Bolsonaro. Sua atuação abrangente envolveu desde a defesa dos direitos trabalhistas até a mobilização e apoio direto, proporcionando uma rede de segurança e *advocacy* em tempos difíceis.

A influência do movimento sindical na defesa dessas populações contribuiu para fortalecer a voz dos mais vulneráveis e pressionar por mudanças políticas que visassem à equidade e ao bem-estar social. Por isso, o apoio dos sindicatos ao terceiro mandato de Lula foi central para sua vitória, obtida com o voto dessa classe trabalhadora esquecida por Bolsonaro.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, embora as instituições democráticas mínimas tenham sido mantidas, a classe trabalhadora, juntamente com os sindicatos, aspirava a uma democracia de maior qualidade, com um foco mais acentuado nas necessidades e aspirações das populações mais vulneráveis.

É verdade que, formalmente, as instituições democráticas, como eleições regulares e a separação dos poderes, foram preservadas. No entanto, muitas vezes, a maneira como essas instituições eram aplicadas ou interpretadas levantava preocupações em relação à inclusão e à justiça social. A classe trabalhadora e os sindicatos, cientes das disparidades sociais agravadas por políticas governamentais, buscavam uma democracia que fosse mais do que apenas uma formalidade legal: uma democracia que priorizasse a participação ativa dos cidadãos, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade econômica. Eles aspiravam a uma democracia que proporcionasse uma voz significativa às populações marginalizadas e assegurasse que suas necessidades fossem ouvidas e abordadas de maneira eficaz.

Para muitos trabalhadores e sindicatos, a qualidade da democracia ia além do processo eleitoral. Eles desejavam uma democracia que promovesse a igualdade de oportunidades, o acesso à educação e saúde de qualidade, a proteção dos direitos trabalhistas e sociais, e a criação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades. Essa visão de uma democracia mais robusta e comprometida com a justiça social estava alinhada com o desejo de transformar a realidade das pessoas em situações de maior vulnerabilidade.

Os sindicatos, como representantes dos trabalhadores, desempenharam um papel fundamental ao buscar uma participação mais ativa e eficaz na democracia. Eles buscavam influenciar políticas que fossem favoráveis aos trabalhadores e à classe trabalhadora em geral. Seu engajamento político ia além das eleições, estendendo-se às negociações coletivas, às demandas por direitos laborais e à promoção de políticas que beneficiassem a população em situações de desvantagem.

O Quadro 8, a seguir, apresenta uma visão comparativa dos problemas trabalhistas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros durante a ditadura militar (1964-1985) e o governo Bolsonaro. Ela destaca algumas das principais questões relacionadas à restrição de liberdades, censura, exploração trabalhista, perseguição a líderes sindicais, precarização do trabalho e supressão da organização sindical.

Quadro 8 - Problemas enfrentados pelos trabalhadores durante a ditadura militar e o governo Bolsonaro

Problemas Trabalhistas	Ditadura Militar (1964-1985)	Governo Bolsonaro (2019-atual)
Restrição de Liberdades	Supressão de direitos sindicais e greves. Criação do AI-5 que suspendia garantias constitucionais.	Abordagem crítica a manifestações e greves. Classificação de protestos como "baderna".
Censura e Repressão	Controle sobre sindicatos e movimentos trabalhistas. Intervenção em lideranças.	Medidas repressivas em protestos e greves. Restrições à liberdade de expressão.
Exploração Trabalhista	Ausência de negociação coletiva. Condições precárias em diversas indústrias.	Flexibilização de direitos trabalhistas. Flexibilização da legislação trabalhista.
Perseguição a Líderes	Detenção e prisão de líderes sindicais. Perseguição política.	Críticas a líderes sindicais e movimentos. Tentativas de minar sua influência.
Precarização do Trabalho	Desrespeito aos direitos trabalhistas. Trabalho forçado em alguns casos.	Promoção da informalidade e trabalho intermitente. Mudanças na legislação trabalhista.
Supressão de Organização	Fechamento de sindicatos e entidades representativas. Restrições à atividade sindical.	Desvalorização de sindicatos e organizações trabalhistas. Enfraquecimento das negociações coletivas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao longo da história, o sindicalismo tem desempenhado um papel fundamental como defensor dos direitos dos trabalhadores e como pilar da democracia. Os elos que unem sindicalismo e democracia são robustos e evidentes em muitos contextos. Essa conexão persiste até os dias atuais, particularmente no contexto do Brasil e na luta sindical contra o bolsonarismo.

6.4 O Sindicato como agente catalisador da democracia.

Historicamente, o sindicalismo surgiu como uma resposta à exploração dos trabalhadores durante a Revolução Industrial, período em que os movimentos sindicais lutaram por melhores condições de trabalho, salários justos e direitos básicos dos trabalhadores. Muitas vezes, essa luta esteve intrinsecamente atrelada à busca por representação política mais ampla e participação na tomada de decisões, o que é

essencial em um sistema democrático.

No Brasil, a história sindical se entrelaça com a luta pela democracia. Durante o regime militar (1964-1985), os sindicatos foram palco de resistência contra a opressão e desrespeito aos direitos humanos. A luta sindical se tornou um símbolo da luta pela redemocratização do país, culminando na criação da CUT e em diversas conquistas trabalhistas que só foram possíveis com a liberdade de expressão e a organização que a democracia proporcionou.

O sindicalismo desempenhou um papel significativo na defesa da democracia, especialmente no contexto do bolsonarismo. O governo liderado por Jair Bolsonaro levantou preocupações sobre a erosão das liberdades democráticas e dos direitos trabalhistas. Movimentos sindicais se mobilizaram para resistir a medidas que possam prejudicar os trabalhadores e minar os princípios democráticos.

O sindicalismo, mais uma vez, assumiu seu papel de defensor dos direitos fundamentais dos trabalhadores e do bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que reafirmou a importância de um sistema democrático inclusivo.

A seguir, listam-se alguns aspectos indicativos do poder dos sindicatos na luta em favor da democracia:

- a) representação e defesa dos trabalhadores: os sindicatos atuam como uma voz coletiva dos trabalhadores, lutando por melhores condições de trabalho, salários justos, segurança no emprego e benefícios sociais. Ao defenderem esses direitos, os sindicatos estão fortalecendo a participação democrática e a garantia dos direitos humanos;
- b) negociação coletiva e diálogo social: os sindicatos têm o poder de negociar coletivamente com empregadores e com governos em busca de melhorias nas condições de trabalho. Através do diálogo social, os sindicatos contribuem para a construção de políticas públicas mais justas e equitativas. Esse processo de negociação coletiva fortalece a democracia, ao facultar aos trabalhadores participarem ativamente das decisões que afetam suas vidas;
- c) mobilização e protestos: os sindicatos têm a capacidade de mobilizar os trabalhadores e de organizar protestos e manifestações em defesa de seus direitos. Essa mobilização pode ser um instrumento poderoso para pressionar os governos e empregadores a adotarem medidas mais democráticas e justas. Através de greves, paralisações e protestos, os sindicatos demonstram o poder da solidariedade e da ação coletiva na defesa dos interesses dos

trabalhadores;

- d) engajamento político: o sindicato desempenha papel político importante na defesa dos interesses dos trabalhadores, na medida em que podem se envolver em processos eleitorais, apoiar candidatos comprometidos com a defesa dos direitos trabalhistas e a promover a democracia. Além disso, os sindicatos podem influenciar a formulação de políticas públicas por meio de *lobby* e *advocacy*, esta entendida como estratégia para influenciar políticas públicas, em prol de legislações mais favoráveis aos trabalhadores;
- e) formação e conscientização: os sindicatos desempenham um papel essencial na formação e conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos, bem como sobre questões sociais e políticas. Ao capacitar os trabalhadores e promover a educação sindical, os sindicatos fortalecem a participação democrática, incentivando a compreensão dos direitos e estimulando o engajamento dos trabalhadores nas decisões que afetam suas vidas.

Dessa forma, os sindicatos possuem um poder significativo incomensurável, na luta a favor da democracia, tanto por meio da representação e defesa dos trabalhadores, quanto pela mobilização, negociação coletiva, engajamento político e conscientização. Sua atuação contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e participativa.

Torres (2020) aponta que os sindicatos, além de serem conhecidos por suas atividades de defesa dos direitos trabalhistas e da negociação coletiva, também desempenham um papel educativo crucial que vai além do ambiente de trabalho, englobando a capacitação e a conscientização dos trabalhadores em diversos aspectos que afetam suas vidas e suas relações com o mundo do trabalho.

O autor ainda enfatiza que os sindicatos desempenham um papel significativo na educação para a participação política e para a democracia, capacitando os trabalhadores a entenderem e exercerem seus direitos cívicos. Ele se refere, na interpretação desse trabalho, à educação para a sindicalização já mencionada neste texto, e a qual os sindicatos já ministram. Com essa educação os sindicatos podem ir além da negociação trabalhista, buscando conscientizar os trabalhadores sobre a importância de se envolverem ativamente no processo político e na construção democrática da sociedade e, principalmente, ensinar conhecimentos relevantes sobre socialismo, sindicalismo, política, ideologia e direitos. Saber é poder.

Nessa direção da educação para a sindicalização, os sindicatos educam os trabalhadores sobre políticas públicas que afetam diretamente suas vidas, como regulamentações trabalhistas, segurança no trabalho e acesso a serviços públicos. Esse conhecimento ajuda os trabalhadores a tomarem decisões informadas sobre candidatos e partidos políticos que melhor representam seus interesses. Ainda, incentivam os trabalhadores a exercerem seu direito ao voto, explicando a importância do processo eleitoral e como as decisões políticas podem afetar a vida cotidiana.

Eles podem promover campanhas de registro de eleitores e fornecer informações sobre candidatos e plataformas políticas. Além de votar, os sindicatos ensinam os trabalhadores a se engajarem na advocacia política, entrando em contato com seus representantes eleitos para expressar suas preocupações. Isso fortalece a conexão entre os trabalhadores e seus representantes e pode influenciar políticas que beneficiam a classe trabalhadora.

Torres (2020) chama ainda a atenção para o fato de que os sindicatos educam sobre os direitos civis e liberdades fundamentais garantidos pela democracia, promovendo uma compreensão detalhada dos princípios democráticos, da igualdade e da justiça social e também encorajam os trabalhadores a participar de movimentos sociais que abordam questões como direitos humanos, igualdade de gênero, meio ambiente e justiça social.

Ao educar os trabalhadores sobre as principais questões políticas e econômicas do país, os sindicatos os capacitam para participarem de debates públicos bem informados com o conhecimento necessário para obterem sucesso.

Por meio dessas ações, os sindicatos contribuem para a formação de cidadãos ativos, conscientes e engajados na sociedade democrática. Ao promover a educação para a participação política, os sindicatos fortalecem não apenas a voz dos trabalhadores, mas também a própria democracia, garantindo que os cidadãos exerçam plenamente seus direitos e contribuam para a construção de um país mais justo e inclusivo.

Tanto na década de 1980, quanto nas eleições de 2022, os sindicatos desempenharam papel crucial ao educar a classe trabalhadora, conscientizando-a sobre a ameaça à democracia, sobre os riscos enfrentados pelos princípios democráticos e como as escolhas políticas poderiam impactar suas vidas. Durante a década de 1980, eles educaram a classe trabalhadora sobre os direitos democráticos suprimidos, organizando greves e manifestações em busca de liberdade, eleições

diretas e garantias fundamentais. Os sindicatos foram instrumentais ao unir os trabalhadores em um movimento coletivo em prol da democratização do país.

Nas eleições de 2022, os sindicatos, mais uma vez, desempenharam um papel educativo fundamental. Eles alertaram a classe trabalhadora sobre o risco de retrocessos democráticos, destacando a importância de escolher candidatos comprometidos com a preservação dos direitos, das liberdades civis e da participação popular. Através de debates, panfletos e mobilizações, os sindicatos contribuíram para a conscientização sobre as ameaças à democracia.

Em ambos os momentos históricos (década de 80 e em 2022), os sindicatos foram agentes da consciência política da classe trabalhadora. Eles explicaram como os resultados políticos poderiam influenciar direitos trabalhistas, liberdades individuais e o próprio sistema democrático. Ao educar os trabalhadores, os sindicatos os capacitaram a tomar decisões informadas e a se engajarem ativamente para proteger os valores democráticos. Esses exemplos ressaltam a importância dos sindicatos como educadores políticos, comprometidos com a educação para a sindicalização, destacando como eles desempenham um papel significativo não apenas na negociação de condições de trabalho, mas também na formação de cidadãos conscientes e ativos, que entendem seu papel na preservação e fortalecimento da democracia.

Além disso, retomando a discussão sobre os atores com poder de veto (de Tsebelis, 2014), defende-se nesse trabalho que os sindicatos desempenham essa função pois são agentes capazes de influenciar no status quo legislativo.

Em relação ao contra poder exercido pelos sindicatos, é importante ressaltar que as reações dos sindicatos ao neoliberalismo variaram de acordo com a categoria, a região e a orientação política de cada sindicato. Alguns adotaram estratégias mais combativas, enquanto outros buscaram alternativas de diálogo e negociação. A diversidade de abordagens reflete as diferentes realidades e contextos em que os sindicatos atuam. De qualquer forma, os sindicatos podem ser pensados como criadores de estratégias de contra poder. Costa (2018) explica algumas formas de poder utilizadas pelos sindicatos.

Os sindicatos podem ser entendidos como uma forma de contrapoder, devido ao seu papel na representação e defesa dos interesses dos trabalhadores, frente aos empregadores e ao Estado. Eles atuam como organizações que agregam os trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, salários justos,

segurança no emprego e proteção dos direitos laborais.

Sobre o poder:

O poder organizacional baseia-se quer na expressão numérica dos sindicatos, quer na capacidade de mobilização da filiação. Essa forma de poder depende da influência ditada pelas atividades dos próprios sindicatos. Existe, assim, uma influência recíproca entre a dimensão da filiação sindical e a capacidade de financiamento dos sindicatos. Se em alguns países o poder organizacional depende das contribuições financeiras resultantes da filiação, em outros países os contributos (diretos ou indiretos) podem resultar de acordos coletivos ou da legislação. O poder institucional é o resultado da presença de instituições de governação económica que moldam não apenas a capacidade dos sindicatos organizarem e representarem trabalhadores, mas também da sua posição na negociação coletiva. O poder institucional pode ser suportado indiretamente por regulações do mercado de trabalho (como salário mínimo ou subsídio de desemprego). Trata-se de uma forma de poder muito sensível à intervenção legislativa. Por fim, o poder societal apresenta duas componentes: por um lado, a componente do poder colaborativo, traduzida na capacidade dos sindicatos construírem coligações no âmbito de redes na sociedade civil, inclusive com partidos políticos; por outro, a componente discursiva e comunicativa, traduzida na capacidade de os sindicatos influenciarem o discurso público e fixarem uma agenda (Costa, 2018).

Na sequência, elencam-se algumas razões pelas quais os sindicatos podem ser considerados como contrapoder:

- a) representação coletiva: os sindicatos têm o poder de representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, unindo-os em uma voz comum. Eles buscam garantir que as demandas e necessidades dos trabalhadores sejam ouvidas e consideradas nas negociações com os empregadores e nas tomadas de decisão políticas.
- b) negociação e diálogo: os sindicatos têm o poder de negociar com os empregadores em nome dos trabalhadores, através da negociação coletiva, nas quais podem fechar acordos e contratos que protegem os direitos trabalhistas e garantem melhores condições de trabalho. Esse poder de negociação é um contraponto ao poder do empregador, e permite equilibrar as relações de trabalho;
- c) mobilização e ação coletivas: sindicatos mobilizam os trabalhadores e promovem a ação coletiva em busca de seus interesses. Através de greves, paralisações e manifestações, os sindicatos podem exercer pressão sobre os empregadores e os governos, buscando avanços nas condições de trabalho e na legislação laboral. Essa mobilização e ação coletivas representam um contrapoder à concentração de poder nas mãos dos empregadores e das

autoridades governamentais;

- d) conscientização e empoderamento dos trabalhadores: os sindicatos desempenham um papel importante na conscientização e empoderamento dos trabalhadores. Eles fornecem informações sobre direitos trabalhistas, promovem a formação e educação sindical, e estimulam a participação dos trabalhadores nas decisões que afetam suas vidas. Esse empoderamento dos trabalhadores por meio dos sindicatos fortalece sua capacidade de resistência e contrapoder frente às injustiças e aos abusos no ambiente de trabalho;
- e) engajamento político: sindicatos também têm influência política e podem se engajar em processos políticos e eleitorais para promoverem mudanças favoráveis aos trabalhadores. Eles podem apoiar candidatos que defendem os direitos trabalhistas e buscar influenciar a formulação de políticas públicas em benefício dos trabalhadores. Esse engajamento político configura um contrapoder às forças políticas e econômicas que não priorizam os interesses dos trabalhadores.

Portanto, os sindicatos são uma forma de contrapoder, ao atuarem como representantes coletivos dos trabalhadores, negociadores, mobilizadores, promotores de conscientização e agentes políticos. Eles equilibram as relações de poder nas esferas trabalhistas e contribuem para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em um contexto em que há assimetrias de poder.

É necessário compreender as demandas e necessidades do trabalhador, fortalecer a conexão com eles, e buscar soluções inovadoras para os desafios atuais. Além disso, há que se unificar os sindicatos e outros movimentos sociais, estabelecendo alianças e parcerias que fortaleçam a luta conjunta da classe por direitos trabalhistas e justiça social. Solidariedade e cooperação entre diferentes grupos são fundamentais para transpor barreiras e construir um futuro mais justo e inclusivo.

A legitimidade conferida pelo apoio sindical é crucial em uma democracia, especialmente quando se trata de representar as vozes e demandas da classe trabalhadora. Os sindicatos atuam como intermediários entre os trabalhadores e o governo, garantindo que suas necessidades sejam ouvidas e consideradas nas políticas públicas. Portanto, o respaldo dos sindicatos não apenas agregou força política à candidatura de Lula, mas também reforçou a percepção de que ele é um

líder capaz de promover mudanças em benefício daqueles que compõem a base da economia.

Além disso, conforme já exposto nesse trabalho, os sindicatos são responsáveis por promover espaço para que os cidadãos tenham voz e participem ativamente da tomada de decisões que afetam suas vidas, contribuindo para a democracia.

6.5 O sindicalismo e os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023

Ao longo de seu governo, Bolsonaro construiu uma narrativa de ódio e de violência contra qualquer forma de luta de classes e, nas formas de enfrentamento perverso à pandemia COVID-19, construiu uma necropolítica contra a classe trabalhadora.

A resposta do sindicalismo a esse discurso foi massiva, mas a força desse regime de verdade bolsonarista foi tamanha que parte da classe trabalhadora comprou sua ideologia, enfraquecendo e deslegitimando o papel dos sindicatos.

Essa narrativa do governo da época também buscou deslegitimar as urnas eletrônicas. Os estudos de Marques e Silva (2023) mostram que essa construção inflamou os seguidores de Bolsonaro ao 8 de janeiro de 2023 – evento abordado nesse tópico.

As manifestações pós-eleição de 2022 refletiram a desconfiança no sistema eleitoral eletrônico, culminando nos ataques terroristas em Brasília. O discurso agressivo contestando a legitimidade do voto eletrônico influenciou tais acontecimentos.

Ainda sobre o ataque ao sistema eleitoras, Marques e Silva (2023) lembram que nos anos finais de seu mandato Bolsonaro defendeu a necessidade do voto impresso no Brasil. Na data de 01 de julho de 2021, o ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, fez uma fala sobre a importância do voto auditável. Esse pronunciamento foi compartilhado em suas redes sociais oficiais - Facebook, Instagram e YouTube, ao mesmo tempo, através de uma transmissão em tempo real⁶⁴. Durante seu mandato, Bolsonaro optou por utilizar essas plataformas para se

⁶⁴ “Bolsonaro reforça defesa de voto impresso e ataca Barroso: 'Dono da verdade'”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2021/06/10/bolsonaro-reforca-defesa-de-voto-impresso-e-ataca-barroso-dono-da-verdade.htm> Acesso em: 23 maio 2024.

comunicar diretamente com a população, em vez de utilizar os meios de comunicação tradicionais. Ele argumentou, nesse dia, que países como Japão e Coréia do Sul, que são desenvolvidos, não confiam no voto eletrônico em suas eleições⁶⁵.

Portanto, ele classificou o voto eletrônico como algo fraudulento, chamando-o de "voto Mandrake". Bolsonaro fez um alerta sobre possíveis problemas de ordem pública se o Brasil continuasse com o sistema eletrônico nas eleições de 2022, enfatizando que o voto impresso seria a solução. Essa ameaça de possíveis problemas de ordem pública pareceu profetizar o 8 de janeiro de 2023.

Costa, Rizzotto. Lobato (2023) lembram que, após a divulgação dos resultados das eleições presidenciais em 30 de outubro de 2022, os seguidores mais radicais da extrema-direita ligada a Bolsonaro saíram às ruas, bloquearam estradas e promoveram atos de vandalismo em diversas regiões do país. Um mês após o fim da votação, grupos continuaram acampados próximos a bases militares e em vias públicas, principalmente em áreas dominadas pelo agronegócio, onde o apoio a Bolsonaro foi mais expressivo⁶⁶. Esses acontecimentos foram sinais claros de que a extrema-direita no Brasil pretendia desestabilizar a ordem democrática e o governo de Lula, que assumiria o cargo em 1º de janeiro de 2023, seguindo o exemplo de outros países da América Latina.

Segundo Wolff *et al* (2023) é possível dizer que o Brasil enfrenta a predominância da intolerância e da aversão no campo político e ideológico. Não se está lidando com uma corrente conservadora que defende sua ética, porém mantém a lealdade aos pilares democráticos e costuma respeitar a democracia, suas estruturas e aqueles que têm opiniões diferentes. O que ocorre é uma oposição à democracia que flerta abertamente com o totalitarismo, celebrando o autoritarismo, a misoginia, a homofobia e exaltando o genocídio. Uma das principais vítimas desse ódio é o feminismo, que busca mudar o papel e a participação das mulheres na sociedade. E é por isso que atacam aquilo que criaram bizarramente como sendo a 'ideologia de gênero', um termo sem significado real, mas que tem o poder de gerar um pânico moral, especialmente em comunidades religiosas pentecostais e em

⁶⁵ *Idem*

⁶⁶ "Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília" Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml> Acesso em: 23 maio 2024.

peças comuns que são alimentadas diariamente por fake news propagadas pelo WhatsApp e outras mídias sociais.

Wolff *et al* (2023) aponta que é possível que nos meses e anos vindouros, Bolsonaro buscasse sua posição dominante na extrema-direita com o capital político que acumulou; para tanto, optaria por seguir a rota do tumulto, que lhe garantiria maior destaque. Contudo, os atos ilícitos praticados durante seu mandato necessitavam de investigação, e o ex-Presidente ainda deve ser levado a julgamento.

O campo democrático deve persistir na cobrança por essas providências, com os delitos sendo devidamente apurados e os responsáveis punidos, mesmo ele tendo se tornado inelegível, ainda assim ele exerce enorme poder e influência. Ainda segundo o autor, o pleito se desenrolou em meio a um cenário marcado por irregularidades, suborno por parte do governo, além do uso indevido de recursos e da estrutura estatal, o que, sem dúvida, contribuiu para a estreita margem de votos entre os concorrentes. Utilizando de maneira abusiva as plataformas digitais, mais uma vez a extrema direita disseminou notícias falsas absurdas para manter a narrativa da realidade paralela que sustenta o fanatismo e mina o debate político em torno dos interesses coletivos da sociedade. Sobre o resultado das eleições, avalia Wolff:

Por outro lado, tanto antes, como durante e após a posse presidencial, ocorrida em 01 de janeiro de 2023, temos assistido a uma celebração da democracia, nunca vista, pois capaz de não se intimidar com as ameaças dos adversários, aglutinando um amplo leque de partidos políticos, movimentos, organizações, associações, sindicatos etc., paralelamente ao expressivo e estratégico apoio de lideranças internacionais que têm legitimado, de várias outras formas, o resultado das eleições no Brasil, manifestando incontestemente apoio à vitória de Lula. A cerimônia de posse, cuja organização, liderada por sua companheira Rosângela Lula da Silva (Janja), foi marcada por uma significativa carga simbólica, não apenas por se tratar do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente pelo voto direto, algo inédito na história do país, mas por este ter se constituído, ao longo da sua trajetória, como uma das maiores lideranças populares dentro e fora do continente latino-americano. (Wolff, 2023, p.02)

Esse peso simbólico tende a ser motivador e estimulante para a luta sindical, fortalecendo e legitimando o papel da luta de classes.

Rolim (2023) mostra que as teorias democráticas tratam as eleições como possibilidade de ultrapassar as dinâmicas de radicalização ao selecionar opções moderadas que agradem à maioria dos eleitores. De fato, isso era comum em muitas eleições recentes, porém, a chegada da interação online mudou o cenário. Agora, as

disputas políticas podem ser desestabilizadas pela possibilidade de conquistar apoio por meio de uma abordagem radicalizada e polarizadora.

O discurso de Bolsonaro teve um caráter excludente, de evidente desprezo pela classe trabalhadora. Isso foi mostrado por Milles-Idris:

As ideologias de extrema direita são hierárquicas e excludentes. Elas estabelecem linhas claras de superioridade e inferioridade de acordo com raça, etnia, nacionalidade, gênero, religião e sexualidade. Isso inclui racistas, anti-imigrantes, nativistas, nacionalistas, supremacistas brancos, anti-islâmicos, antisemitas e anti-LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer e outras). Em seu extremo, são ideologias que desumanizam grupos de pessoas consideradas inferiores, de maneira a justificar geração de violência em formas como a supremacia branca, o patriarcado, a supremacia cristã e a heterossexualidade compulsória. (Milles-Idris, 2020, p. 27, apud Rolim, 2023, p. 28):

Nesse discurso excludente, a população pobre, a massa trabalhadora e, portanto, o exército de reserva do capitalismo, é receptora de um discurso moral, legitimada pela linguagem neoliberal e meritocrática, que também percebe a luta de classes como algo a ser combatido pela burguesia.

Cademartori, Cademartori e Barreto Jr. (2023) afirmam que o governo Bolsonaro tinha uma perspectiva do patrimonialismo populista, na qual ocorre a quebra da natureza representativa da democracia em dois aspectos. Primeiramente, há a deterioração da representação legal do Estado, que é incompatível com o conflito entre os interesses pessoais do representante e os interesses coletivos dos representados. Além disso, há também o enfraquecimento da representação política do eleitorado, devido à submissão aos interesses do representante, especialmente quando o beneficiário da disfunção institucional é o líder do governo. Como resultado, são privilegiados os interesses privados em detrimento dos interesses da sociedade civil e da classe trabalhadora, contrariando a natureza pública dos órgãos representativos e da separação entre Estado e sociedade.

Martinuzzo e Darriba (2023) afirmam que as constantes mensagens alegando fraudes eleitorais, devido a possíveis falhas no sistema de votação eletrônica e apuração - argumentos que não são baseados em fatos - mostram a relevância de se pensar em movimentos não democrático e no processo de demonização da classe trabalhadora. Notícias falsas sobre decisões, medidas e comportamentos que nunca ocorreram também demonstram a confusão entre o que é real e o que é pós-verdade

na estratégia de manipulação das massas pela internet, como podemos ver no caso específico da incitação à violência na esfera política.

A relação entre as massas e o totalitarismo pela filosofia alemã herdeira do holocausto descreveu o totalitarismo como uma forma moderna e sem precedentes de dominação, apontando que a ligação entre os movimentos totalitários e as massas é fundamental, mostrando que os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las. Deslegitimar o movimento sindical e do trabalhador como aquele que contém o gene do “comunismo venezuelano e cubano” expande esse conceito ao discutir o poder totalitário contemporâneo - o "poder instrumentário" - que se baseia na sociedade midiaticizada, manipulada pelo que ela chama de "Grande Outro".

Este poder, segundo Martinuzzo e Darriba (2023) se utiliza de técnicas de computação para o "capitalismo de vigilância", que coleta dados comportamentais nas redes para manipular comportamentos visando lucro. Contudo, o trabalhador não é o inimigo da Nação, não é esse Grande Outro, ele é a nação em sua forma mais vulnerável e seus anseios deveriam ser encontrar com aqueles dos governantes, não serem deslegitimados por ele, em nome de uma ordem neoliberal, burguesa e meritocrática. Nesse contexto, explicam os autores:

Nesse contexto de convulsão política turbinada pelas redes e exercida sensivelmente nas rodovias e praças do país, ações terroristas foram registradas em 12 de dezembro de 2022 em Brasília, na data da diplomação do vencedor da eleição presidencial, encerrando o processo eleitoral. Houve tentativa de invasão da sede da Polícia Federal, veículos queimados e postes de iluminação pública depredados. Mas o que se registrou em 8 de janeiro de 2023 foi uma demonstração inédita de ação terrorista no Brasil. O ato reuniu golpistas vindos de ônibus de todas as regiões do país e também integrantes do acampamento que foi montado, a partir do dia 31 de outubro, em frente ao Quartel General do Exército em Brasília (Martinuzzo e Darriba, 2023, p.04).

O que mais surpreende os pesquisadores do movimento sindical e operário brasileiro é que indivíduos da classe trabalhadora lá estavam, lutando por um líder que claramente defendia a burguesia, o empresariado e que se movimentava em torno do capital. Isso demonstra o poder discursivo ante esquerda que se iniciou a partir do golpe parlamentar de 2015. O ódio e a violência passaram a se espalhar pelo país, constituindo um discurso de que o Brasil sucumbiria se o governo federal continuasse nas mãos da esquerda. Finaliza-se essa seção com um pronunciamento oficial da CUT, dado em 5 de janeiro de 2024:

O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras repudia qualquer ato golpista e antidemocrático, como o fez em janeiro de 2023. Associa-se às manifestações do dia 8/1/2024 em comemoração à Democracia Inabalada que derrotou os arreganhos golpistas de 8/1/2023.

Vivemos um extenso e sólido período sob o regime democrático no Brasil, marcado por eleições periódicas, pela plena funcionalidade do Congresso Nacional, pela independência e harmonia entre os poderes e pela liberdade de organização e atuação das entidades civis.

A escalada golpista que culminou com o ato criminoso do dia 8/1/2023, organizada por traidores da pátria que não aceitaram o resultado soberano das eleições, não conseguiu interromper este período que se estende desde o fim da ditadura militar, em 1985.

Cientes de que o Brasil tem desafios significativos à frente, reconhecemos a necessidade de avançar na inclusão social, garantindo acesso essencial à população mais vulnerável.

Precisamos avançar na geração de trabalho decente, na geração de mais empregos, na reindustrialização do país, no acesso à saúde, fortalecendo o SUS, e na garantia de acesso a todos os níveis da educação pública de qualidade. E só podemos avançar através do esforço das instituições democráticas.

Neste contexto, as entidades sindicais desempenham um papel central, garantindo a valorização salarial dos trabalhadores e das trabalhadoras, a conquista de direitos, condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, bem como em manifestações por um sistema econômico e social que contemple a inserção do povo.

Desempenham também papel fundamental contra o autoritarismo. Foi assim, no período mais duro da ditadura militar quando, apesar das prisões, torturas, perseguições e intervenções, o movimento sindical resistiu e lutou por liberdade e por igualdade (CUT, 05 de janeiro de 2024).

Conforme pode-se observar com o discurso, o sindicalismo ainda é fundamental para a construção da democracia no Brasil, na qual os trabalhadores sejam protagonistas, não silenciados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese explorou-se o intrincado e vital papel desempenhado pelos sindicatos na consolidação e sustentação das democracias modernas. Particularmente, direcionou-se a atenção para a análise do papel do sindicalismo no processo de democratização na década de 1980, mas estendendo a investigação até os dias atuais. Dessa análise emergiu uma compreensão mais profunda da influência multifacetada que os sindicatos exercem sobre o tecido democrático.

Ao examinar o contexto da década de 1980, ficou evidente que o sindicalismo desempenhava um papel crucial na democratização de diversas nações, atuando como uma voz coletiva para a expressão das aspirações populares por liberdade e participação política. Sua presença foi sentida em movimentos massivos e mobilizações que desafiaram regimes autoritários, contribuindo para a transição para sistemas democráticos. Nesse período, os sindicatos representaram um contrapeso à concentração de poder e um canal através do qual os cidadãos poderiam reivindicar seus direitos e influenciar as políticas públicas.

À medida que se avançou no tempo, observou-se uma mudança no papel do sindicalismo em muitas democracias. Embora sua influência ainda seja substancial, a globalização, as inovações tecnológicas e as transformações nas relações de trabalho impactaram a natureza e as estratégias dos sindicatos. A capacidade de mobilização em larga escala, característica da década de 1980, muitas vezes deu lugar a abordagens mais sutis e diversificadas para defender os interesses dos trabalhadores.

Em um mundo em constante evolução, os sindicatos enfrentam desafios complexos para manter sua relevância e eficácia. Contudo, ao longo deste estudo ficou claro que, independentemente das mudanças na dinâmica política e econômica, o sindicalismo continua a desempenhar um papel vital na promoção da representatividade, da justiça social e da defesa dos direitos dos trabalhadores. Seja através da participação em fóruns de negociação, *advocacy* por políticas progressistas ou envolvimento na governança, os sindicatos permanecem como um dos pilares fundamentais da democracia.

Ainda é importante destacar que a democracia no Brasil, hoje, possui instituições mais sólidas e arraigadas em comparação ao período da ditadura militar. A CRFB/1988 estabeleceu uma base legal para a democracia e os direitos individuais, e as instituições democráticas têm sido mais resilientes e capazes de enfrentar

desafios. Embora não tenha ocorrido uma derrocada completa da democracia no governo Bolsonaro, muitos observadores apontaram para a necessidade de vigilância constante e garantias de que os princípios democráticos, a separação dos poderes e os direitos civis sejam respeitados. O discurso autoritário adotado em algumas ocasiões pode ter contribuído para polarizações e tensões no país, ressaltando a importância de um debate saudável e respeitoso em uma sociedade democrática.

É interessante observar como, em um contexto de debates sobre autoritarismo e democracia, surgiu um cenário em que o sindicalismo brasileiro desempenhou um papel significativo, especialmente nas eleições presidenciais de 2022. Este foi um momento em que a polarização política e as discussões sobre os rumos democráticos do país estavam no centro das atenções.

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou um ambiente político marcado por discursos autoritários e polarização intensa. Esse cenário deu origem a diferentes movimentos e mobilizações, incluindo a atuação de sindicatos e grupos associados ao movimento sindical.

Historicamente, os sindicatos no Brasil têm sido importantes atores políticos e sociais, representando trabalhadores em diversas categorias e lutando por direitos trabalhistas e sociais.

Com o aumento das discussões sobre as ameaças percebidas à democracia e aos direitos civis, muitos grupos sindicais se uniram em defesa da democracia e da participação cívica. No contexto das eleições presidenciais de 2022, em que houve uma disputa acirrada e grande interesse público, o sindicalismo emergiu como uma força de apoio a candidaturas que representavam um posicionamento pró-democracia. Particularmente, o apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, ex-Presidente do Brasil e líder sindical, exemplificou esse engajamento do sindicalismo em prol de um candidato democrático.

O apoio ao candidato Lula em 2022 não apenas representou a identificação com suas propostas políticas, mas também simbolizou a defesa de valores democráticos em meio a um ambiente político permeado por tensões e preocupações. O sindicalismo, ao endossar candidaturas democráticas, reforçou a importância da participação eleitoral como um pilar fundamental da democracia, e demonstrou a mobilização de setores da sociedade civil para preservar e fortalecer as instituições democráticas do Brasil.

Assim, o papel do sindicalismo na promoção da democracia durante as eleições

de 2022 reflete não apenas a tradição de luta por direitos trabalhistas, mas também uma resposta à crescente preocupação com o respeito aos princípios democráticos e aos direitos civis em um momento de debates intensos sobre o rumo político do país.

Conforme demonstrado, o sindicalismo desempenha um papel significativo na defesa dos direitos dos trabalhadores, na promoção de melhores condições de trabalho e na busca por equidade no ambiente laboral. No entanto, é importante reconhecer que o sindicalismo também possui limites inerentes, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de romper com as estruturas do capitalismo. Embora o sindicalismo possa defender a democracia e lutar por melhorias nas condições de trabalho, seu escopo de atuação geralmente se concentra dentro do sistema econômico capitalista. Isso implica que, mesmo ao buscar a justiça social e melhores condições para os trabalhadores, os sindicatos estão inseridos em um contexto no qual as relações de produção, a propriedade privada dos meios de produção e a busca pelo lucro ainda são as bases do sistema.

Os sindicatos buscam conquistas dentro do próprio sistema capitalista, como aumentos salariais, benefícios e melhores condições de trabalho. Embora essas conquistas sejam importantes e valiosas para os trabalhadores, elas nem sempre abordam questões mais estruturais e sistêmicas relacionadas à desigualdade econômica e à exploração inerentes ao próprio sistema capitalista.

O sindicalismo, por natureza, tem o desafio de operar dentro das restrições e dinâmicas do mercado de trabalho. As negociações com empregadores e os esforços para alcançar acordos muitas vezes são limitados pelas pressões competitivas do mercado global e pelas necessidades de lucro das empresas. Isso pode restringir a capacidade dos sindicatos de atingirem mudanças profundas na estrutura econômica ou de proporem alternativas radicais ao sistema capitalista.

Além disso, a própria história mostra que, em algumas situações, os sindicatos podem se tornar parte integrante do sistema, colaborando com empresas e governos para manter a estabilidade econômica e social. Isso pode levar a um enfraquecimento das demandas mais radicais em prol dos trabalhadores em troca de acordos mais pragmáticos.

Assim, embora os sindicatos desempenhem um papel importante na luta por direitos dos trabalhadores e na promoção da democracia, ele muitas vezes opera dentro das limitações e dinâmicas do sistema capitalista. A busca por mudanças sistêmicas mais profundas requer abordagens mais amplas que envolvam uma

análise crítica das estruturas econômicas e sociais, bem como a mobilização de diversos setores da sociedade para enfrentar os desafios do sistema em seu conjunto.

Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta uma série de desafios significativos em sua busca por desmontar o bolsonarismo como sistema com traços protofascistas e antidemocráticos. Seu retorno à cena política, aliado a uma plataforma que visa a retomar direitos trabalhistas, defender a classe mais pobre e proteger as minorias marginalizadas, reflete uma tentativa de reconfigurar o panorama político e social do Brasil. A reconstrução do consenso em torno de valores democráticos é tarefa árdua. Lula deve buscar uma abordagem que una diversos segmentos da sociedade em torno do respeito à democracia, à liberdade de expressão e à justiça social. Isso exige um esforço constante para superar as divisões profundas que caracterizaram os anos recentes.

Em conclusão, esta tese evidenciou o papel central do sindicalismo como elemento vital das democracias sociais, especialmente como parte integrante do movimento operário. Ao longo da história, os sindicatos sempre foram protagonistas no papel de defensores dos direitos dos trabalhadores, na busca por melhores condições de trabalho e em prol de sociedades mais equitativas. Eles se ergueram como defensores dos valores democráticos, representando os interesses da força de trabalho, e promovendo uma distribuição mais equilibrada do poder dentro do quadro sociopolítico.

A análise apresentada nesta tese destacou os desafios enfrentados pelos sindicatos, devido ao surgimento de ideologias neoliberais, que resultou no enfraquecimento considerável de sua influência e poder de barganha. Contudo, é importante ressaltar que, embora o neoliberalismo possa ter erodido algumas das forças tradicionais do sindicalismo, ele não conseguiu minar completamente sua importância.

O caso da reeleição de Lula, apesar do contexto neoliberal predominante, serve como um exemplo notável do impacto duradouro que os sindicatos podem ter no cenário político. Sua capacidade de mobilização e defesa de políticas alinhadas com a justiça social demonstrou sua resiliência, mesmo em condições adversas.

A interação entre o sindicalismo e as sociedades democráticas é dinâmica, pois as correntes de ideologias políticas e forças econômicas continuamente remodelam sua influência. Como esta tese indicou, os sindicatos permanecem como sustentáculos inabaláveis da democracia social, com sua significância histórica e

potencial para impulsionar mudanças positivas. A revitalização do papel do sindicalismo ao apoiar a reeleição de Lula destaca sua importância contínua na configuração da trajetória das nações democráticas em direção a sociedades mais inclusivas, equitativas e justas.

A presente tese procedeu a uma análise abrangente da influência das ideias marxistas nas dinâmicas sociais e políticas ao longo da história, examinando como os conceitos de classe, luta de classes e emancipação têm moldado as transformações sociais. No entanto, é fundamental reconhecer que o campo do estudo marxista é vasto e em constante evolução, deixando espaço para futuras investigações que se aprofundem em aspectos específicos não completamente explorados neste trabalho.

Um campo fértil para estudos posteriores poderia ser a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, visto por muitos como um reflexo da vitória da classe trabalhadora e uma expressão concreta da luta de classes. Explorar até que ponto essa eleição realmente simbolizou um movimento da classe trabalhadora em direção à sua própria emancipação, bem como avaliar o governo subsequente de Lula, são questões intrigantes que merecem investigação adicional.

Outra análise detalhada poderia examinar se as políticas implementadas durante o governo de Lula genuinamente refletiram uma luta contínua em favor da classe trabalhadora, alinhadas com os princípios da teoria da luta de classes, ou se, em alguns casos, houve concessões e compromissos sob o pretexto de manter a governabilidade, a estabilidade política e o poder no contexto do sistema democrático. Isso envolveria um exame minucioso das políticas econômicas, sociais e laborais adotadas durante o mandato de Lula, considerando seu impacto nas desigualdades sociais, na distribuição de renda e nas relações de classe.

Portanto, à medida que esta tese lançou uma luz sobre a influência do pensamento marxista, abriu-se um campo promissor de pesquisa futura que pode se aprofundar nas complexidades da eleição de Lula em 2022, explorando tanto a vitória percebida da classe trabalhadora como as nuances da implementação de políticas em consonância com os ideais da luta de classes. Essas investigações podem contribuir para uma compreensão mais rica das interações entre teoria e prática no cenário político contemporâneo.

O tema abordado nesta tese é de extrema relevância e contemporaneidade, uma vez que examina as influências das ideias marxistas, e do materialismo histórico-dialético, nas dinâmicas sociais e políticas ao longo da história. No entanto, é crucial

reconhecer que o campo de estudo em questão é muito recente e complexo, o que por sua vez impõe algumas limitações à análise apresentada. Compreende-se plenamente as restrições associadas a escrever sobre um tema tão recente, em que os eventos ainda estão em constante evolução. Ao dedicar a analisar dos reflexos do pensamento marxista na realidade política, social e econômica atual, são nítidas as complexidades inerentes ao tentar-se capturar uma imagem completa e definitiva do cenário contemporâneo.

O ato de escrever uma tese em meio ao calor do momento pode apresentar desafios significativos, considerando que muitos dos eventos e nuances subjacentes podem ainda não ter se revelado completamente. Se assim é, compreende-se aqui que a análise feita pode apenas arranhar a superfície de um quadro em constante transformação. Diante dessas circunstâncias, é essencial reconhecer a necessidade de futuras pesquisas e estudos que possam aprofundar as questões levantadas nesta tese. Novas investigações podem explorar as nuances, implicações e desdobramentos do tema em questão, levando em consideração eventos subsequentes e dados mais completos que podem surgir com o tempo.

A natureza dinâmica do cenário político e social requer uma abordagem contínua e aberta ao diálogo acadêmico, permitindo que as análises se desenvolvam em consonância com os eventos em evolução.

Não se pode deixar de finalizar retomando a metáfora da história como farsa e tragédia de Marx, em o 18 do Brumário de Luís Bonaparte. As grandes mudanças políticas na história brasileira foram constantemente feitas por elites políticas, sem possibilidade de luta efetiva da classe trabalhadora.

Na década de 80 viu-se os sindicatos se movimentando e exigindo direitos, mas governos neoliberais, desde Collor, negavam aquilo que a classe trabalhadora efetivamente precisava.

Escreveu-se o fim dessa tese de Doutorado em maio de 2024 e tem-se um governo narrativamente de esquerda no poder. Contudo, ainda não se sabe se haverá uma nova farsa, uma nova tragédia ou uma vitória da classe trabalhadora pela frente.

A esquerda mais radical tem criticado o governo Lula pela submissão ao empresariado feita pela escolha da vice-Presidência, pelo atraso e omissão do Ministério de Trabalho em propor um Projeto de Lei Complementar 12/2024 que regulamenta o trabalho por aplicativo; pela insistência do Ministro da Fazenda no superávit primário e na meta fiscal zero e, finalmente, pela falta de decisão, dentro do

Ministério da Educação em revogar a reforma do Ensino Médio. Estar-se-ia diante de uma nova farsa? Só o futuro dirá!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Bolsonaro critica políticos que mandaram ficar em casa na pandemia.** 27/09/2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-09/bolsonaro-critica-politicos-que-mandaram-ficar-em-casa-na-pandemia> Acesso em: 18 jan. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Lideranças partidárias e sindicalistas fazem ato pelo impeachment em São Paulo.** 08/04/2016. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/liderancas-partidarias-e-sindicalistas-fazem-ato-pelo-impeachment-em-sao> Acesso em: 17 jan. 2024.

ALMEIDA, Alex Fernandes Silva de. **Do golpe de 2016 ao bolsonarismo: o neofascismo no Brasil.** 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. **Neoliberalismo, Democracia e Sindicatos.** 2023. Não publicado.

ALMEIDA, Cleber Lúcio de; ALMEIDA, Wânia Guimarães Râvello de. **Diálogos da sociologia do trabalho: a precariedade laboral no Brasil.** Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2021

ALMEIDA, Cleber Lúcio de; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de. **Neoliberalismo subjetividades e mutação antropológica e política.** São Paulo: Conhecimento, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Evangélicos à direita.** Horizontes Antropológicos, v. 26, n. 58, p. 419–436, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QMLCv3b6fv6kGDfb86CgJ3J/#ModalHowcite>. Acesso em: 23 maio 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: SOLANO, E. (Org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3577/2834>. Acesso em: 18 fev. 2023.

ALTHUSSER, Louis. In: ARQUIVO MARXISTA NA INTERNET. [S. l.]: Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/althusser/index.htm#topp>. Acesso em: 18 ago. 2023

ANTUNES, Ricardo Luis Coutro. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora.** São Paulo, SP: Autores Associados: Cortez, 1982.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ARBIA, Alexandre Aranha. Sindicalismo e particularidade – excuro sobre a natureza e função do fenômeno sindical. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 8, n. 15, p. 102-125, jul./dez. 2013.

BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Profa. Dra. Helcimara Telles. Co-orientadora: Profa. Dra. Isabel Ferin Cunha Universidade de Coimbra (Portugal). Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/defesas/445D.PDF>. Acesso em: 08 jan. 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. esp., e172129, p. 1-63, maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BAUMANN, Zygmunt. **Vidas para o consumo**: a transformação de pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BAYLOS GRAU, Antônio Pedro. Democracia política y sistema sindical: reflexiones sobre la autonomía del sindicato. In: García Laso, Agustín; Sanguinetti Raymond, Wilfredo (ed.). **Sindicatos y cambios económicos y sociales**. Salamanca, España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002. p. 15-24.

BELLO, André. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 40, p. 1-27, e260006, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.260006>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BERNARDI, B.B. **O Conceito de Dependência da trajetória (Path Dependence): definições e controvérsias teóricas**. Perspectivas, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano "Eu quero votar para Presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 169-196, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BEZERRA, Juliana. **Michel Temer**. [Rio de Janeiro]: Toda Matéria, 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/michel-temer/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que foi fraca a resistência ao golpe no Brasil? **Revista Eletrônica Pensa**. [S. l.], n. 25, set. 2017. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr25_10_ArmandoBoito.html. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (DE 16 DE JULHO DE 1934).** Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático [...]. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1936]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Rio de Janeiro: Presidência da República, [1969]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2023a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1.402, de 5 de julho de 1939.** Regula a associação em sindicato. Brasília, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm#:~:text=E%20DOS%20SINDICATOS. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24.694, de julho de 1934.** Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://shre.ink/2Tlb>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2023b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 873, de 1º de março de 2019.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv873.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.648, de 31 março de 2008.** Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL DE FATO. **Reforma trabalhista reduz arrecadação de sindicatos e prejudica trabalhador.** 30/04/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/30/reforma-trabalhista-reduz-arrecadacao-de-sindicatos-e-prejudica-trabalhador> Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASILEIRO, Ana Clara Matias; BRASILEIRO, Carol Matias. Fim da contribuição sindical obrigatória: liberdade cínica. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 2393-2418, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Th6YZ7p8mbkmsSKQFjwhh8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CABRAL, João Francisco Pereira. **Dialética.** [São Paulo]: Brasil Escola, 2015. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/dialetica.htm>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/> Acesso em: 18 jan. 2024.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista do Senado Federal.** Brasília a. 37 n. 147 jul./set. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF> Acesso em: 18 jan. 2024.

CAMPOS, Cauê Vieira. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). **Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 53, p. 185-224, fev./jun. 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11606/6882>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CAPRA, Anna Carolina; FERRACINI, Isabela de M. V.; IRIGARAY, Tatiana Q.. Terapia reparativa e crenças na prática da psicologia clínica: uma revisão sistemática. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1-22, dez. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/2Tyw>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, São Paulo, v.29, n. 85, p. 201-214, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CARTA CAPITAL. **CUT, MST e UNE vão às ruas nesta sexta-feira “contra retrocesso”**. 12/03/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-resposta-a-ato-pro-impeachment-cut-faz-manifestacao-contr-retrocesso-1789/> Acesso em: 17 jan. 2024.

CARVALHO, Fernanda Forte de; BICEV, Jonas Tomazi. CUT: perfil dos dirigentes e resposta sindical frente à reforma trabalhista. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 58, p. 268-294, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-110760>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 63, p. 81-94, out. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>. Acesso em: 5 jul. 2023.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Lula Presidente: a herança e os desafios para o campo democrático. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 135, p. 921–925, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Z88pLRVjv3qC4MHBGK75cWN/?lang=pt#>. Acesso em: 08 maio 2024.

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. **É hora de derrotar o governo da fome, afirmam centrais em nota unitária que reitera apoio a Lula no segundo turno**. São Paulo: CTB, 7 out. 2022. Disponível em: <https://ctb.org.br/sem-categoria/e-hora-de-derrotar-o-governo-da-fome-afirmam-centrais-em-nota-unitaria-que-reitera-apoio-a-lula-no-segundo-turno/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. **Impacto das novas tecnologias no movimento sindical**. 11/01/2022. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/opinia/impacto-das-novas-tecnologias-no-movimento-sindical/> Acesso em: 18 jan. 2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Breve Histórico**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico> Acesso em: 18 jan. 2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Campanha Nacional pela anulação da reforma trabalhista.** Disponível em: <https://anulareforma.cut.org.br/> Acesso em: 18 jan. 2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **CUT saúda a eleição de Lula como Presidente do Brasil.** São Paulo: CUT Brasil, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-sauda-a-eleicao-de-lula-como-Presidente-do-brasil-388e>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CNN BRASIL. **Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral.** 26/04/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/> Acesso em: 18 jan. 2024.

CNN BRASIL. **Sindicatos perdem 5,3 milhões de trabalhadores filiados em 10 anos, diz IBGE.** 15/09/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/sindicatos-perdem-53-milhoes-de-trabalhadores-filiados-em-10-anos-diz-ibge/> Acesso em: 2 ago. 2023.

CNN BRASIL. **Tratores participam do desfile de 7 de Setembro.** 07/09/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tratores-participam-do-desfile-de-7-de-setembro/> Acesso em: 18 jan. 2024.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521> Acesso em: 11 jan. 2024.

COLOMBI, Ana Paula; LEMOS, Patrícia Rocha; KREIN, José Dari. Entre negociação e mobilização: as estratégias da CUT e da FS frente à reforma trabalhista no Brasil. **Revista da ABET**, v. 17, n. 2, Julho a Dezembro de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/44618/22197> Acesso em: 18 jan. 2024.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani. As centrais sindicais e a reforma trabalhista: enfrentamentos e dificuldades. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 217-236, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.TS.2019.152129>. Acesso em: 10 jul. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Constituição Mexicana de 1917.** [São Paulo]: Dhnet, 2020. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/mex1917.htm>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. **Conselho Deliberativo da CONTAG aprova apoio político à pré-candidatura de Lula e Alckmin.** Brasília: CONTAG, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/conselho-deliberativo-da-contag->

aprova-apoio-politico-a-pre-candidatura-de-lula-e-alckmin-20220426. Acesso em: 6 fev. 2023.

CONJUR. **Ex-presidente Lula é preso após se entregar à Polícia Federal.** 07/04/2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-07/ex-presidente-luiz-inacio-lula-silva-entrega-policia-federal/> Acesso em: 18 dez. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. **Bolsonaro ataca STF e desqualifica carta em defesa da democracia.** 03/08/2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5026493-bolsonaro-ataca-stf-e-desqualifica-carta-em-defesa-da-democracia.html#google_vignette Acesso em: 18 jan. 2024.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa; VIEIRA, Cainã Domit. O social e o comum: neoliberalismo, biopolítica e renda universal. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 151-159, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p151>. Acesso em: 3 fev. 2023.

CORTE, Tiago Dalla; CORTE, Thaís Dalla. A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro**: vol. 10, no2, maio-agosto, 2018, p. 178-201.

COSTA, Hermes Augusto. O sindicalismo ainda conta?: poderes sindicais em debate no contexto europeu. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 104, p. 259-285, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-259285/104>. Acesso em: 7 jun. 2023.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. O lobby dos trabalhadores no processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 767-786, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300011>. Acesso em: 10 ago. 2023.

COSTA, Nilson do Rosário; LAMARCA, Isabel. Os governos FHC e Lula e a política para a força de trabalho civil do Governo Central Brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1601-1611, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600012>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COSTA, Sergio Amad. A questão do imposto sindical. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 81-84, jul./set. 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901986000300010>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CUT. **Centrais sindicais chamam para o 8 de janeiro: lembrar para nunca se repetir.** 5 janeiro 2024. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/centrais-sindicais-chama-para-o-8-de-janeiro-lembrar-para-nunca-se-repetir-890b>. Acesso em: 09 maio 2024.

DAL ROSSO, Sadi. Fragmentação sindical. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200004>. Acesso em: 9 maio 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **O que é o DIAP?** Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/o-diap/o-que-e> Acesso em: 16 jan. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estudos e pesquisas**, n. 104: balanço das greves de 2022, São Paulo, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Indicadores trimestrais**: terceiros trimestres de 2014 e 2022. São Paulo: DIEESE, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/012023analise1ct.html>. Acesso em: 3 ago. 2023.

DOMINGUES, Alice Maciel. A constituinte de 1987/1988 e os movimentos sindicais: das lutas sociais ao texto positivado. **Insurgência**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 38-74, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28219>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1747–1758, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xMWhkzcQPHrNpCpxSKXVNJ/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 08 maio 2024.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EDMUNDO, Luís. **Breno Altman e o lugar histórico de Lula**. [São Paulo]: O Cafezinho, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2017/06/15/breno-altman-e-o-lugar-historico-de-lula/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

EL PAIS. **Governo Temer seguirá respirando por aparelhos**. 02/08/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/politica/1501602827_862337.html Acesso em: 17 jan. 2024.

ENGELS, Friedrich. Os sindicatos. In: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

FACHIN, Zulmar Antônio; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Movimentos sociais na constituição brasileira de 1988: a construção da democracia e dos direitos humanos. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 6, n. 12, 150-160, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.12.150-160>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências*

Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 6-24, fev. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100001>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografia de György Lukács. In: BIOGRAFIAS E VIDAS. A ENCICLOPÉDIA BIOGRÁFICA ONLINE. Barcelona, Espanha: Biografias, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/lukacs.htm> Acesso em: 25 ago. 2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512013000200006>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDO BRASIL. **Significado da sigla LGBTQIA+**. [São Paulo]: Do Autor, 2023. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/#:~:text=Al%C3%A9m%20dessas%20letras%2C%20que%20s%C3%A3o,2%20Desp%C3%ADritos%20e%20Kink>). Acesso em: 3 fev. 2023.

G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha**. [São Paulo]: G1, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> Acesso em: 23 maio 2024.

G1. **Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília**. [Brasília]: G1, 30 dez 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml> Acesso em: 23 maio 2024.

G1. **LULA ganhou em 13 estados e Bolsonaro venceu em 14 no 2º turno das eleições 2022: Presidente eleito ganhou em todos os estados do Nordeste. Atual Presidente venceu em todos os estados do Sul e Centro-Oeste e virou em um estado, o Amapá, onde tinha sido menos votado no primeiro turno. Lula venceu a eleição, com 50,90% dos votos**. [Brasília]: G1, 31 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/31/lula-ganhou-em-13-estados-e-bolsonaro-venceu-em-14-no-2o-turno-das-eleicoes-2022.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GALVÃO, Andréia. De laboratório das relações de trabalho a formulador da política nacional: o sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista. In: SOUZA, Davisson Cangussu de; TROPIA, Patrícia Vieira (ed.). **Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 135-162.

GALVÃO, Andréia *et al.* Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GALVÃO, Paula; MARCELINO, Paula. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 35., 2017, Lima, PE. **Anais [...]**. Lima, PE: Associação de Estudos Latino-Americanos, 2017. p. 85-96. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5521347/mod_resource/content/1/Livro_2018_Thiago_Saynora_O%20sindicalismo%20diante%20do%20golpe_Paula%20e%20Andr%C3%A9ia.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

GASPARDO, Murilo; SANTOS, Letícia Rezende; MARCHIONI, Artur. Avaliação legislativa das reformas trabalhistas promovidas por meio de medidas provisórias no Governo Bolsonaro. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, p. e2323, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202323>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GODOY, Emerson de; CALVASO, Flavia Bottura. Políticas sociais no contexto do neoliberalismo: uma reflexão sobre os limites do estado burguês. **Revista do CEAM**. Brasília, v. 5, n. 2, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/26526/24445>. Acesso em: 12 jan. 2023.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em: 12 jan. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: 2017.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2015.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **A educação e o mercado de trabalho**. 12/04/2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-o-mercado-de-trabalho> Acesso em: 18 jan. 2024.

INTERSINDICAL CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA. **Trabalhadores decidem pelo fora Bolsonaro!** São Paulo: Intersindicalcentral, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://intersindicalcentral.com.br/trabalhadores-decidem-pelo-fora-bolsonaro/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

KINZO, Maria D'Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400002>. Acesso em: 13 mar. 2023.

KREIN, José Dari *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança dos trabalhadores. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 52, 2018. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141969/2018_krein_jose_dari_flexibilizacao_relacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 jan. 2024.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigova_gabundos-1.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

LACERDA, Luana Maria de Freitas; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. Direito do trabalho: impactos da reforma trabalhista lei nº 13.467/2017. **Gestão, Tecnologia e Ciências**, Monte Carmelo, v. 9, n. 24, p. 97-121, nov. 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2262/0>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. *In*: OLIVEIRA, Roberto Verás de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Bridi Marcos (org.). **O Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço. 2012. p. 61-86.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-76, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138079>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LOPES, Anna Júlia; SOARES, Gabriella. **Para não pagar imposto sindical, trabalhador terá de se opor com antecedência**. [S. l.]: Poder 360, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/para-nao-pagar-imposto-sindical-trabalhador-tera-de-se-opor-com-antecedencia/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

LULA aos metalúrgicos do ABC: **‘Nunca esqueci de onde eu vim’**. São Paulo: Rede Brasil, 12 maio 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/lula-aos-metalurgicos-do-abc-nunca-esqueci-de-onde-eu-vim/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, jun. 2002. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/v5RYb6jSG4scNRjhMb4KLSF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARCELINO, Paula; GALVÃO, Andréia. O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 157-182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.167468>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARIANO, Cynara Monteiro. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre**. Revista de Investigações Constitucionais, vol. 4, núm. 1, pp. 259-281, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrcWkDrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARQUESI, Sueli Cristina; SILVA, Ananias Agostinho da. Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 37, p. 54-73, 2023. ISSN 1982-291X. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>. Acesso em: 09 maio 2024.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Flávio. **Direitos sociais em tempos de crise**. 2. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 155-182, out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200009>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Carlos Morel. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção Fundamentos de Filosofia).

MARX, Karl. As greves e as coligações de operários. In: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Vozes de Bolso, 2008.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Começa a campanha unificada pelas diretas**: comício em SP encoraja oposição e faz deslanchar movimento por eleições diretas. São Paulo: Memorial da Democracia, 27 nov. 1983. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comeca-a-campanha-unificada-pelas-diretas>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Eleição de Tancredo põe fim à ditadura**:

21 anos após o golpe militar de 1964, regime chega ao fim e começa a transição. São Paulo: Memorial da Democracia, 15 jan. 1985. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eleicao-de-tancredo-poe-fim-a-ditadura#>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MIGUEL, L. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIANI, Rozinaldo Antônio; Oliveira, Gabriela da Costa. **As políticas sociais do governo Dilma Rousseff retratadas por meio da charge na imprensa sindical**. IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Movimentos%20Sociais%20e%20participacao%20social/6498-407717-56770-2022-04-05.pdf> Acesso em: 16 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MÕES, Malu. **Rotular esquerda e direita é “balela eleitoreira”, diz Temer**. [São Paulo]: Poder360, 6 abr. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/definir-esquerda-e-direita-e-balela-eleitoreira-diz-temer/> Acesso em: 18 ago. 2023.

MOLINA, Helder. **História do Sindicalismo**. Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia. Disponível em: <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/> Acesso em: 18 ago. 2023.

MORAES, Matheus Belló. **Capitalismo e suas formas sociais: um constante apocalipse Zumbi**. [S. l.]: Sala de Aula Crimina, 28 maio 2020. Disponível em: <http://www.salacriminal.com/home/capitalismo-e-suas-formas-sociais-um-constante-apocalipse-zumbi>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, out./dez., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOTA, Antônia Gaspar da Mota. Das teorias e ideologias sindicais ao sindicalismo pragmático no setor bancário no início do século XXI. Resultado de uma reflexão na unidade curricular: “**Trabalho e Sindicalismo e Globalização**” lecionada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa em 2016/2017 referente ao doutoramento em Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n15/documentos/3_Maria_Antonia.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

NAGASAVA, Heliene. Todos são culpados até que se prove o contrário: As intervenções sindicais no governo Castelo Branco. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65. Maio/ago 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/5NtxNJcKY8swmr49zNL9cpw/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 16 jan. 2024.

NATUSCH, Igor. **13 de março de 1979: é deflagrada a greve dos metalúrgicos do ABC**, que fortalece o sindicalismo e enfraquece a ditadura militar. São Paulo: Democracia e Mundo do Trabalho em Debate, 11 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/13-de-marco-de-1979-e-deflagrada-a-greve-dos-metalurgicos-do-abc-que-fortalece-o-sindicalismo-e-enfraquece-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NOBRE, Sérgio *et al.* **Centrais sindicais convocam atos em defesa da democracia para esta segunda 8 de janeiro**. Disponível em: <https://www.feteccn.com.br/defesa-da-democracia/centrais-sindicais-convocam-atos-em-defesa-da-democracia-no-8-de-janeiro/>. Acesso em: 08 maio 2024.

NOTÍCIAS UOL. **Bolsonaro reforça defesa de voto impresso e ataca Barroso: 'Dono da verdade'**. Portal Uol. São Paulo. 10 jun 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2021/06/10/bolsonaro-reforca-defesa-de-voto-impresso-e-ataca-barroso-dono-da-verdade.htm> Acesso em: 23 maio 2024.

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES. **A importância dos sindicatos de trabalhadores e suas transformações**. 21 Out 2015. Disponível em: <https://www.ncst.org.br/siscon/print.php?id=19023#:~:text=%E2%80%9CA%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20do%20governo,crescera%20%2B3%2C3%25>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NUZZI, Vitor. **Prisão de sindicalistas reforçou greve em 1980, afirma Lula**: evento em São Bernardo destacou importância histórica do movimento para a volta da democracia. São Bernardo, SP: Rede Brasil Atual, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/prisao-de-sindicalistas-reforcou-greve-em-1980-afirma-lula-7166/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

O GLOBO. **Pesquisa Datafolha: Lula atrai mais votos que Bolsonaro entre indecisos de baixa renda**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/pesquisa-datafolha-lula-atrai-mais-votos-que-bolsonaro-entre-indecisos-de-baixa-renda.ghtml> Acesso em: 18 nov. 2023.

OLIVEIRA, Janaína de; JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Sidney Jard da. 2021. Sindicalismo, reestruturação produtiva e capitalismo financeiro no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 426-443, abr./jun., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3026>. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Ciclo de políticas públicas**. São Paulo: UFABC, 2016. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/02/Vanessa-EliasAula_Introduct%C3%B3ria-Ciclo-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

O QUE É. **Dialética: significado e principais autores.** In: SIGNIFICADO. [S. l.]: Do Autor, 2022. Disponível em <https://www.significados.com.br/dialetica/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

O QUE É. **Neoliberalismo.** In: SIGNIFICADO. [S. l.]: Do Autor, 2023. Disponível em: <https://www.significados.com.br/neoliberalismo/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PEREIRA, Vanessa de Oliveira; Guimarães, Gleny Terezinha Duro; PAULA, Marlúbia Correa de. **Análise crítica do discurso e a contribuição sindical.** Anais do V SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, III SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho [recurso eletrônico] / organizadores Maria Isabel Barros Bellini ... [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18762/2/Anlise_Crtica_do_Discurso_e_a_contribuio_sindical.pdf Acesso em: 18 jan. 2024.

PORTAL DO SINDICATO. **O que é um Sindicato.** [S. l.] 2021. Disponível em: <https://www.sindicato.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PODER 360. **Bolsonaro chama sindicatos de “parasitas da nação”.** 16/12/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-flash/bolsonaro-chama-sindicatos-de-parasitas-da-nacaobolsonaro-chama-sindicatos-de-parasitas-da-nacao1528755/> Acesso em: 18 jan. 2024.

PORTAL GRAMÁTICA. **Etimologia de sindicato.** In: GRAMÁTICA. [S. l.]: Do Autor, 2021. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/etimologia-de-sindicato/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 151:** direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública. [Genebra]: OIT, 1978. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro.** Brasília: PMDB, 29 out. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulyses%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Desemprego fecha em 13%. Com Dilma, taxa foi de 4,8%.** 28/07/2017. Disponível em: <https://pt.org.br/desemprego-fecha-em-13-com-dilma-taxa-foi-de-48/> Acesso em: 15 jan. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Nossa história.** São Paulo: PT, 2023. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/02/Vanessa-EliasAula_Introduct%C3%B3ria-Ciclo-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

PAULA, Flávio Alves de. **As causas da grande recessão brasileira (2014 – 2016)**. Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Prof. Aderbal Oliveira Damasceno. Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26518/3/CausasGrandeRecess%C3%A3o.pdf> Acesso em: 15 jan. 2024.

PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto Pereira. A Constituição brasileira de 1988 e os direitos de liberdade sindical dos servidores públicos. Retrospectiva, desafios e perspectivas. **Revista do Senado Federal**. Ano 50 Número 200 out./dez. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p249.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as jornadas de junho. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, set./nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PIMENTEL, Gabriel Gomes. **As contribuições sindicais após a Reforma Trabalhista**. Vitória: FPSV, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://fpsv.adv.br/publicacao/as-contribuicoes-sindicais-apos-a-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PORFÍRIO, Francisco. **Consciência de classe**. [São Paulo]: Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/consciencia-de-classe.htm>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PORFÍRIO, Francisco. **Estado de bem-estar social**. [São Paulo]: Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/estado-bem-estar-social.htm>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 32, p. 101-239, abr. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100007>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PROUDHON, Pierre Joseph. In: DICIONÁRIO POLÍTICO - ARQUIVO MARXISTA. [S. l.]: Marxists, 2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/proudhon.htm>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 41-80, jul./set. 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451988000200004>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicalismo na indústria: poder institucional e social em contexto de crise e pandemia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 109, e3710903, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wTY8pt8zScJ59xrPS6TDz8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo no ABC e a era Lula: contradições e resistências. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 104, p. 67-96, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-067096/104>. Acesso em: 18 jan. 2023.

REDE BRASIL ATUAL. **Instituto Cajamar: origens da formação de movimentos sociais**. Por: Vitor Nuzzi, da RBA. 01/08/2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/instituto-cajamar-formacao-movimentos-sociais/> Acesso em: 23 maio 2024.

REINER, Eduardo; BARACAT, Eduardo Milléo. A extinção do Ministério do trabalho e seus efeitos na efetividade dos direitos trabalhistas no Brasil. **Revista do TRT-09**. Ano IX, n. 91, Agosto/2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/180097/2020_reiner_eduardo_extincao_mt.pdf?sequence=1 Acesso em: 18 jan. 2024.

REIS, Ítalo Moreira; GOMES, Maíra Neiva. O Sindicalismo no século XXI: entre a necessidade de redistribuição de bens materiais e o clamor pelo reconhecimento das diferenças. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**. v. 1. n. 2. Minas Gerais. Jul/Dez 2015. p. 89 – 128.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-163, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 17 jun. 2023.

RESENDE, M.P. **O contramovimento pela despublicização: o Escola sem Partido e os impactos da nova direita sobre a política pública de Educação**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022, p. 31

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166-175, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e80099>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RODAS, Sérgio. Constituição alemã de Weimar inovou ao estabelecer direitos sociais. **Revista Consultor Jurídico**, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-06/constituicao-weimar-inovou-estabelecer-direitos-sociais>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 393-420, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art05>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 54-57, out. 2008. Disponível

em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a23v60n4.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRIGUES, Marcos. **Surgimento do constitucionalismo social**. [S. l]: Estação das Leis, 9 maio 2020. Disponível em: <https://estacaodasleis.com.br/2020/05/09/surgimento-do-constitucionalismo-social/#:~:text=O%20constitucionalismo%20social%20%C3%A9%20um,trabalhistas%2C%20nas%20constitui%C3%A7%C3%B5es%20dos%20estados..> Acesso em: 18 jan. 2023.

SAAD FILHO, Alfredo. **A era das crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC Paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua nova**: Revista de cultura e política, São Paulo, v. 104, p. 19-65, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-019065/104>. Acesos em: 14 fev. 2023.

SANTOS, Franciso de Assis Rodrigues dos. **Diretas Já: o movimento social que marcou o Brasil nos anos 80**. Disponível em: <https://www.famep.com.br/novo/famep/producao-cientifica/graduacao/bacharelado-em-servico-social/5-diretas-ja---o-movimento-social-que-marcou-o-brasil-nos-anos-80.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUSA, Luis Henrique da Cruz. **O presidencialismo de coalizão e a ordem institucional no sistema político brasileiro**: um estudo sobre a crise das pautas-bomba no governo Dilma Rousseff. 2023. 76 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/36675>. Acesso em: 08 maio 2024. escola

SEIXAS, Raul. **Metamorfose ambulante**. [São Paulo]: Letras, 2023. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/raul-seixas/48317/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Crise de 1929**. [São Paulo]: Brasil Escola, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Ditadura Militar no Brasil**. [São Paulo]: Brasil Escola, 2015. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil**. [São Paulo]: Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA**, 9., 2017, Montevideu. [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, 2017. p. [1-22]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919> Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, Sidney Jardy da. Bancada sindical, política previdenciária e processo decisório no governo Dilma. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. e339810, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/339810/2018>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Thaís Cláudia D'Afonseca da. **A função política do sindicato diante do capitalismo apocalíptico**. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SINDICALISMO. *In*: DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. [S. l.]: Do Autor, 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sindicalismo>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICIENTES, RELIGIOSAS, ASSISTENCIAIS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Reforma Trabalhista enfraqueceu os sindicatos**. Disponível em: <https://sinbraf.com.br/reforma-trabalhista-enfraqueceu-os-sindicatos/#:~:text=O%20estudo%20aponta%20a%20queda,46%20mil%20a%2049%20mil>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **40 anos do 1º de Maio que abalou a ditadura**. 29/05/2020. Disponível em: <https://smabc.org.br/40-anos-do-1o-de-maio-que-abalou-a-ditadura/> Acesso em: 16 jan. 2023.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PINDAMONHANGABA, MOREIRA CÉSAR E ROSEIRA. **Lula fala aos delegados no Congresso de 1983**: crédito ABC de Luta. São Paulo: SINDMETALPINDA, 1983. Disponível em: <https://www.sindmetalpinda.com.br/central-unica-dos-trabalhadores-30-anos-transformando-o-brasil/lula-fala-aos-delegados-no-congresso-de-1983-credito-abc-de-luta/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SINDICATO DOS PROCURADORES DO ESTADO, DAS AUTARQUIAS, DAS FUNDAÇÕES E DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Entre escândalos e imposturas, Bolsonaro dispara contra sindicatos**. 08/03/2019. Disponível em: <https://www.sindiproesp.org.br/home/entre-escandalos-e-imposturas-bolsonaro-dispara-contr-os-sindicatos/> Acesso em: 17 jan. 2024.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SALTO DE PIRAPORA. **Encontro de sindicalistas com lula!** Salto de Pirapora, SP: SINDSERV, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://sindservsaltodepirapora.com.br/encontrosindicalistaslula>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SIPRIANO, Flaviana da Silva; SOUZA, Rebeca Santos de; PEREIRA, Rogéria Costa. Mapeamento de estudos da linguística contrastiva português/alemão: dados bibliográficos no Brasil. **Pandaemonium**, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 452-474, set.-

dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pg/a/JhccmHgNgLkbKTP5vYM44fC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 541-564, set./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300005>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, Rainer. **Movimento operário brasileiro**. [Curitiba]: Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/movimento-operario-brasileiro.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SOUZA, Isabela. **História do sindicalismo no Brasil e no mundo**. [S. l.]: Politize, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sindicalismo-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, Luciana Rosa de; Nascimento, Fernanda Silva. **Nova Matriz Econômica e queda nas taxas de lucros: a política econômica e economia política entre 2011-2016**. Disponível em: https://sep.org.br/anais/2019/Sessos-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa29/293.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. **Revista Brasileira Ciência da Comunicação**, São Paulo, v. 41, n. 2, p.55-69, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/rGJZjZhrpPFHLnQQLN9CvXb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 324**. Origem: Distrito Federal. Relator: MIN. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4620584> Acesso em: 17 jul. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ARE 1121633**. Origem: Goiás. Relator: MIN. Gilmar Mendes. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5415427> Acesso em: 18 jul. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema 152 Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária**. RE 590415. Relator: MIN. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2629027&numeroProcesso=590415&classeProcesso=RE&numeroTema=152> Acesso em: 17 jul. 2023.

TEODORO, Maria Cecília Máximo Teodoro; BOMFIM, Rainer. A guetização do trabalho feminino: entre a esfera reprodutiva e a terceirização. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 38, n. 2, p. 20-37, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/394/475>. Acesso em: 3 fev. 2023.

TOQUETTI, Gabriela Ferrari. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. **Jornadas de Junho: “Setores antagônicos dividiram a mesma rua” nas manifestações de junho de 2013**. 30/06/2023. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/69754> Acesso em: 16 jan. 2024.

TORRES, Michelangelo Marques. Alcances e limites do sindicalismo: contribuições críticas de Friedrich Engels e Karl Marx. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 280-295, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i3.39065>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TORRES, Miguel. **De quem é o ‘Fora Bolsonaro’?** São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos, 13 out. 2021. Disponível em: <https://metalurgicos.org.br/Presidente/de-quem-e-o-fora-bolsonaro/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. Conflitos e lutas entre classes sociais no Governo Sarney (1985-1989). **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI**. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/10_SuzaneTostes.pdf Acesso em: 13 jan. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. **Primeiro comício unificado da campanha Diretas Já completa 40 anos**. 24/11/2023. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/primeiro-comicio-unificado-da-campanha-diretas-ja-completa-40-anos> Acesso em: 16 jan. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf> Acesso em: 18 jan. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos**. 30/06/2023. Disponível em: [https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos#:~:text=Por%20maioria%20de%20votos%2C%20TSE%20declara%20Bolsonaro%20ineleg%C3%ADvel%20por%208%20anos,-Plen%C3%A1rio%20reconheceu%20o&text=Por%20maioria%20de%20votos%20\(5,a%20partir%20das%20Elei%C3%A7%C3%B5es%202022](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos#:~:text=Por%20maioria%20de%20votos%2C%20TSE%20declara%20Bolsonaro%20ineleg%C3%ADvel%20por%208%20anos,-Plen%C3%A1rio%20reconheceu%20o&text=Por%20maioria%20de%20votos%20(5,a%20partir%20das%20Elei%C3%A7%C3%B5es%202022). Acesso em: 18 jan. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições 2022**. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> Acesso em: 18 jan. 2024.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12684. Acesso em: 18 ago. 2023.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto**: como funcionam as instituições políticas. São Paulo: FGV, 2014.

VALADÃO, Carla Cirino; REIS, Ítalo Moreira. Aspectos instigantes do sindicalismo na contemporaneidade: liberdade, solidariedade e crise. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, Bahia, v. 26, n. 28, p. 57-75, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rppgd.v26i28.18275>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VEJA. **Sindicatos e militantes petistas fazem protestos contra impeachment em 25 Estados e no DF**. 31/03/2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/sindicatos-e-militantes-petistas-fazem-protestos-contra-impeachment-em-25-estados-e-no-df> Acesso em: 17 jan. 2024.

VIANA, Márcio Túlio. As faces ocultas da terceirização: uma mix de velhos textos e novas ideias. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 80, n. 3, p. 228-238, jul./set. 2014. https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/71186/013_viana.pdf?sequence=1. Acesso em: 3 fev. 2023.

VIANA, Márcio Túlio. A reforma sindical: entre o consenso e o dissenso. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 52-71, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/3824>. Acesso em: 14 fev. 2023.
VIANA, Márcio Túlio. Os dois modos de discriminar: velhos e novos enfoques. In: RENAULT, Luis Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (Coords.). **Discriminação**. São Paulo: LTr, 2010, p.144.

WESTIN, Ricardo. **CLT chega aos 80 anos com direitos do trabalhador sob disputa**. Brasília: Agência Senado, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/clt-chega-aos-80-anos-com-direitos-do-trabalhador-sob-disputa>. Acesso em: 14 ago. 2023.

WOFF, Cristina Scheibe et al. Mais um número da REF: entre a esperança e os sobressaltos do processo eleitoral. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zwwmqLCvFFYf5sSDzfXKK9Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

ZIMMERMAN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 3 ano 4, p. 144-159, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452006000100009>. Acesso em: 12 jan. 2023.